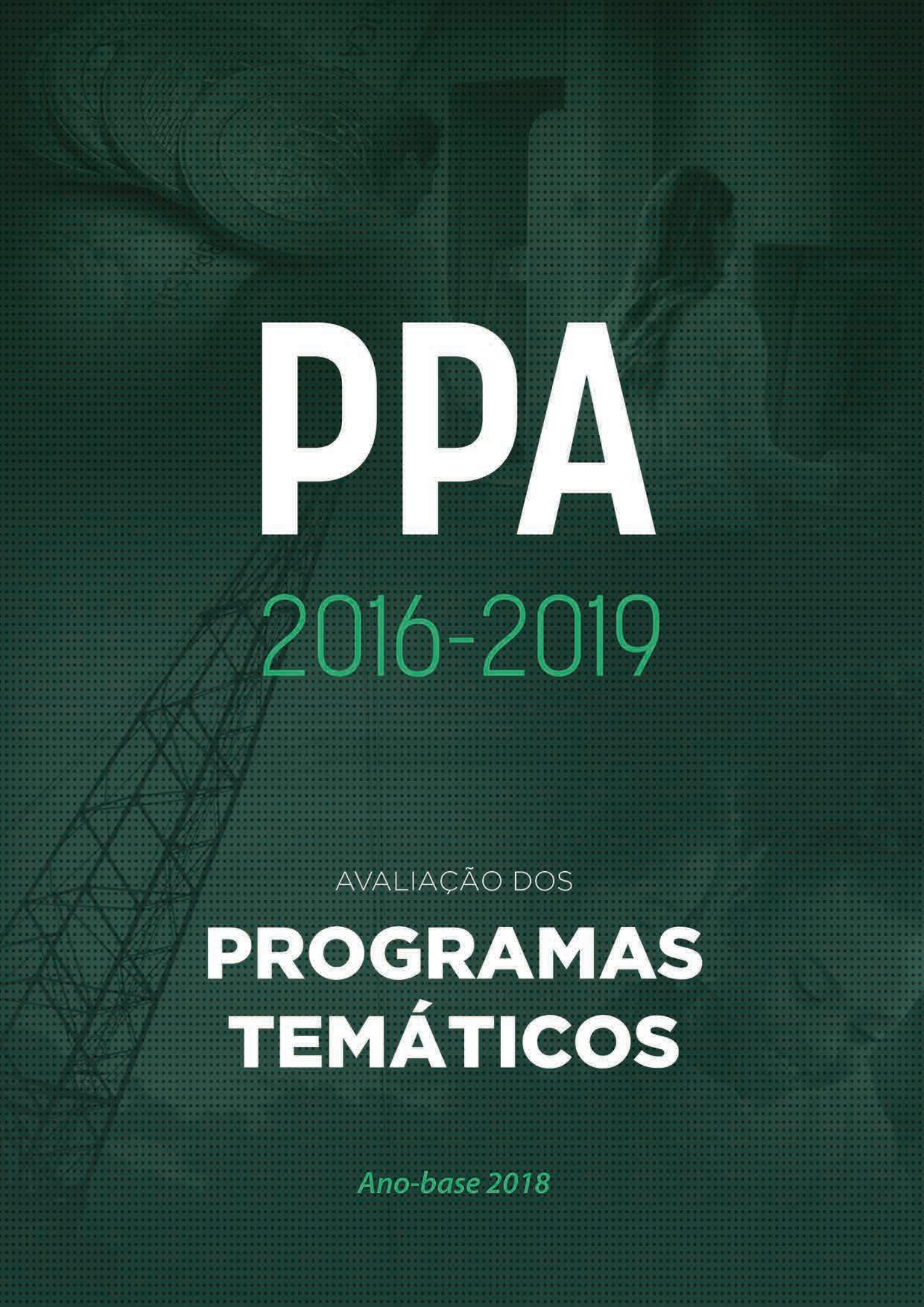




PPA

2016-2019

AVALIAÇÃO DOS

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Ano-base 2018

Ministério da Economia

Ministro de Estado

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

Alexandre Manuel Ângelo da Silva

Subsecretário de Planejamento Governamental

Constantino Cronemberger Mendes

Equipe Técnica

Alberto Amorelli Coelho

Alexandre Fineas Lima e Souza

Andrea Araújo Pereira

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Carolina dos Santos Guarieiro

Daniel Souza Coelho

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Elton Menezes do Vale

Ernesto Batista da Silva Filho

Evandro Macedo

Flávia Pedrosa Pereira

Josefa de Fátima Araújo Ribeiro

Martin Francisco de Almeida Fortis

Nivaldo de Oliveira Sousa

Paulo Sérgio Alves Pinto

Rafael Martins Neto

Thiago Silva e Souza

Welles Matias de Abreu

PPA

2016-2019

AVALIAÇÃO DOS

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Ano-base 2018

AVALIAÇÕES DOS

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Política Social e Segurança Pública

Programas Temáticos

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento

Educação de Qualidade para Todos

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais

Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

Previdência Social

Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

Promoção dos Direitos da Juventude

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Redução do Impacto Social do Álcool e outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

Reforma Agrária e Governança Fundiária

Segurança Alimentar e Nutricional

PROGRAMA 2037

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza em todo o território nacional um conjunto de ações visando à redução das desigualdades e à inclusão socioeconômica de parcelas significativas da população. A magnitude e a dispersão territorial do contingente populacional que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco social constituem grandes desafios que exigem do SUAS, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso dos usuários, a integração das ações e a qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

A tabela seguinte permite visualizar a magnitude e a distribuição regional da vulnerabilidade decorrente da renda.

Vulnerabilidade Social: Quantidade de Famílias*, por renda <i>per capita</i> mensal e Região (novembro/2018)						
Renda <i>per capita</i> mensal das famílias	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste	Brasil
Até R\$ 89,00 (extrema pobreza)	1.613.891	6.951.155	3.251.842	691.559	515.080	13.023.527
De R\$ 89,01 a R\$ 178,00 (pobreza)	407.178	981.720	1.162.792	353.283	303.701	3.208.674

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)

* famílias registradas (extração em 14/01/19).

Observa-se a existência de 13 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, das quais 53% se encontram na região Nordeste. Outras 3,2 milhões de famílias estão em situação de pobreza, sendo que nas regiões Sudeste e Nordeste concentram aproximadamente 1/3, cada uma.

Situações diversas de vulnerabilidades e riscos comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, ampliando a incidência de evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce (entre 10–19 anos), trabalho infantil, exploração sexual e drogadição, dentre outras situações prejudiciais à convivência familiar e comunitária, às condições de saúde, educação, qualificação educacional e profissional, resultando em inserção precária e redução das oportunidades de trabalho. Em relação às pessoas idosas, os processos de envelhecimento e de violência urbana aumentam os riscos de isolamento e exclusão da convivência familiar e comunitária e do acesso a um conjunto de atividades essenciais ao seu bem-estar.

Com efeito, a cada ano, ocorrem aproximadamente 546 mil casos de gravidez precoce¹. Além disso, os jovens (15-29 anos) são a maioria das vítimas fatais de agressões (31,7 mil jovens assassinados, o que corresponde a 54% dos 58,3 mil óbitos por agressões no país).

1 - Média de 2012 a 2016. Fonte: SINASC/Datasus/MS.

2 - Média de 2012 a 2016. Fonte: SIM/Datasus/MS.

Em relação à escolaridade, apesar da tendência consistente de melhoria em todas as regiões, em 2016 a média de anos de estudo dos adultos (18 a 29 anos) variava entre 9,4 a 10,7 anos, no Nordeste e Sudeste, respectivamente (fonte: Inep). Por um lado, essa reduzida escolaridade resulta da combinação do acesso precário à educação, com o conjunto de riscos e vulnerabilidades já mencionados. Por outro, constitui-se em séria limitação à capacidade de superação desses riscos, reforçando a tendência de volatilidade e precarização do trabalho e da renda, com reflexos diretos na capacidade de manutenção dessas pessoas e de suas famílias, especialmente nas regiões menos desenvolvidas e nas periferias das grandes metrópoles.

Para enfrentar os desafios colocados à política de Assistência Social, o Programa Consolidação do SUAS está articulado em três objetivos, resumidamente expressos como: (i) manter e qualificar as ações de Proteção Social Básica e Especial; (ii) qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e fortalecer as estratégias de inclusão social de seus beneficiários; e, (iii) qualificar a gestão do SUAS e os mecanismos de participação e controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA 2016-2019 para o programa Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destaca-se a taxa de cobertura de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em Municípios com até 20 mil habitantes, que avançou de 23,23% para 29,57% entre 2016 e 2018.

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e os principais resultados dos objetivos do Programa.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

O SUAS estrutura seus serviços e programas em dois níveis de atenção, Proteção Social Básica e Especial, considerando a complexidade das situações envolvidas. A Proteção Social Básica tem um papel proativo, visando a prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Esses serviços são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social.

A rede de CRAS, em 2018, é formada por quase 8,4 mil unidades (fonte: CadSUAS), distribuídas por quase todos os municípios do País, das quais 7,5 mil (89%) são cofinanciadas pelo Governo Federal. Essa rede permite a cobertura de 76,4% da população registrada no CadÚnico (posição novembro 2018). Em 2018, os CRAS realizaram mais de 22,1 milhões de atendimentos e acompanharam a cada mês, em média, 1,4 milhão de famílias (fonte: RMA/SNAS).

Para ampliar os serviços socioassistenciais, o Governo Federal tem cofinanciado a oferta de equipes volantes, vinculadas a unidades CRAS em funcionamento, para atuarem junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso, bem como a doação e a manutenção de lanchas de assistência social, para o transporte hidroviário dessas equipes a comunidades ribeirinhas de municípios das regiões Amazônica e do Pantanal. Em 2018, o

Governo Federal cofinanciou a oferta de 1.221 equipes volantes, em 1.052 municípios, e a manutenção de 138 lanchas, sendo 123 lanchas fluviais e 15 lanchas oceânicas.

Na Proteção Social Básica, o trabalho social com famílias é complementado pelo serviço de convivência, realizado em grupos organizados por faixa etária, visando à socialização e convivência familiar e comunitária. Em 2018, o Governo Federal cofinanciou a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para quase 5 mil municípios (89,2%), com capacidade de atendimento a 1,6 milhão de usuários, havendo incentivos financeiros para que metade dessas vagas seja destinada ao público prioritário. No último trimestre de 2018, os municípios informaram o atendimento de 2 milhões de usuários, sendo 1,6 milhão cobertos pelo cofinanciamento federal, dos quais 718 mil identificados em uma ou mais situações prioritárias (fonte: SISC/SNAS).

O Programa Criança Feliz é uma iniciativa interministerial para a promoção do desenvolvimento infantil no país. O SUAS integra o Criança Feliz, por meio de atendimentos da rede socioassistencial às famílias com crianças alcançadas pelo programa, incluindo a realização de visitas domiciliares. Até dezembro de 2018, mais de 2,6 mil municípios aderiram ao Programa, dos quais 2,4 mil iniciaram as visitas domiciliares, envolvendo mais de 372 mil crianças e 68 mil gestantes. Ainda em 2018, foram designados e capacitados 2,8 mil supervisores e 13,7 mil visitadores no âmbito do Criança Feliz.

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas-Trabalho) tem por finalidade de promover o acesso dos usuários da assistência social a oportunidades de trabalho, articulando, por exemplo, respostas às necessidades de obtenção de documentos, serviços de creches e cursos de qualificação profissional. O Plano Progredir, lançado em setembro de 2017, é um conjunto de ações articuladas que visa a facilitar o acesso das pessoas inscritas no CadÚnico a oportunidades de emprego e renda. O Progredir consolida-se como uma ferramenta para qualificar as ações do Acessuas-Trabalho, ao ofertar oportunidades de inclusão produtiva ao seu público-alvo. São, portanto, complementares e sua atuação conjunta potencializará a inclusão dos usuários do SUAS no mundo do trabalho.

A Proteção Social Especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis, média e alta complexidades, considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2018, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em quase 2,6 mil CREAS, cobrindo 2,4 mil municípios de todas as unidades da federação, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes (95% de cobertura). Entre os anos de 2015 e 2018, a cobertura dos municípios de pequeno porte com população inferior a 20 mil habitantes, por serviços regionalizados, aumentou de 272, 6,9% dos 3.917 municípios desse porte em dezembro 2015, para 368, 9,4% do total de municípios desse porte em dezembro 2018 (fonte: CadSUAS).

Em 2018, os CREAS realizaram por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) mais de 1,7 milhão de atendimentos particularizados e inseriram mais de 252 mil casos (pessoas ou famílias) em acompanhamento (fonte: RMA/SNAS).

Os CREAS também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Esse serviço objetiva criar condições para a (re)construção de projetos de vida, a ruptura com a prática do ato infracional, o estabelecimento de autoconfiança e construção de autonomia e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Ao final de 2018, o Governo Federal cofinanciava a oferta desse serviço em aproximadamente mil municípios, acompanhando mensalmente mais de 49 mil adolescentes em medidas socioeducativas (fonte: RMA/SNAS).

Ao final de 2018, o Governo Federal também cofinanciava a oferta de serviços em 228 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 203 municípios. Esses serviços oferecem orientação individual e grupal, além de encaminhamento a outros serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, visando a contribuir para a construção da autonomia, a inserção social e proteção em situações de violência, sendo que essas unidades realizaram mais de 1,4 milhão de atendimentos, a mais de 360 mil pessoas (fonte: RMA/SNAS).

As unidades do CREAS e o Centro Pop podem ofertar o serviço de abordagem social, que busca identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando à inserção desses indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas, assim como a resolução de necessidades imediatas. Ao final de 2018, o Governo Federal cofinanciava a oferta desse serviço em mais de 260 municípios, de todas as unidades federadas, realizando mais de um milhão de abordagens, com atendimento de quase 440 mil pessoas (fonte: RMA/SNAS).

Uma das situações que recebem especial atenção da assistência social é o trabalho infantil, enfrentado por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). As famílias identificadas nessas situações são incluídas no CadÚnico, beneficiadas com a transferência de renda do programa Bolsa Família e acompanhadas pelos CRAS ou CREAS. Além disso, as crianças e os adolescentes são inseridos em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Desde 2014, todos os estados, o distrito federal e mais de 900 municípios identificados no Censo IBGE (2010) com alta incidência de trabalho infantil passaram a contar com recursos federais para o apoio à gestão. No período entre 2017 e 2018, os municípios e os estados realizaram mais de 52 mil ações de enfrentamento do trabalho infantil (fonte: Simpeti/SNAS).

A alta complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigos, casas-lares, repúblicas e residências inclusivas) e famílias acolhedoras (para crianças e adolescentes), destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. Os dados preliminares do Censo SUAS 2018 identificam 6,1 mil unidades de acolhimento (60% não governamentais e 40% governamentais), o que representa um acréscimo de quase 500 unidades em relação ao ano anterior. Essas unidades acolheram 132 mil pessoas,

em mais de 2,2 mil municípios, além de 339 serviços em família acolhedora, que acolheram quase 1,2 mil crianças, em 315 municípios. Ao final de 2018, o Governo Federal cofinanciava a oferta de 88,9 mil vagas, destinadas a idosos e a mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

A União também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a: (i) pessoas com deficiência, de qualquer idade e que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; (ii) pessoas idosas com 65 anos ou mais. A renda familiar per capita mensal desses públicos alvo deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Ao final de 2018, o BPC beneficiava 4,6 milhões de beneficiários, sendo 2,6 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

A partir da publicação do Decreto nº 8.805/16, todos os requerentes e beneficiários do BPC devem ser necessariamente registrados no CadÚnico, o que tem favorecido o acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais, o acesso dos beneficiários a outros serviços e programas que utilizam o CadÚnico como instrumento de seleção de seu público alvo e o aperfeiçoamento das ações voltadas a esse público, em consequência da ampliação do conhecimento de sua realidade pela administração pública.

Em dezembro de 2018, 71% dos beneficiários do BPC já estavam registrados no CadÚnico, o que representa uma significativa evolução em relação ao final de 2016 (43,5%). O prazo para inclusão dos demais beneficiários foi estendido até janeiro de 2020, distribuído em quatro lotes, considerando a data de aniversário dos beneficiários, sendo suspensos os benefícios daqueles que não efetuarem seu registro nesse prazo.

O Decreto nº 9.462, de 08 de agosto de 2018 alterou o regulamento do BPC. Entre as modificações, destaca-se o fim da exigência de convocação por edital de beneficiários com indícios de irregularidades no recebimento do benefício. Para tornar mais ágil esse processo, a notificação ocorrerá preferencialmente por meio da rede bancária.

O Programa BPC na Escola visa a promover o acesso e à permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, em idade escolar. O programa conta com a adesão de todos os estados, distrito federal e quase cinco mil municípios. O último cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep) mostrou que, em 2017, aproximadamente 347,6 mil beneficiários (65,3% dos 532,2 mil beneficiários com até 18 anos) encontravam-se registrados no sistema escolar.

APOIO À GESTÃO DO SUAS E AO CONTROLE SOCIAL

O governo federal coordena diversas iniciativas que visam apoiar e qualificar a implementação do SUAS, no âmbito da gestão e dos mecanismos de participação e controle social em todas as esferas federadas.

O Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) é o principal instrumento para execução da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Por meio dele, o Governo Federal tem apoiado os estados e o distrito Federal na implementação de seus planos de

capacitação de técnicos, gestores e conselheiros da assistência social. No período entre 2016 e 2018, foram capacitadas pelo programa 37,9 mil pessoas, das quais 10,3 mil somente em 2018.

Em 2018, constavam 19,9 mil entidades prestadoras de serviços socioassistenciais em quase 2,4 mil municípios (fonte: CNEAS). O registro no CNEAS é requisito para a realização de parcerias das entidades com o poder público, abrangidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), Lei nº 13.019/14 e a Resolução CNAS nº 21/16.

Como instrumento de financiamento indireto dessas entidades, o Governo Federal tem realizado a concessão e a renovação da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS). Ao final de 2018, aproximadamente 5,3 mil entidades estavam usufruindo desta certificação, das quais, aproximadamente, mil foram concedidas ou renovadas no ano.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, a implementação da política de assistência social deverá concentrar seus esforços na consolidação e qualificação dos serviços, dos benefícios e da rede de unidades prestadoras de serviços, visando a ampliar sua efetividade no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

A gestão do Programa tem empreendido um grande esforço visando à manutenção dos serviços nos níveis existentes, apesar das dificuldades decorrentes da situação econômica e fiscal, inclusive nas esferas subnacionais, também responsáveis pelo cofinanciamento das ações, sendo que essa situação se constitui, provavelmente, no principal desafio a ser enfrentado para o próximo ano.

PROGRAMA 2027

CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO

A política cultural deve ser vista pela sociedade como um cardápio de iniciativas de promoção de desenvolvimento econômico, social e humano, que contribui imensamente para o crescimento do país. Ela gera emprego, renda, inclusão e desenvolvimento humano. Trata-se de um vetor de aceleração da economia do país, com muitas externalidades positivas, inclusive de dimensões simbólicas.

As políticas de cultura estão expressas no PPA 2016-2019 no programa Cultura: Dimensão Essencial do Desenvolvimento, que foi estruturado em sete objetivos: i) fortalecer o sistema nacional de cultura com a qualificação da gestão cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados; ii) preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro; iii) fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais; iv) estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística; v) ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais; vi) produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural; e vii) fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os recursos públicos federais para a Cultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que apresentou um pequeno acréscimo, passando de 0,029%, em 2017, para 0,30, em 2018.

A seguir, os principais resultados alcançados pelo Programa, organizados por Objetivo.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) tem como finalidade refletir o pacto federativo, com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social, para viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos necessários à concretização de programas estruturantes, consolidando as políticas de cultura em todas as esferas de governo. Por sua capilaridade, o SNC é o ambiente mais adequado para superar o problema da concentração regional dos recursos que, em muitos casos, dificulta a implementação de políticas de cultura em todo território brasileiro.

Em 2018, excetuando-se o estado do Pará, todos os estados e Distrito Federal ao aderiram ao SNC, chegando ao total de 14 estados e Distrito Federal (55,56% do total) com seus sistemas institucionalizados, e de 2.643 municípios (47,44% dos municípios) aderentes ao sistema, que totalizam mais de 167 milhões de pessoas, o que corresponde a 80 % da população brasileira.

PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE, DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO

A política de preservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, atua na preservação e promoção da memória e identidade cultural brasileira, em suas diversas manifestações sociais e artísticas. Esta política se dá com ações específicas de identificação, reconhecimento, salvaguarda, tombamento, restauração e conservação de bens.

O reconhecimento de bens culturais imateriais, que é regulamentado pela Portaria nº 200/2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ocorre em quatro processos, quais sejam: i) registrar bens culturais de natureza imaterial; ii) revalidar bens culturais registrados; iii) incluir línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL); e iv) Apoiar candidaturas às listas da convenção UNESCO de 2003.

Em 2018, foram registrados 09 bens culturais imateriais: 1) Romaria dos Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, inscrita no Livro de Registro das Celebrações; 2) Caboclinho, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão; 3) Feira de Campina Grande, inscrita no Livro de Registro dos Lugares; 4) Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Morro Redondo, Ituruçu, Capão do Leão e Arroio do Padre), inscrito no Livro de Registro dos Saberes; 5) Literatura de Cordel, inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão; 6) Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina, inscrita no Livro de Registro das Celebrações; 7) Sistema agrícola de comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, inscrito no Livro de Registro dos Saberes; 8) Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, inscrito no Livro de Registro das Celebrações; e, 9) Marabaixo, inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão.

O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. No período do PPA, foram apoiados 280 Pontos de Memória, sendo 136, em 2018.

FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES AUDIOVISUAIS

As ações de fomento ao audiovisual e à indústria cinematográfica brasileira ampliam a produção e incentivam a difusão e a fruição das obras produzidas, contribuindo para o fortalecimento da identidade nacional no país e no exterior. A veiculação de obras na TV e a possibilidade de acesso da população mais carente a salas de cinema intensificam o valor inclusivo dessas ações.

Os Núcleos de Produção Digital (NPD) são espaços voltados à produção e à difusão de conteúdos audiovisuais, com vocação para a criação de parcerias e o fortalecimento mútuo da produção regional e independente. Entre 2016 e 2018, foram implantados 25 núcleos, cinco em 2018, em 22 unidades da federação.

No âmbito de apoiar a produção regional de obras audiovisuais, no período entre 2016 e 2018, foram apoiadas 236 obras, sendo 86 somente em 2018, destas 51 obras são das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, e 35 projetos selecionados são oriundos de produtoras sediadas na região Sul e nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O cinema nacional também se beneficiou do apoio concedido para a circulação de obras brasileiras no exterior. No ano de 2018, o Programa de Apoio à Participação Brasileira em Festivais, Laboratórios e Workshops Internacionais apoiou 163 obras ou projetos de obras que foram selecionados pelos eventos internacionais contemplados pelo Programa. Desde início do PPA 2016-2019, foram apoiadas 399 participações. O aumento no número de apoios concedidos no último ano indica um fortalecimento da presença do cinema nacional no circuito dos principais festivais e eventos internacionais.

Quanto à indústria cinematográfica nacional comercial, houve o lançamento de 139 produções nacionais, superando a meta de 130 filmes por ano traçada para PPA 2016-2019. No tocante ao número de salas de cinema por habitante, chegou-se a 62.200 habitantes/sala, dado significativo em comparação aos 70.000 do início do PPA.

ESTÍMULO DA PRODUÇÃO E DA DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

As atividades culturais e criativas constituem um setor dinâmico da economia e da vida social do país, apresentando elevado impacto sobre a geração de emprego, renda e na arrecadação de impostos. Elas têm uma influência crescente no dia a dia dos cidadãos, contribuindo decisivamente para a formação e qualificação do capital humano, reforçando a imagem positiva do Brasil no exterior.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei 8.313/ 91 (Lei Rouanet), é responsável por captar e canalizar recursos, que proporcionam os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais, além de estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal. A Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, desburocratizou o Pronac, permitindo que a avaliação e a aprovação de projetos de incentivo fiscal tornassem mais eficientes. Desta maneira, houve um ganho de agilidade que impactou na redução do tempo de admissão dos projetos de 253 para 39 dias. Como reflexo, em 2018, foram aprovados 5.239 projetos com valor autorizado de R\$ 6,5 bilhões de captação.

No âmbito da Fundação Nacional das Artes (Funarte), em 2018, foram capacitadas 2.392 pessoas por meio de 91 oficinas e 14 seminários. Além disso, 860 pessoas foram capacitadas através de 04 projetos que promoveram encontros regionais, seminários e cursos de capacitação.

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Elemento importante no exercício da cidadania dos brasileiros é o acesso da população aos bens e serviços culturais do país. Para alcançar esse objetivo, é necessária a manutenção física dos espaços e a gestão do seu funcionamento, para que os serviços sejam ofertados ao público de maneira eficiente.

Com intuito de ampliar o acesso à cultura são disponibilizados diversos equipamentos culturais, como teatros, museus, salas de exposições, salas de música, atividades circenses na Escola Nacional de Circo e bibliotecas públicas. Em 2018, foram realizadas 1.837 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 245 mil pessoas.

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços que agregam, em um mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência, e inclusão digital. Eles funcionam de forma articulada com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), buscando atender à população de baixa renda nos locais com alta densidade populacional. Atualmente, há 187 CEUs em funcionamento, em 24 estados brasileiros.

PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA E DA FORMAÇÃO ARTÍSTICA

A promoção do conhecimento ocorre por meio de estudos, pesquisas, publicações e realização de eventos de difusão científica, bem como, pela formação e qualificação nas áreas de conhecimento cultural com programa de bolsas de mestrado profissional e cursos de curta duração.

Em 2018, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) realizou 335 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil, sendo: 135 eventos como seminários, encontros, palestras e cursos; 122 relatórios de pesquisa por meio do seu programa de bolsas nas áreas do conhecimento literário, científico e cultural, museológicas e do patrimônio cultural; 71 estudos acadêmicos, técnicos e relatórios de pesquisas elaborados pelos pesquisadores e tecnologistas da FCRB; e 7 publicações de obras científicas e culturais. No triênio 2016-2018, foram alcançados 855 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil, superando a meta de 570, estabelecida para o PPA 2016-2019.

Cabe destaque também o projeto "Conhecendo Nossa História: da África ao Brasil", que busca disseminar o conhecimento sobre a história e cultura do continente africano e dos afro-brasileiros, contribuindo para a educação das relações étnico-raciais. O projeto é desenvolvido em duas etapas, sendo que, a primeira etapa visa à formação docente, com o objetivo de fazer conhecer, entender e trabalhar em sala de aula a história e a cultura afro-brasileira e africana. A segunda fase tem como objetivo o trabalho em sala de aula dos professores, utilizando materiais didáticos e paradidáticos que abordam a temática, entre os quais, a Fundação Palmares disponibiliza o livro: "O que você sabe sobre a África? Uma viagem pela história do continente e dos afro-brasileiros". Como resultado, em 2018, tivemos 30 mil livros e 30 mil revistas Coquetel entregues pelo projeto aos municípios e estados, além disso, foram capacitados 167 professores com carga horária mínima de 60 horas, em 132 escolas participantes, em 18 municípios.

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA E INSERÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

O fortalecimento da economia da cultura é difundido por meio de palestras, oficinas, cursos, entre outros, além da execução de mapeamentos dos empreendimentos voltados à cultura. As

linhas de crédito para financiamento de projetos culturais também se tornam importantes instrumentos de inclusão da cultura na economia.

Nesse sentido, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), houve o apoio ao Mercado das Indústrias Criativas do Brasil (Mic BR). Evento realizado em novembro de 2018 na cidade de São Paulo, com um investimento de R\$ 3,4 milhões e uma estimativa de impacto de R\$ 40 milhões na economia, ele teve um total de 8 mil inscritos e circulação de 30 mil pessoas, 115 atividades de capacitação, 31 atividade artísticas, 400 empresas participantes com média de 12 reuniões por empreendimento.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As políticas culturais cumprem hoje um papel significativo no estímulo ao crescimento da economia criativa e à valorização e preservação do patrimônio cultural, assim como na ampliação do acesso a bens e serviços culturais e criativos. Esse trabalho deve ser aprofundado, de modo a potencializar o retorno para a sociedade, estimular o crescimento, valorizar e preservar o patrimônio material e imaterial e ampliar o acesso, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento humano, social e do país.

Neste sentido, a recente junção das pastas da Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social oferece uma excelente oportunidade de potencialização de resultados, por meio de ações integradas, como por exemplo, os Centros de Artes e Esportes Unificados. O ano de 2019 será decisivo na construção desse novo planejamento, possibilitando a elaboração de políticas ainda mais efetivas para sociedade.

Já no campo do Sistema Nacional de Cultura, os desafios a serem enfrentados pela Cultura no próximo período são a regulamentação do Sistema por meio de lei própria, o avanço na implementação dos sistemas estaduais, de modo a atuarem como parceiros da Secretaria Especial de Cultura no apoio aos municípios, e a restauração dos recursos do Fundo Nacional da Cultura e sua destinação às transferências aos fundos estaduais e municipais para a execução de ações programáticas ancoradas nas metas do Plano Nacional de Cultura. Também é de suma importância que se iniciem os debates para subsidiar a elaboração do próximo Plano Nacional de Cultura, uma vez que a vigência do atual expira em 2020.

Com relação à lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet), haverá o aperfeiçoamento do controle e fiscalização com intuito de evitar privilégios e desvios, tornando-a mais transparente e ampliando a participação de todas as regiões e formas de manifestações populares do País.

PROGRAMA 2080

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido e ao mesmo tempo justo com seu povo. A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), contribui para a orientação da política educacional sob uma perspectiva sistêmica, que considera o ciclo educacional como um todo, perspectiva que se reflete no Programa Temático 2080 – Educação de Qualidade para Todos, do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Esse programa temático apresenta cinco objetivos que visam, em cooperação federativa: à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Ministério da Educação (MEC) usa os dados oficiais do Governo Federal, inclusive os estudos e estatísticas elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como fonte das informações dos indicadores do Programa 2080 – Educação de Qualidades para Todos.

Especificamente quanto aos indicadores cuja fonte é o Censo da Educação Básica ou o Censo da Educação Superior, esses valores correspondem ao exercício de 2017. A partir de 2012 o IBGE reformulou suas pesquisas por amostra de domicílios e implementou uma nova pesquisa, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), que, desde então, passou a ser aplicada paralelamente à Pnad anual, que teve sua última edição em 2015. Em 2016, a Pnad-c substituiu de forma definitiva a Pnad anual, trazendo ganhos de representatividade e abrangência da amostra e contemplando três formas de divulgação: mensal, trimestral e anual, abarcando também características demográficas, de trabalho e relativas à educação, entre outras. Os valores da Pnad-c correspondem a 2016 ou 2017, último dado disponível publicado a depender do indicador, não havendo, portanto, efeito das ações de 2018. Os demais indicadores que dependem unicamente de registros administrativos do MEC correspondem ao exercício de 2018. A maioria dos indicadores foram publicados pelo Inep em 2018 no *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE – 2018*.

Ao longo deste texto serão descritas as principais ações realizadas pelo MEC, no âmbito do Programa 2080, em 2018.

EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ministério da Educação (MEC) apoia técnica, pedagógica e financeiramente os sistemas de ensino, em caráter suplementar, com ações voltadas ao desenvolvimento da educação básica, em todas as etapas e modalidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define direitos e objetivos de aprendizagem, estabelecendo os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. A BNCC para a educação infantil e ensino fundamental foi homologada em 2017 e a BNCC para o ensino médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC em 2018, finalizando a BNCC da Educação Básica. Em 2018, foram investidos cerca de R\$ 100 milhões no Programa de Apoio à

Implementação da BNCC (ProBNCC), para os estados utilizarem na revisão ou elaboração de seus currículos e para formação dos profissionais da educação. Além disso, foi pago o montante de R\$ 7,4 milhões em bolsas do programa. Mais de 4.400 municípios aderiram, em regime de colaboração, à revisão ou elaboração dos seus currículos.

O Programa Mais Alfabetização visa aumentar os índices de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, até o final do segundo ano do ensino fundamental, apoiando as unidades escolares nesse processo. Participaram do Programa 4.620 municípios, 49 mil escolas, 144 mil professores alfabetizadores, 66 mil assistentes de alfabetização e 3,2 milhões de estudantes, com o repasse de R\$ 183 milhões.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) visa assegurar a alfabetização no máximo até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A formação iniciada em outubro de 2017 foi finalizada em 2018, contando com 595 mil vagas ofertadas em 2017 e contabilizando um total de 319.543 profissionais da educação básica capacitados em 2018. Para esse período, foram destinados R\$ 24,3 milhões para custeio das instituições formadoras, R\$ 107,5 milhões empenhados para os estados via Plano de Ações Articuladas (PAR) para a produção dos materiais e R\$ 139,8 milhões para pagamento de bolsas de estudos e pesquisa, sendo R\$ 77 milhões em 2018.

Em 2018, o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar, contou com a adesão de 32.982 escolas. Desse universo, considerando os critérios de priorização estabelecidos pelo Programa, foram atendidas 21.169 escolas, abrangendo 2,7 milhões de alunos. Para tanto, foram repassados recursos no valor de aproximadamente R\$ 370 milhões.

O Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) faz parte do novo ensino médio e apoia redes de ensino público na oferta de educação em tempo integral (de no mínimo 9 horas diárias) e propicia novas organizações curriculares. Em 2018, o Programa contou com a adesão de 875 escolas, sendo efetivadas 167.832 matrículas no ensino médio em tempo integral, com investimentos de R\$ 634 milhões. Já o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio apoia estados e Distrito Federal na implementação da reforma do ensino médio. Em 2018, 22 estados aderiram ao Programa, que é ligado ao Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. O Acordo é dividido em dois componentes: Componente 1 – Implantação do Novo Ensino Médio (US\$ 221 milhões) e Componente 2 – Assistência Técnica para a Implementação da Reforma do Ensino Médio (US\$ 29 milhões), totalizando US\$ 250 milhões. A liberação dos valores do empréstimo é feita de forma parcelada e condicionada ao cumprimento de determinadas etapas, como a realização de uma avaliação de impacto aleatorizada do programa EMTI, por exemplo.

Para elevar o atendimento escolar na educação básica, garantindo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem das populações do campo e comunidades remanescentes de quilombos, o MEC, por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), desenvolve um conjunto de ações em regime de colaboração com os sistemas estaduais e municipais de ensino. O Programa abrange ações de formação inicial e continuada de professores, distribuição de material didático específico (Programa Nacional do Livro Didático do Campo – PNLD Campo), acesso e recuperação da infraestrutura em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 2018 o PNLD Campo distribuiu 7.167.788 obras para 55,6 mil escolas e beneficiou cerca de 2,5 milhões de estudantes.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), ao final de 2016, iniciou um novo ciclo com oferta de turmas de alfabetização nos anos de 2017 e 2018. Nesse ciclo, foram atendidos 138.221 alfabetizandos. Para viabilizar essa nova edição do PBA, da qual participaram 22 estados, o MEC induziu a utilização dos saldos em conta dos recursos financeiros transferidos nas edições anteriores do Programa. Para apoio a Novas Turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o MEC transferiu cerca de R\$ 26 milhões para custear mais de 10 mil matrículas em novas turmas de educação de jovens e adultos em 2018.

O MEC desenvolve ações para melhoria da infraestrutura escolar em articulação com estados e municípios. No que se refere à ampliação do acesso à educação infantil, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) apoiou a construção de 80 novos estabelecimentos de educação infantil em 69 municípios, além da reforma e ampliação de 31 unidades de educação infantil, com valor de aproximadamente R\$ 43,2 milhões. Ademais, 82 creches, pactuadas com 51 municípios, receberam apoio para a aquisição de mobiliários e equipamentos necessários ao funcionamento das unidades que estavam nas situações de execução ou concluída. Foram investidos, ainda, aproximadamente R\$ 113,3 milhões, para apoiar a construção de 229 escolas de educação infantil, que estavam em andamento, beneficiando 169 municípios. O MEC também apoia os entes federados por meio do repasse de recursos financeiros para o custeio e a manutenção de novas matrículas em novos (recém construídos) estabelecimentos públicos de educação infantil, construídos com recursos federais. Em 2018, foram repassados R\$ 31 milhões, atendendo 69 municípios, 69 novos estabelecimentos e 10.861 matrículas. Para o apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil em estabelecimentos já existentes, foram repassados R\$ 48,2 milhões, atendendo 310 municípios, 901 turmas e 13.779 novas matrículas.

Em 2018, foram destinados recursos para 157 novas construções de escolas de educação básica, 55 quadras esportivas escolares, 30 coberturas de quadras existentes, 35 ampliações e 52 reformas. Para o apoio à construção das 157 novas escolas de educação básica foram investidos R\$ 109,43 milhões, sendo atendidos 119 municípios. Dessas escolas, 36 são destinadas ao campo, 114 às áreas urbanas e 7 aos territórios indígenas. Além disso, foram apoiadas ações que já estavam em andamento, sendo 96 construções de escolas de educação básica, 1 ampliação e 3 reformas, 4 quadras esportivas escolares e 1 cobertura de quadra existente, com o valor de R\$ 99,51 milhões.

O Programa Escola Acessível visa promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Em 2018, foram alterados os critérios de priorização para atendimento pelo programa, que passou a considerar escolas com maior número de matrículas de estudantes público da educação especial declarados no censo escolar do ano anterior. Finalizado o período de adesão, 1.367 escolas de 418 municípios e das 27 UFs tiveram seus planos validados, com recursos de R\$ 20 milhões.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) proporciona transferência direta de recursos para as escolas, para cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos. Em 2018, por meio do PDDE Básico, foram repassados R\$ 901,2 milhões a 126,2 mil escolas, atendendo cerca de 35,3 milhões de alunos. Foram contempladas, ainda, 1.439 escolas de educação especial privadas, mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, com repasse de R\$ 8,4 milhões, beneficiando 117,5 mil alunos. O PDDE também viabiliza a assistência financeira aos estabelecimentos de ensino com as ações agregadas para efetivar atividades da política educacional do MEC, a exemplo da educação integral, acessibilidade à escola, ações

pedagógicas para a melhoria do desempenho da alfabetização, internet na escola e apoio ao Novo Ensino Médio. Ao todo, foram repassados R\$ 1,62 bilhão.

No âmbito dos programas suplementares à educação, com vistas a garantir o acesso e permanência, bem como a qualidade do ensino e aprendizagem, o MEC apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas de alimentação, transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende alunos da educação básica e destinou, em 2018, R\$ 4,14 bilhões para atender, em média, 41 milhões de estudantes. No âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), em 2018, houve o aumento de 20% no valor *per capita* do transporte escolar no Programa, o que ampliou o montante distribuído para todo o Brasil, totalizando R\$ 717 milhões em 2018, beneficiando 4,38 milhões de alunos. Já o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) teve o investimento, em 2018, de R\$ 1,53 bilhão, para a aquisição de 144,2 milhões de exemplares, que serão utilizados em 2019 e beneficiarão 119 mil instituições de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, 48 mil escolas de anos finais do ensino fundamental e 20 mil escolas de ensino médio. A reformulação do PNLD, a partir do Decreto nº 9.099/2017, possibilitou a inclusão de novos materiais, como softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar. No âmbito do Programa Livro Didático Acessível, em 2018, foram ofertados livros em formato digital acessível EPUB3. O PNLD 2018, destinado a estudantes do ensino médio, contemplou 95 títulos convertidos em EPUB3, que geraram a distribuição de 3.062 obras, com investimentos de R\$ 3,8 milhões. Também houve a aquisição de livros em formato braille, para distribuição a partir de 2019, promovendo uma renovação completa no atendimento aos alunos cegos dos anos iniciais do ensino fundamental, com investimentos de R\$ 18,5 milhões.

O Programa de Inovação Educação Conectada, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) apoiam as ações relacionadas às tecnologias educacionais, com vistas à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. O Programa de Inovação Educação Conectada teve a adesão das 27 UFs e de 5.179 municípios, beneficiando mais de 23 mil escolas e 12 milhões de alunos. Em 2018, foram investidos R\$ 78,5 milhões no apoio à Conectividade Terrestre e R\$ 2,5 milhões para a formação de articuladores. No âmbito do Proinfo, foi destinado, por meio de emendas parlamentares, cerca de R\$ 15,88 milhões para a aquisição de tecnologias educacionais. Além disso, 3.111 unidades educacionais, estaduais e municipais, beneficiaram-se com a ativação de 3.661 tablets educacionais, adquiridos em anos anteriores, para uso dos professores de educação básica. Já por meio do PBLE, foram registrados 64 mil pontos de conexão, beneficiando mais de 30 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores. No âmbito das escolas rurais, o Programa atuou de forma colaborativa ao Projeto de Conectividade Rural da Anatel.

O acompanhamento da frequência escolar de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) – condicionalidade da educação no âmbito do Programa – foi realizado em 137 mil escolas, registrou, em média, a frequência de 14,5 milhões de estudantes, o que representa mais de 48,5% das matrículas da educação básica (Censo Escolar, 2017). O Programa BPC na Escola objetiva promover o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do programa Benefício de Prestação Continuada (BPC). O MEC realiza o acompanhamento da inclusão escolar das pessoas com deficiência na faixa etária de 0 a 18 anos beneficiários do BPC, bem como prioriza a oferta dos recursos e serviços da educação especial nessas escolas. Em 2017, o pareamento do BPC na Escola revelou que, das 532.173 pessoas na faixa etária de 0 a 18 anos que receberam o BPC, 184.583 encontravam-se fora da escola e

347.590 possuíam matrícula, o que representa um percentual de 65,3% dos beneficiários na escola. O pareamento referente ao ano de 2018 só será realizado no primeiro trimestre de 2019.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, atualizada pelo Decreto nº 8.752/2016, norteia-se pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no PNE e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. No âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renafor), são ofertados cursos de aperfeiçoamento, de extensão e de especialização voltados aos profissionais das redes públicas de educação básica. O MEC também apoia formação continuada de professores relacionadas às modalidades especializadas de educação, como educação especial, educação de jovens e adultos, educação do campo e educação para valorização das tradições culturais brasileiras, inclusive dos povos indígenas e de populações em áreas remanescentes de quilombos. Os programas que ofertaram novas vagas em 2018 foram: Escola da Terra, com 1.100 vagas, Formação para Educação Especial com 2.000 vagas, Educação, Pobreza e Desigualdade Social com 3.400 vagas e Saberes Indígenas com 2.800 vagas, além de cursos voltados para formação na área da EJA, tais como Produção de material didático, EJA para privados de liberdade, Aperfeiçoamento, com o total de 484 vagas, também executados via descentralização orçamentária. No total, em 2018 foram ofertadas 9.784 vagas.

O Programa Mais Alfabetização contou com a adesão de 49 mil escolas, dos 26 estados e do Distrito Federal, e 4.620 municípios, atendendo cerca de 3,2 milhões de estudantes de 1º e 2º ano. Participaram do programa 66 mil assistentes de alfabetização, 144 mil professores alfabetizadores e 49 mil coordenadores pedagógicos. Foram investidos mais de R\$ 183 milhões na execução do Programa. A formação no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), iniciada em outubro de 2017 e concluída em 2018, contabilizou um total de 319.543 profissionais da educação básica capacitados, dos quais 312.446 das equipes de formação e 7.097 das equipes de gestão. Para o período foram destinados R\$ 24,3 milhões para custeio das instituições formadoras, R\$ 139,8 milhões para pagamento de bolsas de estudos e pesquisa, sendo R\$ 77 milhões em 2018, e R\$ 107,5 milhões empenhados para os estados via PAR para a produção de materiais de formação e apoio à prática docente, com foco na aprendizagem do aluno da educação básica.

No âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), o MEC contempla iniciativas que visam: à definição de diretrizes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica, à implantação de ações voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação profissional e tecnológica e ao apoio dos estudantes de licenciatura para a conclusão dos seus cursos, com especial ênfase nas áreas de física, química, sociologia, filosofia e outras áreas de maior carência.

As Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), oferecidas por instituições públicas de ensino superior selecionadas por meio de edital, também estão entre os cursos de formação inicial presencial que recebem apoio financeiro do MEC.

No que tange à oferta de educação a distância, destaca-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Em 2018, a UAB ofertou 18.219 novas matrículas para a formação inicial de professores.

Em 2018, foram lançados editais para o Programa Residência Pedagógica, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor). Esses programas integram a Política Nacional de Formação de Professores, contribuindo para o alcance da Meta 15 do PNE. Os Programas Residência Pedagógica e Pibid fomentam a formação prática de alunos dos cursos de licenciatura e, juntos, totalizaram 95.778 vagas em 2018. Relacionado a estes, o Programa de Fomento à Formação de Professores da Educação Básica (ProF Licenciatura) apoia as atividades dos projetos aprovados pelo Pibid e pelo Programa de Residência Pedagógica, por meio da concessão de recursos de custeio às instituições. As turmas vigentes do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), no final do ano de 2018, ofertaram formação inicial a 18.630 professores da educação básica em serviço.

Em 2018, agregando as novas matrículas em especializações ofertadas pela UAB com os números nos mestrados profissionais para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), registaram-se 11 mil novas matrículas. Especificamente, 7,5 mil novas matrículas em cursos de especialização e 3,5 mil novas matrículas em mestrados profissionais para professores da educação básica. O resultado acumulado desde 2016 é de 69.128 novas matrículas.

No cumprimento do seu papel de articular os diferentes sistemas e redes de ensino com vistas à valorização dos profissionais da educação, o MEC instituiu a Rede de Assistência Técnica dos Planos de Carreira e Remuneração. Os entes federativos que aderem à Rede de Assistência Técnica são capacitados para o uso do Sistema de Apoio à Gestão do Plano de Carreira e Remuneração (SisPCR), instrumento de auxílio para o desenvolvimento de análise, adequação e elaboração de planos de carreira e remuneração, disponível gratuitamente na *Internet* para uso dos gestores educacionais. Em 2018, houve aumento dos municípios que declararam possuir planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, que passou para 80,18%. Quanto aos estados, o percentual dos que declararam possuir planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica foi 66,67% em 2018. O índice de municípios que declararam cumprir integralmente a Lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica foi de 54,85%, em 2018 e o percentual de estados que declararam cumprir integralmente a mesma lei foi de 66,67%. Todos os materiais e o acesso às informações sobre a Rede de Assistência Técnica estão disponíveis gratuitamente por meio do Portal Plano de Carreira, acessível pelo endereço <http://planodecarreira.mec.gov.br>.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Esse objetivo contempla iniciativas que visam à promoção de ações para: a) engajar os institutos federais com o setor produtivo; b) alinhar e organizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às demandas locais e regionais, por itinerários formativos, ampliar e fortalecer os processos de reconhecimento de saberes e competências profissionais; c) consolidar os institutos federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional; d) fortalecer as redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica garantindo que pelo menos 50% da expansão das matrículas de cursos técnicos de nível médio seja realizada no segmento público e contemple as modalidades específicas de educação e a inclusão de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social; e) ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como promover a inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, de trabalhadores,

beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.

Para o desenvolvimento de ações direcionadas à organização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por itinerários formativos, está em curso o processo de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Quanto aos processos de reconhecimento de saberes e competências profissionais, foram desenvolvidos requisitos para a implantação do módulo da Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede Certific) nas unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Em 2017, foram registradas 1.791.806 matrículas na educação profissional, conforme dados do Censo Escolar. Desse total, mais de 1 milhão foram ofertadas por instituições das redes públicas federal, estaduais e municipais. A partir de 2016, a oferta de cursos voltados para a integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA passou a ser executado no âmbito do Pronatec, por intermédio do Pronatec EJA e alcançou, até 2018, o total de 42.039 matrículas.

No âmbito do Programa Brasil Profissionalizado, voltado para as redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica, destaca-se que, em 2018, foram concluídas 10 novas escolas e 9 ampliações e/ou reforma, e foram também iniciadas 13 novas obras, sendo 11 construções e 2 ampliações e/ou reformas, com o repasse às unidades federadas de R\$ 9,4 milhões, resultando em 71 mil matrículas.

Deu-se continuidade à oferta dos cursos de educação profissional técnica de nível médio, na forma concomitante, voltados a alunos matriculados no ensino médio por intermédio do Mediotec que, de 2016 a 2018, resultou em mais de 85 mil matrículas, com um investimento de mais de R\$ 700 milhões, cuja prioridade de atendimento voltou-se a jovens em situação de vulnerabilidade por meio de parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Social, que disponibiliza para as secretarias estaduais de educação listagem de jovens matriculados no ensino médio beneficiários do Programa Bolsa Família, além da mobilização de público para matrícula por meio da rede da Assistência Social. Ainda voltado a públicos prioritários, o Programa Nacional Mulheres Mil, realizado via Bolsa-Formação do Pronatec nas redes estaduais e distrital de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, alcançou, entre 2016 a 2018, um total de 16.718 matrículas.

Em 2018, foram investidos, no conjunto das iniciativas do Pronatec (excluindo o Acordo de Gratuidade) e também do Mediotec o total de R\$ 625,6 milhões (valores empenhados), alcançando a oferta de mais de 330 mil matrículas em cursos técnicos e Formação Inicial e Continuada – FIC, sendo: 89.243 matrículas de Bolsa Formação; 4.223 matrículas na Rede e-Tec; 166.157 matrículas na Rede Federal EPT e 71.124 matrículas na iniciativa Brasil Profissionalizado. Os números do Acordo de Gratuidade serão conhecidos a partir de março de 2019, quando o número total de matrículas para o ano de 2018 poderá ser consolidado. O total de matrículas nas iniciativas Pronatec foi de 1.220.923 em 2016 e 1.104.463 em 2017, totalizando 2.325.386 matrículas.

Na Expansão da Rede Federal, foram retomadas 16 obras paralisadas, continuadas 71 obras, iniciadas 102 novas obras e adquiridos equipamentos diversos para 73 campi da Rede Federal. Foram concluídas 240 obras e autorizado o funcionamento de mais 12 unidades, sendo 8 campi e 4 polos de inovação.

Na oferta de cursos de EPT na área de educação do campo, florestas e águas, o MEC desenvolveu ações que compreenderam o financiamento para criação e manutenção de 96 núcleos de estudo em agroecologia e produção orgânica (NEAs) em instituições da Rede Federal e em instituições de ensino superior, monitoradas pelo MEC e demais ministérios parceiros, com o repasse de R\$ 1 milhão para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

No âmbito da educação inclusiva, destaca-se o apoio aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), presentes em todas as 41 instituições da Rede Federal e que respondem pelas atividades de inclusão, permanência e êxito das pessoas com deficiência. Em 2018, foram repassados R\$ 5,2 milhões para a manutenção dos NAPNES e R\$ 2,8 milhões para a consolidação dos centros de referência para inclusão social, que iniciaram, em 2018, a oferta de Formação Inicial e Continuada e de Especialização, e ainda para aquisição, uso e desenvolvimento de tecnologia assistivas em quatro estados (IF Tocantins, IF Rio Grande do Sul, IF Amazonas e Colégio Pedro II no Rio de Janeiro).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Com vistas a ampliar o acesso à educação superior de qualidade, o MEC adota uma série de medidas para ampliar cursos e vagas nas universidades federais, interiorizar campus universitários, redefinir formas de ingresso, democratizar acesso a universidades privadas e desenvolver programas de assistência estudantil.

Quanto à expansão da Rede Federal de Educação Superior, foram criados mais 6 campi: Belo Jardim/PE, Camaçari/BA, Goiana/PE, Itapajé/CE, Salgueiro/PE e São Sebastião do Paraíso/MG. Segundo dados do Censo da Educação Superior, o número de matrículas na graduação presencial passou de 1,1 milhão no ano de 2015 para 1,2 milhão de alunos no ano de 2017. Em sua grande maioria, as universidades federais estão em processo de adequação de sua infraestrutura física devido à ampliação do quantitativo de alunos ocorrida na última década e à criação de novos campi e cursos. De 2016 a 2018, iniciaram-se 735 obras e foram concluídas 1.055 obras.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um sistema informatizado, instituído e regulamentado pelo MEC, de organização e unificação de acesso dos estudantes egressos do ensino médio aos processos seletivos de instituições públicas de educação superior. Em 2018, participaram do Sisu 130 instituições, de um total de 317 existentes. O percentual das instituições públicas participantes foi de 41,01%.

O Sistema UAB promove o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Em 2018, foram matriculados 211.294 alunos, 63,5 mil em graduações e 147,7 mil em especializações, em todas as áreas do conhecimento. Do total de alunos ativos, 36.170 correspondem a novas matrículas, 21,4 mil em graduações e 14,7 mil nas especializações. Para manter esses alunos, foram aplicados mais de R\$ 58,7 milhões para custeio dos cursos e R\$ 206,6 milhões em bolsas. Mantendo-se o patamar de alunos, o esforço de indução efetuado pela UAB tem o potencial de contribuir com a estimativa de 2,95% da Taxa Bruta de Matrícula no Ensino Superior. A expansão do Sistema poderia representar uma amplificação da capacidade de alcance dos objetivos da Meta 12 do PNE. Em 2018, o Sistema UAB reservou, no mínimo, 75% das vagas para a formação de professores em primeira ou segunda licenciatura, contemplando, em especial, os conteúdos previstos na BNCC.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) seleciona candidatos participantes do seu processo seletivo a partir das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e já atendeu, desde sua criação, em 2005, até 2018, mais de 2,4 milhões de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais, contemplando públicos específicos e temáticas da inclusão, dado o perfil de renda e as políticas de permanência.

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) concede financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao Programa. As alterações do Fies permitiram a oferta de financiamento aos estudantes a uma taxa de juro real zero e a garantia de financiamento de, no mínimo, 50% do valor do curso escolhido. Os critérios de entrada do Novo Fies, 450 pontos no Enem e renda per capita familiar de 3 salários mínimos, permaneceram os mesmos dos anos anteriores. Em 2018, foram ofertadas 100 mil vagas, sendo firmados 82,3 mil contratos, uma taxa de ocupação de 80%, além da renovação de 1,5 milhão de contratos de financiamento vigentes (considerando todos aditamentos contratados).

O Governo Federal deu continuidade às suas ações de fomento à pós-graduação. Uma importante estratégia para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) foi a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país: foram concedidas 103 mil bolsas de estudo e pesquisa, sendo 51,4 mil de mestrado/mestrado profissional, 44,5 mil de doutorado e 7 mil de pós-doutorado. Além dessas, foram concedidas 2.111 bolsas de outras modalidades (iniciação científica, pesquisador visitante, Idiomas sem Fronteiras, entre outras), totalizando mais de R\$ 2,1 bilhões que beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores de mais de 3,6 mil programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em 2018, também foram financiados 8.179 bolsistas no exterior (4.190 novas bolsas). Além disso, foram investidos R\$ 261,6 milhões para custear as atividades dos PPG e dos projetos de pesquisa aprovados, bem como para apoiar a realização de 1.073 eventos científicos e tecnológicos de curta duração no país. Merece destaque a concessão de R\$ 2,5 milhões em recursos de custeio e capital, em caráter emergencial, aos Programas de Pós-Graduação vinculados ao Museu Nacional, atingido pelo incêndio ocorrido em setembro de 2018, que consumiu grande parte de seu acervo e laboratórios, afetando os trabalhos de pesquisa de estudantes de pós-graduação e docentes. O total de discentes matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* chegou a 277.833, em 2017, quando foram concedidos 82.540 títulos de mestrado e doutorado.

Como parte da ação indutora, foram implementadas duas iniciativas voltadas para o desenvolvimento da pós-graduação de instituições localizadas na Região Amazônica: Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia) e Programa Visitante Nacional Sênior na Amazônia (PVNS/Amazônia). Ressalta-se a manutenção de programas de apoio à mobilidade acadêmica que visam reduzir as assimetrias regionais do SNPG, tais como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o PROCAD e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade (Pró-Amazônia), por meio dos quais foram concedidas 1,5 mil bolsas no país em 2018.

O Portal de Periódicos reúne e disponibiliza, a 414 instituições de ensino e pesquisa no Brasil, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais, publicadas em periódicos indexados. O Portal conta com um acervo de mais de 48 mil títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de e-books e bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais.

No período de 2016 a 2018, foram autorizadas 7.775 novas vagas em cursos de graduação em Medicina, das quais 2.100 vagas decorrem de editais de chamada pública e 5.675 de outros processos de autorização. Do total de 11.447 vagas definidas como meta pelo Governo Federal quando do lançamento do Programa Mais Médicos, foram aprovadas pelo MEC um total de 13.624 vagas de Medicina.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, atua na gestão de hospitais universitários federais (HUFs) em conjunto com as universidades federais. A Empresa administra 40 hospitais universitários de 32 instituições federais de ensino superior, distribuídos por 23 unidades da Federação. Além das unidades da Ebserh, a rede universitária federal conta com mais 10 unidades hospitalares que totalizam 50 unidades no país. Até o final de 2015, a Ebserh concluiu a fase de expansão de sua rede, apresentando números alinhados ao aumento da quantidade de contratos de gestão com os HUFs. Os últimos resultados apurados nos exercícios de 2016 e 2017 já apontam para avanços nos indicadores financeiros e de atendimentos hospitalares e ambulatoriais realizados pela rede de HUFs, com perspectivas de manter resultados positivos também em 2019.

GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

O MEC desenvolve um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento das relações colaborativas com órgãos executivos, normativos e de controle social dos sistemas de ensino, bem como mobiliza diferentes setores para a construção de consensos sucessivos em torno de temas estruturantes da política educacional.

Diante da aprovação da Lei do PNE, o MEC, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), presta assistência técnica aos estados, Distrito Federal e municípios para a elaboração ou adequação, monitoramento e avaliação de seus respectivos planos de educação, em consonância com o estipulado pela lei. Em 2018, as ações de cooperação federativa foram voltadas aos arranjos de desenvolvimento da educação (ADEs) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), consistiram basicamente no atendimento com vistas a sanar dúvidas e pendências de questões relativas aos programas do MEC e aos planos municipais de educação. Ainda em 2018, o MEC realizou encontro entre líderes de ADEs, com o objetivo principal de propor o desenho de um plano de ação (carta de intenções de apoio mútuo) visando ao fortalecimento dos ADEs no Brasil.

Em 2018, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Educação (Conae) na cidade de Brasília – DF, com o tema “A Consolidação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE): monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do direito à educação de qualidade social, pública, gratuita e laica”. A Conae contou com 1.500 participantes, entre autoridades, observadores, palestrantes e delegados natos e eleitos de 26 estados e do Distrito Federal, representantes dos diversos segmentos, de pais, estudantes, professores e gestores, e dos mais diversos setores da educação, indicados por entidades regionais.

Dentre as diversas ações para promover o aprimoramento da gestão, em cooperação federativa, destaca-se o PAR, instrumento que auxilia estados, Distrito Federal e municípios na elaboração de seu planejamento plurianual, apoiando-os no planejamento de suas políticas educacionais, além de ser um canal de comunicação permanente entre estes entes federados e o MEC. A execução do 3º Ciclo do PAR teve início em 2018, sendo pactuados novos termos de compromissos e emitidos empenhos para secretarias de educação estaduais e prefeituras

municipais, no valor de R\$ 1,5 bilhão, para 2.063 entidades. No 3º Ciclo, 5.338 municípios e 26 estados e o Distrito Federal concluíram a etapa de preparação, com levantamento de informações, o preenchimento do diagnóstico de suas redes de ensino e estão elaborando os seus planos articulados, voltados para as dimensões: gestão educacional; formação de profissionais da educação; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Relacionado à qualidade da gestão, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que deverá contemplar indicadores de rendimento escolar e de avaliação institucional, foi publicado o Decreto nº 9.432/2018, que regulamentou a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica. Além disso, o Inep trabalhou para ajustar os documentos de referência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de modo a alinhá-los às determinações da BNCC, aprovada em 2017. Em agosto de 2018, foram divulgados os resultados do SAEB 2017, a 1ª edição a avaliar os concluintes do ensino médio da rede pública de forma censitária. Houve participação voluntária das escolas privadas com oferta da 3ª série do ensino médio, por meio de adesão. Mais de 5,4 milhões de estudantes do 5º e 9º ano do ensino fundamental, e da 3ª série do ensino médio de mais de 70 mil escolas foram avaliados com testes de Língua Portuguesa e Matemática. Das escolas participantes, 80% cumpriram os critérios estabelecidos e terão seus resultados divulgados.

No que tange ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o MEC implementou, em 2018, processo de revisão dos aspectos atinentes à avaliação da educação superior existentes, por meio da Portaria Normativa nº 840/2018, a fim de explicitar e/ou redefinir os processos e procedimentos relativos ao tema. Além disso, realizou-se um trabalho de mapeamento de processo e análise de risco da coleta e divulgação de dados pessoais no âmbito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e dos produtos dele derivados. Foi iniciada implantação de um novo Sistema Enade, que possibilitará a integração entre as bases de dados do Censo da Educação Superior e o Enade, trazendo mais subsídios para o acompanhamento das ações das instituições de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para a formulação e implementação de políticas públicas educacionais, o Governo Federal tem como base estruturante toda a legislação vigente no país. Os elementos estruturantes para a política educacional em 2019 devem garantir que a educação de qualidade chegue às escolas, atendendo a cada cidadão. Para tanto, devem ser realizadas ações concretas que sejam percebidas no cotidiano escolar e impactem positivamente no fortalecimento das famílias.

O principal desafio que se impõe é o de melhorar a qualidade da educação através do aprimoramento de políticas e processos educacionais, com maior eficiência do gasto público, uma vez que, apesar dos avanços em termos de cobertura, permanece o desafio de melhoria da qualidade do ensino. O Governo Federal avaliará, com critérios técnicos e pautados em evidências, políticas e programas implementados no âmbito do Ministério da Educação e promoverá aperfeiçoamentos ou mudanças necessárias. Para medir a efetividade de todas as ações propostas, serão priorizados o estudo e a análise de indicadores, que servirão para evidenciar, de forma transparente, os resultados alcançados, bem como a formulação de novas ações.

PROGRAMA 2035

ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O Programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento objetiva propiciar o acesso à prática esportiva pela população, como um direito de todo cidadão, independentemente de idade e classe social. Ele é pautado sob três dimensões, definidas na Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, quais sejam: esporte de rendimento, esporte de participação ou de lazer e o esporte educacional.

Nesse sentido, o programa foi estruturado em quatro objetivos: (i) fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor; (ii) ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais; (iii) tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas; e (iv) preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

O programa, além de contar com recursos do orçamento da União, recebe também recursos extraorçamentários provenientes da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo ao Esporte - LIE). Em 2018, foi captado um montante aproximado de R\$ 243 milhões, valor que pode sofrer ajustes após a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF) em março de 2019.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Esporte, Cidadania e Desenvolvimento, destaca-se o Controle de Dopagem realizado em atletas, que passou de 2.146 testes, em 2016, para 7.584 em 2018. Quanto à execução das principais metas, as mesmas são apresentadas organizadas por Objetivo, a seguir.

FOMENTO AO FUTEBOL E DEFESA DO DIREITO DO TORCEDOR

Em 2018 foram formalizados 21 convênios e 05 contratos de repasse com a Caixa Econômica, visando o apoio à realização de campeonatos/copas/torneios de futebol feminino e masculino, a implantação de núcleos de futebol de base e construção e reforma de infraestrutura voltada ao futebol e suas modalidades derivadas (futsal e *beach soccer*, amador). Além disso, foram iniciados 28 convênios para a realização de torneios de futebol e suas derivações e 02 Termos de Execução Descentralizada, sendo um com a Universidade Federal de Viçosa para a realização do 7º Soccer Experience, e um com a Universidade Federal de Santa Catarina, onde foram realizados um seminário internacional de pesquisa em futebol, futsal e beach soccer, e um simpósio de futsal e futebol, respectivamente.

No que cabe ao futebol feminino, foi firmado um convênio com a Prefeitura Municipal de Paulista/PE para a realização da Taça Cidade do Paulista de Futebol Feminino do Nordeste, que contou com a participação de 24 equipes de futebol feminino, 480 atletas, beneficiando 600 atletas, entre amadoras e profissionais.

Ainda no ano de 2018, foram realizadas as 2ª, 3ª e 4ª Clínicas de Futsal Feminino, possibilitando não somente o fomento à prática esportiva dessa modalidade, como um ambiente adequado de treinamento para a Seleção Brasileira de Futsal Feminino Principal e Sub-20, onde as atletas passaram por uma semana de treinos e participaram de ações direcionadas para o público em geral, professores e alunos da rede pública de ensino. Houve também palestras e oficinas com os membros da Comissão Técnica da Seleção Brasileira de Futsal Feminino, com o objetivo de

multiplicar conhecimento na área e disseminar o modelo de jogo utilizado pela Seleção Brasileira.

O programa Seleções do Futuro, que visa democratizar a prática do futebol de base pelo Brasil e contribuir para melhoria da capacidade física e habilidade motora de crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, aprovou, em 2018, 444 propostas de municípios aptos a participarem do programa, sendo que cada núcleo será composto por até 200 crianças e adolescentes com atividades desenvolvidas no contraturno escolar, com treinamentos de frequência mínima de duas vezes na semana e um mínimo de 90 minutos diários, em dias alternados. Atualmente, 47 convênios encontram-se em execução, com mais de 9 mil beneficiários.

Em 2018, foi realizado o curso de Avaliação de Risco para Estádios de Futebol, em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), com o objetivo de criar um protocolo de atuação das forças policiais especializadas em segurança nos estádios, em conjunto com as federações de futebol do país e gerentes de segurança dos estádios, para uma ação integrada, padronizada e eficaz no combate a violência em arenas.

ACESSO DA POPULAÇÃO AO ESPORTE E AO LAZER

Entre as políticas empreendidas com finalidade de esporte educacional, destaca-se o Programa Segundo Tempo (PST), que em 2018 beneficiou mais de 82 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas suas diversas vertentes (Padrão, Universitário e Paradesporto). Para tanto, estiveram vigentes 101 parcerias que correspondem a 750 núcleos implementados.

Em 2018, o Termo de Execução Descentralizada do Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte (PROFESP), relativo ao Plano de Ações Emergenciais no Estado do Rio de Janeiro, atendeu 27 Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea do Brasil, sendo beneficiados, em 30 núcleos, cerca de 3 mil crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, de 06 a 18 anos de idade, regularmente inscritos no sistema de ensino público.

Destaca-se ainda, o Projeto Piloto Iniciação e Aprimoramento de Modalidade Esportiva, cujo objetivo é a oferta de modalidades esportivas e paradesportivas específicas, com caráter educacional, a fim de contemplar crianças, adolescentes e jovens de 06 a 21 anos. O Projeto Piloto conta com duas parcerias vigentes, com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e com o Governo do Distrito Federal, sendo 1,3 mil beneficiados, em 27 núcleos de 14 municípios.

Em referência ao esporte educacional, há também projetos específicos, que abrangem o desenvolvimento de diversas modalidades como atletismo, futebol, natação, remo, *beach soccer*, entre outros, para diversos públicos, como: pessoas com deficiência física, portadoras do transtorno de espectro autista, comunidades em vulnerabilidade, dentre outros. Em 2018, foram 12 parcerias, beneficiando 2,5 mil pessoas, em 23 núcleos.

No âmbito do Programa Emergencial de Ações Sociais do Estado do Rio de Janeiro os projetos de lazer e inclusão social beneficiaram 44.500 pessoas, em 293 núcleos e 1.036 profissionais foram capacitados para atuar nos projetos.

Em relação ao esporte de participação, o ME desenvolve os Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC), Vida Saudável, e promove continuamente a realização de eventos.

O PELC proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para todas as faixas etárias e pessoas com deficiência, estimulando a convivência social. Ele possui dois tipos de núcleos: urbanos e os povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, dentre outras). Em 2018, foram beneficiadas 225 mil pessoas, em 555 núcleos implementados em 75 convênios.

O Vida Saudável visa a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer, precipuamente, para pessoas idosas e com deficiência. Em 2018, foram beneficiadas 17 mil pessoas, em 84 núcleos que foram firmados por meio de 16 convênios.

Ainda no ano de 2018, o projeto Brincando com Esporte proporcionou atividades de esporte e lazer nos períodos de férias escolares para 2,4 mil crianças e adolescentes, e o projeto Esporte e Cidadania, que tem como público alvo pessoas na faixa etária de 06 a 21 anos em situação de vulnerabilidade social ou que cumpram medidas socioeducativas nas unidades de internação e semiliberdade, beneficiou 15,6 mil entre crianças, adolescentes e jovens em 156 núcleos.

O Programa REDE CEDES é uma ação de fomento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, por meio da qual são apoiadas grandes pesquisas, que contribuem com o aperfeiçoamento da gestão do esporte e do lazer e a promoção da equidade regional no desenvolvimento da ciência, sendo difundido também, o conhecimento por meio de eventos científicos e publicações de livros, cartilhas e periódicos. A Rede conta com participação de 82 instituições de ensino superior e o envolvimento crescente de 114 Grupos de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer e 335 pesquisadores. Em 2018, foi alcançado um público-alvo de mais de 13mil participantes diretos.

BRASIL NO ROL DAS POTÊNCIAS ESPORTIVAS MUNDIAIS

O Programa Bolsa Atleta, pelo qual se busca garantir condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e às competições, sejam nacionais ou internacionais, completou 13 anos de existência, tendo concedido mais de 63 mil bolsas para 26,5 mil atletas em suas seis categorias: (i) Atleta Estudantil; (ii) Atleta de Base; (iii) Atleta Nacional; (iv) Atleta Internacional; (v) Atleta Olímpico e Paralímpico; e (vi) Atleta Pódio, sendo considerado o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo.

No ano de 2018, 3.058 atletas foram contemplados, sendo 2.097 atletas olímpicos e 961 atletas paralímpicos, distribuídos em 64 esportes diferentes. Do total de beneficiados, 1.799 são homens e 1.259 mulheres. Na categoria Atleta Pódio, 277 atletas foram contemplados, sendo 130 atletas olímpicos e 147 atletas paralímpicos, distribuídos em 35 modalidades diferentes, beneficiando 170 homens e 107 mulheres.

O Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que visa fomentar a iniciação esportiva e a formação de atletas, finalizou o exercício de 2018 com 134 operações ativas em 132 municípios brasileiros. Em 2018, foram inaugurados 10 CIEs: Rio Branco/AC, Uberlândia/MG, Cascavel/PR, Curitiba/PR (2 unidades), Petrópolis/RJ, Barueri/SP, Itapevi/SP, Santana de Parnaíba/SP e Taboão da Serra/SP e mais doze unidades estão com inauguração prevista para os primeiros cem dias de 2019. Outras oito unidades estão com evolução acima de 75, com estimativa de inauguração no primeiro semestre de 2019.

No âmbito do Controle de Dopagem, o ano de 2018 foi marcado pelo intenso trabalho da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) nas ações de Educação e Informação e na execução do Plano de Distribuição de Testes (PDT). Nesse ano, o PDT foi planejado com vistas a cumprir as exigências específicas da *World Anti-Doping Agency* (WADA) em relação

a novos métodos analíticos, e ainda a atualização dos já existentes, atendendo assim ao imposto da nova lista de substâncias e métodos proibidos. Pelo PDT foram realizados 7.584 testes em competição e fora de competição, distribuídos entre Autoridade de Coleta, Gestão de Resultados e Autoridade de Testes.

Dos testes realizados em 2018, 56 casos apresentaram resultados analíticos adversos, quatro foram testes cegos, três foram delegados à Organização Internacional Antidopagem, e 49 foram conduzidos pela ABCD. Destes, quatro foram julgados, seis foram encerrados, 13 estão com gestão preliminar em andamento, e 26 pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD). Outros tipos de violações totalizaram 12 casos, sendo nove casos foram enviados ao TJD-AD, dois casos ficaram em gestão preliminar e um caso foi encerrado.

GESTÃO DO LEGADO ESPORTIVO

A Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO), instituída com a função de administrar o legado patrimonial e financeiro deixado pelas Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, é responsável pelas instalações localizadas no Parque Olímpico da Barra da Tijuca: Arena Carioca 1, Arena Carioca 2, Centro de Tênis e Velódromo, como também pelas instalações que se encontram no Centro Olímpico de Deodoro, mediante acordo de cooperação entre o Ministério do Esporte e o Exército Brasileiro.

Com intuito de aproveitar melhor as instalações, a AGLO disponibilizou-as para diversos eventos, sejam de natureza esportiva, recreativa, cultural, religiosa e educacional. Em 2018, as arenas do parque olímpico recepcionaram jogos de basquete da NBB, finais da superliga de vôlei, campeonatos nacionais e internacionais de jiu-jitsu, tênis de mesa, karatê, badminton, futsal, *wrestling*, beach soccer e de esportes eletrônicos, como o Game XP. O velódromo do parque olímpico recebeu o Mundial de Paraciclistismo de Pista, contando com mais de 170 atletas, de 30 países, que disputaram 114 medalhas.

Outra ação realizada foi a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com confederações e institutos, entre eles, Instituto Reação, Instituto Irmãos Nogueira, Team Águia Futevôlei para utilização das arenas com projetos sociais e de alto rendimento, atendendo mais 600 pessoas, entre atletas e crianças carentes.

Em 2018, A AGLO trabalhou também para o desenvolvimento de uma modelagem adequada de gestão do legado olímpico, em especial, houve articulações com o município do Rio de Janeiro e foi instituído um grupo de trabalho intersetorial com objetivo de auxiliar o processo de desestatização do parque olímpico da Barra da Tijuca.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No âmbito do esporte educacional, a Portaria nº 12, de 25 de abril de 2018, prorrogou por 12 meses o Edital de Chamamento Público nº 1/2017, que convoca as entidades para estabelecer parcerias para a execução do Programa Segundo Tempo, com objetivo de ampliar o número de crianças, adolescentes e jovens que são atendidos pelo programa. Sendo assim, em novembro de 2018, foram convocados 33 proponentes, dos 739 aptos para formalização de parcerias, que foram classificados na 2ª colocação por estado no referido Edital.

No que cabe ao esporte de participação e de lazer, a Portaria nº 06, de 05 de março de 2018, homologou o resultado final da seleção de propostas do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, com intuito de ampliar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da implantação de núcleos para todas as idades, inclusive pessoas com deficiência, que vivem em

áreas de vulnerabilidade social. Em agosto de 2018, foram convocados 24 proponentes, das 864 propostas aptas, classificados na 1ª colocação por estado, para iniciar os procedimentos de formalização da parceria.

Em 2019, pretende-se executar a quarta fase do Projeto Avaliação de Riscos para Estádios de Futebol (AREF), cuja ideia central é o desenvolvimento de uma metodologia consistente e abrangente de avaliação de riscos, que englobe todos os fatores considerados potenciais geradores de episódios de violência não apenas no interior dos estádios como também em seu entorno. Essa fase consiste na aplicação prática de todo aprendizado gerado ao longo das três primeiras fases, onde os profissionais capacitados deverão atuar como disseminadores da metodologia em suas regiões, estimulando a integração entre os atores envolvidos em aperfeiçoar a segurança nas partidas de futebol dos campeonatos regionais, estaduais e nacionais.

Em relação ao Esporte de Rendimento, a programação base do Plano de Distribuição de Testes, para 2019, será de cerca de 7.000 coletas de amostras válidas, seguindo os padrões internacionais orientados pelo código mundial.

O Bolsa Atleta, em 2019, terá como objetivo expandir o alcance do programa para desportistas que realmente necessitam do auxílio público para o pleno desenvolvimento de suas capacidades, sendo que, as pessoas com deficiência terão olhar especial, com destaque para o paradesporto e a formação de atletas paralímpicos.

PROGRAMA 2015

FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A Constituição Federal de 1988 considerou a saúde como um direito social da população e estabeleceu competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios para normatizar, de forma complementar, o funcionamento do sistema de saúde.

Para operacionalizar essas determinações, a Constituição instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo a responsabilidade de financiamento compartilhada pelas três esferas administrativas, a gestão central de competência do Ministério da Saúde (MS), a execução das ações descentralizada e a direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

As Leis 8.080/90 e 8.142/90, que regulamentaram os dispositivos constitucionais relativos ao Sistema Único de Saúde, adotaram princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, a integralidade e a equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema.

Assim, as linhas de atuação do Programa Temático 2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde visam dar concretude à execução das ações e serviços públicos de saúde, promovendo a integralidade, por meio da oferta de serviços em todos os níveis de atenção, da básica à especializada, inclusive a terapêutica, a vigilância em saúde, e a regulação dos serviços e produtos, além da participação privada em caráter complementar e suplementar.

Nesse cenário, a seleção dos objetivos que dão sustentabilidade ao Programa Temático 2015 levou em consideração a operacionalização de uma estrutura de serviços que favoreça os seus propósitos e cumpra os preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade. Para viabilizar essa premissa e cumprir os atributos constitucionais, os objetivos guardam uma forte inter-relação, de forma que a consecução de cada um potencializa a dos demais. Em seguida é possível observar a evolução dos objetivos do Programa Temático 2015, por meio dos resultados de suas principais metas no período anterior ao início do PPA, ano de 2015, até o ano de 2018, o mais recentemente monitorado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

AMPLIAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA E ESPECIALIZADA

Observa-se que a atenção básica tem na Estratégia de Saúde da Família a sua principal linha de atuação. Em 2015 a cobertura da população brasileira era de 62,5%, com 40,16 mil equipes atuando. A expansão da cobertura contou com o crescimento da implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF) Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Em 2017 alcançou cobertura de 63,91% por meio de 41,12 mil equipes, e este número foi ampliado para 42,97 mil em 2018, o que corresponde à cobertura populacional de 64,19%.

Dando complementariedade à atuação em atenção básica, em 2015 havia 24,46 mil Equipes de Saúde Bucal (ESB) atuando no País. Em 2018 o número de ESB chegou a 26,71 mil, com uma cobertura populacional de 42,14%. Já em relação à atenção especializada em saúde bucal,

ressalta-se que em 2018 alcançou-se o número de 1.139 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em funcionamento.

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o SUS, o que inclui municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade, municípios do grupo G100 e capitais. No âmbito do Programa Mais Médicos, havia 18.240 vagas disponíveis para médicos em 2018, das quais 5.846 foram homologadas com brasileiros selecionados após a saída de 8.517 médicos da cooperação com Cuba. Estão também em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência.

Ressalta-se que, enquanto em 2016 havia 13.375 Unidades Básicas de Saúde - UBS com o prontuário eletrônico implantado, em dezembro de 2018 o número havia subido para 21.141 UBS, o que corresponde a 49,3% do total de UBS do País.

Quanto à atenção especializada em saúde, destaca-se que, das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% ocorrem pelo SUS. Em 2015, o índice de transplantes de órgãos sólidos estava em 37,95 procedimentos por milhão da população, o qual foi elevado para 42,46 por milhão da população em 2018. Registra-se também o crescimento do número de doadores efetivos: mais de 3,5 mil doadores efetivos em 2018, ao passo que em 2015 eram 2,8 mil.

No intuito de realizar o rastreamento do câncer de mama e do câncer de colo do útero, entre os meses de janeiro a novembro de 2018 foram realizadas 3,5 milhões de mamografias bilaterais, sendo 2,2 milhões em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos. E entre janeiro e outubro de 2018, foram realizados 7,8 milhões de exames, dos quais 6,3 milhões em mulheres de 25 a 64 anos de idade.

Aprimoramento das Redes de Atenção à Saúde - RAS

A atual forma de organização espacial da atenção é a Região de Saúde, que se constitui no espaço geográfico contínuo, constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde. É nas regiões de saúde que se organiza a oferta em busca da integralidade.

A Rede de Urgência e Emergência – RUE tem por objetivo articular e integrar os diferentes componentes e serviços que desempenham funções complementares no cuidado à saúde, englobando os serviços de Atenção Básica, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as Portas Hospitalares de Urgência, os serviços de retaguarda hospitalar e os serviços pré-hospitalares móveis, representados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e suas Centrais de Regulação.

Atualmente estão em funcionamento 614 Unidades de Pronto Atendimento (UPA – 24h), beneficiando uma população potencial estimada em 122,5 milhões de habitantes. Só em 2018 entraram em funcionamento 42 novas unidades. Em 2015 estavam em funcionamento 427 UPAs.

Um dos principais componentes da RUE, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) contava, em 2015, com uma cobertura populacional de 76,92% da população local. Em 2018 esta cobertura foi elevada para 82,76%.

Houve também evolução da oferta de leitos de UTI e de cuidado intensivo - UCI no País. Em 2016 foram habilitados 1.180 leitos de UTI (adulto, pediátrico, neonatal e coronariana) e 858 de UCIN (neonatal convencional e neonatal canguru). Em 2017 foram habilitados 976 leitos, sendo 438 de UTI e 538 de UCIN. Já em 2018 foram habilitados 1.026 leitos, sendo 691 de UTI e 335 de UCIN. Estes números relativos às novas habilitações somam-se, anualmente, ao quantitativo dos leitos de UTI e UCI existentes no SUS, totalizando 25.144 leitos até novembro de 2018 (21.457 UTI e 3.687 UCI). Verifica-se uma ampliação do número de leitos de UTI e UCIN ofertados no Brasil desde 2015.

No âmbito da saúde mental, a operacionalização da atuação em rede conta com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com características distintas, a depender do porte do município, variando assim os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes e usuários de álcool e outras drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes. Em 2016 foram implantados 102 CAPS, em 2017 houve implantação de 80 e em 2018 ocorreram 30 implantações, totalizando 2.581 CAPS em funcionamento no País.

A Rede de Atenção Psicossocial também conta com 1.455 leitos de saúde mental implantados em hospitais gerais de estados e municípios.

Para fortalecer, ampliar e qualificar as ações de reabilitação e de prevenção precoce de incapacidades, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS para a atenção às pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências, de forma integrada, articulada e efetiva, nos diferentes pontos de atenção. O ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação é o Centro Especializado em Reabilitação (CER). Em 2018 havia 217 CER em funcionamento no País.

Cuidado Integral às Pessoas em seus Ciclos de Vida

Ainda no campo da atenção à saúde, o Objetivo 1126 visa promover o atendimento a segmentos populacionais com características específicas e em situação de vulnerabilidade social.

Com relação às crianças, as carências nutricionais, especialmente a anemia e a hipovitaminose A, ainda estão presentes em populações específicas do Brasil. Assim, o Ministério da Saúde apoia a implantação da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS), com a aquisição e encaminhamento de sachês de micronutrientes aos estados. No 1º ciclo de fortificação de 2018 foram suplementadas 138.680 crianças de 6 a 48 meses de idade com esses sachês, em creches públicas ou conveniadas ao poder público.

Já em relação aos adolescentes, foi focalizado o segmento populacional em conflito com a lei, por meio da ampliação das equipes de Atenção Básica Prisional (eABP). Em 2015 havia 60 equipes implantadas, e em dezembro de 2018 totalizavam 111 as equipes implantadas, quase o dobro do quantitativo inicial, as quais estão presentes em 58 municípios de 15 estados brasileiros.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Com a finalidade de prestar suporte medicamentoso às prescrições médicas resultantes das linhas de atenção, o Objetivo 0726 – Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS - destaca a promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, o qual teve como prioridade o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza.

Assim, em 2018 houve uma expansão da rede credenciada para mais 42 municípios, passando para 4.383 municípios, ou seja, 78,7% dos municípios brasileiros possuem acesso ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Pela primeira vez, o Brasil terá um norteador do planejamento das ações de Vigilância em Saúde. Aprovada por meio da Resolução CNS nº 588, de 12 de julho de 2018, a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) traz propostas da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, com definições claras de responsabilidades, princípios, diretrizes e estratégias, além da garantia do financiamento das ações da vigilância em saúde, de forma tripartite, com recursos e tecnologias necessários ao cumprimento do papel institucional das três esferas.

Como norteadora da agenda estratégica do Ministério da Saúde para ampliação do acesso e cuidado integral em HIV, Hepatites virais e outras IST, está a Prevenção Combinada, construída a partir da lógica de que nenhuma intervenção, isoladamente, é suficiente para reduzir a incidência dos agravos. Atualmente, são mais de 580 mil pessoas em tratamento e, dentre as que fazem acompanhamento laboratorial no SUS, mais de 93% (345 mil de 396 mil) apresentam carga viral suprimida (abaixo de 1000 cópias/ml). Um dado de sucesso da estratégia adotada e do compromisso político das três esferas de gestão do SUS e da sociedade civil.

No ano de 2018, foram notificados no Brasil 7.531 casos humanos de febre amarela. Destes, 1.305 foram confirmados, dos quais 446 vieram a óbito. Desde o início de 2017 até o momento, o Ministério da Saúde enviou 53,2 milhões de doses extras da vacina contra Febre Amarela (em 2017, foram 33,7 milhões, e em 2018, 20,3 milhões) para os cinco estados que registraram casos suspeitos da doença (MG, SP, ES, RJ e BA). Além disso, distribuiu 12,7 milhões de doses da vacina na rotina para todas as unidades da federação, de janeiro de 2018 até o momento.

No intuito de contribuir para a prevenção de doenças crônicas, foram assinados cinco termos de compromisso até 2018, com metas para a redução gradual dos teores de sódio em alimentos. Segundo dados informados pelo setor produtivo de alimentos, estima-se que esta iniciativa reduza cerca de 28 mil toneladas de sódio, considerando os quatro primeiros termos de compromisso assinados. Além disso, na continuidade da agenda de prevenção de doenças crônicas, ao final de 2017 foram estabelecidas metas de redução dos teores de açúcar para bebidas adoçadas, bolos, biscoitos, achocolatados em pó e produtos lácteos, a partir das quais se estima a retirada de 144,6 mil toneladas de açúcar do mercado até 2022.

Com relação à promoção da saúde, o Programa Academia da Saúde trabalha com a implantação de espaços públicos (polos) onde são desenvolvidas atividades voltadas para a promoção de práticas corporais e atividade física, alimentação saudável, modos saudáveis de vida e produção do cuidado por meio de ações culturalmente inseridas e adaptadas aos territórios locais. Houve

um aumento considerável no quantitativo de polos de Academia da Saúde implantados, passando de 446 em 2015 para 1.354 Polos do Programa Academia da Saúde custeados em 2018.

Quanto à vigilância de produtos, entre 2015 e 2018 o tempo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos inéditos foi reduzido de 75 dias para 51 dias.

APRIMORAMENTO DA GESTÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

O Ministério da Saúde é responsável pela coordenação nacional do SUS e a exerce por meio de execução descentralizada, com a participação dos demais entes federativos, centrada na garantia do acesso, gestão participativa e transparente, participação social e financiamento estável. É também importante desafio da gestão a qualificação dos instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS, bem como a capacitação de gestores e profissionais de saúde.

Em 2018 foram qualificados 381.912 profissionais e gestores de saúde em processos de educação com foco na atenção básica, nas redes de atenção à saúde e em programas prioritários.

O Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência) vem financiando a abertura de vagas de residência médica em especialidades e regiões prioritárias, definidas por gestores do SUS. Em 2018, 9.697 novos bolsistas foram beneficiados pelo Pró-Residência. Em 2015 foram 6.728 os beneficiados.

Cabe também mencionar que de 2016 a 2018, foram implantados 278 serviços de ouvidorias do SUS no Brasil, sendo 131 somente em 2018, saltando de 1.644 serviços em 2015 para 1.922 em 2018, atingindo 16,9% de crescimento.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PESQUISA EM SAÚDE

Com respeito à geração e disseminação do conhecimento, bem como à expansão da produção de insumos e produtos de interesse do SUS, foi criado um objetivo específico que visa aperfeiçoar e ampliar a capacidade de inovação e de produção, trata-se do Objetivo 0727. No decorrer do PPA foram previstas 800 pesquisas fomentadas. Até 2018 já foram fomentadas 851, ultrapassando a meta prevista em 6%.

Instituído em março de 2018, o Plano de Ação de Pesquisa Clínica no Brasil é uma iniciativa inédita no País. Resultado de um trabalho conjunto do Ministério da Saúde com diversos atores estratégicos e potenciais parceiros, tem por objetivo principal aumentar a capacidade brasileira de desenvolver e atrair ensaios clínicos. Esse é o tipo de pesquisa responsável pelo início da cadeia de desenvolvimento de produtos inovadores.

Quanto ao Complexo Produtivo da Saúde, cabe mencionar que, em 2018, 9 Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo encontram-se em fase de verificação das etapas de transferência de tecnologia pelas instituições públicas (Fase IV – Internalização de Tecnologia - fase de finalização do processo de desenvolvimento, transferência e absorção da tecnologia da PDP em condições de produção no País e portabilidade tecnológica pela instituição pública).

Além disso, nesse período foram incorporadas 38 tecnologias em saúde no SUS, entre medicamentos, produtos e procedimentos.

MARCO REGULATÓRIO DA SAÚDE SUPLEMENTAR

Este objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir, de forma complementar, para o atendimento das necessidades de saúde do país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com o equilíbrio dos atores do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Busca-se também reduzir o passivo de processos administrativos de ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde que se encontram em avaliação pela Agência Nacional de Saúde (ANS), considerando-se os atendimentos de beneficiários de planos de saúde identificados no SUS que foram impugnados pelas operadoras e os recursos administrativos das empresas às decisões de 1ª instância.

Verifica-se que 99,72% do passivo de atendimentos à saúde realizados no SUS, por usuários de plano de saúde, foram analisados ao longo dos anos de 2016 a 2018, superando a meta prevista de 72,11% para o período 2016-2018.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Esse panorama demonstra que no exercício de 2018 houve desafios e avanços na atuação do SUS, orientado por uma agenda de prioridades que levou em consideração o uso racional dos recursos e a elevação dos níveis de produtividade. Nesse contexto, as indicações de atuação futura que se pode inferir para o Programa 2015 evidencia o prosseguimento da agenda iniciada em 2016, com destaque para ações que visem à maior eficiência do gasto para expansão do atendimento à população, bem como o reforço dos procedimentos de monitoramento e avaliação. A execução de emendas parlamentares continuará a ter papel relevante, contando com a intensificação de sinergias entre as propostas que transmitem e a programação própria da pasta.

Entre as perspectivas de atuação para 2019 e anos subsequentes destaca-se que a Atenção à Saúde será uma das prioridades do novo Governo Brasileiro. Para isso, as principais diretrizes no âmbito do MS serão a gestão eficiente das disponibilidades financeiras, com finalidade de dar mais qualidade ao seu emprego em recursos humanos, físicos e tecnológicos.

Com relação à Atenção Primária em Saúde (APS), ênfase será dada ao maior cadastramento da população aos serviços, à promoção da atividade assistencial dos profissionais da equipe de Saúde da Família, à extensão do horário de atendimento e ao aumento do número de equipes de Saúde da Família. Além da ampliação do acesso, buscar-se-á aumentar a qualidade assistencial por meio da adoção de linhas de cuidado baseadas em evidências, da ampliação do uso do Prontuário Eletrônico, da introdução de tecnologias de Telessaúde, da definição de uma carteira ampla de serviços e ações, assim como da mudança no método de monitoramento e avaliação da APS, focando principalmente nos seus atributos essenciais e nos resultados alcançados.

Em relação ao Programa Mais Médicos, após resolver-se a questão das vagas não ocupadas pelo rompimento unilateral do acordo com Cuba, será apresentado novo programa de provimento médico centrado na formação de recursos humanos para a APS, assim como na carreira médica para áreas de difícil provimento. Será priorizada a ampliação da Residência Médica e Profissional no âmbito do SUS em parceria com as Instituições de Ensino e as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, com indução financeira por parte do MS.

No segmento da Atenção Especializada, Hospitalar e de Urgências, o foco será na redução da lista de espera para consultas especializadas, procedimentos e internações, buscando-se o equilíbrio entre demanda e oferta de serviços. Pretende-se intensificar a regulação clínica com apoio de Telessaúde, a fim de qualificar a demanda por serviços, levando para as Unidades Básicas de Saúde uma resolutividade mais abrangente. Além disso, o mapeamento acurado da oferta de serviços especializados e hospitalares será realizado com o intuito de aumentar a oferta aliada à qualidade, dando maior escala de atendimento aos centros hospitalares, principalmente por meio de contratos entre entes públicos e privados que garantam a eficiência no uso do recurso público, assim como a correção na prestação dos serviços, com a devida transparência que a administração pública impõe.

No âmbito das doenças infecciosas, objetiva-se ampliar estratégias de prevenção e a oferta de serviços de diagnóstico e manejo, facilitar o seguimento de protocolos clínicos pelos profissionais de saúde, incorporar tecnologias mais contemporâneas e de monitoramento individual e confidencial de portadores desses agravos, a fim de aumentar e garantir o êxito dos tratamentos e evitar a baixa adesão.

Por fim, as doenças crônicas serão enfrentadas com a incorporação de linhas de cuidado transversais a todos os níveis assistenciais, com a garantia da formação, capacitação e adequação do processo de trabalho multiprofissional, assim como dos insumos necessários. Pretende-se ampliar a discussão com o Legislativo a fim de produzir leis voltadas à diminuição dos fatores de risco em nível populacional, além de incentivar por meio da atividade física e da alimentação mais apropriada a diminuição da presença dos fatores de risco em nível individual.

PROGRAMA 2012

FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar abrange objetivos, compromissos e medidas que visam promover os avanços necessários e o enfrentamento dos desafios ainda existentes nas políticas agrícolas para a agricultura familiar. Os objetivos incluem os instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado, de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e inovação, de apoio à organização econômica e inserção em mercados públicos e privados, de promoção da produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade e de contribuição para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva da população rural em situação de pobreza. Na avaliação do programa para o exercício de 2018, destacam-se os seguintes objetivos: crédito e seguro; ATER; acesso aos mercados e cooperativismo; promoção da agroecologia; autonomia das mulheres rurais e cooperação internacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

CRÉDITO E PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO E DA RENDA

A execução do objetivo de ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), proporcionou a manutenção de diversas conquistas dos anos anteriores, bem como permitiu alguns avanços. As condições básicas para acesso ao crédito, no ano-safra 2018-2019, foram, de forma geral, melhoradas, com aumento do montante e redução das taxas de juros pagas pelos tomadores. Dentre as principais conquistas para a Safra 2018/2019, destaca-se a elevação: do volume disponibilizado de R\$ 30 bilhões para R\$ 31 bilhões para operações de crédito do Pronaf e do limite de renda para enquadramento da unidade familiar na DAP para R\$ 415 mil.

Outras conquistas foram: a manutenção da taxa de juros na linha Pronaf B em 0,5% ao ano; a ampliação do limite de financiamento de R\$ 35 mil para R\$ 60 mil na linha Pronaf Investimento em operações com riscos para União ou Fundos Constitucionais; eliminação do teto de R\$ 800 mil reais para financiamentos coletivos na linha Pronaf Mais Alimentos; redução da taxa de juro da linha Pronaf Produtivo Orientado de 4,5% para 2,5% ao ano; redução da taxa de juro de 5,5% das operações de investimento e custeio para 4,6% ao ano; e elevação do limite de financiamento para Cooperativas Singulares de R\$ 10 milhões para R\$ 15 milhões na linha Pronaf Industrialização de Agroindústria.

O Plano Safra se tornou trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Os valores financiados em 2018 perfazem o montante de R\$ 23.885.377.440,59 e o número de contratos perfaz o total de 1.272.278. Portanto, no período de 2016 a 2018, alcançou-se a meta de 4,42 milhões de contratos.

O desempenho da linha de microcrédito do PRONAF está como esperado, perfazendo um total de 518.546 contratos. O volume total financiado em 2018 foi de R\$ 1.698.420.806,94. Portanto, no período 2016-2018, alcançou-se a meta de 1,83 milhões de contratos.

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) atendeu mais de 299 mil agricultores na safra 2017-2018, com um valor segurado totalizando R\$ 10,2 bilhões, beneficiando mais de 3 mil municípios. Os limites de cobertura da Receita Líquida Segurável (R\$ 40 mil para lavouras

permanentes e olerícolas e R\$ 22 mil para as demais culturas) têm sido importantes para assegurar condições adequadas de cobertura para a maior parte das lavouras cobertas pelo SEAF. Outro aspecto importante é a possibilidade de amparar culturas não abrangidas pelo Zoneamento Agrícola de Risco Climático, mediante indicação da assistência técnica, possibilitando atender todas as culturas financiadas no custeio agrícola do Pronaf.

Por fim, no Programa Garantia Safra, em 2017/2018, foi oferecida a proteção a 1,35 milhão de famílias agricultoras de baixa renda que moram na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que possam sofrer perda de safra por motivo de estiagem, principalmente. Houve a adesão de 903.452 agricultores de 1215 municípios do Nordeste e do Semiárido Brasileiro. O benefício é de R\$ 850,00.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

No ano de 2018, deu-se continuidade às operações da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com o objetivo de viabilizar e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em prol de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Em 2018, foram atendidas pela ANATER, 92.326 famílias, 6.200 povos e comunidades tradicionais e 1.222 organizações/cooperativas. Foram formados 4.455 agentes de ATER e 328 gestores de ATER. Durante o exercício, foram empenhados, em favor da Agência, R\$ 74.237.325,00, para continuidade das ações em 2019.

Em 2018, 94.075 famílias foram assistidas por ações de ATER contratadas diretamente pela SAF. Assim, no período de 2016 a 2018, 563.293 famílias da agricultura familiar foram beneficiadas com ações de ATER.

Em 2018, também foi dada continuidade às ações de apoio ao Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEAs, com impacto significativo para o alcance do objetivo, especialmente no que se refere à Extensão Rural. Foram disponibilizados R\$ 1 milhão de reais em 2018 para apoio aos Núcleos, o que permitiu a contratação de 95 projetos desenvolvidos em universidades públicas, institutos da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, e centros de pesquisa.

COOPERATIVISMO, INSERÇÃO EM MERCADOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar também inclui o objetivo de promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável. No que tange ao Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária – COOPERAFA, foram realizadas ações de capacitação nas cooperativas e associações, visando qualificar os agricultores familiares em gestão, apoiando 1.689 organizações, entre 2016-2018 do PPA.

Do ponto de vista da comercialização e abastecimento, destacam-se as ações de promoção e organização da oferta para compras públicas, especialmente o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Do ponto de vista geral, o conjunto de ações de compras públicas de mercados recentemente abertas, a exemplo das Compras Institucionais e do Decreto nº 8.473/2015, têm compensado o desempenho da execução do PAA, no qual se identificou decréscimo na quantidade de agricultores familiares beneficiados. De acordo com informações coletadas junto a entidades executoras e demais parceiros governamentais, a quantidade de recursos aplicados no ano de 2018 nas compras institucionais realizadas por governos estaduais, municipais e federal foi de R\$ 63,3 milhões, beneficiando um número estimado de 9,6 mil agricultores familiares em todo o País.

Outro tema que ganhou destaque neste ano, foi a implantação do Sistema de Monitoramento de Oportunidades de Compras Públicas da Agricultura Familiar instituído para fomentar a participação da agricultura familiar nas políticas de apoio à comercialização, a partir da articulação em rede com agentes institucionais. O Sistema visa ainda monitorar as compras públicas de gêneros alimentícios no âmbito federal, estadual e municipal; articular as políticas de apoio às compras públicas, com o fito de aproximar a demanda e a oferta de gêneros alimentícios; potencializar a comunicação em rede junto aos agentes institucionais; fomentar o consumo de produtos da agricultura familiar em órgãos públicos; sensibilizar os gestores públicos sobre o percentual mínimo obrigatório para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar; sistematizar os dados estatísticos das compras públicas da agricultura familiar, no que se refere aos valores investidos, à quantidade e a preços; e contribuir para a transparência no processo de comercialização pública da agricultura familiar.

Por fim, a Secretaria reformou a estratégia de concessão do uso da imagem do Selo da Agricultura Familiar para os agricultores familiar, com o novo Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), a gestão sobre a permissão/renovação de uso do mesmo é realizada por meio da plataforma “Vitrine da Agricultura Familiar”. Com o intuito de trazer mais segurança, agilidade para o processo de concessão do Senaf e maior visibilidade para os produtos da agricultura familiar, todo o processo de solicitação e renovação do Selo passará a ser realizado *on line* por meio do portal “Vitrine da Agricultura Familiar”, a nova plataforma de tramitação do Senaf, disponível no endereço eletrônico www.vitrine.mda.gov.br.

AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES RURAIS

Em 2018, as principais ações de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais estiveram concentradas na garantia de acesso ao crédito e na prestação de ATER específica para mulheres rurais.

Com relação às operações de crédito efetivadas no âmbito do Pronaf, em 2018, as mulheres obtiveram 369.811 (29% do total) contratos, o que perfaz um total de R\$ 3.544.845.112,12 (16%) em valores financiados. Portanto, no período 2016 a 2018, as mulheres rurais obtiveram 1.331.921 contratos, o que representa, em média, 29,5% do total. Com relação ao microcrédito orientado, em 2018, o número de contratos efetivado por mulheres no microcrédito foi de 257.082, ou seja, 50% dos contratos efetivados. O volume de recursos financiados por mulheres rurais foi de R\$ 841.605.979,66, ou seja, tecnicamente 50% do total. Portanto, no período 2016 a 2018, alcançou-se a meta de 893.147 contratos, que corresponde a 48,8% do total.

No ano de 2018, foram atendidas 42.874 famílias com serviços de ATER oriundos de contratos do antigo MDA e da Sead (dados extraídos do SIATER em 22/01/2019). Desse total, 53% do público atendido era de mulheres (22.773 beneficiárias) e 14% do público era de jovens (6.095 beneficiários/as).

SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA

Com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto nº 7.794 de 2012, o país deu um passo importante para o fomento, integração e articulação das políticas programas e ações indutoras da transição agroecologia e da produção orgânica, especialmente para a agricultura familiar.

No ano de 2018, esta iniciativa foi premiada como uma das melhores políticas em agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis do mundo no prêmio *Future Policy Awards* 2018, promovido pelas Nações Unidas, pelo *World Future Council* e pela IFOAM – *Organics International*.

A PNAPO define as diretrizes, instrumentos e instâncias de gestão da política. A SEAD, por meio da SAF, atua como Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), com a atribuição de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Em 2018, foi dada continuidade às ações de coordenação da CIAPO e monitoramento da execução do segundo ano do Planapo, por meio da organização e acompanhamento dos encaminhamentos nas Reuniões da Câmara, além de participar ativamente das reuniões das Subcomissões Temáticas e Plenárias da CNAPO. Em novembro de 2018 foi publicada a versão atualizado do Plano, após a revisão técnica efetuada pela CIAPO. Também foi mantido e atualizado o portal www.agroecologia.gov.br, sobre as políticas federais de agroecologia, outra das iniciativas sob responsabilidade da SE-CIAPO, além do desenvolvimento do sistema informatizado de monitoramento do Planapo, que será disponibilizado publicamente a partir de 2019.

Outras ações importantes em 2018, que atenderam a iniciativas previstas no próprio Planapo, foram: a manutenção da parceria com a Conab para o apoio à inserção dos produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio e o projeto Mercados Verdes e Sustentáveis em parceria com a GIZ (cooperação alemã); a etapa final do projeto de apoio à inserção da agricultura familiar no movimento *Slow Food*, com foco no uso e produção a partir da sociobiodiversidade brasileira; e o projeto de fortalecimento da Gestão da Agricultura Familiar em Plantas Medicinais e Fitoterápicos em parceria com a Fiocruz.

AGRICULTURA FAMILIAR NA INTEGRAÇÃO REGIONAL E NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2018, atuou-se especialmente nas negociações de acordos comerciais bilaterais, tais como Mercosul - União Europeia, Mercosul – EFTA e Mercosul - Canadá, com o objetivo de resguardar as políticas públicas e os produtos sensíveis da agricultura familiar frente ao comércio internacional, com destaque para os produtos lácteos, vinhos, alho e pêssegos.

A política de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar tem sido desenvolvida por meio da promoção da participação em grandes feiras internacionais, rodadas de negócios e ações de fortalecimento e qualificação das cooperativas e empreendimentos da agricultura. Em 2018, apoiou-se a participação de 17 cooperativas da agricultura familiar, o que corresponde a um total de 11.636 famílias representadas e beneficiadas diretamente nas ações.

Em relação à cooperação internacional, dois principais projetos com organismos internacionais para implementar as ações de cooperação internacional podem ser destacados: o Projeto de

Cooperação Técnica Trilateral (GCP/RLA/220/BRA) “Fortalecimento da agricultura familiar e assentados de reforma agrária na região: caminhos para o desenvolvimento sustentável”, junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO em seu escritório regional para a América Latina e o Caribe, e o projeto “Intercâmbio de experiências e diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África” (GCP/RAF/498/BRA), também com a FAO, no escritório regional para a África.

Cabe destacar ainda a atuação da SEAD na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF, um espaço de diálogo da agricultura familiar, criado pelo MERCOSUL, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas para a agricultura familiar no bloco, de promover e facilitar o comércio dos produtos da agricultura familiar na Região e de ampliar a participação social nas suas recomendações. Em 2018, as agendas de equidade de gênero e de cooperativismo ganharam destaque e produziram frutos como a Recomendação nº 01/18 do Conselho Mercado Comum – CMC: “Fomento do cooperativismo e do associativismo na agricultura familiar no Mercosul”.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao crédito rural no âmbito do PRONAF, o principal desafio para a próxima safra (2019/2020) é a manutenção das baixas taxas de juros praticadas, particularmente a taxa de juros existente para produção de itens que compõem a alimentação diária dos brasileiros, como arroz, feijão, leite e olerícolas. Outros grandes desafios são a ampliação dos recursos disponibilizados e a atualização dos limites individuais de renda e crédito. Também é de suma importância que voltemos a crescer em números de contratos e valores financiados, particularmente nas operações de custeio agrícola, o que pode ser alcançado, entre outras ações, com a associação de melhores condições de seguro rural e assistência técnica. Por fim, a linha de financiamento “Crédito Produtivo Orientado de Investimento” precisa ser operacionalizada, pois apresenta uma proposta bastante promissora da tão desejável articulação eficiente entre Crédito Rural e ATER.

O principal desafio para o próximo ano, no âmbito das políticas de ATER, é a execução dos serviços no âmbito da ANATER, diante dos recursos aportados em 2018, e a consecução das metas de atendimento, tanto de agricultores familiares, quanto de organizações da agricultura familiar.

Com relação às ações de comercialização, os desafios são:

- dar continuidade à parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em especial à relativa ao Sistema de Monitoramento de Oportunidades de Compras Públicas da Agricultura Familiar;
- atuar de forma centrada em Unidades da Federação que atualmente apresentam menor participação da agricultura familiar no conjunto das compras para alimentação escolar;
- oferecer atendimentos em ATER MAIS GESTÃO, por meio da atuação da ANATER, para mil empreendimentos de forma a fornecer serviços de ATER nas áreas de gestão, planejamento e controles administrativos, aspectos fundamentais para o aumento da oferta de produtos da agricultura familiar para os mercados públicos e privados.

No que se refere à agricultura orgânica, permanece como desafio a definição de critérios e de metodologia de identificação de agricultores familiares que adotam sistemas agroecológicos ou que estão em transição agroecológica ou com produção orgânica, e espera-se superar este gargalo com a proposição da criação de um Grupo de Trabalho Considerações e Perspectivas

no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), para definição de critérios a partir do diálogo com a sociedade civil.

Por fim, as propostas para 2019 em agroecologia estão referenciadas na elevação do número de agricultores familiares que adotam sistemas produtivos agroecológicos. Esse desafio deverá ser superado com um processo massivo de capacitação de agricultores familiares e agentes de ATER. A articulação com as áreas de comercialização e crédito também será fundamental para a instituição de novas políticas públicas que incorporem a concepção produtiva agroecológica para a agricultura familiar, além de dar continuidade às ações já desenvolvidas no fomento ao acesso ao PRONAF Agroecologia.

PROGRAMA 2019

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio de condicionalidades que representam compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. São ações que reforçam o empoderamento da população mais vulnerável para uma participação mais efetiva na democracia brasileira.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde e de educação que garantam o exercício desses direitos sociais.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa nos municípios e estados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa, inclusive com a análise de 3 indicadores do Programa: Taxa de acompanhamento das condicionalidades da educação, Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças e Taxa de atualização cadastral.

ACESSO ÀS POLÍTICAS SOCIAIS PARA BENEFICIÁRIOS DO PBF

Os números levantados pelo Poder Público a respeito do acompanhamento das condicionalidades revelam efeitos positivos nas famílias beneficiárias do Programa.

No bimestre out-nov/2018, 93,8% dos mais de 14 milhões de beneficiários público-alvo da condicionalidade de educação tiveram sua frequência acompanhada, equivalente a mais de 13 milhões de crianças e adolescentes, o que representa a melhor cobertura já alcançada nacionalmente a contar de 2006. Do total de alunos acompanhados, 95% cumpriram a condicionalidade. O bom resultado decorre de ações realizadas pela rede de educação com o objetivo de ampliar o acompanhamento dos beneficiários do PBF, especialmente a utilização de dados do Censo Escolar 2018 para identificação de alunos não localizados (aqueles sem informação da escola em que estudam) no Sistema Presença. Nesse ano houve ainda a publicação da Instrução Operacional Conjunta nº 26 Senarc/SNAS/MDS e Secadi/MEC, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e pelo Ministério da Educação – MEC, que reformulou os procedimentos adotados para o caso de famílias beneficiárias com integrantes não localizados no acompanhamento da condicionalidade de educação.

Com relação à saúde, no 1º semestre de 2018, 5,7 milhões de crianças menores de 7 anos beneficiárias do PBF foram acompanhadas, o que corresponde a 74,1% do público-alvo, sendo que destas 99% se apresentaram com vacinação em dia e 80% tiveram os dados nutricionais coletados. Além disso, no período, foram identificadas 366 mil beneficiárias gestantes, das quais 99,56% estavam realizando pré-natal, ação que contribui para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no país.

As famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que tiveram os benefícios suspensos, são público-alvo prioritário para inclusão nos serviços socioassistenciais de acompanhamento familiar. O monitoramento é feito a partir das informações registradas no Sistema de Condicionalidades (Sicon) e considera o número de famílias em fase de suspensão acompanhadas em relação ao total de famílias em fase de suspensão a cada repercussão.

Em 2018, o registro do acompanhamento de pouco mais de 25 mil famílias em fase de suspensão no Sicon, em média, a cada apuração, ainda é baixo em comparação ao público total médio de famílias em fase de suspensão (139 mil). Com o intuito de qualificar os registros de acompanhamento pela assistência social das famílias em descumprimento de condicionalidades, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc/MDS) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) iniciaram em 2017 uma agenda de integração entre as duas secretarias, construindo um plano de ações conjuntas, dentre elas orientações aos estados e municípios, fomento à utilização do Sicon, entre outras. Essa agenda continuou em 2018 e no mês de dezembro começaram a ser implementadas melhorias no processo de registro dos acompanhamentos no Sicon. O objetivo das medidas adotadas é refletir a realidade do trabalho realizado com as famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e atender necessidades de aperfeiçoamento demandadas por estados e municípios.

Outro destaque de 2018 foram as Formações de Instrutores do Sistema de Condicionalidades, uma capacitação na modalidade presencial bastante demandada por gestores estaduais e municipais do Bolsa Família. Durante o 2º semestre, foram 118 pessoas, de todos os estados brasileiros, capacitadas em 5 turmas. 61 representantes de gestões estaduais do PBF e 57 municipais participaram da formação e podem atuar como instrutores para multiplicar a capacitação.

Além disso, o fomento do acesso à creche para crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do PBF se dá pelo Programa Brasil Carinhoso. Ele é operacionalizado pelo apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil, conforme previsto na Lei 12.722/2012, extensível também a beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e a pessoas com deficiência. O Censo Escolar realizado em 2017 registrou o número de 1.042.466 crianças de 0 a 48 meses de famílias beneficiárias do PBF matriculadas em creches. Ressalta-se que a meta foi calculada tendo como referência o Censo Escolar 2017, pois o cálculo de pagamento do Programa em 2018 tem como base o ano anterior.

MELHORIA NA GESTÃO DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO

A Gestão do PBF e do Cadastro Único é feita de forma descentralizada por todos os entes da federação, o que envolve os 5.570 municípios, os 26 Estados e o Distrito Federal, sob a coordenação do MDS. Como apoio a essa gestão e em reconhecimento aos resultados alcançados, o Governo Federal repassou recursos da ordem de R\$ 512 milhões de reais até dez/2018 durante o ano, sendo R\$ 505,93 milhões para os municípios e R\$ 6,99 milhões para os estados, para que estes entes façam frente aos gastos incorridos na melhoria da gestão local do Programa. O valor repassado é proporcional ao desempenho do ente federado dado pelo

respectivo Índice de Gestão Descentralizado (IGD-M ou IGD-E), que envolve os indicadores de acompanhamento de atualização cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e de acompanhamento das condicionalidades na saúde, sendo a sua periodicidade de cálculo e de repasse de verbas feita mensalmente.

Outro fato que merece destaque em 2018 é que não houve atraso no repasse das parcelas do IGD-M e IGD-E ao longo de todo o ano.

Importante destacar também que no ano de 2018 foi realizada a pesquisa de custo do Cadastro Único, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI com objetivo de mensurar o custo global da gestão do Cadastro Único nos municípios, refletindo os recursos investidos pelos governos federal e municipais, e identificar como os recursos empregados se relacionam com características dos municípios e cujos resultados, após análise, serão utilizados, no que couber, no aprimoramento e apoio da gestão do Cadastro Único.

Sobre a pauta indígena, ao longo do ano de 2017 e 2018, houve o acompanhamento das Devolutivas da pesquisa Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre Povos Indígenas. Foram realizadas visitas às 7 terras indígenas (TIs) que foram objetos da pesquisa, o que gerou a publicação do Artigo “Devolutivas dos Estudos Etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas: Um olhar focalizado em políticas sociais” constante no Caderno de Estudos nº 32 Desenvolvimento social em Debate. Cabe destacar que o Cadastro Único adota estratégias de cadastramento diferenciado para os chamados grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTEs), a fim de respeitar a diversidade social, cultural e étnica brasileira como componente indissociável do modelo de proteção social do país. Cabe destaque ao processo de qualificação do Cadastro Único que, em 2018, abrangeu 9,4 milhões de famílias que foram convocadas a irem aos pontos de atendimento dos municípios para atualizar seus dados. Em dez/2018, 3,6 milhões de famílias atualizaram seu cadastro e quase 2,5 milhões de famílias foram excluídas. O Cadastro Único atualmente conta com aproximadamente 27 milhões de famílias cadastradas, o que representa aproximadamente 73 milhões de pessoas e a taxa de atualização cadastral daquelas com renda familiar per capita até meio salário mínimo é de 86,08%, segundo apurado em dez/2018. Esse processo de qualificação ainda está em curso e será encerrado no 1º semestre de 2019.

REDUÇÃO DA POBREZA PELA TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA

No transcurso do ano de 2018, o eixo de transferência de renda atendeu em média cerca de 13,95 milhões de famílias por mês. Em dezembro foi atingido plenamente o objetivo estipulado, finalizando o ano com 14.142.764 famílias na folha do PBF, correspondendo a cerca de 44 milhões de pessoas. Cabe destacar que, para além do foco na renda da população pobre e extremamente pobre, essa ação atingiu também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis como mulheres, jovens e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), posto que no PBF 88,53% dos responsáveis familiares são mulheres, 75,3% dos beneficiários são negros ou pardos e 406 mil famílias pertencem aos grupos prioritários, garantindo, assim, o reforço à cidadania.

Além disso, nesse mesmo ano, o MDS autorizou medidas especiais de atendimento e pagamento a 90 mil famílias de 71 municípios que tiveram declarada Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública pelo Estado ou pelo Governo Federal, totalizando R\$ 26 milhões de reais. São medidas especiais que visam a facilitar o acesso ao pagamento, tais como a realização de saque dos benefícios a partir do 1º dia do Calendário de Pagamentos de cada mês; a adoção da Declaração Especial de Pagamento, que permite o saque do benefício sem o cartão e sem apresentar documentos, caso a família tenha perdido seu Cartão Bolsa Família e

seus documentos de identificação; e a mobilização da Caixa para operações especiais de pagamento.

Nesse contexto de esforços continuados para aperfeiçoamento da focalização do Programa, desde ago/2017, no âmbito da Política Nacional de Renda de Cidadania, foi instituída a estratégia de atendimento a todas as famílias caracterizadas pelas situações de pobreza e de extrema pobreza, e, portanto, aptas ao recebimento dos benefícios do PBF. Em todos os meses subsequentes, o Programa tem incluído a totalidade de famílias elegíveis, identificadas no Cadastro Único, desde que essas apresentem informações cadastrais qualificadas pelos processos de verificação cadastral. Assim, a meta de transferência de renda às famílias em situação de pobreza do PBF está sendo plenamente cumprida, considerando que a fila de habilitados está zerada desde ago/2017.

A estratégia acima descrita só foi possível em virtude do aprimoramento dos processos de verificação das informações cadastrais prévios à concessão do benefício. Mensalmente, são realizados batimentos das informações registradas no Cadastro Único com outros registros administrativos, tornando inelegíveis ao Programa as famílias com divergência de renda. Constata-se, assim, o esforço de atender as famílias extremamente pobres e pobres habilitadas ao Bolsa Família, ao mesmo tempo em que se buscou a focalização do programa com o aprimoramento dos instrumentos de controle.

Além disso, o Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018, reajustou a partir de julho de 2018 os valores dos benefícios do PBF. O reajuste visou recompor o poder de compra dos beneficiários frente ao processo inflacionário ocorrido desde o último reajuste, em junho de 2016. O percentual de reajuste aplicado às linhas de pobreza (R\$ 179,00) e extrema pobreza (R\$ 89,00) do PBF foi de 4,71%. O mesmo percentual se aplica à alteração da linha de extrema pobreza do Plano Brasil sem Miséria e também ao valor do benefício básico, de 4,71%, o que eleva os valores estabelecidos no Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016, para R\$ 89,00. Houve também reajustes: na proporção de 5,13% nos valores do benefício variável para crianças, nutrízes e gestantes (R\$ 41,00) com limite de R\$ 205,00 por família; e na proporção de 4,35% nos valores do benefício variável vinculado ao adolescente – BVJ (R\$ 48,00) com limite de R\$ 96,00 por família. Utilizou-se como parâmetros para se chegar aos mencionados percentuais o INPC acumulado no período entre 01/07/2016, data do último reajuste, e março de 2018.

Outro destaque em 2018 se refere ao Futuro na Mão, estratégia de educação financeira com foco nas mulheres beneficiárias do PBF, no âmbito do Plano Progredir do Governo Federal para a geração de emprego e renda e a promoção da autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único. A iniciativa é baseada na realização de oficinas a técnicos municipais da Assistência Social e na disponibilização de kits de educação financeira com o intuito de formar facilitadores capacitados para replicar o conhecimento às famílias usuárias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sediado nos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). Em 2018, foram capacitados 289 municípios na 1ª fase da ação, a partir da realização de 6 oficinas em 4 Semanas de Educação Financeira. Uma vez capacitados, os técnicos dos CRAS tornam-se habilitados a solicitar os kits por meio de sistema informatizado EducFin, implantado em dez/2018, o que tornou a distribuição e a prestação de contas mais eficientes. Antes, aqueles capacitados solicitaram kits por e-mail. Com isso, foram distribuídos cerca de 5 mil kits a mais em 40 CRAS em 2018.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Em dez/2018, constam 26.913.731 famílias registradas no Cadastro Único o que representa 73.635.046 pessoas. Das famílias

registradas no Cadastro Único, 21.488.793 têm renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, destas, 18.497.376 estão com dados atualizados.

A partir desse conjunto de dados, o Cadastro Único contribui para a formulação e a implantação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das condições de pobreza. Ao longo dos anos, ele passou por contínuos aperfeiçoamentos que permitiram a ampliação do seu uso por mais de 25 programas sociais apenas no nível federal que utilizam os dados das famílias cadastradas com as finalidades de identificar e selecionar beneficiários, formular ou aperfeiçoar a focalização de suas ações, bem como monitorar ou avaliar os seus resultados sobre esse público.

Assim, o ano de 2018 foi importante para o fortalecimento da rede dos programas usuários do Cadastro Único, como também na implementação de mecanismos de segurança e no atendimento ao cidadão. Do ponto de vista da gestão dos programas e políticas sociais que utilizam os dados do Cadastro Único para seleção de famílias beneficiárias, no 1º trimestre de 2018, foram realizadas visitas técnicas a todos os programas usuários do Cadastro Único com o objetivo de mapear aspectos críticos das interações entre os programas e o Cadastro Único e esclarecer dúvidas sobre o Termo de Uso e a Política de Controle de Acesso do Cadastro (instituídos respectivamente pelas Portarias MDS 501 e 502 de 2017), o que permitiu a assinatura pelos órgãos gestores dos programas de 27 termos. Ademais na busca pelo constante fortalecimento foi dado continuidade a oficinas que têm por objetivo debater oportunidades de aprimoramento do atendimento ao cidadão a partir do mapeamento da trajetória entre a inscrição do cidadão no Cadastro e sua participação em programas usuários.

No que se refere ao aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único, cabe destaque a alteração da forma de acesso ao Sistema de Cadastro Único. Com o intuito de melhorar a segurança no acesso a este sistema, a CAIXA implantou no ano de 2018 a autenticação em duas etapas para acesso ao Sistema, que exige que seja utilizado um dispositivo móvel, celular smartphone ou tablet para geração de código de autenticação, que deverá ser digitado pelo operador junto com o login e senha pessoal. Para a efetividade da nova versão, o MDS e a CAIXA promoveram o recadastramento de todos os usuários do Sistema de Cadastro Único.

Quanto à melhoria de acesso às informações do Cadastro Único, em 2018 foi lançado o aplicativo “Meu CadÚnico”. Esse aplicativo permite que a família consiga emitir o comprovante de cadastramento, além de outras inovações como: possibilidade de verificar os CRAS mais próximos da sua residência através de um mapa, podendo traçar o trajeto para chegar ao local utilizando outros aplicativos instalados em seu dispositivo (Google Maps, Waze, etc.); permite consultar informações básicas dos principais programas que utilizam os dados do Cadastro Único; e também permite receber mensagens personalizadas do MDS avisando se o cadastro da família necessita de atualização inclusive por conta de identificação de algum indício de irregularidade.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O atingimento dos objetivos fixados para o programa temático “Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais” no quadriênio 2016-2019 lhe permitirá se manter como importante instrumento para redução da pobreza. Considerando o recente período de retração econômica, o Programa foi importante para garantir a segurança das famílias beneficiárias.

A continuidade do impacto do Programa na redução da extrema pobreza depende do aperfeiçoamento do desenho de benefícios, tornando menos complexa sua operacionalização e

aumentando sua compreensão pelos beneficiários; da ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social; da reafirmação do princípio da equidade subjacente às condicionalidades, para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos; e do desenvolvimento do modelo de gestão compartilhada do PBF, por meio do fortalecimento das gestões locais.

Com relação ao Cadastro Único, o aumento dos programas usuários e a constante necessidade de atualização dos dados cadastrais oriundos dos processos de qualificação requerem o fortalecimento das gestões do Cadastro Único municipais, tendo em vista a já conhecida precariedade da capacidade institucional dos Municípios, o que constitui um grande desafio a ser enfrentado.

PROGRAMA 2081

JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

O Programa 2081 evidencia medidas que visam garantir a segurança pública, o combate à corrupção, a proteção social, o enfrentamento à criminalidade e o fortalecimento da defesa da concorrência e do consumidor, de modo a contribuir para uma sociedade mais segura, justa e igualitária.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No que tange a repressão às drogas, a Polícia Federal (PF) realizou 1.293 operações policiais, sendo presas 3.937 pessoas e apreendidos cerca de R\$ 540 milhões em bens e dinheiro. Quanto à repressão à corrupção e lavagem de dinheiro a PF realizou 412 operações policiais, tendo sido presas 686 pessoas, entre as quais, 129 servidores públicos. Foram cumpridos 1964 mandados de busca e apreensão, com apreensão de cerca de R\$ 2,07 bilhões em bens e dinheiro. Em relação às facções criminosas, foram deflagradas 60 operações, resultando na prisão de 843 pessoas.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) fiscalizou 6.724.218 pessoas e 6.880.539 veículos. Os resultados para redução da violência no trânsito em rodovias federais apontam redução de quase 1.000 mortes em relação ao ano anterior, havendo em 2018 o registro de 5.257 mortes em acidentes, ao passo que em 2017 o resultado foi de 6.244 mortes. Em relação à Operação Égide, nas rodovias federais do país foram apreendidas 1.663 armas, 299.051 quilos de maconha, 18.403 quilos de cocaína, 6.389 veículos recuperados e 33.128 pessoas detidas.

A Rede-Lab (Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro), por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, atingiu a marca de 58 laboratórios, com a entrada de unidades instaladas no Ministério Público Militar e na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo. Além disso, foram capacitados 2.394 agentes públicos no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Por meio do Decreto nº 9.440, de 3 de julho de 2018, foi aprovado o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que deverá ser executado no prazo de quatro anos (2018-2022).

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) repassou R\$ 63.107.109,72 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos 26 estados e ao Distrito Federal. Além disso, em outubro, foi inaugurada a quinta Penitenciária Federal em Brasília, com a criação de mais 208 vagas no sistema prisional.

Uma das principais ações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi a instituição da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), por meio da Lei 13.675/2018, e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), com duração de dez anos, aprovado por intermédio do Decreto nº 9.360/2018.

Destaca-se ainda o incremento no número de acessos ao acervo sob guarda do Arquivo Nacional que atingiu 15.249.825 acessos no período.

REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS COM FOCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Das ações realizadas com foco em populações vulneráveis, priorizou-se o enfrentamento da violência contra a mulher pela continuidade da capacitação de mais 149 profissionais de segurança estaduais e municipais do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins no Curso Nacional Patrulha Maria da Penha, para atuarem no monitoramento das medidas protetivas previstas em lei. No tocante à juventude, a SENASP atuou na elaboração do texto para regulamentação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Além disso, investiu R\$ 100.000,00 milhões no fortalecimento de instituições de segurança do país por meio de aquisição e doação de armas, equipamentos e veículos, tais recursos também destinaram-se ao fortalecimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) – portal de informações integradas implementado em parceria com os entes federados e que possibilita consultas operacionais, investigativas e estratégicas, sobre drogas, segurança pública, justiça, sistema prisional, entre outras. Registra-se que o Sinesp foi vencedor do 22º Concurso Inovação 2018 da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO DAS RODOVIAS FEDERAIS

Dentre as ações de educação para o trânsito, os projetos Cinema Rodoviário, FETRAN teatro e FETRAN Pedagógico alcançaram 1.371.870 pessoas, sendo também realizada a capacitação de 318 servidores para atuarem em ações de educação para o trânsito. A PRF lançou neste ano campanha publicitária em TV, rádio, mídias digitais e impressas com o objetivo de fortalecer o papel do ramal 191, reduzir o tempo de atendimento a acidentes de trânsito, bem como prevenir acidentes com ênfase nas causas relacionadas à excesso de velocidade, alcoolemia, manutenção do veículo e tempo de descanso do caminhoneiro. Além disso, a PRF adota a meta prevista nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que prevê a redução de 50% das mortes de trânsito em dez anos. A taxa de mortalidade aferida este ano foi de 53,12 mortes por um milhão de veículos, tangenciando a meta com 0,8% acima do teto estabelecido e a taxa de acidentes graves encontra-se 2,1% abaixo do teto da meta para 2018.

ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

Em relação à atuação da PF, ressalta-se a criação do Projeto União-Rio e a Força-Tarefa Ceará que, em conjunto com outras forças nacionais e estaduais, vêm apresentando bons resultados no combate ao crime organizado violento.

Internacionalmente, destacam-se as ações da PF em cooperação com as polícias do Paraguai, Bolívia e Colômbia, tendo sido presos 12 nacionais e estrangeiros ligados a facções criminosas brasileiras. Além disso, implementou no Rio de Janeiro o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI/PF) com o objetivo de fortalecer a integração entre países no âmbito das investigações criminais voltadas à repressão ao crime organizado transnacional.

A PRF executou a Operação Égide com o objetivo de conter a chegada de drogas e armas no estado do Rio de Janeiro. Nesta operação contou com o reforço de aproximadamente 300 policiais distribuídos junto à faixa de fronteira com o Paraguai, Argentina e Bolívia e em pontos estratégicos do Rio de Janeiro. Somente naquele Estado houve redução do roubo a cargas num total de 841 ocorrências em relação ao ano anterior.

Para o combate ao crime a PRF também implantou o Programa SPIA cujo projeto está previsto para ser expandido para todo o país. A execução do plano piloto resultou na redução de 50% nos roubos de veículos e mais de 30% de roubos no Estado do Ceará.

Na Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), destaca-se, dentre as ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), a Ação 01/2018 que buscou elaborar um Plano de Diretrizes de Combate à Corrupção sob a coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI e com a coordenação adjunta da Advocacia-Geral da União (AGU) e Ministério Público Federal (MPF). O referido Plano traz 70 Diretrizes, sustentadas em oito Pilares, entendidas como fundamentais para avançar na luta contra a corrupção no Brasil. A Ação 03/2018, por sua vez, enfrentou a questão das fraudes nos contratos de gestão da saúde pública, finalizada com um relatório diagnóstico de achados identificados e sugestões para que os problemas sejam evitados. Destaca-se também a Ação 8/2018 que buscou aprofundar os estudos sobre a utilização de ativos virtuais para fins de lavagem de dinheiro. Para tanto, foi elaborada minuta de proposta de alteração da Lei n.º 9.613/1998, com foco no segmento de ativos virtuais. Com ênfase na prevenção à lavagem de dinheiro, a estratégia elaborou anteprojeto de lei buscando restringir o uso de dinheiro em espécie no país. Também buscou fortalecer a atuação das Polícias Civis na investigação de crimes de lavagem de dinheiro por meio dos trabalhos realizados na Ação 11/2018. Essa ação reforça o caráter nacional da ENCCLA, promovendo a integração entre diversos órgãos das esferas federal e estadual.

DIREITOS DE IMIGRANTES E REFUGIADOS E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

Em relação ao tema proteção e garantia de direitos do cidadão, no âmbito da SNJ, foram decididos 10.137 processos de refúgio pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Os números são significativamente maiores do que os anos anteriores, a saber, 1.311 em 2017 e 1.907 em 2016. A meta global acumulada de 2016 a 2019 é de 9.600 processos (200 processos decididos por mês), demonstrando que já se atingiu 139,12% da meta proposta para os 4 anos.

Ao longo do ano de 2018, o Departamento de Migrações decidiu 1.687 processos de naturalização dos quais 1.378 foram deferidos e 309 indeferidos. Além disso, foram decididos 165 processos de igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros, dos quais 141 foram deferidos e 24 indeferidos. Foram, ainda, concedidas 535 autorizações de residência, 950 pessoas foram reconhecidas como refugiadas e 5.767 solicitações foram indeferidas. Soma-se a esse número, processos que foram arquivados ou extintos, que totalizam 3.420 decisões em 2018.

No contexto de reestruturação da estrutura administrativa responsável pela pauta de acesso à justiça, optou-se pela retomada da Estratégia Nacional de Não Judicialização (ENAJUD), bem como, firmou-se o compromisso com a execução de ações formativas por meio da Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM).

A Classificação Indicativa foi regulamentada pela Portaria MJ nº 1.189 de agosto de 2018. Foram classificados 1.757 produtos e produzidos 6.733 relatórios. Pelo sistema *International Age Rating Coalition* (IARC) (Coalizão de jogos e aplicativos) foram monitorados 11.832 aplicativos. Com esse sistema o criador de uma game ou app submete-se a autotclassificação indicativa pela plataforma e recebe uma classificação válida em 36 países simultaneamente.

O Arquivo Nacional contribuiu para a ampliação do acesso à informação atuando no acompanhamento e implantação de programas de gestão de documentos de arquivo nos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA), bem como no mapeamento da estrutura administrativa da administração pública federal. Foram prestadas 1.724 orientações técnicas a 187 órgãos e entidades integrantes do SIGA. Aprovou a eliminação de aproximadamente 39.620 metros lineares de documentos arquivísticos da administração pública federal. Nas ações relativas ao processamento técnico e à preservação do acervo foram desenvolvidas atividades de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão de fundos documentais que resultaram no processamento técnico de 185.574 documentos arquivísticos; na reformatação de 189.151 documentos arquivísticos; na conservação de 372.825 documentos arquivísticos e na restauração de 4.227 documentos arquivísticos.

A Comissão de Anistia analisou 2.724 requerimentos de anistia política no ano de 2018, tendo sido publicadas 1.973 Portarias de Anistia pelo Ministro de Estado da Justiça.

A AGU atua fortemente apoiando os temas Conciliação, Mediação, Negociação e Arbitragem, a fim de reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário nas ações judiciais em que a União e suas Autarquias e Fundações figurem como partes. Neste contexto, a Procuradoria Geral Federal (PGF) editou portaria estabelecendo o Modelo de Governança Setorial das áreas de Cobrança, Consultoria e Contencioso, cuja implementação deve contemplar, dentre outras atividades, as de prevenção e na redução de demandas.

ATUAÇÃO INTEGRADA DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Referente à atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras, os expressivos resultados obtidos pela SENASP na área operacional basearam-se, sobretudo, no incremento de atividades de coordenação e monitoramento das operações, como também foram potencializados pela realização de visitas de assistência técnica aos centros integrados de comando e controle estaduais já instituídos e visitas de assessoramento aos entes federativos.

Nesse sentido, destaca-se o emprego da Força Nacional nas regiões de fronteira e as operações de Inteligência em Segurança Pública. Ao todo foram realizadas pela Força Nacional 47 operações, agrupadas nos seguintes tópicos: fronteira (22), ostensivas (8), judiciárias (6), ambientais (4), perícia (3), indígenas (2), presídios (1) e aéreas (1). Este quantitativo representa um incremento de 20,5% em relação ao ano anterior. Além disso, ao longo do ano, foram capacitados 203.730 profissionais das diversas áreas de atuação em segurança pública.

SISTEMA PENAL JUSTO

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) priorizou, por meio do repasse de recursos, ações de modernização do sistema penitenciário nacional com foco em ações que auxiliem as unidades federativas a qualificar a estrutura e a segurança de unidades prisionais para combater a atuação de facções e de organizações criminosas dentro dos presídios do país.

Em relação à promoção de políticas públicas, um dos principais problemas do Sistema Penitenciário em nível nacional, qual seja, a dificuldade para a criação de vagas, foi enfrentado em diversas frentes. Houve mudanças de rotinas e aperfeiçoamento de normativos, inclusive com a formação da ‘força-tarefa’ com a participação de engenheiros das Unidades Federativas,

para viabilizar a aprovação de projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais em menor tempo.

No que tange a atividades educacionais foram abertas 516 turmas do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) no Sistema Prisional com 4.638 alfabetizados. Referente ao número de matrículas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ofertadas no Sistema Prisional, percebeu-se, 5.206 matrículas em seus cursos em 2018. Em relação à cobertura da atenção básica à saúde das pessoas privadas de liberdade até dezembro de 2018, existem 258 equipes de Atenção Básica Prisional (eABP) implantadas no sistema prisional.

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

Em 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) manteve padrão de eficiência em suas decisões, tendo recebido duas premiações internacionais. Além disso, teve outras conquistas, com destaque para: a) cooperação com agências governamentais, com o Ato Normativo Conjunto Banco Central do Brasil (BACEN) e Cade que visa coordenar as atividades de ambas as instituições em matéria concorrencial; b) agenda de colaboração institucional com Ministérios Públicos Estaduais, com vistas a estabelecer ação integrada para repressão às práticas de cartel e outras infrações; c) articulação da persecução pública e privada às condutas anticompetitivas, com a regulamentação de procedimentos para acesso público de informações de processos administrativos para a imposição de sanções por infração à ordem econômica (Resolução Cade nº 21); d) referência nas ações de *advocacy*, tendo papel decisivo na regulamentação do aplicativo de transporte de passageiros e grande protagonismo no debate sobre a crise de combustíveis no Brasil; e, e) agenda internacional, com um passo importante no processo de adesão ao Comitê de Concorrência da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Já a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), por meio do Plano Nacional de Consumo e Cidadania, conquistou um expressivo avanço na implementação de canais não presenciais de atendimento ao consumidor, o que se verifica com a consolidação e expansão da Plataforma Consumidor.gov.br, cuja evolução no número de reclamações finalizadas se ampliou de 470.748 registros em 2017, para 602.329, em 2018. Quanto à educação para o consumo, a Senacon teve como principal objetivo a promoção e execução de programas e ações de capacitação e disseminação do conhecimento na área de proteção e defesa do consumidor, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como de todo cidadão. Tal empenho fica evidenciado pela ampliação do número de capacitados de 5.347, em 2017, para 8.300 em 2018. Em 2018, cerca de 130 recalls foram recebidos na SENACON. Atualmente, no mercado brasileiro, existem 1.249 recalls em andamento.

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

As apurações disciplinares resultaram na aplicação de 643 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão). Assim, no período de vigência do atual PPA, entre 2016 e 2018, o total de expulsões disciplinares foi de 1.699, sendo que delas, 65% foram decorrentes de atos relacionados à corrupção. Quanto às reintegrações de punições expulsivas aplicadas a agentes públicos nos últimos 5 anos (2013 a 2018), verifica-se que 6,4% foram revertidas. Este índice de reintegrações constitui-se muito inferior ao verificado na série histórica (2003 a 2012), de 13,1%. No que tange às prescrições nas apurações disciplinares, consideradas todas as espécies de penalidades (advertências, suspensões e expulsões), verificou-se no ano de 2016 sua ocorrência em 18,8% dos casos, enquanto em 2017 o índice ficou em 21,2%, e em 20,4% em 2018. Dessa forma, identifica-se relativa estabilidade

no indicador. Em relação à responsabilização de entes privados, no período entre 2016 e 2018, a CGU aplicou diretamente a penalidade de inidoneidade a 10 empresas, 9 delas relacionadas a ilícitos identificados na Operação Lava-Jato.

Destaca-se em 2018 novos marcos normativos e tecnológicos para o aprimoramento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR). A Instrução Normativa nº 14/2018 trouxe parâmetros para garantia da uniformidade e segurança às apurações a partir da regulamentação da atividade correcional em todo o SISCOR. A Portaria CGU nº 1.683/2018 instituiu metas de conclusão de procedimentos correcionais, além de outras publicadas em anos anteriores.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A perspectiva para 2019 é o recrudescimento do combate ao crime organizado transnacional, principalmente no tocante ao tráfico de drogas e armas e da repressão à Corrupção e Lavagem de Dinheiro com a nomeação de novos policiais e investimento em logística e tecnologia.

A aquisição de ferramentas para auxiliar o enfrentamento aos crimes de fronteira, fornecendo ao operador meios disponíveis para uma fiscalização mais eficiente também serão incluídos entre as prioridades para o próximo ano. O acompanhamento e participação ativa no Programa de Proteção Integrada de Fronteira buscando alinhamento com as demais instituições e parcerias com outros países para o enfrentamento aos crimes fronteiriços constitui prioridade para a instituição em 2019.

Na política de defesa do consumidor e defesa da concorrência, a ênfase é manter a garantia de oferta de produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho no mercado nacional, além da criação de um ambiente econômico saudável, promovendo o bem-estar econômico dos cidadãos.

Por fim, o MJSP continuará a exercer o papel fundamental na garantia de promoção da justiça, cidadania e a segurança pública através de suas políticas públicas em ação conjunta entre o Estado e a sociedade. A superação de crimes violentos, o fim da impunidade quanto aos atos de corrupção e o combate ao crime organizado, tudo isso com respeito ao Estado de Direito e para servir e proteger o cidadão, serão os principais desafios para o ano de 2019.

PROGRAMA 2016

POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades, o programa temático foi estruturado em cinco objetivos: (1) promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades; (2) fortalecer o processo de participação política democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder decisão, considerando sua diversidade e especificidades; (3) Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); (4) Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais; e (5) Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no fortalecimento da autonomia econômica, social e política das mulheres. Nesse sentido, é necessário promover capacitação profissional das mulheres para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, fomentar sua participação em empreendimentos econômicos solidários, incentivar que organizações públicas e privadas se comprometam com a igualdade de gênero, ampliar o conhecimento da sociedade sobre o uso do tempo nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana e a divisão sexual do trabalho, além de desenvolver articulações com o Congresso Nacional para a garantia de direitos.

No fortalecimento à participação política das mulheres, destaca-se o papel de articulação institucional do Governo Federal junto aos outros poderes contribuindo um diálogo para a ampliação da interpretação da lei de cotas para as mulheres nos partidos políticos, resultando no paradigma das eleições de 2018 com o entendimento dos tribunais superiores acerca dos recursos de fundos partidários e eleitorais, bem como do tempo de propaganda eleitoral para as mulheres. Além disso, a divulgação da plataforma “Mais Mulheres no poder” em parceria com o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com as bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e com apoio da ONU Mulheres.

A transversalização inter e intragovernamental das políticas para mulheres se deu com a regulamentação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (SINAPOM), instituído pelo Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018, que tem por objetivo ampliar e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, de enfrentamento a todos os tipos de violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. O Sistema será norteador pelos princípios da universalidade, da integralidade, da gratuidade, da equidade e da transversalidade, considerando as especificidades, as diversidades das mulheres e a intersetorialidade e a regionalidade do tema.

O diálogo com a Sociedade Civil e os movimentos contou com a conclusão dos produtos de pesquisa e a elaboração de textos sobre os segmentos de mulheres LBT (lésbicas, bissexuais e transexuais) para orientar a atuação de gestoras (es) no sentido de sua inclusão nas políticas públicas e uma cartilha com orientações para mulheres LBT sobre seus direitos e sobre como acessar os serviços públicos, uma reivindicação antiga que se consolidou em 2018 e estará em processo de divulgação em 2019.

O enfrentamento da violência contra mulheres requer implementação de políticas públicas amplas e articuladas nas mais diferentes esferas da vida social, tendo em vista que se constitui em uma violação dos direitos humanos e em um fenômeno de caráter multidimensional. Assim, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres tem orientado a formulação e a execução de políticas públicas que deem conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões, compreendendo as dimensões da prevenção, da assistência, da responsabilização dos agressores e da garantia de direitos das mulheres em situação de violência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Política para as Mulheres, destaca-se o percentual do rendimento médio mensal real do trabalho das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, que passou de 72,8%, em setembro de 2015, para 81,35%, em setembro de 2018; e o indicador de proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher passou de 12,38%, em 2016, para 13,34%, em 2018.

A seguir são apresentados os principais avanços dos objetivos do programa.

AUTONOMIA ECONÔMICA, SOCIAL E SEXUAL E GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES

A implementação de políticas para o empoderamento de mulheres na sociedade valoriza a experiência acumulada de várias entidades que lidam com o tema, ao tempo em que abrange todo o território nacional e considera a diversidade da população brasileira. Em 2018, sobre esse tema, foram formalizados dez novos termos de convênio e/ou fomento, e há atualmente doze instrumentos vigentes, de exercícios anteriores, em execução.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tem como objetivo disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade racial e entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Ele é voltado às organizações de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria, que voluntariamente aderem ao programa. Ao participar do Programa, a organização elabora um Plano de Ação explicitando como vai desenvolver as ações de promoção de equidade de gênero e raça de forma transversal dentro da sua organização e assume a busca por relações de trabalho mais igualitárias. A partir de julho de 2018, foram adotadas as medidas necessárias à finalização da 6ª Edição, que contou com a adesão de 122 organizações, das quais 95 entregaram o relatório final e, segundo a avaliação dos relatórios, está previsto que mais de 50% dessas organizações serão contempladas com o Selo Pró-Equidade Gênero e Raça. No entanto, houve dificuldades de articulação com os

Comitês do Programa nos últimos anos o que prejudicou sua atuação e contribuição técnica. Dessa forma, buscou-se resgatar algumas etapas ausentes no transcurso dessa Edição do Programa e garantir legitimidade à análise dos Relatórios Finais das organizações participantes para que se proceda às entregas dos Selos.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA DAS MULHERES

O Governo Federal tem atuado no apoio à implementação de proposições legislativas que visem à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder, bem como incidir sobre o debate público relativo ao sistema político-eleitoral, envolvendo atores sociais diversos. Neste campo é importante destacar a ampliação de interpretação da lei de cotas (Lei nº 12034/2009). Em 2018, o STF corroborou a referida norma garantindo que 30% do fundo partidário sejam destinados às mulheres, assim como o TSE garantiu 30% do fundo eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral gratuita para as mulheres dos partidos. Além do campo político, este objetivo compreende também as ações estratégicas direcionadas ao fortalecimento da presença das mulheres nos cargos de chefia e direção das empresas, privadas e públicas, das entidades sindicais e das organizações patronais, considerando a diversidade de raça e etnia. A construção efetiva da igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, que consta entre os princípios e diretrizes da Política Nacional para as Mulheres.

Considerando as eleições de 2018, foi atualizada a cartilha “Mais Mulheres no Poder – Plataforma”, que fez parte de campanha promovida em parceria com o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com as bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e com apoio da ONU Mulheres. Esta é uma iniciativa fundamental para incentivar a participação política das mulheres. Mesmo com todo o esforço realizado, o País ainda está longe da meta de ter a paridade entre homens e mulheres na ocupação dos espaços de poder e decisão.

TRANSVERSALIDADE INTRA E INTERGOVERNAMENTAL DAS POLÍTICAS PARA MULHERES

Para concretizar a gestão transversal da política para as mulheres, o Governo Federal preconizou a atuação intergovernamental e intragovernamental e nesse contexto buscou-se fortalecer os espaços e instrumentos que permitam a realização dessas atividades, tais como o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Contudo, esses espaços devem ser complementados por outras ferramentas, que sejam hábeis a suportar o processo de avanço da política para as mulheres. Assim, identifica-se a importância inadiável de institucionalizar mecanismos de gênero nos órgãos de Governo Federal e demais entes federados e de fortalecer e consolidar os já existentes.

Em 2018, o Governo Federal concentrou os seus esforços na continuidade das ações de desenvolvimento da Rede Brasil Mulher, que foi institucionalizada por meio do Decreto nº 9.223, de 06 de dezembro de 2017 com a finalidade de estimular ações que promovam a igualdade entre mulheres, tendo como eixos de atuação: saúde, educação, espaços de poder e decisão, autonomia econômica e enfrentamento à violência contra mulher. A Rede é um processo de articulação de atores, envolvendo inúmeras organizações governamentais e não governamentais.

O Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Sinapom) foi instituído pelo Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de 2018. O Sinapom tem por objetivo ampliar e fortalecer a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, de enfrentamento a todos os tipos de violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. Ele é norteado pelos princípios da universalidade, da integralidade, da gratuidade, da equidade e da transversalidade, consideradas as especificidades, as diversidades, a intersetorialidade e a regionalidade.

Ainda neste campo, concretizou-se em 2018 a Agenda Saúde da Mulher, documento destinado às mulheres usuárias do SUS e que apresenta informações relativas à saúde das mulheres numa perspectiva de direitos. A agenda apresenta temas prioritários da atenção integral da saúde das mulheres em forma de calendário mensal, contendo orientações sobre práticas de saúde integral da mulher, em especial saúde sexual, para as mulheres em sua diversidade de gênero, raça, cor, orientação sexual, identidade. Houve também a confecção do livreto “Norma Técnica: Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios”. A realização do registro de informações e da coleta de vestígios no momento do atendimento em saúde contribui para a humanização da atenção e, em especial, para o combate à impunidade, considerando a oportunidade de sua realização nas primeiras horas após a violência. Este procedimento permite que as informações e vestígios da violência estejam devidamente registrados, armazenados e disponíveis para os sistemas de segurança pública e de justiça quando a pessoa em situação de violência decidir registrar a ocorrência na polícia.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Com o objetivo de ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais foi criado, em 2017, o Programa Mulheres do Brasil, que promove encontros regionais, onde além de promover a escuta social pretende-se, também apresentar, em parceria com órgãos federais, boas práticas e ações e projetos já existentes. O Primeiro, “Mulheres da Amazônia”, aconteceu na cidade de Belém/PA, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2017. Em 31 de março de 2018, foi realizada em Maceió, no âmbito do Mulheres do Brasil, reunião denominada Mulheres Nordestinas, envolvendo 180 mulheres articuladas pelos organismos de políticas para mulheres dos estados do nordeste.

Em 2018, foram concluídos os produtos de pesquisa e a elaboração de textos sobre os segmentos de mulheres LBT (lésbicas, bissexuais e transexuais) para orientar a atuação de gestoras(es) no sentido de sua inclusão nas políticas públicas; e uma cartilha com orientações para mulheres LBT sobre seus direitos e sobre como acessar os serviços públicos.

Em dezembro de 2018 iniciou-se a atualização cadastral dos Conselhos Estaduais, Municipais e Distrital, visto que os registros estavam desatualizados, esses dados são essenciais para o fortalecimento das ações voltadas à constituição de uma rede de participação e diálogo com sociedade.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Considerando a complexidade do fenômeno social que é a violência contra as mulheres, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres encontra-se em evolução, sendo necessária a superação de inúmeros desafios, como a efetiva implementação da legislação referente à temática, o aprimoramento das estratégias de articulação governamental, federativa e social que garantam a transversalidade de gênero na política pública. As ações devem convergir para o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, contribuindo para uma radical mudança de cultura na sociedade, onde prevaleça a tolerância em detrimento de práticas discriminatórias.

Os serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência estão distribuídos em quatro diferentes setores de atuação das políticas sociais: assistência social, saúde, segurança pública e o sistema de justiça. Esses serviços integram a “Rede de Atendimento” e são classificados em dois tipos: serviços não especializados e serviços especializados. Os primeiros são aqueles universais, ou seja, aptos e disponíveis para o atendimento de qualquer pessoa nos seus respectivos setores como, por exemplo, Centro de Referência em Assistência Sociais (CRAS), Centro Especializado de Referência em Assistência Sociais (CREAS), hospitais, delegacias de polícia, juizados, defensorias públicas. Os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência integram a Rede Especializada de Atendimento, estando atualmente com 953 unidades, sendo 77 casas-abrigo (assistência social); 411 delegacias especializadas de atendimento às mulheres e núcleos especializados em delegacias comuns (segurança pública); 116 juizados e varas especializadas ou adaptadas de atendimento à mulher; 25 núcleos de atendimento especializado em defensorias públicas; 87 promotorias especializadas ou núcleos de atendimento à mulher nos ministérios públicos (sistema de justiça); 232 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) e 5 casas da mulher brasileira (Serviços Intersetoriais). O Governo Federal monitora parcialmente a rede especializada, por meio da parceria entre a Coordenação-Geral de Acesso a Justiça e Fortalecimento da Rede de Atendimento (REDE) e do Posto Avançado de Retaguarda (PAR), da Central do Ligue 180. O monitoramento ocorre periodicamente, anual ou semestralmente, por meio de contato telefônico da Central do Ligue 180.

Destaca-se que os serviços de saúde são fomentados financeiramente, monitorados e suas informações atualizadas pelo Ministério da Saúde (MS). Assim, o Governo Federal disponibiliza às usuárias do Ligue 180 a relação atualizada desses serviços extraída do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), além de contribuir tecnicamente por meio de articulação com o MS para a qualificação desses serviços para o atendimento especializado às mulheres. Já os serviços da assistência social e segurança pública estão inclusos no monitoramento, e alguns deles já recebem recursos por meio de transferências voluntárias (convênios) para aparelhamento e capacitação técnica. Observa-se que o fomento por meio de recursos da União é o principal instrumento de ampliação e qualificação técnica desses serviços. Entretanto, o último edital para chamamento de propostas de projetos com esses objetivos foi em 2013, com um aumento de 34 serviços no primeiro ano, dificultando a ampliação dos serviços de atendimento à população feminina.

Em junho de 2018, houve edição de novas diretrizes programáticas do Programa Mulher: Viver Sem Violência (PMVSV), que transformaram essa ação específica para fronteiras em mais três tipologias de edificação a serem construídas com base no

número de habitantes do município, ampliando as possibilidades de construção para além das cidades em região de fronteira.

Ainda em 2018, foram finalizadas duas Casas da Mulher Brasileira: a de Boa Vista e Fortaleza; e foi repassado o recurso para finalização da Casa da Mulher Brasileira de São Paulo. Atualmente, seis das sete casas construídas já estão em funcionamento.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Programa Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência está voltado ao enfrentamento de todas as formas de discriminações e um atendimento específico para as diferentes realidades vividas pelas mulheres brasileiras, busca em seus objetivos e metas, além da capilaridade, da interiorização e da articulação de ações, também uma mudança cultural a fim de possibilitar e erradicação do problema social que é a evidente desigualdade de oportunidades para mulheres em relação aos homens em nossa sociedade.

Em 2019, a prioridade é considerar as mulheres de forma integral em sua dignidade e dimensões relacionais, promovendo políticas públicas cujo foco deixará de observar apenas os problemas sociais que as cercam, mas buscará alcançar as especificidades das mulheres em sua integralidade, dando suporte para que contribuam com o bem comum, de forma fraterna e com a atenção do Estado.

A expectativa é estimular novas ações e ampliar as existentes, fortalecendo o trabalho em parceria. Os projetos serão executados transversalmente, abrangendo temas de saúde, educação, enfrentamento à violência e autonomia econômica. Além disso, o Governo Federal aprofundará o trabalho para a instituição do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Sinapom) e do Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD).

PROGRAMA 2061

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é uma política de longo prazo que garante renda ao trabalhador e a sua família em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, gravidez, prisão, morte ou idade avançada. Trata-se de um direito social garantido pela Constituição Federal (art. 6o), inserido em um sistema de proteção social mais amplo – Seguridade Social – com objetivo de garantir condições de vida digna à população brasileira.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais). O RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória.

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de assegurar a proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observados os princípios do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância com os preceitos dos arts. 40 e 249 da Constituição Federal.

O Regime de Previdência Complementar (RPC), instrumento de proteção adicional ao trabalhador e sua família, é um mecanismo de formação de poupança interna de longo prazo, ampliando a capacidade de investimentos no País e contribuindo para o seu crescimento econômico. O RPC é um regime privado, contratual e de caráter facultativo, cabendo ao Estado atuar na sua regulação, supervisão e fiscalização, com o objetivo de preservar a liquidez, a solvência e o seu equilíbrio, e de compatibilizar as políticas previdenciárias e de desenvolvimento social e econômico-financeiro. É operacionalizado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), cujas atividades são fiscalizadas e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em dezembro de 2018, o RGPS emitiu 30,3 milhões de benefícios, sendo 20,7 milhões da clientela urbana e 9,5 milhões da clientela rural. A arrecadação líquida no ano de 2018 foi de R\$ 391,2 bilhões, enquanto que as despesas com benefícios foram de R\$ 586,4 bilhões, resultando em um déficit de R\$ 195,2 bilhões.

No âmbito do Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade (PRBI), a meta prevista para o final de 2018 era a de revisar mais de um milhão de Benefícios por Incapacidade de Longa Duração - BILD, conforme estabeleceu o Plano de Ação do INSS para o exercício. O PRBI ultrapassou a previsão e registrou 1.043.757 (um milhão e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta e sete) de benefícios revisados, contabilizando os revistos por perícia médica, os cessados por não atendimento à convocação e os que, após a convocação, cessaram por óbito,

por decisão judicial ou por revisão administrativa.

Com relação ao RPPS, os indicadores do PPA evidenciaram uma piora nos resultados financeiro e atuarial, reforçando a necessidade de aprovação de uma reforma da previdência e de uma lei de responsabilidade previdenciária, para se garantir a sustentabilidade do sistema. O déficit financeiro apurado para o conjunto dos RPPS, conforme informações divulgadas no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), foi de R\$ 140,6 bilhões, correspondentes a cerca de -2,14% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse resultado, que reflete a necessidade de financiamento anual dos RPPS considera déficit de cerca de R\$ 93,4 bilhões dos RPPS dos Estados e Distrito Federal, déficit de R\$ 48,6 bilhões do RPPS dos servidores civis da União (desconsiderando demais benefícios), e superávit financeiro dos RPPS municipais de cerca de R\$ 1,4 bilhão. O déficit atuarial desses regimes foi da ordem de R\$ 7,4 trilhões, equivalente a -113% do PIB, sendo R\$ 5,2 trilhões de déficit dos RPPS dos Estados e Distrito Federal, equivalentes a -79,0% do PIB, R\$ 1,2 bilhão, correspondentes a -18,3% do PIB, relativo ao RPPS dos servidores civis da União, e R\$ 1,0 bilhão, cerca de -15,7% do PIB, dos RPPS dos Municípios.

Até junho de 2018 (última informação disponível), a população dos planos de benefícios administrados pelas EFPC era da ordem de 7,4 milhões de pessoas, compreendendo 2.655.485 participantes ativos, 641.289 aposentados, 181.672 beneficiários de pensão e 3.912.722 designados. As 298 EFPC administravam, em dezembro 2018, 903,65 bilhões de ativo total, cujo perfil de longo prazo está em linha com a necessidade de formação de poupança interna do País, sendo fonte de financiamento para investimentos de longa duração, como os projetos de infraestrutura.

INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DO CIDADÃO NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

A Secretaria de Previdência/ME estima que há mais de 24 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos sem proteção previdenciária, sendo que 11,5 milhões poderiam ser contribuintes da previdência, por terem renda, posição no mercado de trabalho e idade adequados. Entretanto, muitos desses trabalhadores não contribuem para previdência por falta de informação e conscientização sobre a importância da proteção previdenciária.

Para ampliar a cobertura dos trabalhadores por conta própria, o Governo Federal instituiu o Programa do Microempreendedor Individual, que formaliza este trabalhador com alíquota previdenciária favorecida. Em 2018, o número de optantes do MEI chegou a 7,7 milhões microempreendedores.

No âmbito do Programa de Educação Previdenciária (PEP), em 2018, foram informadas 401.400 pessoas, evidenciando um acréscimo mais de 16% em relação ao não anterior, que se deve, principalmente, ao fato da implementação de melhorias na forma de interação com o público, com a oferta de cursos mais objetivos na modalidade EaD.

No que cabe aos RPPS, deu-se continuidade no desenvolvimento do projeto eSocial que proporcionará a criação de um sistema integrado de dados dos servidores públicos, com sensíveis avanços na gestão dos cadastros dos servidores vinculados aos Regimes Próprios.

Em 2018, foram matriculados 2.995 alunos no curso “Noções Básicas em Previdência Complementar”, que é oferecido em parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf). Ainda em parceria com referida instituição, a área técnica do RPC ministrou palestra e

participou de debate em evento de educação fiscal para gestores municipais realizado em Alagoas, bem como produziu vídeos sobre educação financeira e previdenciária que foram divulgados em canal na internet, durante a Semana da Estratégia Nacional de Educação Financeira - 2018 (Semana Enef).

O Projeto “Educação Financeira para Jovens e Adultos”, que visa desenvolver ações de informação, instrução e orientação, conscientizando a população sobre a importância da organização e planejamento financeiro e previdenciário do futuro, contou com a participação em eventos realizados em parceria com escolas técnicas e universidades do Distrito Federal.

Ainda em 2018, a Instrução Previc nº 9/2018 possibilitou a oferta de planos de benefícios para cônjuges e dependentes econômicos de seus participantes e assistidos, dentro do contexto de manifestação recente do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), que visa ampliar a cobertura previdenciária e o crescimento do setor.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

No que cabe qualidade dos serviços, a implementação do INSS Digital em 2018 alterou totalmente os macroprocessos de atendimento, expandindo-se o novo modelo de atendimento para quase a totalidade das unidades de atendimento do INSS. Nesse contexto de nova forma de atendimento buscou-se uma melhor distribuição dos servidores entre as atividades de protocolo de requerimento, análise de reconhecimento do direito e atendimento ao público, concebendo-se nova configuração dos espaços físicos e remodelagem de setores, com destaque para a criação das áreas de protocolo e digitalização de documento, além da criação das novas unidades de atendimento denominadas Agências da Previdência Social Digitais (APS ID), destinadas prioritariamente à análise de reconhecimento do direito proveniente dos processos digitais.

Assim, houve a redução do Tempo Médio do Agendamento Ativo (TMAA) de 107 dias, em 2017, para 63 dias, ao fim do ano de 2018. Entretanto, apesar dos esforços evidenciados pelo INSS, o Tempo Médio de Permanência (TMP) passou de 36 minutos, em 2017, para 41 minutos e cinquenta e dois segundos, em 2018.

A estrutura de atendimento colocada à disposição dos gestores e técnicos dos RPPS com o objetivo de atender a consultas e na orientação quanto à aplicação das normas gerais de âmbito nacional resultou em expressiva melhoria na qualidade de serviços prestados. Em 2018, foram realizados quase 23 mil atendimentos e implantado o Sistema de Consultas e Normas-GESCON-RPPS.

Em 2018, com o intuito de fortalecer a transparência e dar conhecimento público ao RPC, foram publicados 12 informes mensais sobre os números da Previdência Complementar, no segmento fechado, e promovida a reestruturação sítio internet da Previdência Complementar no Portal da Previdência.

Em linha com tendências atuais, aperfeiçoamentos foram implementados no aplicativo “Legislação do Regime de Previdência Complementar (LRPC)”, possibilitando o acesso eletrônico a toda a legislação do RPC, atualizando o seu conteúdo e expandindo para a plataforma iOS. Ainda, todo o material informativo sobre o RPC, tais como guias, cartilhas e

manuais foi atualizado e disponibilizado à sociedade.

SUSTENTABILIDADE DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

A sustentabilidade do sistema previdenciário consiste em assegurar o equilíbrio orçamentário-financeiro entre receitas e despesas, em casos de regime organizado pelo método da repartição simples (como o Regime Geral), e o equilíbrio financeiro-atuarial entre ativos e passivos (compromissos assumidos), nos casos de regimes de capitalização (RPPS e Previdência Complementar). Em outros termos, consiste em encontrar o ponto ótimo de equilíbrio entre o esforço contributivo e a fruição do benefício.

No Brasil, é possível afirmar que, atualmente, há uma situação de desequilíbrio nos Regimes Previdenciários Públicos (RGPS e RPPS), caracterizado por um resultado operacional negativo que leva a uma necessidade de financiamento diretamente pelos respectivos tesouros, especialmente a União e a maioria dos Estados, que acontece quando as despesas previdenciárias no exercício superam o ingresso de receitas previdenciárias, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Resultado Previdenciário 2018 (% PIB)			
	RPPS servidores da União, Estados, DF e Municípios	INSS	Total
Receita	2,3	5,7	8,0
Despesa	4,4	8,6	13
Resultado	-2,1	-2,9	-5,0

Para os RPPS, tem-se como fator relevante a necessidade de os entes da federação aprimorarem a gestão dos regimes próprios de seus servidores, adequarem sua legislação ao regramento das pensões por morte do RGPS, instituírem planos de previdência complementar viabilizados por entidades estaduais ou federal por meio de planos multipatrocinados, com a devida mitigação de riscos. No âmbito federal, o estabelecimento de lei de responsabilidade previdenciária e de uma reforma estruturante para todo o sistema, aproximando os RPPS do RGPS, como forma de diminuir o descompasso existente atualmente.

No que se refere à reabilitação profissional, em 2018 foram reabilitados 16.586 trabalhadores, sendo que o Índice de Segurados Reabilitados (ISR), que consiste no número de segurados reabilitados, dividido pelo número de segurados elegíveis, apresentou uma discreta melhora em relação ao ano anterior, passando de 54,22%, em 2017, para 54,95%, em 2018. O INSS vem promovendo diversas ações no sentido de melhorar os processos de trabalho das equipes de reabilitação profissional, entre elas, destacam-se: i) informatização do agendamento dos atendimentos; ii) incentivo ao estabelecimento de novos Acordos de Cooperação Técnica e operacionalização de Acordos já estabelecidos, voltados para a oferta de cursos de capacitação gratuitos e ofertas de vagas em empresas para os segurados que estão em reabilitação; e, iii) elaboração de manuais técnicos e atualização de atos normativos, afinando as condutas dos servidores, agilizando e padronizando os procedimentos.

Em 2018, a sustentabilidade do RPC mereceu atenção especial, sendo desenvolvido: i) modelo de acompanhamento e monitoramento do RPC, no segmento fechado, e sua operacionalização; ii) modelo de Relatório Anual do RPC; e, iii) negociação de Acordo de Metas de Gestão e

Desempenho da Previc, bem como a supervisão e o acompanhamento do Plano de Trabalho, relativo ao exercício de 2018, decorrente do Acordo. Realizou-se também, o monitoramento e o acompanhamento de 85 projetos de lei sobre temas de interesse do RPC, que tramitam no âmbito do Poder Legislativo, sendo elaboradas 23 manifestações técnicas sobre tais propostas, bem como a discussão de vários projetos no âmbito das comissões das duas casas do Congresso Nacional.

Foram revisados importantes normativos aplicados às EFPC, com destaque para o Decreto nº 4.942/2003, que regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidades, atualmente em análise na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e para o Decreto nº 7.123/2010, que disciplina a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, enviado para a Previc.

Foram realizadas três audiências públicas sobre aspectos específicos do RPC. Na primeira discutiu-se sobre os aspectos gerais do Regime e seus fundamentos legais e técnicos. Na segunda foi discutido sobre a governança no RPC. Na terceira, abordaram-se as necessidades e expectativas dos novos trabalhadores no RPC.

A Instrução Previc nº 7/2018 regulamentou a contratação pelas EFPC de seguro para cobertura de riscos decorrentes de invalidez de participante, morte de participante ou assistido, sobrevivência de assistido e desvio de hipóteses biométricas, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 17/2015. Esta norma propicia um ambiente favorável para que as entidades ofereçam novos produtos que ampliem a proteção previdenciária dos participantes e assistidos, ao mesmo tempo que aumenta a transparência das informações prestadas aos participantes. Também merece destaque a Instrução Previc nº 6/2018, que consolidou as regras de investimento, tornando a regulação menos complexa e implementando a proporcionalidade regulatória, tornando mais transparentes as relações entre EFPC, patrocinadores, instituidores, participantes, governo e sociedade, além de facilitar a observância dos normativos pelas entidades.

Com relação aos Regimes Próprios de Previdência Social, nos últimos anos houve intensificação das auditorias diretas e foram criadas novas modalidades de auditoria, como a auditoria de informações previdenciárias, no final de 2016, e a auditoria não presencial de custeio, no final de 2017, o que possibilitou uma redução no Tempo Médio de Auditoria Direta nos RPPS de 6 anos, em dezembro de 2015, para 3,76 anos, dezembro de 2018. Para o ano de 2019, os trabalhos de auditorias estarão voltados para auditorias específicas de custeio, informações previdenciárias, atuária e investimentos, além de atendimento de denúncias.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, o principal desafio em relação à previdência social será aprovação da Proposta de Emenda a Constituição, que foi enviada ao Congresso Nacional em fevereiro, estabelecendo uma Nova Previdência. A Proposta, que apresenta alterações tanto no RGPS como também nos RPPS, tem como objetivos construir um sistema mais igualitário e garantir a sustentabilidade dos regimes de aposentadoria dos trabalhadores.

No âmbito do RGPS, a agenda de trabalho para o ano de 2019 será a implantação de um novo modelo de gestão e governança no INSS, que viabilize a unificação dos processos administrativos, a melhora na análise e concessão de benefícios, facilite ainda mais o acesso ao

“INSS digital e ao Meu INSS” e promova a melhoria dos serviços prestados por meio da central 135, o que possibilitará um atendimento mais eficiente ao segurado.

No que tange aos RPPS, tem-se incentivado a adesão ao Programa Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS) e direcionado a regulação e as atividades de supervisão e acompanhamento desses regimes para a fortalecer a governança dos Regimes Próprios.

Em relação ao RPC, em 2018, a Previc manteve o foco na supervisão prudencial e na fiscalização direta, assim como no fortalecimento e consolidação do arcabouço normativo para dar respostas aos novos desafios, ao cenário futuro da economia e impulsionar o setor de forma transparente, simples e objetiva. Ela deu prosseguimento à agenda de aproximação com demais órgãos de fiscalização, no intuito de otimizar os recursos do Estado, por meio de compartilhamento de informações e cooperação em atividades de fiscalização e monitoramento, em busca do cumprimento da missão institucional; e manteve seus esforços de articulação com entidades representativas do setor e com a sociedade em geral, promovendo a transparência e a informação e divulgando a educação financeira e a cultura previdenciária.

Cabe destacar também que a Previc redefiniu seu plano de ação estratégico para biênio 2018-2019, incluindo as seguintes iniciativas: i) intensificar ações preventivas relacionadas à Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro/ Grupo de Ação Financeira Internacional (ENCCLA/GAFI); ii) aperfeiçoar a supervisão e detecção de operações atípicas; e, iii) promover a educação financeira e previdenciária; sendo que, no exercício de 2018, a Previc assumiu a presidência do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef).

PROGRAMA 2034

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO

A construção da Promoção da Igualdade Racial como política de governo e de Estado faz parte do processo histórico de aprimoramento da democracia no Brasil. Vários atores sociais e políticos têm sido responsáveis pelas lutas sociais por uma sociedade e Estado mais democráticos para todos, considerando a complexa trama entre desigualdades e diversidade.

No PPA 2016-2019, o Programa 2034 reúne as principais políticas, metas e ações propostas pelo governo federal que visam promover a igualdade racial e a superação do racismo no País.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (IV CONAPIR);
- Ingresso de Alagoas, Distrito Federal, Rondônia e 29 municípios brasileiros no SINAPIR - Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- Capacitação de 3.000 agentes de segurança pública em Cursos de Mediação Rápida de Conflitos;
- Instituição do ObservaRIO - Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, visando a assegurar a confiabilidade e a segurança necessária à população em geral, especialmente à população negra, durante a intervenção em curso; e
- Finalizadas as alterações necessárias aos textos dos livros denominados "História Geral da África - Ensino Fundamental" e "Quilombos do Sul".

AÇÕES AFIRMATIVAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

No âmbito da educação superior, merece destaque a necessidade do monitoramento da Lei nº 12.711/2012, que garante reserva de vagas nas universidades federais aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da UF onde está instalada a instituição de ensino. Nesse sentido, foi realizada articulação com as universidades federais para a sistematização, análise e consolidação dos dados necessários ao monitoramento do cumprimento da referida lei. E, junto ao MEC, foi elaborada orientação normativa para regulamentar as comissões de verificação.

No âmbito do trabalho, a implementação da Lei nº 12.990/2014, que garante reserva de 20% das vagas dos concursos públicos da administração pública federal para pessoas pretas e pardas, apresenta-se como uma inflexão na contratação da força de trabalho pelo Estado. O acompanhamento e a avaliação dos resultados dessa lei serão realizados por meio de um painel de monitoramento desenvolvido em parceria com a UFPR. Além disso, foi publicado o decreto nº 9.427, em 2018, que reserva para estudantes negros 30% das vagas em seleções de estágios na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ainda no âmbito do mundo do trabalho, importante ressaltar que mulheres negras e trabalho doméstico ainda caminham juntos, como uma herança da sociedade escravagista. Nesse sentido, torna-se fundamental promover o acesso desta categoria à formalização, garantindo, assim, todos os benefícios legalmente determinados.

REVERSÃO DE REPRESENTAÇÕES NEGATIVAS DA PESSOA NEGRA

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010, Art. 4º, inciso VII) prevê a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores, inclusive na comunicação social e na cultura, com o objetivo de enfrentar o quadro de violência física e simbólica que atinge a população negra no Brasil.

No caso da educação, as ações afirmativas não incidem somente na ampliação de oportunidades de acesso de negras e negros aos ambientes escolares, mas também na transformação das instituições de ensino em espaços mais plurais, capazes de produzir e disseminar reflexões a partir de uma diversidade de narrativas sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, torna-se fundamental o cumprimento do disposto na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro brasileira e africana. Assim, dentre outras ações, foram finalizados os livros "História Geral da África - Ensino Fundamental" e "Quilombos do Sul" para serem distribuídos às escolas da rede pública nacional.

ENFRENTAMENTO AO RACISMO E REDUÇÃO DE MORTES EVITÁVEIS

A ação do Estado na superação do racismo deve promover não apenas ações afirmativas, mas também ações que visem coibir o ato discriminatório, criminalizando e levando o agressor a sofrer as respectivas implicações penais. Desta forma, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, foram desenvolvidas consultorias especializadas no âmbito do Plano Juventude Viva, as quais visam tanto a realização de ações formativas para líderes jovens negros e negras quanto o fornecimento de base metodológica e de informação necessárias para a formulação de políticas públicas de mitigação da violência contra a população negra.

Na saúde, os casos de racismo tendem a vitimizar mais a população negra, particularmente as mulheres. Dados de 2014, do Ministério da Saúde, apontam que as mulheres negras são mais submetidas à dor, a um tempo de espera maior e a orientações diferentes sobre o aleitamento materno. Ademais, 60% da mortalidade materna ocorre entre mulheres negras. Nesse sentido, estão em elaboração instrumentos e mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra-PNSIPN, e em desenvolvimento a base metodológica e de informação necessária para a formulação de políticas públicas que avancem na prevenção da violência contra as mulheres negras. Ademais, produziu-se material informativo sobre a PNSIPN, a ser distribuído às municípios e estados.

Na questão da orientação sexual, destaque para a necessidade de ações visando diminuir o racismo ligado à população negra LGBT, principalmente travestis e transexuais negras. O entroncamento das questões de pobreza, raça e sexualidade sofre graves preconceitos e discriminações, determinando unilateralmente espaços como a prostituição para estes públicos.

AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA

Em 2018, a articulação, o acompanhamento e o fortalecimento da Agenda Social Quilombola se deu por meio do aprimoramento da gestão e do monitoramento, e da participação da sociedade civil na elaboração e na execução das políticas. Como principais resultados de 2018, destacam-se: o projeto de inclusão de povos e comunidades tradicionais no Censo Demográfico 2020; o levantamento da situação das famílias quilombolas quanto à energia elétrica; a certificação de 3.212 comunidades quilombolas, presentes nas cinco regiões do país; dentre outros.

DIREITOS E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS – POVOS DE MATRIZ AFRICANA e POVOS CIGANOS

Em 2018 foi aprovado o II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Povos de Terreiro, que é composto por 4 eixos, 10 objetivos e 48 metas.

Foi também atualizada a Portaria nº 181, de 12 de abril de 2016, voltada aos povos ciganos, como mecanismo de construção do I Plano Nacional para Povo Cigano – PNP/Cigano.

SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SINAPIR)

Em 2018, houve um aumento em 60% na adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), em relação ao quantitativo de 2017, com o ingresso dos Estados de Alagoas, Rondônia e do Distrito Federal, além de 29 municípios brasileiros, representando as cinco regiões do país.

Destaca-se também a realização da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (IV CONAPIR) em Brasília-DF, nos dias 27 a 30 de maio, sob o tema: Brasil na Década dos Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Igualdade de Direitos. Ao final da IV CONAPIR, como resultado de um amplo debate, foram apresentadas 120 propostas, tais como:

1º - Adoção de medidas de atenção e reparação, inclusive financeira, em favor das vítimas de racismo, discriminação e injúria racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância;

2º - Criação de cotas na legislação eleitoral para assegurar candidaturas e representação de indígenas, negros, quilombolas e demais povos de comunidades tradicionais e LGBTs, bem como a ampliação para 50% da cota para mulheres candidatas a cargos eletivos em todos os níveis;

3º - Garantia do cumprimento das legislações antirracistas já existentes e implantação de novas políticas, programas, projetos e campanhas de conscientização sobre igualdade racial e combate ao racismo;

4º - Criação de conselhos municipais, estaduais e regionais de Promoção da Igualdade Racial, bem como fortalecer os conselhos já existentes, assegurando orçamento próprio e caráter deliberativo;

5º - Garantia da participação dos conselhos nacional, estaduais e municipais de Promoção da Igualdade Racial em Conselhos e demais estruturas de Segurança Pública, Educação, Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Cultural e outros congêneres;

6º - Criação, nos Tribunais de Justiça e nos Ministérios Públicos de todo o país, de varas, juízos e promotorias especialistas em crime raciais e de racismo religioso, violências territoriais, extermínio da juventude negra, quilombolas, LGBTfobia e outros crimes, com reserva de 50% das cotas raciais no preenchimento dessas vagas para as mulheres;

7º - Ampliação e fortalecimento das políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional;

8º - Fortalecimento e garantia das condições técnicas e materiais para que estados e municípios façam a adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

9º - Implementação de uma Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas, com objetivo de enfrentar as ameaças a esses territórios e promover seu desenvolvimento sustentável; e,

10º - Garantia da inclusão de jovens negras e negros, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais por meio de cotas raciais nos programas de estágio e jovem aprendiz, garantia à formação profissional e incentivo aos estudos regulares, formação continuada e pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para 2019, há a intenção de constituir formalmente o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Étnica - FIPIR, constituído pelos entes Federados participantes do sistema. Além disso, espera-se dar prosseguimento às propostas apresentadas na IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR.

Também deverão ser realizadas reuniões preparatórias com a participação de lideranças nacionais dos povos ciganos, em conformidade com as diretrizes e normas da Portaria n.º 1.315, de 23 de novembro de 2016, para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos – PNP/Ciganos.

PROGRAMA 2044

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

O reconhecimento da juventude como um público para o qual as políticas públicas têm dado crescente atenção decorre de seu entendimento não apenas como uma fase de transição ou de formação do indivíduo, mas uma etapa completa de seu ciclo de vida. É na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social, superando a sua condição anterior de dependência e proteção, exigida pela infância e adolescência.

No contexto de reconhecimento de direitos da juventude e de elaboração de políticas que contribuem para sua promoção e garantia, foi aprovado em 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estabelece aspectos institucionais da política nacional de juventude, como os Conselhos de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), e reconhece e visa garantir a essa parcela da população uma série de direitos, que vão desde o acesso à segurança e à justiça e demais direitos sociais, como saúde, educação e trabalho, passando por direitos difusos, como o direito à cultura, à diversidade e à igualdade e à participação social, reconhecendo as especificidades da juventude.

Atualmente, o Brasil tem população de aproximadamente 50 milhões de jovens – pouco mais de 25% da população total do país¹. Essa “onda jovem” se traduz em um fenômeno igualmente importante denominado “bônus demográfico”, no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população dependente, crianças e idosos. A otimização desse bônus, ativo importante no desenvolvimento do país, todavia, depende de que a população jovem alcance seu pleno desenvolvimento cidadão, o que é condicionado em grande medida pela promoção e pelo acesso da juventude aos seus direitos.

O reconhecimento de que as políticas públicas devem incidir sobre essa questão está presente no PPA 2016-2019, no escopo da Diretriz Estratégica do Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência e o enfrentamento a todas as formas de violência.

¹ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 25/01/2019.

No contexto apresentado, o Programa Promoção dos Direitos da Juventude, busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens estabelecer trajetórias de desenvolvimento ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros ao processo de construção democrática do país. Os objetivos, metas e iniciativas do Programa envolvem distintas abordagens (como territorialidade, federalismo, regionalidade) e consideram a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais – o que demonstra o caráter intersetorial e transversal da política de juventude.

Um dos objetivos, de caráter central ao Programa, trata da coordenação e consolidação da Política Nacional de Juventude, sendo que suas principais metas apontam para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. A partir destes instrumentos, pretende-se promover maior interação tanto com outras políticas, fomentando a transversalidade da temática, quanto com entes subnacionais, garantindo atenção às prerrogativas do pacto federativo e fomentando a descentralização das políticas de promoção dos direitos da juventude.

Um grande desafio tratado no Programa refere-se à questão das desigualdades de raça/cor no segmento juvenil que se expressam na vitimização pela violência e criminalidade. Dados divulgados pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência – IVJ 2017 - revelam que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, o que equivale a 54,1%). Destes jovens, 71% eram da população negra (pretos e pardos) e 92% do sexo masculino. Esses índices mostram que os jovens negros continuam sendo as maiores vítimas da violência letal. Quando analisadas as chances de um jovem brasileiro ser assassinado, constatamos que a chance de um(a) jovem negro(a) é quase três (2,7) vezes maior que a de um(a) jovem branco(a). Assim, há um objetivo de promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Novo Plano Juventude Viva.

Outros objetivos e suas metas apontam para políticas públicas mais específicas, que refletem diversos eixos de direitos presentes no Estatuto da Juventude. Na temática de trabalho e qualificação profissional, merecem destaque as ações para articular o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional. Ainda na questão do trabalho, são relevantes as ações para fomentar empreendimentos econômicos solidários. Na questão da sustentabilidade e do meio ambiente, é de fundamental importância a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Consta ainda um objetivo específico voltado para fomentar o direito à participação social e representação juvenil. Com isso, pretende-se ampliar a interlocução com os movimentos, entidades e redes juvenis, por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Além disso, existe a previsão de instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva deste público.

A execução do Programa de Promoção dos Direitos da Juventude facilita a efetivação dessas políticas com organizações parceiras e entes políticos, ampliando e qualificando os programas e ações e, sobretudo, colaborando no fortalecimento da participação das juventudes na construção e implementação das políticas públicas para o seu benefício e desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentro da visão geral do Programa, podem-se destacar as ações realizadas em 2018, com a finalidade de alcance do objetivo de institucionalizar e fomentar a política de juventude, a continuidade do Programa Identidade Jovem em todo o território nacional, que tem como objetivo a disponibilização da Identidade Jovem, que possibilita aos jovens beneficiários do programa o acesso a viagens e eventos socioculturais. No ano de 2018 foram emitidas 1.542.143 novas identidades jovens de um total de 2.212.898 identidades emitidas, desde o início do Programa.

Destaca-se em outro ponto a continuidade da meta de consolidar o Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios, no objetivo de coordenação e articulação de políticas públicas que promovam os direitos dos jovens. Neste sentido, em 2018 foram inauguradas nove Estações Juventude e emitidas onze ordens de serviços para novas unidades, em vários entes federados.

Quanto a promoção de ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios, pode-se destacar em 2018, o Programa Inova Jovem que integra as ações do Juventude Viva, que é o plano de combate à violência contra a juventude negra. A iniciativa tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade de jovens negros e negras nos municípios mais suscetíveis à violência, de acordo com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil 2017, que leva em consideração além do número de mortalidade por homicídio e acidente de trânsito, o acesso à escola e a situação de emprego. Nesse sentido, o programa ofertou 100 turmas de capacitação em empreendedorismo,

que atenderam 2 mil jovens de 18 a 29 anos, nas 26 capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros 53 municípios brasileiros

POLÍTICA DE JUVENTUDE JUNTO A ENTES FEDERADOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

No contexto nacional foram realizadas diversas ações em 2018. Dentre elas, teve-se aprovação de um novo texto para o Plano Nacional de Juventude encaminhado à Câmara dos Deputados, em substituição ao Projeto de Lei 4.530/2004. Ocorreu ainda, a assinatura e publicação do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, instituído pela Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude). O SINAJUVE constitui forma de articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil para a promoção de políticas públicas de juventude.

No âmbito internacional, para fortalecer as parcerias com organismos internacionais, a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ participou da “ECOSOC Youth Forum 2018 e da Cúpula Ministerial de Juventude do G20.

PLANO JUVENTUDE VIVA

Em 2018 foram realizadas diversas ações, merecendo destaque a primeira reunião do Comitê Gestor do Novo Plano Juventude Viva, bem como a sua reavaliação por gestores da juventude e de políticas públicas em igualdade racial, de vários municípios e do Estado da Bahia. Além disso, foi mantida a execução do programa Inova Jovem que integra as ações do Juventude Viva, sendo capaz de disponibilizar todas as ferramentas necessárias para o jovem tirar sua ideia de negócio do papel e obter renda e autonomia. O Inova Jovem oferece um curso presencial e um período de incubação do negócio, no qual o jovem será acompanhado e instruído para superar obstáculos e aumentar as chances de sucesso. Ao final do curso, o conferido ao participante um certificado que o qualifica em gestão empresarial.

MUNDO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

No ano de 2018 foi estruturado e publicado pela Portaria MTb 335 o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional, com 9 ações que objetivam estruturar a política de aprendizagem para os próximos 5 anos, dentre as quais destacam-se a regulamentação da aprendizagem na administração direta, aprendizagem para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade

social e ampliação e interiorização da aprendizagem. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2018, conforme dados do CAGED, foram admitidos 422.834 novos aprendizes.

Além disso, destacamos a criação da plataforma EAD da Escola do Trabalhador, através da celebração de um termo de execução descentralizada com o Universidade de Brasília. Nesta plataforma o usuário tem acesso a 26 (vinte seis) cursos de qualificação profissional, distribuídos em 12 (doze) eixos temáticos. Com base em dados coletados até novembro de 2018, foram totalizadas mais de 400.000 mil inscrições de usuários e mais de 600.000 mil matrículas em cursos, sendo que o usuário pode realizar mais de um curso disponível na plataforma.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS DA JUVENTUDE

A Secretaria Nacional de Juventude deu continuidade no Programa Estação Juventude, por meio da formalização de convênios firmados em 2017 e da celebração de novos em 2018. Estes convênios visam garantir a continuidade e a ampliação de acesso de jovens, de 15 a 29 anos, a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e fortaleçam a sua capacidade de inclusão, participação social e emancipação, por meio do oferecimento de tecnologia social inovadora.

DIREITO DA JUVENTUDE À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE

Em 2018, foi realizada a segunda parte do estudo que contempla os eixos restantes do Plano Nacional de Juventude, quais sejam: Biodiversidade, Resíduos Sólidos, Produção e Consumo Sustentável, Regularização Ambiental, Gestão Territorial, Produtos Químicos e Substâncias Perigosas.

Para a realização deste estudo, o Ministério do Meio Ambiente atuou em conjunto com o Fundo de Populações da Organização das Nações Unidas (UNFPA). Toda a revisão e acompanhamento do material foi realizada pelo Departamento de Articulação Institucional juntamente com os representantes das respectivas áreas que compõem o Comitê de Juventude do Ministério do Meio Ambiente.

Para a realização dos cursos de capacitação de 880 jovens, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou articulação com o Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO JUVENIL

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUBE) possui a atribuição de formular e propor diretrizes voltadas para as Políticas Públicas de Juventude (PPJs), desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O Conselho procura, ainda, apresentar a diversidade de expressões do segmento, com demandas distintas, consolidando o conceito da juventude como sujeito de direito e cumprindo o papel de ampliar e intensificar o diálogo social dos movimentos, entidades e redes juvenis com o Poder Público.

No ano de 2018 foram realizadas três reuniões, com destaque para reunião descentralizada, inaugurando a Caravana do Conjuve.

ACESSO A ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO PRODUTIVA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Na atuação do Ministério do Desenvolvimento Social para a consecução do Objetivo, tem destaque, no âmbito do Programa Bolsa Família, como forma de estimular o acesso e a permanência na Educação Básica pelos jovens beneficiários, o benefício específico para famílias com integrantes de 16 e 17 anos, o chamado Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ). Os integrantes nessa faixa etária devem cumprir a condicionalidade de frequência mínima de 75% da carga horária escolar mensal, o que contribui para sua permanência na escola, possibilitando o aumento da escolaridade desse público e impactando na interrupção do ciclo intergeracional de pobreza. Mais de 90% do público BVJ cumpre a frequência exigida pelo PBF.

ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA DOS JOVENS

A Secretaria Nacional de Juventude tem atuado como coordenadora e facilitadora do diálogo e da ação interministerial no âmbito das políticas que tratam de juventude, destacando-se com um espaço de articulação, acompanhamento e monitoramento dessas políticas. No entanto, grande parte das atividades referentes à interface entre saúde e juventude, como as que seguem, são monitoradas pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES).

No ano de 2018, tem-se o registro de que 2.791 jovens foram beneficiados no Programa PET-Saúde. Na vigência do PPA 2016-2019, até dezembro de 2018, registra-se um total acumulado de 8.279 jovens beneficiados.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para o ano de 2019, a Secretaria Nacional de Juventude dará continuidade ao Programa de Promoção dos Direitos da Juventude, com as articulações de políticas públicas que promovam os direitos dos jovens; para isso, continuará desenvolvendo parcerias junto a outros órgãos da Administração Pública Federal, fomentando que cada vez mais jovens tenham acesso aos seus benefícios. Assim, estão sendo planejadas ações de comunicação para difusão das informações aos beneficiários e correções nas execuções das ações ainda não implementadas.

Será dado prosseguimento em interlocuções junto ao Congresso Nacional, visando a aprovação do Projeto de Lei 4.530/2004, considerando o novo do Plano Nacional de Juventude, para que estabeleça a garantia de que os governos – Federal, Estadual e Municipal – cumpram os direitos e as políticas de juventude.

Por meio da realização de novo chamamento público, para a formalização de novos convênios, a Secretaria estará buscando a Consolidação do Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios.

O SINAJUVE encontra-se em fase de desenvolvimento de estudos para a criação de estratégias para sua implementação. Tendo-se para o ano de 2019 a continuidade e desenvolvimento na execução dos demais programas, a fim de atingimento dos objetivos e metas planejados.

PROGRAMA 2071

PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária é composto por quatro objetivos e 22 metas, que compreendem o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR); o fomento às oportunidades de trabalho, emprego e renda; a promoção ao direito ao trabalho decente; e o fortalecimento da economia solidária e suas diversas formas organizativas.

O SPETR envolve uma série de políticas relacionadas ao Programa Seguro-Desemprego (PSD) que tem como objetivo mitigar os impactos negativos advindos da ocorrência de demissão sem justa causa. O PSD é responsável por políticas de intermediação de emprego, qualificação profissional e habilitação ao benefício do seguro-desemprego, além disso, o SPETR é responsável pela geração de informações sobre o mercado de trabalho, a identificação da população pela Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

No fomento às oportunidades de trabalho, emprego e renda destacam-se dois programas: o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O Proger compõe um conjunto expressivo de linhas de créditos especiais destinado à concessão de financiamentos focados no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, entre outras. O PNMPO tem o propósito de construir uma política de Estado que universalize o acesso ao microcrédito para milhares de microempreendedores populares que em condições normais de mercado não teriam acesso ao crédito.

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária dedicou um objetivo específico para a implementação de planos setoriais que visam formular, executar e monitorar políticas públicas com vistas à proteção social de grupos específicos de trabalhadores, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, articulação de políticas, diálogo social e estudos e pesquisas e inovações no campo da proteção ao trabalhador.

Outro importante campo de atuação do Programa refere-se ao estímulo à expansão de atividades e organizações socioeconômicas que promovem geração de trabalho e renda. Nessa linha, a Economia Solidária constitui-se em uma importante política de inclusão produtiva, ao fomentar a geração de renda através do trabalho coletivo e da autogestão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o ano de 2018, alguns indicadores do programa destacaram-se positivamente: o número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo saltou de 946, em dezembro de 2016, para 1.133, em dezembro de 2018; a taxa de rotatividade teve uma redução de 43,8% para 37,7% no período entre agosto 2014 e dezembro de 2018; a taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional reduziu de 13,59% para 11,22%, nos períodos de dezembro de 2014 e 2017.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

No ano de 2018, foram implementadas diversas ações que contribuíram para melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) no âmbito do SPETR.

O Portal Emprega Brasil apresentou novas funcionalidades, de forma a mantê-lo uma plataforma moderna e cada vez mais próxima aos usuários. As novas funcionalidades permitem a elaboração de currículo, a utilização de calendário de atividades do usuário, curso de qualificação para estrangeiros e a inclusão da formação acadêmica no cadastro. Além disso, os usuários podem verificar seu histórico de ações no Portal, de forma a facilitar o acompanhamento das atividades realizadas. Como resultado, as pesquisas por vagas melhoraram ainda mais, ampliando, inclusive, o limite de encaminhamentos para as entrevistas

O aplicativo móvel Sine Fácil, lançado em maio de 2017, possibilita ao trabalhador acesso rápido e fácil às vagas de emprego cadastradas no Sine por meio de aparelho celular ou *tablet*. Em 2018, 1,4 milhões de usuários fizeram o *download* do aplicativo pela primeira vez, resultando em 727,4 mil encaminhamentos e 30,8 mil trabalhadores colocados no mercado de trabalho. Em maio de 2018, foi lançado o módulo para acesso pelo empregador, permitindo o cadastramento de vagas, pesquisa do perfil profissional dos candidatos, seleção para as entrevistas, acompanhamento via calendário disponível, bem como apresentar o resultado final no processo seletivo.

Em dezembro de 2018, foi disponibilizado o serviço de auto atendimento, via web, para o Seguro-Desemprego, o SDWeb. Antes disso, a solicitação do seguro-desemprego já podia ser realizada pela web, entretanto, o trabalhador ainda necessitava comparecer a um posto de atendimento para fazer a validação de seus dados. Agora, se as informações estiverem em conformidade, o mesmo conseguirá fazer todo o processo de casa, de forma segura e ágil.

Outro destaque refere-se ao projeto de Padronização da Rede de Atendimento e novo marco regulatório do Sine por meio da publicação da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018. A lei soluciona déficit normativo quanto à organização e gestão das ações e serviços do Sine, institucionaliza a gestão e o financiamento compartilhado, a cooperação entre os três entes federativos e estabelece as responsabilidades e competências de cada um. Além disso, define uma política nacional de atendimento e o modelo de funcionamento da Rede e institui a modalidade “Fundo a Fundo” como forma de repasse de recursos, mais adequada à natureza social e continuada dos serviços de emprego. Também autoriza a utilização de recursos transferidos pelo FAT no custeio de despesas com contratação e remuneração de profissionais para atuar na prestação dos serviços, o que permitirá o estabelecimento de uma política de recursos humanos para o Sistema e atribui às Superintendências Regionais do Trabalho (SRTb) o papel de apoio regional na coordenação nacional do Sistema.

No que cabe a qualificação profissional, a Escola do Trabalhador (ETb), instituída em 2017 para substituir o programa denominado Universidade do Trabalhador, recebeu até dezembro de 2018 mais de 640 mil matrículas de mais de 413 mil cidadãos (o trabalhador pode inscrever-se em mais de um curso pretendido e estar empregado para participar da qualificação). Desses 413 mil inscritos, 147 mil já estavam no mercado de trabalho e 61 mil, que estavam na informalidade, entraram no mercado formal após ingressarem nos cursos na Etb. Do total de inscritos, mais de 30 mil eram também beneficiários do Seguro-Desemprego e cerca de 10 mil voltaram ao mercado formal.

CRÉDITO A ATIVIDADES EMPREENDEDORAS E MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

O Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) realizam ações de fomento à geração de emprego e renda.

Em 2018, o Proger realizou cerca de 120 mil contratos, com um volume, aproximado, de R\$ 5 bilhões aplicados. Utilizando-se o modelo de insumo x produto, com base nos desembolsos nos setores produtivos financiados neste período, estima-se que o Proger contribuiu para a geração/manutenção de mais de 64 mil empregos diretos e indiretos.

No período entre 2016 e 2018, o Proger beneficiou 3,8 milhões de trabalhadores, o que representa quase 95% da meta estabelecida para o PPA 2016-2019. O bom índice do número de beneficiados pela concessão do crédito, no triênio, é devido à priorização da aplicação dos recursos dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador nas linhas de crédito voltadas às micro e pequenas empresas, que apresentam maior fonte de emprego.

Em relação ao PNMPO, o volume de recursos aplicados no triênio em microcrédito produtivo orientado foi de R\$ 30,09 bilhões, sendo R\$ 11,18 bilhões, em 2016, R\$ 8,6 bilhões, em 2017, e R\$ 10,31 bilhões, 2018, de acordo com informações prestadas pelos bancos públicos oficiais, o que representa 80% da meta estabelecida para o PPA 2016-2019. Com relação aos clientes atendidos, foram beneficiados 8,3 milhões no triênio, sendo 2,4 milhões em 2019.

Em 2018, a Medida Provisória nº 802/17 foi convertida na Lei nº 13.636/18, que além de modernizar a legislação do Programa, simplificou processos e incluiu a possibilidade de utilização de novas tecnologias de orientação dos beneficiários de microcrédito, de forma a reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão dos financiamentos. Houve, também, o aumento da renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do PNMPO para até R\$ 200 mil reais e a criação do Fórum Nacional de Microcrédito, instância destinada a promover o diálogo contínuo em torno do aperfeiçoamento do Programa, atendendo aos anseios dos entes operadores e reforçando a importância da participação social nas discussões afetas às políticas de governo.

PROMOVER O DIREITO AO TRABALHO DECENTE

Visando à promoção do direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador, deu-se continuidade ao aprimoramento das ações fiscais por meio de aplicação de tecnologia da informação e ciência de dados.

Em 2018, foram realizadas 42,1 mil ações fiscais em segurança e saúde no trabalho em empresas de segmentos econômicos prioritários. A Secretaria de Inspeção do Trabalho vem adotando estratégias que envolvem convênios para disponibilização de dados de benefícios e morte por acidente e doença do trabalho. O cruzamento desses dados com os dados de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), eSocial e outros bancos permitirá a elaboração de um melhor diagnóstico que, por sua vez, será utilizado para a ampliação de fiscalizações eletrônicas, de nível 1. Essas fiscalizações subsidiarão os Auditores-Fiscais do Trabalho no planejamento das ações fiscais diretas, ou seja, nos locais de trabalho.

Quanto às inspeções para o combate ao trabalho análogo ao escravo, em 2018, foram realizadas 36 fiscalizações. Somando-se às 42 ações, realizadas no biênio 2016- 2017, obtém-se o resultado de 78 ações fiscais de inspeção para o combate ao trabalho ao escravo, alcançando quase 80% das 99 ações fiscais programadas para o período do PPA.

Em 2018 foram realizadas 6,7 mil ações fiscais para erradicação das piores formas de trabalho infantil. Somadas as 8,4 mil ações fiscais realizadas no biênio 2016-2017, obtém-se o resultado de 15,1 mil ações fiscais para erradicação das piores formas de trabalho infantil, superando a meta prevista para o final do PPA.

Durante o PPA 2016-2019, está previsto um total de 38,5 mil ações de inspeção do trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados. Em 2018, foram executadas 11,4 mil ações fiscais dessa natureza, que somadas às ações realizadas nos dois anos anteriores, obtém-se o resultado de 28,8 mil ações, o que representa 75% da meta estabelecida para o quadriênio do PPA.

No ano de 2018, foram realizadas 58,2 mil ações fiscais para inserção de aprendizes adolescentes no mercado de trabalho. Somadas com as 77,3 mil ações do biênio 2016-2017, o resultado obtido no triênio foi de 135,5 mil ações fiscais para inserção de aprendizes, representando 73% da meta estabelecida para PPA 2016-2019.

No campo de atuação das ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) desenvolveu e divulgou, no ano de 2018, 47 estudos e pesquisas, alcançando 1,7 milhão de pessoas.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Outro importante campo de atuação do Programa refere-se ao estímulo à promoção da economia solidária e suas diversas formas organizativas, que, de forma geral, é o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores seguindo os princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. São milhares de organizações coletivas que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. A economia solidária tem sido uma resposta importante dos trabalhadores às transformações ocorridas no mundo do trabalho, de forma que, no atual contexto de crescimento dos níveis de desemprego, se constitui em uma política essencial de inclusão produtiva, promovendo a geração de renda através do trabalho coletivo.

Nesse sentido, no ano de 2018, foram apoiados um total de 4,1 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES) com ações de incubação de empreendimentos e fortalecimento das redes de cooperação solidárias, beneficiando 30 mil pessoas. Destes EES, 419 foram apoiados com vistas à verticalização da produção, à comercialização e ao consumo. Considerando que nos dois anos anteriores foram apoiados 3,6 mil empreendimentos, obtém-se 7,7 mil empreendimentos apoiados no triênio.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O ano de 2018 foi importante para a consolidação da Escola do Trabalhador (ETb) como uma

plataforma fornecedora de cursos de qualificação profissional para o trabalhador. Um diferencial promovido nos cursos oferecidos na ETb é que o cidadão não necessita esperar a formação de turmas, bem como não precisa se adequar a nenhum requisito ou escolaridade mínima exigida para cursá-los. Além do mais, o processo de início do curso é simplificado e o cidadão começa a fazer sua qualificação assim que conclui a inscrição. Podem realizar as atividades a qualquer hora do dia, com livre escolha da conveniência de horários e a quantidade diária de horas a estudar.

Destaca-se ainda, as medidas adotadas de segurança no processo de concessão do seguro-desemprego, dentre elas a implantação de um sistema de mitigação de riscos de fraude desenvolvido pela DATAPREV. Esta ferramenta, implementada em maio de 2018, já bloqueou 10,8 mil requerimentos fraudulentos, totalizando uma economia direta de R\$ 60 milhões aos cofres públicos.

No âmbito do trabalho decente, houve continuidade das ações de inspeção fiscal do trabalho com o uso da tecnologia. O convênio com a Universidade de Brasília para o desenvolvimento de ecossistema Big Data e de Inteligência Artificial foi renovado e será fundamental para o estudo e tratamento dos dados do eSocial e cruzamento de várias bases em ambiente Big Data.

Em 2019, o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária enfrentará novos desafios para que seus objetivos sejam alcançados, visto que a reforma administrativa poderá proporcionar uma nova dinâmica nas relações de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal.

PROGRAMA 2063

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Programa 2063 do PPA 2016-2019, agora renomeado como Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, tem como eixo principal a criação de um modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação do Estado, o qual serve de base para a promoção da eficiência e da harmonia na avaliação da deficiência, necessária em diversas políticas públicas. Também busca a melhoria do acesso a bens e serviços públicos, o fomento à participação social, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, e a promoção do exercício equitativo dos mesmos.

As pessoas com deficiência representam uma parcela significativa dos brasileiros, alcançando quase um quarto da população, segundo o censo 2010 do IBGE. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Além de possuir múltiplas dimensões, como pessoas de diferentes gerações, etnias, gêneros, situações sociais, regiões e religiões, a deficiência também se caracteriza por ser transversal e acaba provocando uma dupla vulnerabilidade quando presente em mulheres, negros, indígenas ou LGBT.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Com o objetivo de difundir o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais entre os servidores públicos e os cidadãos em geral, foi criado o Curso de Introdução à Libras, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, na modalidade EaD (Educação a Distância), que em 2018 formou mais de 7.000 pessoas e outras 7.000 estão em curso.

Foi publicada a 2ª edição do Manual de Adaptações de Acessibilidade, que contém informações e instrumentos voltados aos gestores dos prédios da administração pública federal, com o objetivo de diagnosticar a situação de acessibilidade das edificações públicas e permitir a elaboração de planos de trabalho com metas progressivas de correção dos problemas diagnosticados.

Foi concluída a validação de conteúdo do Instrumento de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência e estão em andamento as validações de face e de acurácia. Durante os meses de julho e outubro foram capacitados cerca de 330 profissionais de serviços de saúde do SUS em 12 cidades das cinco regiões geográficas, para aplicação do novo instrumento junto aos usuários dos serviços.

Por meio do projeto Diálogos Setoriais – União Europeia – Brasil, foram realizadas visitas técnicas na Espanha e na França com o objetivo de conhecer a realidade dos países em relação à avaliação biopsicossocial e o processo de centralização dessa avaliação, verificando suas vantagens e desvantagens. Esse projeto culminou na realização do Seminário Internacional sobre Avaliação da Deficiência, com a participação de países da União Europeia e da América Latina, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos sobre o tema e elaboração de carta com diretrizes para a avaliação da deficiência realizada pelo Estado baseadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Foi realizado na cidade de João Pessoa/PB um seminário relacionado à Segurança Humana e Inclusão, em parceria com o Ministério Público da Paraíba. Como resultado, foi assinada a “Carta da Paraíba”, com o compromisso de dirimir as desigualdades no tocante aos direitos das pessoas com deficiência, de forma que alcancem melhores padrões de dignidade, de realização, qualidade de vida, produtividade e autoestima.

Em junho de 2018 houve a participação de delegação brasileira na 11ª Conferência dos Estados Partes realizada na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos. A missão trouxe os seguintes resultados em relação às relações bilaterais e multilaterais: i) China – estabelecimento de contatos entre o Centro Chinês de Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas e a Rede Nacional de Tecnologias Assistivas para cooperação técnica e capacitação; ii) Alemanha - reaproximação para agenda comum na matéria de inclusão laboral e no modelo de avaliação da deficiência; iii) Israel - aproximação institucional quanto a assuntos legislativos sobre equivalências de benefícios para regresso ao mercado de trabalho (auxílio inclusão) e inclusão laboral; e iv) Unicef - Estudos sobre o uso de material didático inclusivo.

O Brasil, pela primeira vez, participou da Conferência da RESNA –Rehabilitation Engineering and Assistive Technology Society of North America.

Houve participação das revisões das normas ABNT 9050 e 15570; publicação de decretos de regulamentação dos artigos 44, 45, 58 e 122 da Lei Brasileira de Inclusão - LBI; e aperfeiçoamento da legislação de transporte rodoviário interestadual e internacional, com a alteração do Decreto 5.251/98.

Houve, ainda, apoio à implementação do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar o Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). E foi publicado o Decreto nº 9.522/2018, que promulga o referido Tratado.

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Do projeto intitulado "Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência", resultou uma Missão para Angola onde mais de 100 agentes da sociedade civil e governo, atuantes na temática da pessoa com deficiência, foram capacitados para a construção de políticas públicas.

No tocante à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência no âmbito regional, destaca-se a eleição de um representante brasileiro para a posição de presidente do Comitê para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas com Deficiência – CEDDIS, em julho último.

O Projeto de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana teve por objetivo a realização de um grupo de trabalho com especialistas brasileiros e dominicanos envolvidos para o desenvolvimento do conteúdo do Protocolo de Acesso à Justiça em favor das pessoas com deficiência.

Foi assinado um acordo de cooperação entre a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência com a G31CT - Iniciativa Global para Tecnologias da Informação e Comunicação Inclusiva,

que prevê alavancar recursos e conhecimentos no apoio às iniciativas de transformação digital do país e promover o aumento da acessibilidade quanto a tecnologias de telecomunicação e comunicação da informação no Brasil.

Foram editados diversos Decretos na temática da pessoa com deficiência, entre eles, os que regulamentam a Lei nº 13.146, de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência:

- **Decreto nº 9.522/2018** - Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso;
- **Decreto nº 9.508/2018** - Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta (alterado pelo Decreto nº 9.546/2018);
- **Decreto nº 9.475/2018** - Altera o Decreto nº 2.521/1998 – que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros – para estabelecer que às cadeiras de rodas e a outros equipamentos de tecnologia assistiva não se aplicam os limites de peso e dimensões das bagagens comuns;
- **Decreto nº 9.451/2018** - Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a acessibilidade em edificações multifamiliares;
- **Decreto nº 9.405/2018** - Dispõe sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no art. 122 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- **Decreto nº 9.404/2018** - Altera o Decreto nº 5.296/2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- **Decreto nº 9.345/2018** - Altera o Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/1990, para dispor sobre as normas de movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de órtese e prótese pelo trabalhador com deficiência; e
- **Decreto nº 9.296/2018** - Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que estabelece percentual de dormitórios acessíveis em empreendimentos de hospedagem existentes e a aplicação do desenho universal em novos estabelecimentos.

ACESSIBILIDADE E EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A acessibilidade assegura que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidade no acesso a lugares, transportes, comunicação e políticas públicas de modo geral. Trata-se de um direito conquistado e incluído na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, aprovada com status de Emenda Constitucional no Brasil a partir de 2008, mas que abrange um público ainda maior, ao beneficiar pessoas com mobilidade reduzida, como idosos e gestantes.

Tendo em vista a necessidade de capacitar o corpo técnico do poder público federal, estadual e municipal quanto à legislação e normas de acessibilidade mais recentes, foi contratada empresa para elaborar curso a distância sobre acessibilidade. O curso terá 3 módulos: Conceitos Básicos de Acessibilidade, Acessibilidade nos Espaços Urbanos e Acessibilidade nos Espaços Construídos.

No que tange ao transporte coletivo rodoviário, desde 1º de julho de 2018, todos os ônibus de características rodoviárias para transporte coletivo de passageiros devem ser fabricados com plataforma elevatória veicular ou outro dispositivo que a substitua, sendo proibida a utilização da cadeira de transbordo.

No modal aéreo, foram elaboradas as especificações técnicas para aquisição de rampas para embarque e desembarque em aeronaves. Ação de extrema importância, principalmente em aeroportos onde não há pontes de embarque. Além disso, está em elaboração uma política nacional de acessibilidade na aviação civil.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A criação dos instrumentos de avaliação e a implantação da avaliação biopsicossocial da deficiência no âmbito do governo federal veio contribuir para o aperfeiçoamento do acesso do público com deficiência às políticas públicas, com equiparação de oportunidades com as demais pessoas. As aplicações do novo instrumento estão em curso e os dados coletados serão analisados para avaliação da aceitabilidade, sensibilidade e especificidade do instrumento, para posterior implantação da avaliação unificada da deficiência no âmbito federal.

Quanto à articulação de um plano nacional para tornar acessíveis os prédios públicos federais, com prioridade para aqueles em que há atendimento ao público, o plano foi elaborado contendo as seguintes atividades: 1) divulgar o Manual de Adaptações de Acessibilidade (concluído); 2) lançar curso a distância sobre acessibilidade (em andamento); 3) revogar e instituir novos procedimentos em substituição à Portaria Interministerial nº 271, de 2016 (em fase de assinatura); e 4) alterar o Decreto nº 5.626, de 2005, para garantir o efetivo atendimento da pessoa surda por intérpretes profissionais (em fase de assinatura).

O Curso de Introdução à Libras está em seu 3º ano, com mais de 22 mil pessoas capacitadas, e o Curso de Acessibilidade, em elaboração, previsto para meados de 2019. Além disso, para 2019 pretende-se publicar os documentos que regularizarão as Centrais de Interpretação de Libras existentes.

Os conselhos municipais continuarão a ser apoiados por meio de uma capacitação intitulada “Formação Continuada de Multiplicadores em Políticas Públicas”, quando também acontece o fornecimento de equipamentos e capacitação de conselheiros/as. Atualmente, quase 620 conselhos municipais estão em funcionamento e todos os estados já contam com esta estrutura.

O Programa Cão-Guia, dado o seu ineditismo e sua complexidade, ainda demanda avanços para se consolidar como uma política de formação de treinadores e instrutores de cães-guia, com parâmetros e padrões técnicos internacionais. O programa passa por revisão, particularmente naquilo que concerne as suas condições de manutenção e sustentabilidade.

Em 2019 pretende-se, ainda, continuar a cooperação para a elaboração da política nacional de acessibilidade na aviação civil, bem como apoiar e promover a capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e tecnologia assistida.

PROGRAMA 2064

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

A promoção dos direitos humanos deve compreender a realização de um conjunto de políticas norteadas pelos princípios da universalidade e da interdependência, considerando as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direito e cada coletivo no qual se inserem estes sujeitos na sociedade, considerando as particularidades dos indivíduos e grupos sociais moldados por um percurso peculiar conforme seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Considerando ser o Registro de Nascimento o ato de reconhecimento da personalidade jurídica da pessoa, ou seja, de seu nome e nacionalidade perante a lei, é dever do Estado assegurar a cada pessoa nacional esse registro, outorgando-lhe a capacidade de se relacionar com o Estado enquanto cidadão, sendo este o primeiro passo para o usufruto pleno dos direitos da cidadania.

No que tange à liberdade religiosa como direito fundamental, o Brasil ainda busca fortalecer mecanismos de proteção e de promoção do respeito à diversidade, bem como de garantia da laicidade estatal.

Neste contexto de sensibilização, a educação em direitos humanos, compreendida como um processo sistemático e multidimensional, orienta a formação do sujeito de direitos e por isso está no escopo de todas as frentes de atuação da promoção dos direitos humanos. Cabe aos atores que atuam neste âmbito priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros.

No que se refere à promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa, deve-se considerar que a questão do envelhecimento assume contornos cada vez mais complexos. Diante das novas tendências demográficas e da ampliação da longevidade em diversos países, a tradicional visão da pessoa idosa como aquela sujeita à incapacitação progressiva nos âmbitos físico, econômico e social, contrapõe-se a uma mudança de percepção, em direção à maior possibilidade de integração e reinserção dinâmica da população idosa na sociedade. É extremamente relevante a ampliação e qualificação, nos três níveis federativos, de políticas, programas e serviços para a população idosa, contemplando as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer e trabalho e renda.

Para o fortalecimento da democracia, deve ser admitido que todas as pessoas que fazem parte da população do país tenham acesso garantido aos direitos humanos na sua plenitude. Em meio à população geral encontram-se populações vulnerabilizadas e uma delas é a de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). É papel do Estado implementar políticas públicas que garantam à população LGBT o pleno exercício de seus direitos humanos, especialmente por meio do combate à discriminação e à violência contra essas pessoas.

Ainda no contexto de populações vulnerabilizadas, é preciso atentar também para as condições das pessoas em situação de rua. Estima-se que o Brasil possua cerca de 50 mil pessoas nesta condição. No âmbito da defesa dos direitos humanos, é fundamental pensar em sua relação com a segurança pública, considerando incessantemente os valores da cidadania para a construção da paz. As ações governamentais nesta seara devem se concentrar na promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e na articulação e elaboração de diretrizes para a valorização do trabalho dos profissionais de segurança pública. No enfrentamento do trabalho escravo é

prioridade a articulação para manutenção do conceito do que é trabalho escravo e o estímulo à adesão ao Pacto Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A inserção social dos trabalhadores vitimados também é essencial para superação desta realidade, tendo em vista que pobreza e vulnerabilidade são o denominador comum das práticas de escravidão no trabalho.

No que tange à erradicação da tortura, as ações de prevenção e combate devem ser articuladas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como com a sociedade civil. Nesse sentido, o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura (PAIPCT), articula e sistematiza as ações, orientando execução das ações no âmbito Federal e no âmbito das unidades federativas.

É preciso salientar que tratar dos direitos humanos, independente de temática ou público, representa também cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida. Neste sentido, os programas de proteção possuem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas e estratégias para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Entre as atribuições do Estado está a de receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos da criança e do adolescente, de pessoa com deficiência, da população de lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais, da população em situação de rua e demais grupos sociais vulnerabilizados. Nesse contexto, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos tem como principal canal de diálogo com a sociedade e atendimento à população, o Disque Direitos Humanos (Disque 100); e por força do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos - #HumanizaRedes, a Ouvidoria Online e o Clique 100, canais disponibilizados para recebimento de denúncia em ambiente web.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como principais resultados do Programa, destacam-se:

- Aperfeiçoamento do acesso de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), por meio da publicação do Decreto nº 9.376, de 15 de maio de 2018;
- Lançamento do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH), com cinco cursos disponibilizados e mais de 40 mil pessoas inscritas;
- Realização da 12ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos em todas as capitais do país, disseminando a cultura de paz a um público de mais de 45 mil pessoas;
- Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, com a adesão de 16 estados, e chamamento público para apoio a projetos de enfrentamento à violência, com mais de R\$ 800 mil ofertados;
- Convocação pelo Decreto nº 9.453, de 2018, da 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT);
- Publicação do Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no país;
- Realização do III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, com a presença de 144 participantes, de 22 unidades da Federação;
- Adesão de 23 estados ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, com a criação de quatro Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo em 2018;

- Incremento de mais de R\$ 8 milhões no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos e decorrente reforço da equipe federal e expansão de cinco para nove estados com programas estaduais;
- Execução do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) em 14 estados, além do Programa Federal, com incrementos na garantia da proteção e acompanhamento de cerca de 500 pessoas mediante o maior orçamento da história do programa, fundamental no combate ao crime organizado e à impunidade.

Dentre os indicadores do Programa, merece destaque: o número de unidades da federação visitadas pelo mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura, que passou de um, em 2015, para 19, em 2017; o número de unidades da federação com programa de proteção a defensores de direitos humanos saltou de cinco, em janeiro de 2016, para nove, em janeiro de 2019; e, os trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo teve um acréscimo de 946, em dezembro de 2016, para 1.538, em dezembro de 2018.

A seguir são apresentados os principais avanços dos objetivos do programa.

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Considerando que o acesso ao Registro Civil de Nascimento (RCN) e à documentação básica (DB) é essencial para a garantia dos demais direitos e exercício da cidadania, o Governo Federal continua evidenciando esforços para erradicar o sub-registro civil de nascimento dos grupos populacionais histórica e tradicionalmente mais vulnerabilizados. Dentre as ações executadas em 2018, destaca-se a realização de cooperação técnica entre Ministério dos Direitos Humanos, Ministério de Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral para articulação de ações com o objetivo de cadastrar, biometricamente, cerca de 750 pessoas privadas de liberdade que estão no sistema prisional ou seus egressos, com vistas a permitir a devida individualização civil e administrativa para o exercício de todos os direitos decorrentes da cidadania.

Além disso, ressalta-se a realização dos diálogos com a sociedade civil organizada com vistas à elaboração de Diretrizes de Atendimento de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica para os públicos LGBT, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros, povos indígenas e população cigana. Destaca-se ainda a emissão de documentação para públicos vulneráveis nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Roraima; e o aperfeiçoamento do acesso de dados do SIRC, por meio da publicação do Decreto nº 9.376, de 15 de maio de 2018.

No intuito de contribuir para a construção de uma cultura de respeito às diversidades e de combate ao preconceito e à discriminação, foi lançado, em 2018, o PNEC_DH, com 5 cursos já disponibilizados: “Direitos Humanos: uma declaração universal”; “Educação em Direitos Humanos”; “Promoção dos Direitos da População LGBT”; “Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua” e “Promoção e Defesa de Direitos da Pessoa Idosa”, com mais de 40 mil pessoas inscritas desde o lançamento. Além disso, foi realizada a 12ª Edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos em todas as capitais do país, disseminando a cultura de direitos humanos a mais de 45.000 pessoas.

Com vistas a contribuir com a disseminação da cultura de direitos humanos, ressalta-se ainda, o lançamento da primeira edição da “Revista Científica de Direitos Humanos”, em comemoração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; a realização do “I Colóquio Internacional de Educação em Direitos Humanos e a inauguração da obra de arte “O

Caminho dos Direitos Humanos”, que consiste em uma obra de arte pública formada por azulejos pintados por cerca de 700 alunos de escolas públicas do Distrito Federal que ilustram os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Com a perspectiva de transversalizar a pauta de direitos humanos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), foi realizado Seminário “A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” que contou com a participação de autoridades governamentais e sociedade civil, o seminário abrangeu temas como direito à vida, à integridade e à segurança; equidade de gênero; educação como direito humano; empresas e direitos humanos; e meio ambiente, uso da água e povos tradicionais.

Seguindo a linha de combate ao preconceito e à violência, destaca-se a implantação, em 2018, do Repositório de Legislação e Jurisprudência sobre Intolerância Religiosa para subsidiar a atuação do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR) e promover a política de diversidade religiosa e direitos humanos em âmbito nacional e internacional, por meio do acesso aberto e gratuito, da disseminação, da valorização e do reconhecimento da produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa de assuntos relacionados ao assunto, bem como prover à sociedade o acesso ao conhecimento a legislações relevantes que tenham influência na temática do respeito à liberdade de crença e convicção e da garantia da laicidade do Estado.

Ainda na perspectiva de disseminar a promoção da diversidade religiosa e combater a intolerância, ressalta-se a realização do “Encontro Intergeracional pelo Respeito à Diversidade Religiosa”, a realização do “Fórum Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa”, que se constituíram como importantes espaços de discussão sobre a temática e a divulgação da Campanha “Conhecer, Respeitar, Valorizar”.

No âmbito das ações relacionadas à garantia do Direito à Reparação, Memória e à Verdade, destaca-se, em 2018, a confirmação da identidade do desaparecido político Dimas Antonio Casemiro, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), morto em abril de 1971, entre os restos mortais encontrados na Vala Clandestina de Perus, e a entrega de seus restos mortais a seus familiares. Além disso, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus (GTP), integrado por este Ministério, foram abertas todas as 1.049 caixas com remanescentes ósseos, sendo que 1.041 foram limpas, 878 analisadas e 350 amostras foram enviadas para o laboratório *International Commission on Missing Persons (ICMP)* para análises genéticas.

Ainda com relação às atividades de busca e localização de desaparecidos políticos, foram realizadas em 2018 a expedição ao Parque Nacional do Iguaçu para identificação de vestígios de emboscada realizada contra ativistas políticos e duas expedições à região do Araguaia, que envolveram atividades de escavação, de investigação e de instrução de outros pontos que serão objeto de futuras intervenções.

Por fim, ressalta-se a realização da primeira retificação da certidão de óbito de José Jobim, fazendo constar, nos termos do Atestado de Óbito expedido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que o diplomata foi vítima do Estado brasileiro, no contexto de exceção instaurado pela ditadura militar.

Com o objetivo de avançar na implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída por meio do Decreto nº 7.053/09, foram realizadas articulações para garantir mais adesões à política por parte de estados e municípios. Em 2018

aderiram à PNPSR os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná e os municípios de Passos/MG, Foz do Iguaçu/PR e Novo Hamburgo/PR.

No intuito de fortalecer as políticas públicas de promoção dos direitos da população LGBT, bem como enfrentar a violência LGBTfóbica, foi lançado em maio de 2018 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica, instituído por meio da Portaria MDH nº 202, de 10 de maio de 2018, contando com a adesão de 16 estados até o momento. Além disso, foi realizado um chamamento público de projetos de enfrentamento à violência LGBTfóbica, com mais de R\$ 800 mil a serem executados por 6 estados selecionados. Outra ação importante foi a realização da Oficina de Repactuação do Fluxo de tratamento de denúncias do Disque 100 – Módulo LGBT, com objetivo de aprimorar o tratamento das denúncias de violência LGBTfóbica.

Para avançar na promoção de direitos do público LGBT, o Ministério dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) realizou o “I Seminário Nacional de Diversidade no Serviço Público: Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho”. Outra ação importante foi a realização do Seminário Negros e Negras LGBT, conduzido pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT).

Como forma de disseminar os direitos do público LGBT e fomentar o respeito à diversidade foi disponibilizado no PNEC_DH, o curso “Promoção e Defesa dos Direitos LGBT”. O curso investe na aproximação com a vivência de pessoas LGBT para compreensão dos principais desafios colocados à garantia de seus direitos. A partir de suas experiências, faz uma revisão em aspectos específicos de exclusão, discriminação ou desigualdade vividos por pessoas LGBT, com ênfase em estratégias para a garantia e promoção de seus direitos. Este módulo teve 17 mil inscrições só no segundo semestre de 2018.

Vale ressaltar também a elaboração do Manual Orientador sobre Diversidade, uma produção e publicação do Ministério dos Direitos Humanos em parceria com Ministério da Saúde, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), que tem como objetivo disponibilizar conceitos básicos sobre os temas relativos à pauta, bem como, orientar funcionários públicos e de empresas privadas no que diz respeito ao tratamento adequado à população LGBT que acessa os serviços ou busca inserção das políticas públicas.

Em 2018, houve avanços significativos no tocante à temática de Empresas e Direitos Humanos. Ressalta-se a publicação do Decreto nº 9.571, de 22 de novembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no país. No intuito de impulsionar as ações neste sentido, foi elaborada Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, a qual estabelece o compromisso firmado pelo Estado Brasileiro e empresas em favor da proteção dos direitos humanos. A carta foi assinada pelo Ministério dos Direitos Humanos, Ministério Público do Trabalho e algumas sociedades empresárias, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BNDES, Caixa Econômica Federal, Correios, Eletrobras e Petrobras.

Ainda no contexto de ações acerca da temática de Empresas e Direitos Humanos é válido ressaltar a elaboração do documento de respostas às recomendações sobre Empresas e Direitos Humanos ao Estado Brasileiro, o qual englobou a consulta a mais de 130 atores, dentre órgãos

federais, empresas e sociedade civil, com o objetivo de coletar informações a respeito de iniciativas sob responsabilidade dessas instituições que estivessem alinhadas ao cumprimento das recomendações, bem como quanto à possibilidade de desenvolvimento de novas ações que demonstrem os seus compromissos na implementação do tema.

No tocante ao tema de refugiados e migrantes, o Governo Federal, em articulação com organismos internacionais, firmou um Memorando de Entendimento com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com vistas ao fortalecimento de estratégias de promoção e proteção dos direitos humanos dos imigrantes no Brasil, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. Na mesma seara, colaborou-se tecnicamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) para a publicação de dois estudos de monitoramento do fluxo migratório venezuelano, em março e outubro de 2018.

PROTEÇÃO A PESSOAS E COMBATE À TORTURA E AO TRABALHO ESCRAVO

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), instituído pela Lei nº 12.847, de 2013, realizou visitas a 11 estados da federação, buscando identificar situações de tortura e promover recomendações de melhoria. É importante ressaltar também o lançamento do relatório de inspeções das comunidades terapêuticas, realizadas em conjunto com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), bem como do terceiro relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Com vistas a unir esforços com os governos locais para avançar na pauta de prevenção e combate à tortura, foi realizado o III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, que contou com a presença de 144 participantes, de 22 Unidades da Federação. Outras ações importantes no âmbito da temática foram a apresentação da minuta do II Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura e a realização da 2ª reunião do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Para contribuir com a Erradicação do Trabalho Escravo, a partir de uma articulação do governo federal, 23 estados da federação aderiram ao Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em dezembro de 2016. Em decorrência do Pacto, quatro Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo foram criadas em 2018. Nesse ano também se realizou o V Encontro Nacional das Comissões Estaduais e Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo, com a participação de 22 estados e o Distrito Federal. Por fim, celebrou-se Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos, em que se estabeleceu como um dos compromissos o compartilhamento de informações e de dados estatísticos referentes aos processos concernentes ao crime de trabalho escravo.

Em 2018, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) inovou ao conferiu maior visibilidade ao atendimento a comunicadores e ambientalistas, por meio da publicação da Portaria MDH nº 300/18. O programa garantiu a proteção e acompanhamento de mais de 500 casos com a manutenção de três programas estaduais em Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão, e a implantação de mais seis nos estados do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso e Amazonas, além da expansão da equipe do programa federal que atua no atendimento e acompanhamento dos casos de defensores dos demais estados. É válido destacar também os aprimoramentos realizados na metodologia de atendimento do Programa com a realização de mapeamento de parceiros estratégicos para proteção, mapeamento de risco, início da estruturação de uma rede de pontos focais nas secretarias estaduais de segurança

pública e a institucionalização de espaço de participação social. Todas essas atividades terão continuidade em 2019.

Registra-se ainda no âmbito do PPDDH a realização do Encontro Nacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, que reuniu equipes técnicas estaduais e federal, gestores estaduais, entidades e órgãos públicos envolvidos com a temática, representantes dos conselhos deliberativos, representações institucionais das Secretarias de Estado, Defensorias Públicas e Poder Judiciário; e a realização da oficina de comunicadores, no dia 10 de setembro, com a participação de representantes governamentais e membros de organizações civis, com o objetivo de propor ações que visem reduzir a violência contra os profissionais da área da Comunicação Social, além de discutir soluções no âmbito do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores Sociais e Ambientalistas.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) executou ações em 14 Estados: Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do programa federal, que atendeu os estados que não possuem programas estaduais. Assim, foi possível garantir a proteção e acompanhamento de cerca de 500 pessoas em 2018.

No campo da normatização, foi editada a Portaria MDH nº 288/18, que estabeleceu o modelo de pactuação com empresas envolvidas em ameaças a defensores, para adoção de procedimentos para cessação das ameaças e assunção de compromissos de não repetição e o Decreto nº 9.364/18, que altera o Regulamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) para estender benefícios aos usuários dos programas de proteção.

Ainda no âmbito normativo, destaca-se a publicação do Decreto nº 9.450/2018, que institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional.

Considerando a importante interface entre as pautas de direitos humanos e segurança pública, em 2018 focou-se na capacitação de forças policiais, mediante a realização do 1º curso do ObservaRio (Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro) sobre “Abordagem Policial sob a Ótica dos Direitos Humanos”; e a realização de curso de formação para agentes de segurança pública do Distrito Federal, no âmbito do 1º Curso de Multiplicadores em Direitos Humanos, promovido pela Polícia Militar do Distrito Federal.

CANAIS DE ESCUTA E ACOLHIMENTO

O Governo Federal reconhece que a participação social é essencial para a efetividade e para o aprimoramento das políticas públicas. Tendo isso em vista, é importante ressaltar que, em 2018, foi mantido o apoio necessário ao pleno funcionamento de todos colegiados (Conselhos, Comitês e Comissões), relacionados à temática dos direitos humanos.

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos está empenhada na construção do novo Sistema de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (SONDHA). A nova versão do SONDHA foi iniciada em 2014 e tinha como previsão de conclusão o final do ano de 2015, todavia, como o sistema é desenvolvido com recursos alocados no contrato de Fábrica de Software que atende o MDH, a Ouvidoria aguarda conclusão de certame licitatório para retomada das atividades. Não há

previsão atual de entrega dos módulos estruturantes (Atendimento, Encaminhamento e Monitoramento) do SONDHA.

Foi implementado o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos - #HumanizaRedes, em abril/2015 visando garantir a liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, proteção da privacidade e de dados pessoais, proteção dos direitos e garantias fundamentais, em especial da criança e do adolescente, das mulheres e da população negra, convivência pacífica, tolerância e respeito às diferenças e à diversidade de manifestações culturais políticas e religiosas.

Desde sua inauguração, em 2015, até o ano de 2018, recebemos por meio do site www.humanizaredes.gov.br mais de 25 mil denúncias, dentre as denúncias, pessoas de vários países acessaram o site, entre eles o EUA, Índia, Portugal, Alemanha, Canadá, França, Argentina e Espanha.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Na promoção do Registro Civil, está prevista a execução da biometrização das pessoas em privação de liberdade e a consolidação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) como o sistema de captação e tratamento dos dados dos registros civis de nascimento, casamento, óbito e natimortos. Com isso, os atos de registro civil passarão a ser realizados com o apoio de uma plataforma digital, em um fluxo que conecta cartórios aos ambientes de governo eletrônico.

No campo da Educação em Direitos Humanos, está prevista a continuidade das ações de disseminação da educação e cultura de direitos humanos com a disponibilização de novos cursos no âmbito do PNEC_DH e com a realização da 13ª Edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos em todas as capitais.

Para a promoção do respeito à diversidade religiosa, está prevista a formulação e implementação do Plano Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, bem como a articulação com os entes federativos para criação e a manutenção de Comitês, Conselhos e Fóruns Estaduais, Municipais e Distrital de Respeito à Diversidade Religiosa.

No campo de reparação, memória e verdade, estão previstas a realização de novas expedições à região do Araguaia, bem como a apresentação dos resultados alcançados e a indicação da viabilidade de continuidade dos trabalhos de buscas. Terá continuidade também a realização das análises dos remanescentes ósseos e a parceria com o laboratório da Comissão Internacional para Pessoas Desaparecidas (ICMP), visando a identificação de eventuais desaparecidos políticos que possam ter sido inumados na Vala Clandestina do Cemitério de Perus. Será dada continuidade aos trabalhos de investigação e buscas nas demais regiões do país, bem como priorizadas ações de memorialização de locais de repressão ou resistência.

Quanto às populações vulneráveis, está prevista a continuidade das articulações para adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR) e a disponibilização de metodologia com nova concepção nas políticas públicas de atendimento à população em situação de rua, com ênfase no acesso imediato à moradia acompanhado de equipe multidisciplinar de apoio a esta população.

No tocante a Empresas e Direitos Humanos, um novo curso a ser disponibilizado em 2019 no PNEC-DH está em desenvolvimento, como forma de divulgar a temática e incentivar que

governo, sociedade e empresas contribuam para a implementação dos direitos humanos. Além disso, para 2019, estão previstas articulações para novas assinaturas à Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos e para disseminação das Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos, bem como o lançamento de pesquisa com boas práticas realizadas por empresas na temática.

No tema de refugiados e migrantes, a implementação da nova Lei de Migração deve prosseguir por meio da articulação de políticas públicas e da conjugação de esforços com vistas à garantia dos seus direitos, conferindo-se especial atenção àqueles em situação de vulnerabilidade.

Em 2019, serão realizadas novas articulações para adesão ao Pacto Federativo sobre Prevenção e Combate à Tortura, instituído por meio da Portaria nº 346, de 19 de setembro de 2017, com o objetivo de estimular a criação de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, bem como a continuidade das inspeções do MNPCT e o início da execução do II Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura.

Ainda para 2019, está prevista a continuidade das ações efetivadas no âmbito do Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, o início da formulação do III Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e a divulgação do mapeamento das sentenças penais e civis relativas ao trabalho análogo à escravidão e a comemoração dos 15 anos da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

PROGRAMA 2062

PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNDCA possui a função primordial de apoiar ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas. Dessa forma, promove a articulação dos diversos órgãos e sociedade civil, bem como contribui para implementação de campanhas de conscientização e das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Os desafios deste Programa 2062 são consolidar a política nacional de direitos da criança e do adolescente, e promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, integrando instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, que envolvam: Sistema de Garantia de Direitos; Agenda de Convergência; Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; Sistemas de informações – SIPIA, Conselho Tutelar e SIPIA Sinase; Escolas de Conselhos Tutelares e Direitos; Sistema Nacional Socioeducativo; Atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual; Enfrentamento da violência letal - PPCAM; Direito à convivência familiar e comunitária; Atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos; e Erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados foram: Constituição de um grupo de trabalho específico voltado para o redesenho do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); Criação da Lei Nº 13.431/2017; Publicação da Resolução nº 215, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre Parâmetros e Ações para Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos; Intensificação da campanha intitulada “Respeitar, Proteger e Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente”. Entre 2016 e 2018, os principais resultados foram: entrega de 1.351 conjuntos de equipagem de Conselhos Tutelares, por meio de emendas parlamentares e recursos da União; desenvolvimento da plataforma de treinamento do sistema SIPIA Conselho Tutelar; acordo da Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal abrangendo 9 estados e previsão de capacitação de 4.490 conselheiros (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Roraima e Maranhão); publicação do Decreto nº 9.603/2018, que regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; divulgação das peças da campanha do dia “18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e À Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”; realização do Seminário Nacional sobre o atendimento culturalmente adequado a crianças e jovens indígenas e a integração da rede do Sistema de Garantias de Direitos, do XVII Encontro Nacional do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, e do Seminário Nacional sobre a Letalidade de Crianças e Adolescentes e o IV Encontro Nacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destacam-se: a elaboração dos Parâmetros Nacionais de Gestão, de Segurança e Arquitetônicos; a capacitação continuada de profissionais do meio aberto e do meio fechado, por meio da Escola Nacional de Socioeducação; o Programa de Educação a Distância e outros convênios com o intuito de formar os profissionais nos territórios e mapear a realidade do Sistema atual.

Finalmente, desde a sua implantação em 2003, até dezembro de 2018, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM incluiu e protegeu 4.022 crianças e adolescentes e 6.784 familiares, o que totaliza 10.806 pessoas protegidas. No ano de 2018, 484 crianças e adolescentes e 688 familiares foram protegidas pelo Programa, totalizando 1.172 pessoas. Neste momento estão sob proteção 155 crianças/adolescentes e 208 familiares, totalizando 363 pessoas.

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sobre a institucionalização do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) de crianças e adolescentes (Meta 00GM), estabeleceu-se o desafio de atualizar a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, organizando instâncias, instrumentos, diretrizes e fluxos para um funcionamento mais integrado das ações atualmente em curso. O objetivo é dar organicidade e fortalecer a política nacional dos direitos da criança e do adolescente.

Para tanto o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – constituiu, em 2017, um grupo de trabalho específico voltado para o redesenho do SGD que contará com um estudo aprofundado de outros modelos de políticas da infância em outros países, assim como modelos de desenvolvimento de políticas nacionais e sistemas únicos como o SUS e o SUAS. A proposta, em desenvolvimento pelo GT, é propor a integração das várias comissões temáticas existentes hoje por meio de uma instância de coordenação vinculada à Carta de Estratégias, que trabalhará como um Comitê Nacional que analisa, monitora e coordena o desenvolvimento das ações de cada setor a partir de uma concepção integrada. Este trabalho não foi concluído em 2018 e seguirá ao longo do ano de 2019.

Outro elemento importante é a integração do CONANDA com os Conselhos Estaduais e Municipais, em uma perspectiva permanente, garantindo a aplicação de suas decisões em nível local. Por outro lado, o desenho propõe fluxos claros de comunicação e integração entre os níveis federal, estadual, distrital e municipal, no que tange os agentes da Política (executivo, legislativo e judiciário).

Por fim, pretende-se desenvolver instrumentos integrados referentes ao financiamento da política em cada ente federado, ao estabelecimento de um sistema integrado de informações e indicadores para a área da infância, ao avanço permanente dos marcos legais e ao desenvolvimento de uma política permanente de formação das redes da infância.

No que tange marcos legais, em 04 de abril de 2017, entrou em vigor a Lei Nº 13.431 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Sobre o desenvolvimento e a promoção da implementação da Agenda de Convergências no contexto de obras e empreendimentos (Meta 00GO), desde 2014, o Ministério dos Direitos Humanos coordena um grupo técnico intitulado Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos, composto por representantes de organizações da sociedade civil, de organismos internacionais, de empresas públicas e privadas e órgãos do governo, com o objetivo de formular orientações para a proteção de crianças e adolescentes que vivem em territórios impactados por empreendimentos de infraestrutura.

O trabalho deste grupo técnico evoluiu, em 2016, com a produção de um documento orientador, com caráter intersetorial e interinstitucional, intitulado “Protocolo de ações para proteção de Crianças e Adolescentes no contexto de Obras e Empreendimentos”. O documento estabelece

orientações para a atuação do Estado, empresas (públicas e privadas), instituições financiadoras e da participação social. O eixo norteador do documento é a proteção dos direitos desse segmento ao longo de todo o ciclo da obra, desde a fase de planejamento até a operação do empreendimento.

Em 2017, o documento foi apresentado ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e colocado em consulta pública com o objetivo de dar visibilidade ao tema e levantar contribuições para a consolidação da versão final. Atualmente, o documento segue em finalização no âmbito da Agenda de Convergência, já que incorporou as contribuições da consulta pública e ainda requer aperfeiçoamento de dispositivos que assegurem sua legalidade e efetividade. A aplicabilidade do documento está sendo planejada em parceria com a Universidade Federal do Pará, por meio do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 1/2016.

A finalidade do projeto, que se iniciou em 2017, é identificar os cenários de violações e de promoção dos direitos de crianças e adolescentes nos municípios afetados por esses empreendimentos, propor mudanças e estabelecer diretrizes para a prevenção e redução dos impactos de obras e empreendimentos nos direitos de crianças e adolescentes.

O projeto tem previsão de encerramento no segundo semestre de 2018 e como resultado espera-se que contribua para o desenvolvimento das ações do Protocolo, o que inclui um processo de testagem do documento. Outras iniciativas do Ministério dos Direitos Humanos para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimentos compreendem três publicações, produzidas no âmbito de projetos apoiados pelo CONANDA, duas voltadas a proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes atingidos por barragens e outra sobre os impactos sociais de empreendimentos econômicos nas condições de vida de crianças e adolescentes. Destaca-se a publicação da Resolução CONANDA nº 215, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre Parâmetros e Ações para Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes no Contexto de Obras e Empreendimentos.

Além disso, no ano de 2018 houve a formalização, através de Portaria nº 337, de 31 de outubro de 2018, de Agenda de Convergência para a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes impactados por obras e empreendimentos.

Com o objetivo de aprimorar e disseminar a implementação da Agenda de Convergência Proteja Brasil (Meta 00GS), a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente intensificou no período do carnaval de 2017 a campanha intitulada “Respeitar, Proteger e Garantir – Todos Juntos pelos Direitos da Criança e do Adolescente”, que foi desenvolvida no âmbito da Agenda de Convergência. A iniciativa contou com a parceria do Ministério do Turismo, Infraero, Frente Nacional dos Prefeitos, União Europeia, *Childhood* Brasil e Polícia Rodoviária Federal. Os materiais foram disponibilizados para *download*, enviados a algumas cidades brasileiras, Infraero e Polícia Rodoviária Federal.

A Campanha contou com eventos de divulgação nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e Brasília-DF. Além disso, é permanente os esforços da Secretaria em ampliar o número de parceiros da metodologia da Agenda de Convergência. Com a expectativa de que as ações de mobilização, formação e engajamento ultrapassem o período das competições esportivas e sejam replicadas e disseminadas em mais eventos de grande porte, a SNDCA atuou em parceria com a Frente Nacional dos Prefeitos para disseminação da metodologia da Agenda de Convergência para os municípios brasileiros. Durante o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento

Sustentável, realizado no mês de abril de 2018 em Brasília-DF, representantes da Secretaria participaram de oficinas para capacitação de gestores municipais.

No âmbito do fortalecimento da atuação dos Conselhos de direitos da criança e do adolescente, dos conselhos tutelares e demais instâncias de participação e controle social (Meta 04CQ), a SNDCA priorizou entre suas ações um programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Este programa traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares. Atualmente existem mais de 5.956 Conselhos Tutelares no Brasil (dados da MUNIC 2014), desses, pelo menos 4.003 serão contemplados até dezembro de 2019.

Entre 2016 e 2018 foram entregues 1.351 conjuntos de equipagem. Em 2019 prevê-se a entrega de mais 200 para 2019, totalizando 1.551 conjuntos ao longo deste PPA com recursos adquiridos por meio de emendas parlamentares e recursos da União. Desta forma até o final de 2019 poderemos alcançar aproximadamente 67% de Conselhos Tutelares atendidos.

Em relação à implementação de programas de formação dos Conselheiros Tutelares, a SNDCA definiu junto ao CONANDA um conjunto de metas para promover a formação continuada em Direitos Humanos de todos os atores estratégicos desse sistema. A respeito disso a política nacional de formação de conselheiros está organizada através da Escola de Conselhos, que opera em parceria com Órgãos de Ensino Federais e Estaduais e Organizações através de convênios. Em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA foi definido que ao longo de 2018 foi realizado diagnóstico da implantação dos Comitês Gestores Estaduais do SIPIA Conselho Tutelar no âmbito dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preconiza a Resolução CONANDA Nº 178, de 15 de setembro de 2016, uma vez que se trata de importante instrumento de gestão da implantação do SIPIA Conselho Tutelar e produção de informações para o monitoramento e avaliação da Política de Direitos da Criança e do Adolescente.

Sobre a gerência, produção e disseminação de dados, informações e conhecimentos sobre a política nacional dos direitos da criança e do adolescente em articulação com as esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, incluindo a integração e o aprimoramento dos sistemas de informação (Meta 04CR), destaca-se o desenvolvimento, em 2017, da plataforma de treinamento do sistema SIPIA Conselho Tutelar. A respectiva plataforma foi lançada em junho de 2019. As coordenações Técnicas Estaduais do SIPIA Conselho Tutelar estão sendo preparadas para apoiar a capacitação e o suporte técnico aos usuários para o registro e produção de informações. Materiais instrucionais e módulos de ensino à distância estão sendo desenvolvidos para apoiar a ampliação do uso do sistema pelos Conselheiros Tutelares e gestores municipais e estaduais.

O sistema SIPIA SINASE terá um diagnóstico objetivando identificar o nível e a qualidade da utilização, eventuais falhas e necessidades de aprimoramento com o objetivo de se elaborar um plano de trabalho específico para sua adequação ao uso dos gestores e usuários estaduais.

No que tange a articulação das ações de educação aos integrantes do sistema de garantia de direitos (SGD) sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente (Meta 04CS), estão o fomento às Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas e formação de profissionais das redes de atendimento a crianças e adolescentes, com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos de promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

De 2012 a 2018 foram 19 escolas que já realizaram formações em todo país, sendo 3 delas ativas (BA, CE, e PB) em dezembro de 2018. Atendendo as expectativas de termos um modelo mais funcional para ampliar o número de conselheiros formados ao final de 2017 foi celebrado com o Instituto Federal de Rondônia a Escola de Conselhos da Região Amazônia Legal abrangendo 9 estados (Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Roraima e Maranhão). Trata-se de proposta inovadora em que será ofertado o curso de 200 horas/aulas na modalidade a distância, por meio de tele- aulas transmitidas ao vivo, via satélite, e de forma simultânea em todos os Estados abrangidos e polos. Ao final do projeto teremos uma estimativa de 4.490 conselheiros capacitados nesta região.

Ainda, cabe destacar a Escola virtual sobre os direitos da criança e do adolescente, a ser implementada em 2019 pela Universidade de Brasília (UnB), por meio de projeto de cooperação internacional junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Serão 8 módulos com os seguintes temas: primeira infância; direitos humanos para crianças e adolescentes; uso seguro da internet; educação não-violenta; atribuições do conselho tutelar; escuta de crianças e adolescentes em situação de violência; prevenção da letalidade de crianças e adolescentes; enfrentamento da violência sexual. Tal projeto alcança os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos e será ofertado uma estimativa de 1.000 vagas por módulo em EAD, e 8.000 vagas no geral.

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS OU RESTRITOS

No que tange ao aperfeiçoamento e à implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Meta 00GW), entende-se que a sua implementação depende de uma articulação interfederativa e interministerial. Destaca-se que o Sistema vem sendo aprimorado e, a partir da coordenação nacional, foram elaborados Parâmetros Nacionais de Gestão, de Segurança e Arquitetônicos. Restava pendente a finalização dos parâmetros socioeducativos. Além dos parâmetros, o aperfeiçoamento do SINASE passa pela melhor estruturação das unidades de internação. No decorrer do ano de 2017, não foram formalizados novos convênios. Em 2017 houve um convênio cancelado por falta de execução do Distrito Federal, para construção de Internação Feminina. No que diz respeito à formação continuada, por meio da Escola Nacional de Socioeducação, em 2017, foi oferecida a capacitação continuada a muitos profissionais do meio aberto e do meio fechado. O programa de Educação à Distância foi muito bem avaliado pelos participantes e gestores Estaduais. Importante mencionar que, além do EAD, outros convênios foram firmados por todo país com o intuito de formar os profissionais nos territórios e mapear a realidade do sistema atual. Em 2017 foi dada continuidade ao processo para a contratação de uma avaliação de todo o SINASE pela UFRGS, o que trará novos dados para as necessidades de aperfeiçoamento existentes em cada Estado. A avaliação do SINASE pretende contribuir para a organização da rede de atendimento socioeducativo; assegurar conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados; promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo; e disponibilizar informações sobre o atendimento socioeducativo, conforme atribuições da Lei Federal nº 12594/2012.

Quanto às ações voltadas ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual (Meta 00GX), em 2017 foram realizadas 6 reuniões da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, visando articulações, informações, sugestões e apoio a ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Dentre os temas abordados, destacam-se o Parâmetro de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência e a campanha do dia 18 de Maio. Neste espaço foi

finalizado texto dos Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência. O documento tem por objetivo definir parâmetros para a escuta de crianças e adolescentes que sofreram ou vivenciaram situações de violência, orientando a atuação dos profissionais que compõem os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, do sistema de segurança pública e da justiça, de forma a evitar a repetição desnecessária dos fatos vividos e a consequente revitimização. Em 2017 foram realizadas a divulgação de peças da campanha do dia “18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e À Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” e a Solenidade de entrega do Prêmio Neide Castanha – 7º edição, na Câmara dos Deputados no dia 18 de maio. Além disso, foi iniciada a consultoria visando formulação de material didático pedagógico de divulgação do PAIR. Ainda em 2018, foi publicado o Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei nº 13.431/2017, sobre o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que está em monitoramento pela Comissão.

No âmbito do enfrentamento da violência letal e da proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares (Meta 00GY), houve em 2017 a contratação de Consultoria com objetivo de desenvolver estratégia de sensibilização e mobilização com foco na capacitação, acompanhamento, avaliação, monitoramento e suporte do Plano de Enfrentamento e Prevenção à Violência Letal de Crianças e Adolescente (PEPVL/VIDAS PLENAS). As ações previstas visam a elaboração de insumos técnicos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das experiências apoiadas e executadas na área da infância e adolescência, articuladas à elaboração e implementação de estratégias que almejam a redução dos altos índices de violência letal, com vistas ao fortalecimento e estruturação dos compromissos firmados em prol da promoção dos direitos das crianças e adolescentes, conforme as prerrogativas da Lei Federal nº. 8.069/90. Nesse sentido, em 2017 foram realizados estudos de campo em Natal-RN, São Luís-MA e Porto Alegre-RS, onde a rede de atores do Sistema de Garantias de Direitos de Adolescentes e Jovens foi identificada e diálogos foram iniciados, no intuito de maior compreensão do fenômeno da violência letal contra a juventude, assim como o levantamento de ações que almejam a prevenção e o enfrentamento aos homicídios infanto-juvenis e dos trabalhos científicos que fundamentam a necessidade de uma intervenção municipal com foco na redução da violência letal contra adolescentes e jovens nesses territórios. Também foram realizadas capacitações com a rede de atores envolvida na temática sob comento, além de seminários de sensibilização em todos os territórios atendidos, junto à sociedade civil organizada e representantes de instâncias governamentais.

Além disso, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM incluiu e protegeu 4.022 crianças e adolescentes e 6.784 familiares, o que totaliza 10.806 pessoas protegidas. No ano de 2018, 484 crianças e adolescentes e 688 familiares foram protegidas pelo Programa, totalizando 1.172 pessoas. Neste momento estão sob proteção 155 crianças/adolescentes e 208 familiares, totalizando 363 pessoas.

Na perspectiva das iniciativas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes com o direito à convivência familiar e comunitária ameaçado ou restrito (Meta 00GZ), o início das tratativas a respeito da revisão do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC e avançou-se na discussão a respeito da adoção de crianças e adolescentes no âmbito nacional e internacional, tendo em vista o debate público a respeito do tema e os Projetos de Lei em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Além disso, vêm sendo incentivadas ações voltadas aos direitos de crianças e adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais, fortalecimento da rede sócio assistencial e de políticas públicas voltadas a crianças

e adolescentes em situação de rua, em acolhimento institucional e filhos e filhas de pais e/ou mães encarcerados. Ainda com recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, em 2018 serão selecionados projetos com vistas elaboração de diretrizes e estratégias metodológicas para o fortalecimento da autonomia de adolescentes em serviços de acolhimento, com foco para a preparação para o desligamento do serviço e atenção no período pós desligamento e projetos com objetivo de capacitação de operadores do Sistema de Garantias de Direitos sobre as Diretrizes Nacionais para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Especificamente sobre os direitos de crianças e jovens indígenas, foi realizado em agosto de 2017, um Seminário Nacional sobre o atendimento culturalmente adequado a crianças e jovens indígenas e a integração da rede do Sistema de Garantias de Direitos. Ao final do Seminário, foi elaborado um Relatório com a sistematização dos resultados, os desafios e os encaminhamentos propostos para todos os envolvidos com as políticas públicas voltadas aos povos indígenas. No próximo exercício, a meta é ampliar as discussões a respeito da garantia dos direitos desse público à convivência familiar e comunitária com o maior envolvimento do governo federal, para tanto, está em andamento a instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar um documento de orientações para o atendimento ao público especificado, para implementação em âmbito estadual, distrital e municipal.

Em relação à promoção da integração e à qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos (Meta 00H0), foram realizados seis encontros no âmbito da Comissão Intersetorial de Enfrentamento de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CIEVSCA). Também foi realizado o Encontro XVII Nacional do PPCAAM, que reuniu profissionais de 14 programas estaduais, representantes das secretarias estaduais e das organizações da sociedade civil, visando integração e qualificação da política de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Quanto à coordenação de ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador (Meta 00H3), a SNDCA participou em 2017 do monitoramento do Plano de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, cuja finalidade é coordenar qualquer intervenção e introduzir novas ações direcionadas a eliminação do trabalho infantil.

Em outubro de 2017, ocorreu o IV Encontro Nacional do PETI, evento que reuniu diversos atores da sociedade civil, do poder judiciário, representantes do Ministério Público e dos governos municipais, estaduais e federal. O resultado foi a construção de proposições para a elaboração de um plano quinquenal das ações estratégicas do PETI. Além disso, o Fórum deliberou por dar enfoque no enfrentamento às piores formas de trabalho infantil, com destaque para o tráfico de drogas.

Em dezembro de 2018, no âmbito da Comissão Nacional de erradicação ao Trabalho Infantil – CONAETI foi lançado o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador: o documento apresenta diagnóstico do trabalho infantil no Brasil e vai nortear a adoção de políticas públicas entre os anos de 2019 e 2022. O Plano é fruto do debate entre governo, sociedade civil organizada, organismos internacionais, trabalhadores e empregadores.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente – SNDCA, apresentou nesse relatório a avaliação das ações desenvolvidas no exercício de 2018 relacionadas ao Programa 2062, do

PPA 2016-2019. Como estrutura responsável pela condução da política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dentro do Ministério dos Direitos Humanos, esta Secretaria reafirma seu compromisso como instância articuladora dos programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos; sejam eles vítimas de violência física, psicológica, sexual e/ou letal, em situação de acolhimento, de rua, submetidos à situação de trabalho infantil, adolescentes em atendimento socioeducativo, assim como os residentes em comunidades tradicionais em áreas remotas e ou de conflitos fundiários. Nesse sentido, é importante dar visibilidade a crianças e adolescentes que, por conta de suas peculiaridades e contextos, muitas vezes são afastadas ou até mesmo excluídas das políticas públicas em geral.

PROGRAMA 2065

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

No âmbito do Programa Temático de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, foram priorizados os seguintes eixos: 1) promoção e proteção dos direitos sociais e culturais e do direito à cidadania, incluindo povos indígenas de recente contato; 2) promoção da gestão territorial e ambiental das terras indígenas; 3) ações de proteção dos povos indígenas isolados, de demarcação, de regularização fundiária e de proteção territorial; 4) preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas; e 5) ações de promoção a atenção à saúde dos povos indígenas.

A escolha dos eixos de atuação teve o propósito de atingir os vários aspectos que englobam a promoção e a proteção dos direitos dos povos indígenas, buscando repercutir na efetivação, de fato, da política indigenista, a qual visa garantir a esses povos o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, como preconiza a Constituição Federal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito da promoção e proteção dos direitos sociais, culturais e a cidadania, o desempenho do programa está evidenciado nas inúmeras ações voltadas a melhorar a inserção do indígena nas políticas sociais generalizantes, ao acesso à documentação civil, à qualificação de políticas públicas, ao enfrentamento à violência, à infraestrutura comunitária, bem como, no campo dos processos educativos, voltadas às questões de gênero, intergeracionais e participação social, em articulação intersetorial e interinstitucional.

No que tange à gestão territorial e ambiental das terras indígenas, foram destacadas metas relacionadas ao enfrentamento do arrendamento em terras indígenas, a projetos de etnodesenvolvimento e à implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental - PNGATI. Neste aspecto, ao longo do PPA vigente, foram revertidas situações de arrendamento em 9 terras, sendo 8 somente em 2018, e executados 35 projetos de recuperação e conservação ambiental, além da realização de 28 Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PGTA's.

Com vistas a assegurar a posse plena sobre as terras indígenas, o programa visou à implementação de uma política de proteção territorial que articula os eixos da regularização fundiária e da fiscalização e monitoramento territorial. O processo de regularização fundiária preceitua várias fases que ultrapassam o marco temporal do PPA, necessitando a realização de várias ações e estudos que foram desenvolvidos durante a execução do programa nesses três anos. Em 2018, destaca-se a entrega da posse para duas comunidades indígenas, avançando para 398 o número de terras regularizadas e na posse plena dos índios. No escopo da fiscalização e monitoramento, algumas metas estabelecidas ainda não foram atingidas, contudo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, foram realizadas várias ações em 187 terras indígenas.

Em relação à preservação e promoção da cultura dos povos indígenas, o programa obteve considerável desempenho quanto ao registro, preservação e difusão dos itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas, bem como garantiu a execução de projetos juntos aos povos indígenas.

No tocante à saúde dos povos indígenas, destacam-se ações voltadas à disponibilização de serviços de prevenção, como consulta pré-natal para gestantes indígenas, e ampliação de serviços médicos e odontológicos para a população, com foco no atendimento às crianças indígenas.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

Dentre os resultados obtidos no exercício, destaca-se: a promoção da saúde de crianças indígenas, alcançando o patamar de 83% de crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo; a ampliação de consulta pré-natal das gestantes indígenas, com 88% das mulheres gestantes tendo realizado ao menos uma consulta; a expansão dos atendimentos médicos e/ou de enfermagem, com destaque para o atendimento de criança menores de 1 ano com consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento; a expansão da cobertura de consultas odontológicas e nutricionais, estas últimas especialmente para o atendimento a crianças menores de cinco anos; a expansão do sistema de saneamento e edificações, com destaque para a reforma e ampliação de sistemas de abastecimento de água e a construção de 3 polos base; a capacitação de conselheiros indígenas e a implantação de 29 ouvidorias nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Para 2019, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas será revisada e publicada após a realização da Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, com previsão para maio/2019.

DIREITOS SOCIAIS E CULTURAIS E DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS

Como principais resultados, no que concerne à promoção dos direitos sociais, a Funai realizou as seguintes ações: oficinas referentes ao Programa Bolsa Família em 7 Terras Indígenas; construções de habitações tradicionais; acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR; qualificação do atendimento do PREV Barco do INSS; realização de mutirões para acesso à documentação civil; distribuição de cerca de 160 mil cestas de alimentação; realização de ação de distribuição de alimentos - ADA, dentre outras atividades. Ainda apoiou 94 ações com o objetivo de fortalecer a participação e a formação dos povos indígenas na construção de políticas públicas referentes à Educação Escolar Indígena e aos processos de discussão e implementação de projetos de Ensino Médio Técnico e Profissional.

As ações educativas comunitárias, identificadas como educação não formal, apoiaram 24 iniciativas voltadas à valorização das línguas, culturas, conhecimentos, saberes e práticas, próprios aos povos indígenas, bem como 12 ações de Revitalização de Línguas Indígena e 51 ações relacionadas às questões de gênero, assuntos intergeracionais e participação social. A Funai atuou ainda nas demandas que envolvem crianças e jovens indígenas em risco ou situação que culmine em afastamento do convívio familiar e comunitário.

Por fim, destaca-se a realização da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS

Foram apoiados diversos projetos de agricultura tradicional, projetos de extrativismo, pecuária, destacando-se o apoio a campanhas de vacinação, principalmente quanto a imunização de bovinos contra a febre aftosa. Foram também apoiadas as Chamadas Públicas para ações de

Fomento às Atividades Produtivas e de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para populações indígenas do Nordeste e Guaraní Kayowá, no Mato Grosso do Sul.

Também foram promovidas reuniões no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem Federal – CCAF, para licenciamento da produção relativa à carcinicultura na TI Potiguara, na Paraíba.

Destacam-se, ainda, as metas relacionadas às ações propostas no Plano Integrado de Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental - PNGATI, como exemplo, a elaboração, revisão e/ou implementação de Planos de Gestão; apoio a projetos de recuperação ambiental; discussões e inserção do componente indígena no âmbito de políticas ambientais afetas a povos e terras indígenas, dentre outras.

POSSE PLENA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Foram entregues as posses do território tradicional às comunidades das Terras Indígenas Paraná do Arauató/AM e Tabocal/AM e procedidos os registros cartoriais de quatro terras indígenas homologadas por meio de Decreto Presidencial e de uma área reservada na Secretaria de Patrimônio da União, totalizando aproximadamente 420.000 hectares nos Estados do Amazonas, São Paulo, Bahia e Santa Catarina.

Foram iniciados estudos de identificação e de delimitação em seis terras indígenas nos estados da Bahia, Sergipe, São Paulo, Paraná e Pará, e a continuidade dos trabalhos em outras seis, nos estados do Maranhão, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e Ceará. Ademais, foram aprovados e publicados os resumos de Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação – RCID de duas terras indígenas nos estados de Pernambuco e Paraná.

Com relação ao cadastramento fundiário, concluíram-se ações em quatro áreas em estudo, sendo aprovado, tecnicamente, o material produzido pelos Grupos Técnicos responsáveis de duas áreas. Também foi concluído o georeferenciamento de cinco terras indígenas.

Com vistas à indenização por benfeitorias erigidas de boa-fé por não índios no interior de terras indígenas, efetivou-se a continuidade do levantamento e avaliação de benfeitorias na TI Kariri-Xocó/AL; iniciaram-se os trabalhos nas TI's Tenondé Porã/SP e Tapeba/CE e concluíram-se os trabalhos nas TIs Tremembé da Barra do Mundaú/CE, Vale do Guaporé/MT e TI Kawahiva do Rio Pardo/MT.

Quanto às análises técnicas do Levantamento e Avaliação de Benfeitorias, foi aprovado o material produzido em quatro terras indígenas, bem como processadas as indenizações referentes a 463 ocupações não indígenas distribuídas em 15 terras indígenas.

No que concerne à garantia dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, as ações foram voltadas para a vigilância e o monitoramento nas terras indígenas com a presença confirmada de povos indígenas isolados. Foram apoiados trabalhos em 26 registros da presença de grupos indígenas isolados oficialmente reconhecidos, por meio de 23 expedições, 12 sobrevôos de localização ou monitoramento de presença. Igualmente, foram realizadas ações de fiscalização em terras indígenas em seis estados.

Com relação à proteção territorial, foram computadas 440 ações em 325 terras indígenas, envolvendo atividades de proteção, monitoramento, fiscalização, prevenção de ilícitos ambientais, combate aos incêndios florestais, grilagem de terras e extrusão de não-índios.

PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

Com relação ao registro, preservação e difusão de itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, as atividades desenvolvidas tiveram um total de 40.733 bens registrados, preservados e difundidos. Foi implementado o repositório Tainacan, ferramenta colaborativa de gestão de acervos etnográficos que favorece a elaboração de coleções virtuais a serem gerenciadas pelos indígenas, o que colocou o Museu do Índio em um patamar de excelência no sistema museal brasileiro.

No que diz respeito à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos, foram realizadas 27 viagens de campo para levantamentos e coleta de dados, com a promoção de 31 oficinas sobre documentação linguística e cultural, etnomapeamento, territorialidade, entre outros, resultando num total de mais de quinze mil registros produzidos com a participação de 35 pesquisadores indígenas, sendo doze contratados como bolsistas.

No que concerne à cooperação técnica entre o Governo Brasileiro e a Unesco, foram empreendidos esforços para a renovação da vigência do projeto até 07 de dezembro de 2020. Já em relação à meta referente aos produtos culturais, foram selecionados 40 projetos, divididos em 30 Coordenações Regionais, contemplando 51 etnias.

Cumprindo o objetivo de promover eventos e atividades culturais que sensibilizem e informem sobre o patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, foram realizados seminários, oficinas, exposições e lançamentos de filmes, entre outras iniciativas. A Funai, por meio do Museu do Índio, também atuou em parceria com instituições e em eventos nacionais e internacionais, o que proporcionou o atendimento a 23 instituições públicas, alcançando um total de 4.531 alunos e mais de doze mil pessoas. Somam-se a esse número as atividades virtuais, que, além das redes sociais, contaram também com exposições realizadas no Google Arts&Culture, perfazendo um público virtual de 2.377.637 internautas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação à gestão territorial e ambiental das terras indígenas, a expectativa é que no ano de 2019 possa ser intensificada a implementação de ações em Terras Indígenas – TI's que já possuam seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental- PGTAs, bem como a elaboração de instrumentos de gestão para os territórios indígenas da Mata Atlântica e Pampas. Igualmente, pretende-se a continuidade às Chamadas Públicas de Fomento e de Assistência Técnica/Extensão Rural, e concretizar, em termos de implementação de projetos, as interlocuções em andamento no âmbito de cooperações internacionais.

Em continuidade às ações referentes aos direitos sociais e culturais e direito à cidadania dos povos indígenas, acredita que ocorra ampliação do acesso dos povos indígenas ao Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, ao Programa Luz para Todos e ao PREV Barco (unidades flutuantes da Previdência Social). A perspectiva também é de realizar parcerias com as Defensorias Públicas e Secretarias Estaduais e Municipais de Direitos Humanos visando a

erradicação do sub-registro e a dar continuidade à implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI para que alcance maior abrangência aos povos indígenas.

Sobre a questão da preservação e promoção da cultura, as perspectivas são as seguintes: dotar a instituição de quadro técnico; capacitação sobre a IN nº 5/2017 e atualização dos pregoeiros; continuidade do projeto de salvaguarda de línguas e culturas junto aos povos indígenas de maior vulnerabilidade; implantação do Programa Índio e Arte; consolidação das unidades descentralizadas do Museu do Índio em Cuiabá/MT e Goiânia/GO; e abertura do Museu do Índio ao público visitante.

PROGRAMA 2085

REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL

O Plano Plurianual do período de 2016 a 2019 visa realizar ações para redução do impacto social de álcool e outras drogas, dando um destaque para a prevenção entre crianças, adolescentes e jovens, bem como para a oferta continuada de ações de cuidado e de reinserção social para as pessoas com problemas com álcool e outras drogas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados dentro do programa 2085, em 2018, foram:

- Reestruturação e relançamento do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID;
- Realização do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (Capacita SUAS);
- Articulação intersetorial entre saúde e educação por meio do Programa Saúde na Escola (PSE);
- Edital de Credenciamento nº 01/2018, que resultou na habilitação de 792 comunidades terapêuticas, das quais, até o momento, 278 foram contratadas para acolher pessoas com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substância químicas. Cada comunidade abriga em torno de 10 a 30 pessoas.

PREVENÇÃO DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Para fortalecer a prevenção, o Governo Federal priorizou ações intersetoriais envolvendo saúde e educação. O Ministério da Educação direcionou esforços ao Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007 pelo Decreto 6.286/2007, cujo potencial se assenta na lógica intersetorial (educação e saúde) de cuidado dos educandos.

A Portaria Interministerial nº 1.055, de 25 de abril de 2017, redefiniu as regras e os critérios para adesão ao Programa e elencou ações a serem desenvolvidas intersetorialmente pelos entes federados que a ele fizeram adesão. Dentre tais ações, consta a “Prevenção ao uso de álcool, tabaco, *crack* e outras drogas”.

Neste ano, o PSE esteve presente em 5.040 municípios, com a adesão de 85.706 escolas, que atenderam a mais de 20 milhões de estudantes, de acordo com dados do sistema gerenciado pelo Ministério da Saúde. Durante o ano, não houve oferta de cursos sobre as temáticas da saúde sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).

Quanto à disponibilização de material didático, atualmente o Programa está hospedado no site <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php> onde são disponibilizados cadernos orientadores na versão online.

REDE DE CUIDADO E DE REINSERÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS

O cuidado de pessoas com problemas de álcool e outras drogas exige tornar os serviços mais acessíveis por meio de uma pluralidade de estratégias e articulação de ações com a rede de saúde e de assistência social.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD disponibiliza a prestação de serviços de atenção em regime residencial transitório às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas por meio de contratos com Comunidades Terapêuticas - CT's, instituições privadas sem fins lucrativos e financiadas, em parte, pelo poder público. Em abril de 2018, foi lançado o Edital de Credenciamento nº 001/2018 para contratação de comunidades terapêuticas, resultado da execução de uma ação prioritária dos Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e do Trabalho, com foco no acolhimento residencial transitório, constante no art. 6º da Portaria Interministerial nº 2/2017 que instituiu o Comitê Gestor Interministerial para atuar no desenvolvimento de programas de prevenção, de formação, de pesquisa, de cuidado e reinserção social de dependentes químicos.

Em 2018, a Secretaria começou com 4.231 vagas em comunidades terapêuticas, grande parte das quais se encerrou ao longo do exercício, e terminou com saldo de 7.167 vagas contratadas para a prestação de serviços de acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias químicas. Do total, 6.459 vagas são decorrentes de novos contratos, oriundos do Edital de Credenciamento nº 001/2018.

Com relação ao desenvolvimento de Projetos de Inserção Social (PIS), em 2018 foram executados quatorze convênios. Os PIS executados estão distribuídos pelas seguintes localidades Aracaju/SE; Fortaleza/CE; João Pessoa/PB; Macaé/RJ; Petrolina/PE; Uberlândia/MG e Maracanaú/CE. O foco desses projetos são pessoas em situação de extrema vulnerabilidade que sejam usuários de álcool e outras drogas. São projetos que viabilizam o acesso de pessoas a um pacote de direitos que inclui moradia, trabalho, renda e qualificação profissional; bem como ações de cultura/esporte, garantindo o exercício da cidadania, o aumento da contratualidade, a autonomia e a construção de projetos de vida.

O Ministério da Saúde (MS), em relação à expansão da Rede de Atenção Psicossocial, álcool e outras drogas, buscou apoiar a implantação de leitos de saúde mental em hospitais gerais. No ano de 2018, mais 125 leitos haviam sido habilitados, totalizando 455 leitos habilitados entre 2016 e 2018. Em relação à expansão do quantitativo de equipes de Consultório na Rua (eCR) implantadas, o MS implementou até o momento 152 equipes em 105 municípios brasileiros. A previsão para 2019 é atingir o total de 160 equipes de Consultórios na Rua implantadas.

GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Para garantir o contexto de conhecimento de qualidade sobre o fenômeno das drogas e sobre a efetividade e a eficácia das políticas utilizadas pelo Estado brasileiro e assim fortalecer o planejamento, monitoramento e avaliação da política sobre drogas, o Portal Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID <https://obid.senad.gov.br/>), responsável por gerir, disseminar, armazenar informações confiáveis e científicas sobre drogas, incluindo pesquisas realizadas pela Senad, estatísticas e indicadores, foi relançado na Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, em junho de 2018, tendo sido disponibilizado para toda a comunidade.

O georreferenciamento, ou seja, o mapeamento das unidades de acolhimento contratadas pela SENAD, foi elaborado e disponibilizado por uma das Coordenações desta Secretaria. No

entanto, ainda não foi disponibilizado no Portal OBID, e nesse momento, essa ação encontra-se suspensa, devido ao processo de absorção do portal ABERTA pelo OBID. A lista dessas unidades precisará ser atualizada em 2019.

Verifica-se a evolução de acessos ao portal OBID, mantendo-se em alta. Até o momento, a apuração acumulada chegou a 69.729 acessos, superando a meta prevista para o final de 2018, que era de 30 mil acessos. O Portal Aberta (portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social, assim como público geral) está sendo absorvido pelo OBID, com previsão de término no 1º semestre de 2019. Encontram-se acessíveis no portal 31 módulos de cursos voltados para capacitação sobre temas relacionados à política sobre drogas (<http://www.aberta.senad.gov.br/>).

Ainda no contexto de garantir um conhecimento de qualidade e a transversalidade da política, foram disponibilizados pela Senad 02 cursos EAD.

- O 1º Curso, ESCUTA - Estratégias Integradas de Cuidado aos Usuários de Álcool e Outras Drogas – (<http://escutasenad.ufsc.br/>), com foco em diversos profissionais da área da saúde, salvo para a categoria médica. Houve 2.614 concluintes com certificados, sendo a grande maioria formada em psicologia, serviço social, enfermagem e biologia.
- O 2º Curso, LASSUS - Linhas de Cuidado e Atenção aos Usuários de Álcool e outras Drogas no Sistema Penitenciário - (<http://lassus.senad.ufsc.br/>) para qualificar 5.000 agentes penitenciários, dando ênfase à saúde no sistema prisional. Posteriormente, as vagas foram abertas a todos os públicos interessados. Ao final, 1.576 cursistas concluíram todas as etapas do curso e obtiveram o certificado.

Outro ponto importante para o sucesso da política pública é que o planejamento, a execução e a avaliação devem estar fundamentados integralmente em evidências e estudos científicos, ou seja, pesquisas que permitam avaliar a efetividade das ações em curso. Assim, no ano de 2018, 17 pesquisas foram acompanhadas pela SENAD. Sete delas referem-se ao Edital de Chamamento Público nº 1/2015, das quais seis se encontram em execução. Na linha de elaboração de diagnósticos situacionais também se encontra em execução o II Relatório Brasileiro sobre Drogas, que realiza análises estatísticas sobre os diversos bancos de dados provenientes dos órgãos públicos de saúde, segurança, previdência e vigilância sanitária, para reportar a situação no Brasil em relação à oferta e à demanda de drogas e suas consequências, fruto do Edital de Chamamento Público nº 2/2015, que selecionou a Universidade Federal de São Paulo.

Destaca-se, ainda em fase inicial, o I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, executado pela Fundação Faculdade de Medicina - FFM, que foi selecionada por meio do Edital de Chamamento Público nº 3/2015. Registre-se também outras pesquisas em execução, como: "Análises avançadas de dados brasileiros sobre drogas com inteligência artificial e translação para a clínica", que tem como objetivo avaliar, a partir de banco de dados, preditores de adesão ao tratamento em usuários de substâncias, assim como preditores de risco para beber, dirigir e conduzir com excesso de velocidade através de técnicas avançadas de análise estatística e computacional (Inteligência Artificial), incluindo medidas biológicas e variáveis sociodemográficas, psicossociais, comorbidades psiquiátricas, traumas na infância,

gravidade do uso de substâncias, entre outras. O "Teste de campo da Classificação Internacional de Doenças - 11a. Versão - Transtornos devidos ao uso de substâncias e condições correlatas". A Vacina Antidroga - Pesquisa brasileira para o desenvolvimento de um novo medicamento para o tratamento da dependência e da prevenção da exposição intrauterina de cocaína/crack". A pesquisa que avalia a efetividade do Programa Fortalecendo Famílias, descrevendo a qualidade de sua implementação e avalia sua validade social em, pelo menos, quatro cidades brasileiras, tem previsão de finalização em 2020. Em fase de finalização se encontra a pesquisa "Sentenças Judiciais por tráfico de drogas no Rio de Janeiro".

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Com todo o exposto, ao avaliarmos o plano formulado no PPA 2016-2019 e a sua execução ao longo do exercício de 2018, considerando o contexto político e econômico do período, ficam evidentes a consecução de metas e a obtenção de resultados importantes, almejados, os quais servirão, também, como propulsores para os próximos avanços pretendidos pela política sobre drogas.

Conclui-se, também, que houve uma constante preocupação com a política sobre drogas, relacionada à prevenção (Programa Saúde na Escola - PSE), ao cuidado (Edital de Credenciamento nº 001/2018 para contratação de comunidades terapêuticas e expansão da Rede de Atenção Psicossocial, álcool e outras drogas), à reinserção Social (Projetos de Inserção Social - PIS) e com pesquisas relacionadas ao tema. Isso proporcionou ações de aperfeiçoamento de instrumentos de informação para a política (Lançamento do Portal Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID e absorção do Portal Aberta pelo mesmo) e ações de avaliações e reformulações sobre os programas e seus resultados.

Com a instituição do novo governo e a publicação da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, as competências e atribuições da SENAD foram reformuladas de modo que algumas serão mantidas sob responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e outras (competências relacionadas a prevenção, reinserção e cuidado e pesquisas vinculadas a esses temas) transferidas para o Ministério da Cidadania.

Não obstante, a SENAD continuará atuando em 2019 com a continuidade das pesquisas e se comprometendo em apoiar novas metodologias de estudos, pois o planejamento, a execução e a avaliação devem estar fundamentados integralmente em evidências e estudos científicos.

PROGRAMA 2066

REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

A política fundiária é uma das políticas públicas mais antigas do Brasil. Remonta ao período colonial, quando aconteceram as primeiras iniciativas de destinação do território nacional. Mais recentemente, associada à política de reforma agrária, a política fundiária tem evoluído à luz de iniciativas que promovem o uso eficiente e equitativo da terra.

No Plano Plurianual 2016-2019, a política de Reforma Agrária e Governança Fundiária declara como principal objetivo o combate à pobreza, a redução da desigualdade, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas na zona rural; o fortalecimento da governança fundiária, da promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas; a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional; a promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O INCRA publicou, no dia 28 de dezembro de 2018, a Instrução Normativa (IN) nº 96 de 2018, que dispõe sobre as regras para a seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA. A nova norma tornou sem efeito a Instrução Normativa nº 93, editada em 21 de dezembro deste mesmo ano, e a Norma de Execução nº 45 de 2005, que disciplinava anteriormente a admissão de candidatos a vagas em assentamentos.

A IN nº 96/2018 é a última etapa do processo de revisão dos normativos que regulam o acesso ao PNRA. Tal fato, combinado à concessão dos créditos – modalidade apoio inicial e fomento, somados, beneficiaram 16.522 famílias. O da modalidade fomento mulher, beneficiou 12.785 famílias. Em 2018, o INCRA emitiu 73.931 Contratos de Concessão de Uso – CCU's, além de 13.784 títulos definitivos – TD's, que transferem a propriedade definitiva para o assentado da Reforma Agrária.

Outro fato que merece ser ressaltado é a consolidação do processo de obtenção de terras pela nova modalidade – a adjudicação, realizada em parceria com a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, visando à obtenção de imóveis em ações judiciais propostas pela União e pelas autarquias e fundações públicas federais, vez que o pagamento deve ser acordado em conjunto com a Procuradoria da Fazenda Nacional. Em 2018, a Autarquia completou o pagamento do imóvel que foi obtido nessa modalidade no exercício anterior, uma vez que em 2017 haviam sido pagas somente as benfeitorias (no valor de R\$ 5.993.498,91). O imóvel possui 914 hectares, e capacidade para assentar 74 famílias.

GOVERNANÇA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Com o objetivo de ampliar a governança da malha fundiária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD, juntos, promoveram, no ano de 2018, o cadastramento rural e georreferenciamento de 37.325 imóveis rurais - equivalente a 74% da meta do Plano Plurianual (2016-2019). Um incremento de 111% em relação ao número alcançado em 2017.

Em 2018, superou-se a marca dos 30 milhões de hectares certificados, referentes a, aproximadamente, 112 mil parcelas georreferenciadas, totalizando mais de meio milhão de parcelas, e mais de 305 milhões de hectares - o equivalente a 35% do território nacional.

Vale ainda ressaltar a emissão de 15.549 títulos, dentre oriundos de parcerias, bem como de execução direta (terras federais) – representando um incremento de 23% em relação a 2017. Não houve publicação de arrecadação de terras devolutas. E, ainda, deu-se continuidade aos trabalhos relacionados à conclusão da implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, com destaque à ampliação da vinculação dos códigos do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, e do Cadastro Fiscal – CAFIR, dentro do próprio CNIR, em conformidade ao disposto na lei nº 10.267/2001. Ainda, em 2018, alcançou-se o percentual de 55% de adequação do acervo fundiário do INCRA e antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA aos padrões da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE .

ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS

No que se refere à atividade de assentamento de famílias, em 2018 foram incorporados ao Programa Nacional da Reforma Agrária – PNRA, 583.556,0535 hectares, com capacidade para assentar 7.870 famílias de trabalhadores rurais. Também foram criados 70 projetos de assentamento. Tais projetos não tiveram seleção de famílias em função da determinação do Acordão nº 775/2016 – Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, que suspendeu, de forma cautelar, o processo de cadastro e seleção de novos beneficiários para o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA.

Em atenção às recomendações do TCU, no dia 28 de dezembro de 2018, o INCRA publicou a Instrução Normativa nº 96 de 2018, que dispõe sobre as novas regras para a seleção de famílias beneficiárias do aludido programa. A nova norma tornou sem efeito a Instrução Normativa nº 93, editada em 21 de dezembro deste ano, e a Norma de Execução nº 45 de 2005, que disciplinava anteriormente a admissão de candidatos a vagas em assentamentos.

O ato foi o último procedimento normativo que faltava para disciplinar o novo processo de seleção instituído pela Lei nº 13.465 de 2017, que alterou a Lei 8.629 de 1993, estabelecendo critérios mais objetivos, relacionados a número de integrantes da família, tempo de residência no município do assentamento, integrante de acampamento no município de localização do assentamento, famílias chefiadas por mulheres, jovens filhos de assentados que residam em parcela de pais assentados na condição de agregado, entre outros.

Nesse sentido, ainda em 2018, foram homologadas 5.484 famílias nas ações de regularização de lotes, mediante o novo dispositivo, o artigo 26-B da Lei nº 8.629/93, que regulamentou a ocupação de lote em área objeto de Projeto de Assentamento criado até 22 de dezembro de 2014, observadas as vedações constantes do art. 20 desta Lei que define critérios de elegibilidade e condicionantes para homologação no PNRA. Ademais, também foram reconhecidas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, 2.248 famílias de territórios quilombolas.

Na modalidade “compra e venda” foram adquiridos 3 (três) imóveis, nos moldes do decreto nº 433/92, totalizando 2.315,4400 hectares, com capacidade para assentar 113 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, correspondendo a um valor total pago de R\$ 20.079.155,98.

De acordo com dados sobre o monitoramento do Plano Plurianual 2016-2019, a média do número de assentamento de famílias dos dois primeiros anos vigentes foi de aproximadamente

2.300 famílias, enquanto, em 2018, foram assentadas, no total, 7.732 famílias – um incremento de mais de 100% em relação aludida média, alcançando assim o número acumulado de 10.719 famílias assentadas nos três anos vigentes do PPA 2016-2019.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO SUSTENTÁVEL

No exercício de 2018 foram beneficiadas, aproximadamente, 68 mil famílias com serviço de apoio ao desenvolvimento de projetos de assentamento - entre os quais: a) serviço de infraestrutura básica; b) concessão de crédito; c) atendimento a famílias com projeto de comercialização e agroindustrialização; d) além de serviço de demarcação topográfica.

Neste mesmo exercício foram concluídas obras de infraestrutura básica, que beneficiaram 14.176 famílias - entre construção/reforma de estradas vicinais, construção de unidade de abastecimento de água, e outras obras. Concederam-se créditos - na modalidade apoio inicial e fomento, a 16.522 famílias; e na modalidade fomento mulher, a 12.785 famílias.

Foram ainda atendidas 3.417 famílias com projeto de comercialização e agroindustrialização; e 21.302 famílias com serviço de topografia, sendo 13.359 serviços de topografia do tipo parcelamento e 7.943 serviços de topografia do tipo perímetro.

Quanto às atividades de gestão ambiental em projetos e assentamentos, em 2018, foram beneficiados/monitorados 642 projetos. O monitoramento ambiental foi realizado sistematicamente conforme a demanda declarada pela divisão competente. Da Regularização ambiental de assentamentos, foi concluído o processo de retificação do Cadastro Ambiental Rural – CAR de 6.965 projetos de assentamentos, com a utilização de imagens Sentinel 2016/2017, para a determinação das feições de uso do solo.

ACESSO À CULTURA E À EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Em 2018 foram incorporados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, 2.260 trabalhadores rurais. A execução acumulada, dos três últimos anos vigentes do PPA, alcançou o número de 4.025 trabalhadores rurais – o equivalente a 31% da meta programada. Dos 2.260 estudantes matriculados, 600 foram na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA; 340 estudantes em nível médio técnico-profissionalizante; 350 estudantes em ensino superior, e 250 estudantes em pós-graduação (especialização). Houve ainda a matrícula de 720 estudantes através de duas parcerias para a capacitação e formação continuada de educadores com créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentares, totalizando 4.025 incorporações nos três anos do PPA (30,9% da meta).

Ainda em 2018, permaneceram em formação um total de 3.741 estudantes já anteriormente matriculados, sendo: 140 na educação de jovens e adultos; 617 no ensino médio técnico-profissionalizante; 1.357 no ensino superior; 100 em pós-graduação (especialização); 1.527 em cursos do Residência Agrária Jovem. Concluíram seus estudos 415 estudantes, sendo: 40 no ensino médio técnico-profissionalizante; 223 no ensino superior; 122 em pós-graduação (especialização); e 30 em pós-graduação (mestrado).

Para os cursos concluintes, a taxa de evasão dos cursos foi de 37,3% da meta inicialmente pactuada, sendo que no ensino superior a taxa foi de 36,2%. Esse número é inferior às taxas que atingem os cursos superiores regulares das universidades, conforme o Censo da Educação Superior de 2017, estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Segundo o Censo, no setor privado a evasão foi de 53%, ao passo que

nas faculdades públicas a desistência foi de 40%. A evasão nas universidades públicas estaduais foi de 38%, nas federais de 43%, e nas municipais de 47%.

Considerando os projetos político pedagógicos aprovados para novos cursos (em torno de 110), temos uma demanda possível para o último ano do PPA 2016-2019 de, aproximadamente, 15.000 novos estudantes aptos a incorporar as metas do PRONERA.

Os resultados do PRONERA com a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento têm apresentado ótimos resultados nas avaliações internas das instituições, dando ao PRONERA o protagonismo e pioneirismo na inserção da educação do campo e da pedagogia da alternância em muitas instituições parceiras.

Em 2018, foram divulgados 15 editais de seleção que contribuíram com o incentivo para a diversificação do público do PRONERA, atingindo beneficiários para além dos assentados da reforma agrária, como acampados, beneficiários do crédito fundiário, quilombolas e extrativistas.

COMBATE À VIOLÊNCIA NO CAMPO

Durante o exercício de 2018, o Incra atuou em diversos conflitos agrários, com destaque para aqueles ocorridos em estados da Amazônia Legal, principalmente no Pará, Rondônia e norte do Mato Grosso. Atuou ainda nas negociações para desocupação de imóveis rurais, prédios públicos, estradas públicas estaduais e federais no País. Em vários casos, obteve sucesso sem necessidade de intervenção de força policial.

Nos conflitos de Rondônia e do Mato Grosso (Colniza), a Ouvidoria Agrária Nacional-OAN atuou em conjunto com organismos estaduais e federais, buscando sempre a integração com Juizados Agrários, Promotorias Agrárias e Delegacias Agrárias. A OAN atuou intensamente na região de Marabá, obtendo êxito no sentido de diminuir as tensões no campo, a partir de diversas reuniões e atividades com movimentos sociais e instituições públicas, participando de eventos a exemplo do Escuta Social em Marabá.

Em dezembro de 2018, a Ouvidoria Agrária Nacional integrou a missão brasileira, em Whashington, participando de audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Participou também de 3 reuniões com o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, para tratar de casos de violações de direitos humanos relacionadas à execução da reforma agrária e delineação do ordenamento fundiário nacional. Em 2018, até o dia 31 de dezembro, a Ouvidoria Agrária Nacional atuou na moderação de 34 conflitos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para a compreensão das perspectivas sobre o Programa de Reforma Agrária, há necessidade de considerar o seu curso histórico e os recentes normativos que versam sobre o tema.

Nesse contexto pode-se citar, como exemplo:

- A determinação do Acórdão nº 775/2016 – Plenário do Tribunal de Contas da União, que suspendeu, de forma cautelar, o processo de cadastro e seleção de novos beneficiários para o Programa Nacional de Reforma Agrária;
- a determinação do Acórdão nº 1976/2017, que suspendeu os novos pagamentos e remissões dos créditos de Reforma Agrária, o acesso a outros benefícios e políticas públicas atrelados aos benefícios da Reforma Agrária;

- a promulgação da Medida Provisória nº 759/2016, posteriormente convertida em lei – Lei nº 13.465/2017, que atualiza a Lei nº 8.629/1993, que trata da reforma agrária e regularização das ocupações em Estados da Amazônia pelo Programa Terra Legal;
- o Decreto nº 9.311 de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Todas essas modificações evidenciam a necessidade de ajustes na direção estratégica do aludido Programa, no sentido de promover iniciativas para o desenvolvimento e qualidade de vida nos projetos de assentamentos.

Nestes termos, o Programa de Reforma Agrária e Governança Fundiária poderá exercer o protagonismo essencial por meio de obras de infraestrutura básica, como acesso à água, construção e reforma de estradas vicinais, promoção do serviço de demarcação topográfica – perímetro e parcelas; com projetos de comercialização e agroindustrialização, com a concessão de créditos para as famílias de trabalhadores rurais, bem como com a regularização fundiária dos territórios rurais. Para tal, tem sido adotadas iniciativas, considerando as recomendações e condicionantes dispostas pelo próprio Tribunal de Contas da União-TCU, com vista à execução do Programa – com destaque para a publicação da Instrução Normativa de nº 96, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as novas regras para seleção de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Em 2019, espera-se beneficiar, aproximadamente, 20.000 famílias com obras de infraestrutura básica nos projetos de assentamento - entre obras novas e obras que se encontram em execução, a serem concluídas no corrente ano. São aproximadamente 14.000 famílias a serem beneficiadas com obras em execução, e cerca de 6.000 famílias com novas obras a serem iniciadas em 2019.

Quanto ao serviço de regularização fundiária, está previsto para o exercício 2019 a emissão de aproximadamente 64.000 documentos de titulação - entre títulos de concessão de uso e de destinação definitiva. Está previsto para 2019 a conclusão do processo de integração das bases de dados dos sistemas: Sistema de Nacional de Cadastro Rural e Sistema de Cadastro Fiscal, dentro do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais-CNIR.

Ademais, com as atividades de apoio à comercialização e à agroindustrialização, espera-se beneficiar aproximadamente 20.000 famílias de trabalhadores rurais, com projetos que se encontram em execução e que deverão ser concluídos ainda em 2019. Sobre a atividade de concessão de créditos, espera-se atender, em 2019, a aproximadamente 24.000 famílias, nas modalidades apoio inicial e fomento.

Nestes termos, a perspectiva sobre o Programa de Reforma Agrária e Governança Fundiária para o ano de 2019 é de grande contribuição quanto ao alcance do resultado esperado para o PPA vigente, tendo em vista, sobretudo, a conclusão da etapa de revisão dos normativos que tratam do processo de cadastro e seleção de famílias rurais, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão nº 775/2016). Com essa revisão, o INCRA espera retomar o ritmo de homologação de famílias, de modo a promover a melhor qualidade de vida nos projetos de assentamentos.

PROGRAMA 2069

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional foi elaborado no contexto da superação da fome enquanto problema estrutural, contemplando também importantes agendas, como a promoção da alimentação saudável e o enfrentamento às múltiplas formas de má nutrição, inclusive o crescimento do sobrepeso e da obesidade.

O fato dos indicadores apontarem a redução substancial das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional grave, como demonstrou em 2014, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ao retirar o Brasil do Mapa da Fome, não significa que o enfrentamento da fome perdeu relevância. O Programa reconhece a existência de públicos específicos que ainda se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional (INSAN), como povos e comunidades tradicionais. Mais que isso, também dá destaque à promoção da inclusão produtiva rural, para contribuir, assim, com a redução da extrema pobreza no meio rural.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa, inclusive com a análise dos seguintes indicadores: Déficit de peso para idade de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, inclusive para crianças quilombolas e indígenas; Percentual de adultos com excesso de peso e o de adultos com obesidade; e Taxa de adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

CONSOLIDAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2018, o Programa continuou avançando nas ações de aprimoramento da gestão federativa intersetorial e com participação social. Um dos principais acontecimentos do ano foi a realização da 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Mais 2 anos (5ª CNSAN+2), onde foi realizado um balanço da atual situação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), do avanço das diretrizes definidas na 5ª CNSAN e das metas definidas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Em consequência, foi realizada uma revisão do PLANSAN cuja vigência encerra-se em 2019.

Também destacamos, em 2018, a elaboração e a divulgação das seguintes publicações: (i) 2ª edição do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional (MapaInsan), que identifica famílias que se encontram em situação de INSAN a partir de dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) e contribui para aprimorar a focalização das políticas públicas de SAN nos municípios considerados mais vulneráveis; (ii) Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil, que propõe uma metodologia para o mapeamento de territórios nos quais há pouca oferta de alimentos saudáveis, ajudando a compreender melhor as limitações e a aprimorar as ações voltadas ao acesso à alimentação saudável; e (iii) Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil.

Ademais, em 2018, mais 64 municípios aderiram ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que chega, assim, a um total de 340 municípios aderidos desde 2013.

Além disso, foi implantada a nova ferramenta informacional de Segurança Alimentar e Nutricional – o VIS DATA, que é um sistema de visualização de dados e indicadores de SAN em um determinado período e local selecionados. Seus dados são originários de diversas fontes, como IBGE, DATASUS, SISVAN, SIGCISTERNAS, PAADATA, CadÚnico, entre outras. O conjunto de informações permite que gestores de políticas públicas de todas as esferas de governo, atores da sociedade civil, pesquisadores, estudantes e todos os demais cidadãos acompanhem e monitorem a evolução dos indicadores de SAN, políticas e programas específicos. Essa ferramenta está disponível no link a seguir, menu Temas de interesse, Segurança Alimentar e Nutricional: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php>

PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

Em 2018, foi dada continuidade à estratégia de promoção das compras públicas da agricultura familiar, com ênfase na promoção da modalidade Compra Institucional, que permite que órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquiram, com recursos próprios, produtos da agricultura familiar para suprir as demandas de alimentos de restaurantes universitários, hospitais, quartéis, presídios, entre outras instalações públicas. Com isso, busca-se consolidar os circuitos curtos de comercialização e consumo de alimentos, com oportunidades de mercado permanente para a agricultura familiar, promovendo o seu fortalecimento e o acesso da população à alimentação de qualidade.

Vale salientar que o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é executado por meio de seis modalidades, as quais possuem finalidades distintas: Compra com doação simultânea; Aquisição e doação de sementes; PAA Leite; Compra direta (compra pontual de determinado produto com o objetivo de sustentar preço ao agricultor familiar); Apoio à formação de estoques; e Compra institucional.

Dados preliminares apontam que, em 2018, o PAA, exceto a modalidade Compra Institucional, investiu R\$ 201 milhões, beneficiando mais de 45 mil agricultores familiares e cerca de 13 mil entidades socioassistenciais e equipamentos públicos de alimentação e nutrição. No tocante à Compra Institucional, em 2018 ocorreu a disponibilização de R\$ 243,9 milhões em mercado aberto via chamada pública realizada por órgãos federais, estaduais e municipais. Já os dados referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), importante comprador da agricultura familiar, ainda não estão disponíveis para o referido ano, embora a estimativa seja da ordem de R\$ 1,2 bilhão em compras deste segmento.

Ressalta-se que, ao longo do histórico de execução do PAA, estratégias vêm sendo adotadas para promover a participação de mulheres no Programa. Entre elas, a Resolução nº 44/2011 do Grupo Gestor do PAA, que exige percentual mínimo entre 30 e 40% de participação de mulheres em diversas modalidades do Programa e a metodologia de pontuação de projetos apresentados por organizações da agricultura familiar na execução via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que confere pontuação maior para aqueles compostos por mulheres, aplicada a partir de 2016. Assim, foi possível superar antecipadamente, no ano de 2017, a meta

proposta no PPA 2016-2019, de aumentar de 41% para 45% o total de mulheres fornecedoras: 44,00% (2016), 47,59% (2017) e 52,74% (2018).

AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO MEIO RURAL

Em 2018, no âmbito do Programa Cisternas, foram entregues mais de 30 mil tecnologias sociais de acesso à água, sendo 19.812 tecnologias de água para consumo, 9.145 de água para produção e 1.179 escolas. Desse total, 2.149 tecnologias foram direcionadas para Povos e Comunidades Tradicionais, sendo 473 indígenas, 834 quilombolas e 842 extrativistas.

No total, desde 2003 até 2018, o Programa Cisternas apoiou a implementação de tecnologias sociais de acesso à água que beneficiaram 1,1 milhão de famílias e 6,6 mil escolas públicas rurais, em 1.432 municípios de 19 estados. Os investimentos equivalem a R\$ 3,5 bilhões no período.

Também em 2018 foram iniciadas as ações para viabilizar a efetiva integração do Programa Cisternas com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, fortalecendo os instrumentos de inclusão produtiva rural. São R\$ 246 milhões disponibilizados pelo BNDES por meio do Fundo Social (R\$ 100 milhões) e do Fundo Amazônia (R\$ 146 milhões).

Além disso, foi firmada parceria para implantação de cisternas em residências de famílias quilombolas das Comunidades Kalunga, em Goiás.

COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR EM GRUPOS E POVOS ESPECÍFICOS

Apesar dos importantes avanços dos últimos anos no enfrentamento da fome e da extrema pobreza, ainda há grupos vulneráveis sujeitos à insegurança alimentar, especialmente Povos e Comunidades Tradicionais (PCT). Analisando-se a desnutrição infantil, ainda que tenha havido, nas últimas décadas, queda na prevalência de desnutrição aguda (peso abaixo do esperado para a idade) em crianças menores de cinco anos, a prevalência entre crianças pertencentes a PCT (especialmente indígenas e quilombolas) ainda é superior à média nacional. Entre 2014 e 2016, anos de referência já analisados, a prevalência de déficit de peso para idade em crianças indígenas menores de 5 anos permaneceu em 8%, enquanto em crianças quilombolas menores de 5 anos passou de 5,7% para 6,1%. Ainda não foi possível aferir os quantitativos para 2017 e 2018.

Diante disso, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais passou a considerar como prioritárias as famílias com criança em situação de insegurança alimentar (desnutrição). Além disso, foi feito um acordo de cooperação técnica com a Pastoral da Criança cujo objetivo é realizar o acompanhamento nutricional das crianças menores de 6 anos nos territórios com maior vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional.

A promoção da inclusão produtiva rural por meio desse Programa de Fomento é baseada em uma estratégia que combina o acompanhamento social e produtivo das famílias beneficiárias e a disponibilização de recursos financeiros não reembolsáveis para implementação de projetos produtivos. Nesta perspectiva, foram incluídas mais de 12 mil famílias de PCT entre 2016 e 2018. Com as parcerias em curso, espera-se incluir mais 14 mil famílias em 2019.

ALIMENTOS SAUDÁVEIS E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS DECORRENTES DA MÁ ALIMENTAÇÃO

A obesidade na população adulta cresceu 65,8% em 11 anos, passando de 11,4% em 2006 para 18,9% em 2017, um nível elevado, conforme apurado na Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde (MS). Além disso, em 2017, mais da metade da população adulta das capitais brasileiras estavam com excesso de peso (54,0%). Dados de obesidade nos jovens alerta-nos para o problema: em dez anos, houve o crescimento de 140% no número de pessoas de 18 a 24 anos que sofrem com obesidade, quase o dobro do aumento em todas as faixas etárias (60%), segundo o MS.

Após anos de crescimento, a prevalência de obesidade e excesso de peso estagnou nas capitais do país desde 2015 e brasileiros já demonstram hábitos mais saudáveis. O levantamento da Vigitel mostra que o consumo regular de frutas e hortaliças cresceu 44,8% (de 23,9% em 2006 para 34,6% em 2017), a prática de atividade física no tempo livre aumentou 148,3% (de 14,9% em 2006 para 37,0% em 2017) e o consumo de refrigerante caiu 45,3% (de 26,7% em 2007 para 14,6% em 2017). Porém, no período do PPA 2016-2019, observou-se queda no consumo regular de frutas e hortaliças (37,6% em 2015, 35,2% em 2016 e 34,6% em 2017), o que provocou o distanciamento do alcance da meta de ampliar o consumo para 43% até 2019. Nesse período, a boa notícia é a forte queda do consumo regular de refrigerante e suco artificial, que praticamente alcançou a meta de 14% (19,0% em 2015, 16,5% em 2016 e 14,6% em 2017).

Diante disso, em 2018, diversas atividades foram realizadas para a implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, como a discussão da Década de Ação para a Nutrição e as abordagens de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Com o objetivo de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de produtos para uma alimentação saudável e para o combate ao sobrepeso e à obesidade, em consonância ao previsto no Pacto Nacional para Alimentação Saudável (Decreto nº 8.553/ 2015), ocorreram também ações articuladas em nível estadual que culminaram com a publicação dos Pactos estaduais dos estados de Alagoas e Paraíba, ao final de 2017, e também Sergipe e Maranhão em 2018. Outras 5 UFs (Paraná, Alagoas, Mato Grosso, Pará e Piauí) contemplam, em seus convênios de fortalecimento do SISAN, ações de interface com o Pacto.

Nos campos da formação e da educação, em 2018 foi finalizado o ciclo de formação de profissionais e gestores afetos à temática da EAN e às compras institucionais do PAA.

Avançou-se também, em 2018, na agenda de enfrentamento de perdas e desperdícios, com a elaboração e publicação da Estratégia Intersetorial para a Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil, com foco em infraestrutura e logística, desde a produção e armazenamento até o consumo dos alimentos. Entre outras ações desenvolvidas, foi realizado um acordo de cooperação técnica com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para incentivar o apoio dos estados aos municípios que queiram implementar projetos para redução das perdas e dos desperdícios de alimentos.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Em 2018, o Brasil continuou a atuar fortemente no contexto da Década de Ação em Nutrição 2016-2025, lançada pela Assembleia Geral da ONU, ao ter submetido e aprovado evento paralelo no Conselho de Segurança Alimentar Mundial (CSA) com o título “Ambientes Alimentares Saudáveis e Contexto Urbano: Implementando os compromissos da Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição”. No mesmo CSA, foi repercutida a criação do GT de Nutrição e Sistemas Alimentares do Conselho de Segurança Alimentar da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Consan/CPLP) e a proposta de criação de Diretrizes da CPLP sobre Nutrição e Sistemas Alimentares, alinhadas com as diretrizes do CSA. Além disso, em 2018, foi lançada e formalizada a Rede de Governança em SAN e Compras Públicas da Agricultura Familiar.

Finalmente, registramos que foi firmado, em 2018, novo projeto de cooperação entre o governo brasileiro e a FAO, intitulado “Fortalecimento da governança e políticas públicas para sistemas alimentares sustentáveis e adequados em dez países da América Latina e o Caribe”.

AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

Permanece como um dos principais desafios para os próximos anos a ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, especialmente por meio da promoção da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade. O principal instrumento de política pública para tanto é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), no qual estão relacionadas e se articulam diversas ações e iniciativas de disponibilização de crédito, assistência técnica e extensão rural (Ater), tecnologias de acesso à água para a produção, fomento e acesso aos mercados públicos de aquisição de alimentos, inclusive com aquisição de sementes de qualidade e alimentos orgânicos ou de base agroecológica.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, a partir de uma análise da implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e de um balanço da execução das metas do PLANSAN 2016/2019, será realizada a etapa de planejamento e construção da terceira edição do Plano, para o período 2020/2023.

Na confecção do novo Plano, serão discutidas as ações de inclusão social e produtiva, seus novos objetivos e metas, com priorização às famílias mais vulneráveis identificadas por meio do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional. Também serão avaliadas novas possibilidades de arranjos institucionais e de políticas públicas, para que seja mantido o acompanhamento social e produtivo das famílias pobres e extremamente pobres com crianças desnutridas e que vivem no meio rural. Dessa forma, pretende-se ampliar o acesso dessas famílias à atividade produtiva e auxiliá-las, também, no desenvolvimento de projetos não agrícolas, incluindo orientações sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional.

Fundamental é a continuidade do processo de aprimoramento e de integração de ações, como o que está em curso entre o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com a

disponibilização de um inovador modelo de acompanhamento social e produtivo, e o Programa Cisternas, com as iniciativas de oferta de água para consumo e produção.

Também irão se materializar resultados de novos processos que atenderão famílias de reservas extrativistas da Amazônia com uma solução de acesso à água mais ampla (incluindo instalação sanitária e fossa séptica). Elas também serão orientadas para o desenvolvimento de atividades produtivas agroecológicas e sustentáveis em seu território, viabilizando inclusive o repasse de recursos não reembolsáveis do Fomento Rural.

Em outra frente, será dado seguimento à implementação do PAA como oportunidade de mercado para famílias de agricultores familiares do Cadastro Único, além da divulgação e promoção da modalidade Compra Institucional de alimentos da agricultura familiar por qualquer órgão público que necessite adquirir esses produtos. Essas medidas serão operacionalizadas por meio de chamadas públicas, o que vem ampliando paulatinamente o mercado para agricultores e organizações da agricultura familiar, em complementação às outras modalidades do PAA e do PNAE.

Por fim, outras questões importantes devem ter mais visibilidade na agenda de segurança alimentar e nutricional, como: a necessidade de enfrentamento dos problemas decorrentes da má nutrição na saúde dos brasileiros e a promoção da alimentação saudável; o enfrentamento de perdas e desperdícios de alimentos; o estudo dos desertos alimentares; e o aprimoramento dos indicadores para a gestão das políticas públicas nessa área.

Políticas de Infraestrutura

Programas Temáticos

Aviação Civil

Combustíveis

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Energia Elétrica

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Gestão de Riscos e de Desastres

Mobilidade Urbana e Trânsito

Moradia Digna

Petróleo e Gás

Planejamento Urbano

Saneamento Básico

Transporte Aquaviário

Transporte Terrestre

PROGRAMA 2017

AVIAÇÃO CIVIL

A aviação civil constitui um setor importante para o país, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária, são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional, seja pelo estímulo à realização de negócios, seja pela aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas.

O programa temático de Aviação Civil, contemplado no PPA 2016-2019, procura endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para a adequação da capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura; a ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas; a promoção da segurança da aviação civil; a promoção de desenvolvimento institucional, regulatório e técnico; além do aprimoramento da eficiência e da segurança operacional do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação ao ano de 2017, nota-se uma evolução nos indicadores relacionados à movimentação de: a) passageiros, que registrava o índice de 206,16 milhões de pessoas movimentadas em 2017, passando ao patamar de 215,04 milhões em 2018; b) aeronaves, que atingiu 1,77 milhão de aeronaves em 2018, frente a 1,74 em 2017; e c) carga aérea, tendo sido transportados, em 2017, 1,41 milhão de toneladas e, em 2018, 1,61 milhão de toneladas. Destaca-se ainda a melhora no índice relacionado ao percentual de cancelamento de voos, o qual possuía, em novembro de 2017, valor de 10,78%, passando para 2,65% em novembro de 2018.

A seguir, são apresentados os avanços nas metas mais importantes do programa, organizados por Objetivos.

ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Tendo em vista o grande crescimento do setor de aviação civil nos últimos anos e a demanda de passageiros projetada, há uma crescente pressão sobre a infraestrutura aeroportuária disponível no país.

Assim, com o objetivo de realizar os investimentos necessários em curto prazo para viabilizar uma infraestrutura moderna, ágil e competitiva, e atender à demanda, com crescimento acentuado à época, foram concedidos dez grandes aeroportos entre 2011 e 2017 (São Gonçalo do Amarante/RN, Brasília/DF, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Galeão/RJ, Confins/MG, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC), nos quais foram investidos, até 2018, R\$ 13,8 bilhões (valores nominais), sendo que os investimentos totais estimados para todos os períodos de concessão são de mais de R\$ 32 bilhões (valores nominais) para esses aeroportos.

Em 2018, em continuidade a esse processo, foi lançado o edital de licitação da 5ª rodada de concessões do setor, que inclui 12 aeroportos divididos em três blocos, e que acontecerá no dia 15 de março de 2019. A concessão de aeroportos é tratada na Iniciativa “007B - Fomento dos investimentos privados na infraestrutura aeroportuária”.



Fonte: Secretaria de Aviação Civil SAC/INFRA

Posição: 31/12/2018

Com o crescimento do setor de aviação civil, surgem demandas regionais e necessidade de acesso a localidades não cobertas pela aviação regular. Nesse sentido, foi então formatado o Programa de Aviação Regional, o qual é tratado por uma meta e por uma iniciativa do Objetivo 0083 e que visa conectar o Brasil e levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros, como é o caso da Amazônia Legal.

Atualmente, o Programa de Aviação Regional possui em seu escopo 58 aeroportos classificados como prioritários ao recebimento de recursos federais. Nesse Programa, informa-se que, até o final de 2018, foram finalizados 115 projetos, bem como foram considerados como concluídos e adequados cinco aeroportos. Ressalta-se ainda a entrega de 18 equipamentos AVSEC (*Aviation Security*), sendo 16 do tipo pórtico e 2 do tipo Raio-x.

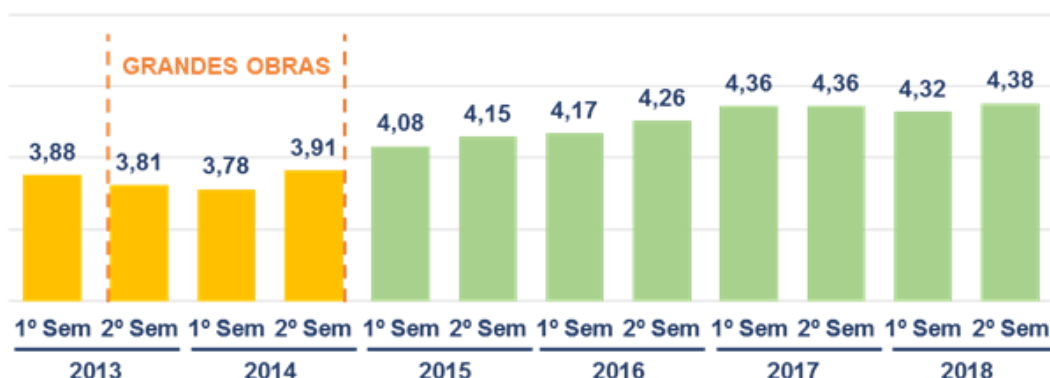
Como um dos resultados das ações citadas acima, verifica-se, em relação ao primeiro ano do PPA, uma ampliação da capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas.

Nesse sentido, a capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 (2016) para 397.285.000 (2018), já superando a meta estabelecida para o período do Plano. Também foi observada uma expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos, a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,26 milhões (2018), representando 94,17% da meta para o período do Plano.

Para compatibilizar a demanda por transporte aéreo projetada com a evolução das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica necessárias para atendê-la, foi instituído no mês de novembro o Plano Aerpviário Nacional (PAN), por meio da Portaria MTPA nº 537/2018. Com a publicação do Plano no Diário Oficial da União, a meta prevista é considerada como alcançada.

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a consideração de que a opinião dos passageiros é que deve orientar as decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, a SAC realiza pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, bem como monitora o desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagens, dentre outros, nos principais aeroportos do país.

HISTÓRICO DE EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DA PESQUISA MTPA



Fonte: Secretaria de Aviação Civil SAC/INFRA

Posição: 31/12/2018

AUMENTO DA OFERTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO

Neste objetivo, verifica-se que, ao fim de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, 763 rotas em 2017 e 785, em 2018. O número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas em 2016 era de 111; em 2017, 110; e ao final de 2018, chegou-se a 133 aeroportos.

Os motivos para a variação no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei nº 11.182/2005.

Dentre as medidas para aumentar a oferta do serviço de transporte aéreo está o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), instituído pela Lei nº 13.097/2015 e que autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional. Entretanto, a implementação desse Programa depende ainda de regulamentação da referida Lei.

Destaca-se também a publicação da Medida Provisória nº 863/2018, que amplia o limite de participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas aéreas brasileiras de 20% (vinte por cento) para até 100% (cem por cento). A proposta elimina ainda a exigência de que seus administradores tenham de ser brasileiros. Dentre os resultados esperados a partir da abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, incluem-se o aumento da competição e a desconcentração do mercado doméstico, o aumento da quantidade de cidades e rotas atendidas pelo transporte aéreo regular, a redução do preço médio das passagens, o aprimoramento de técnicas gerenciais e a incorporação de novas tecnologias no processo de gestão das empresas, a diversificação de serviços e produtos e uma melhor conectividade da malha aérea doméstica com voos internacionais. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a Medida Provisória nº 863 ainda precisa ser apreciada pelas Casas do Congresso Nacional para se converter em lei ordinária.

Outra iniciativa que poderá contribuir para o aumento da oferta de transporte aéreo é a política de ampliação e liberalização de Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA), que teve continuidade em 2018 e que visa aumentar a conectividade e a mobilidade internacional.

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). No que se refere a segurança do transporte aéreo, em termos quantitativos, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2018, 47.226 itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade.

Além disso, vale ressaltar que a Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC realiza a denominada “Ação Nacional de Aviação Civil”, que compreende um conjunto de eventos promovidos conforme a demanda dos regulados e a estratégia da Agência para fomentar o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, bem como para reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Em 2018, foram realizados 37 eventos, com a participação de 1.425 pessoas.

Em termos do aprimoramento do arcabouço normativo e, consequentemente, promoção de melhoria na qualidade regulatória, em 2018 foram realizadas as seguintes ações pela ANAC: edição de 30 novas normatizações, alteração de 75 normativos vigentes e revogação de 22 normas.

Por fim, essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48. O valor caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa zero em 2016, mantendo-se nesse valor em 2017 e 2018, o que representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, REGULATÓRIO E TÉCNICO DA AVIAÇÃO CIVIL

Em vista da crescente demanda do setor de aviação civil e para se alcançar os níveis internacionais de requerimento de funcionamento desse importante segmento econômico, o investimento na capacitação de recursos humanos é primordial. Tanto na formação inicial de profissionais, como na atualização e formação continuada dessas pessoas, com vistas a garantir a qualidade e a segurança dos serviços aéreos.

Dentre os programas previstos para promover o desenvolvimento técnico da aviação civil brasileira, estão o “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR” e o Programa Bolsa Piloto, além do incentivo e desenvolvimento de estudos e projetos para o planejamento e gestão dos recursos humanos da aviação civil. Desde 2016, foram capacitados 663 profissionais, sendo 248 em 2016, 120 em 2017 e 295 em 2018.

Em relação à elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil, informa-se que foi finalizado o Termo de Execução Descentralizada entre a SAC e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objeto foi a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da SAC. No decorrer dos trabalhos, foram elaborados 834 documentos técnicos, que englobam estudos específicos de aeroportos, relatórios de metodologia de análises e diversas bases de dados, além do desenvolvimento de sistemas computacionais.

Em termos de transparência e acesso à informação, a ANAC adotou algumas medidas, dentre as quais se destacam: (i) realização de diversas audiências públicas; e (ii) criação da newsletter mensal “ANAC informa”, de séries de cartilhas e de publicações técnicas especializadas.

APRIMORAMENTO DA EFICIÊNCIA E SEGURANÇA OPERACIONAL DA NAVEGAÇÃO AÉREA

Em atenção à meta relacionada ao desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, em 2017 foi atualizada a ICA 100-40, que dispõe sobre Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (DECEA), e a publicação do RBAC-E 94, Requisitos Gerais para Aeronaves não Tripuladas de Uso Civil, da ANAC, no qual constam requisitos quanto à fabricação, manutenção, operação, licença e habilitação do operador e proprietários dos equipamentos. Dessa forma, considera-se que a meta prevista para o plano foi alcançada.

No intuito de difundir os normativos e procedimentos, foi assinado, em 2018, Termo de Execução Descentralizada – TED com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP para elaboração e disseminação de curso EAD que envolve a capacitação de agentes das forças policiais brasileiras, não apenas sobre atuação nos casos de drones, mas também Risco Baloeiro, Aerodromos e Risco Aviário. Essa ação de capacitação está prevista no âmbito do Objetivo 0086.

Para fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, têm sido implementadas diversas ações para dotar os aeroportos brasileiros de equipamentos adequados à prestação dos serviços necessários para garantir a segurança operacional. Nesse sentido, estão sendo implantados equipamentos de Auxílio à Navegação Aérea que garantirão maior segurança, acessibilidade, regularidade e economicidade à operação dos aeródromos selecionados, impulsionando o transporte aéreo.

Assim, em 2017, foram implantados equipamentos de navegação aérea em seis aeroportos do Programa de Aviação Regional. Também foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o COMAER para implantação, até 2020, de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em 34 aeroportos e sistema ILS em dois aeroportos. Ao final de 2018, 24 dos 40 aeroportos previstos na meta 005T dispunham de equipamentos de navegação implantados, sendo seis em 2017 e outros 18 no ano de 2018, resultando em 60% do atingimento da meta.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em linhas gerais, os objetivos e as metas propostos no PPA 2016-2019 encontram-se com andamento de acordo com o planejado, sendo que algumas das metas previstas para serem atingidas em 2019 já foram alcançadas. É o caso da meta que trata do aumento da capacidade de processamento de passageiros, da meta relacionada ao índice anual de acidentes aeronáuticos, da que compreende o desenvolvimento de marco regulatório para aeronaves remotamente pilotadas e da relacionada à elaboração do Novo Plano Aeroviário Nacional.

Há algumas metas que, embora não tenham alcançado o valor previsto para 2019, estão próximas de atingi-lo. Esse é o caso da meta que se refere à capacidade de processamento de carga, a qual atingiu, em 2018, 2,26 milhões de toneladas (a meta prevista para 2019 é de 2,4 milhões de toneladas).

PROGRAMA 2022

COMBUSTÍVEIS

Os marcos legais que estabelecem as regras de funcionamento do setor de combustíveis priorizam a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, conforme os interesses dos consumidores.

As políticas e programas voltados para o setor de combustíveis têm algumas prioridades. Dentre elas, destaca-se a logística na distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural. Também estão entre essas prioridades a expansão da produção de biocombustíveis no país baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018 a participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos atingiu 28,68%, contra os 25% registrados em 2017. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 5,3 bilhões de litros. Já a demanda de etanol foi de 25,0 bilhões de litros até novembro de 2018, sendo que a produção total em 2018 foi de 33 bilhões de litros, atendendo plenamente a demanda nacional e tendo o excedente sido o exportado.

Em 2018 a taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno ficou em 10,59%, contra 13,93% em 2017. Também houve redução na importação do óleo diesel, com taxa de importação sobre o consumo interno de 20,94% contra 23,65% em 2017. A taxa de importação de querosene de aviação - QAV sobre o consumo interno foi de 11,97%, com crescimento em relação aos 8,68% registrados em 2017. Quanto ao gás liquefeito de petróleo (GLP), houve aumento nas importações, que passaram a representar 33,12% do mercado interno, contra 24,59% registrados no ano anterior.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes por objetivo do programa Combustíveis, no âmbito do PPA 2016-2019 no ano de 2018.

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE REFINO

Com o objetivo de suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino, e de possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior, no caso dos derivados de petróleo, a projeção crescente da demanda para o consumo, juntamente com as rígidas exigências legais e regulatórias relativas à qualidade dos combustíveis, provocaram a necessidade de modernização do parque de refino brasileiro, bem como de sua ampliação. Com efeito, a Petrobras realizou várias obras nas refinarias em operação para aumento das capacidades de processamento de petróleo pesado nacional e de produção de derivados médios, bem como para a redução do teor de enxofre e a melhoria da qualidade de combustíveis. Além disso, concluiu o primeiro trem de refino da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), enquanto no caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), a retomada das obras ainda depende da adesão de parceiros investidores.

O crescimento da produção de petróleo e da demanda de derivados projetados para os próximos anos exigirá disponibilidade de infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequados aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade. Entre os investimentos em

curso no setor de transporte de petróleo e combustíveis, destaca-se o programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF), que abrange a aquisição de navios de estaleiros nacionais. Em 2018 foram entregues 4 navios: 3 navios do tipo Aframax, batizados Castro Alves, entregue em 30/04, Carlos Drummond de Andrade, entregue em 30/09 e Olavo Bilac, entregue em 11/12, todos com capacidades de 114.000 tpb; e 1 navio do tipo gaseiro, batizado Jorge Amado e entregue em 29/10. Esses navios foram construídos nos estaleiros pernambucanos Atlântico Sul e Promar.

Com a meta de acrescentar 4,7 milhões de unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico, entre 2016 e 2018, foram acrescentados 8.664.967 vasilhames de botijões P13 ao universo de botijões disponíveis para comercialização, quantidade superior à meta estimada para o período entre 2016 e 2019.

Em relação à expansão da capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia, de modo a processar 2.500 mbpd, em 2018 não houve acréscimo na capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, permanecendo, portanto, o avanço de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019. A Petrobras solicitou aditivo ao Termo de Compromisso com o Órgão Estadual do Meio Ambiente do Estado do Pernambuco - CPRH para conclusão do remanescente da Unidade de Abatimento de Emissões (SNOX – U-93), com previsão de conclusão da unidade em 2019, o que proporcionará acréscimo de 15 mil bpd ao parque nacional de refino.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O principal instrumento para implantação da estratégia para desenvolvimento do setor de biocombustíveis é a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), estabelecida pela Lei nº 13.576/2017. Trata-se do maior programa do mundo para reconhecimento das externalidades positivas dos biocombustíveis. É uma política de Estado coordenada pelo MME que objetiva promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética nacional e dar previsibilidade para os agentes desse mercado.

Os resultados dessa estratégia impactam consideravelmente cinco objetivos estratégicos do MME: segurança energética; uso racional da energia; racionalidade econômica na atuação do MME em prol da sociedade; aproveitamento dos recursos energéticos de forma sustentável; e ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de energia.

O Ano de 2018 foi pautado pela regulamentação da Lei do RenovaBio. A primeira delas se deu com a publicação do Decreto nº 9.308/2018, que estabeleceu os critérios para a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito no setor de combustíveis e criou o Comitê RenovaBio. Composto por doze ministérios e entidades governamentais, esse comitê é responsável por monitorar o mercado de biocombustíveis e sugerir as metas da política ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que as estabelece. A Resolução CNPE nº 5/2018 estabeleceu a meta de redução de 10,1% na intensidade de carbono da matriz de combustíveis até 2028; a única meta brasileira efetiva de descarbonização para atendimento ao Acordo de Paris e a maior meta mundial de descarbonização por biocombustíveis.

Em seguida, foi publicada a Resolução ANP nº 758/2018, que regulamentou o processo de certificação da produção de biocombustíveis, bem como os requisitos para o credenciamento das firmas inspetoras responsáveis por essa certificação. Para 2019, o desafio é completar as regulamentações necessárias ao pleno funcionamento do RenovaBio, especialmente o

desdobramento das metas compulsórias anuais em metas individuais para os distribuidores de combustíveis e as regras para as transações com os Créditos de Descarbonização (CBIOS), o que criará o primeiro mercado de carbono do Brasil.

Além da implementação do RenovaBio, o ano de 2018 se mostrou positivo para os setores de etanol e de biodiesel em outros aspectos específicos. Com relação ao etanol, em fevereiro de 2018, a Resolução ANP nº 719/2018 disciplinou a formação de estoques nacionais de etanol anidro pelos agentes da indústria de biocombustíveis, o que simplificou procedimentos e reduziu o custo regulatório aos agentes econômicos.

O setor de biodiesel também passou por importantes transformações em 2018. Em novembro de 2017, o CNPE deliberou favoravelmente à mistura obrigatória de 10% (B10) de biodiesel no óleo diesel mineral, a partir de 1º de março de 2018. Assim, antecipou-se em um ano o prazo máximo determinado pela Lei nº 13.263/2016. Já a Resolução CNPE nº 16/2018 aprovou as diretrizes e o cronograma para a evolução dessa mistura, que deverá crescer 1% ao ano até 2023, quando chegará ao B15, o que trará maior previsibilidade para os agentes do setor. Essa evolução na mistura foi possível com a realização do maior programa de testes de biodiesel já visto em escala global. Lançado em junho de 2016, inclui cerca de 50 testes com B10, B15 e B20 que estão em pleno andamento, envolvendo mais de 20 fabricantes de veículos. Os testes com B10 foram concluídos em fevereiro de 2018 e os com B15 serão concluídos até janeiro de 2019.

Todas essas entregas somente foram possíveis com a implementação de um modelo de gestão voltado para resultados, o qual permitiu fornecer ao país e ao mundo de um modelo efetivo de transição para uma verdadeira bioeconomia global de baixo carbono.

Com relação à produção, em 2018 a produção de biodiesel ficou em 5,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no Plano Decenal de Expansão de Energia vigente (PDE 2027) é de 5,8 bilhões de litros. Em grande parte, essa diferença deveu-se à greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. Já a produção de etanol foi de 33 bilhões de litros em 2018, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2027 foi de 30 bilhões de litros. Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido.

Não obstante, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, vem reforçando o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL

A resolução CNPE Nº 16, de 29 de outubro de 2018 estabeleceu o cronograma de aumento gradual de 10% para 15% do volume obrigatório de biodiesel no diesel vendido no Brasil. A medida oferece previsibilidade ao setor, incentiva a geração de empregos e investimentos na área de combustíveis. Essa adição compulsória, aliada à consolidação e qualificação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), permite prever um cenário de crescente participação e acesso dos agricultores familiares a um mercado permanente, com a estimativa de ampliação do número de famílias participantes, e do valor e volume adquiridos destas famílias e contabilizados por meio do Selo Combustível Social nos próximos anos. O Selo Combustível Social beneficia cerca de 60 mil famílias em todo o país, totalizando um volume de aquisição de matéria-prima da agricultura familiar da ordem de 3,82 milhões de toneladas em 2018, último ano apurado. As aquisições de matéria-prima produzidas pela

agricultura familiar totalizaram 5 bilhões de reais neste último ano. Atualmente existem 40 usinas produtoras de biodiesel (que representam aproximadamente 99% do volume de biodiesel comercializado) com a concessão do Selo Combustível Social.

O aperfeiçoamento dos marcos legais que disciplinam o Programa é importante para viabilizar as metas de ampliar a participação dos agricultores familiares no PNPB, diversificar as matérias-primas e qualificar a assistência técnica ofertada, e continuará acontecendo nos próximos anos. Nesse sentido, foi criada, por meio da Portaria MDA nº 80/2014, a Câmara Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Selo Combustível Social, importante ferramenta de transparência, consulta e articulação com os principais atores envolvidos nesta política, e que tem tido relevante papel na tomada de decisões em relação ao aprimoramento de normativos sob a governabilidade da Coordenação de Fomento a Energias Renováveis do MAPA.

No ano de 2018 foi estabelecida a Portaria Nº 515, como resultado de discussões com todo o setor, que trouxe várias inovações ao SCS, como a inserção do milho como matéria-prima adquirida da agricultura familiar no âmbito do Programa, a consideração dos valores de doação para recuperação das áreas de APP e reserva legal com fator multiplicador 2, a criação de conta corrente de 5 anos para as sobras de aquisições de matéria-prima da agricultura familiar, entre outros avanços.

Para o alcance do objetivo proposto, a Coordenação também continuará trabalhando nas avaliações de concessão e manutenção do Selo Combustível Social às empresas produtoras de biodiesel, no sentido de otimizar as ações operacionais realizadas, e também continuará apoiando projetos e estudos necessários à inserção e qualificação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Diante deste cenário, alguns dos desafios do Programa para os próximos anos são: assistência técnica que atenda às necessidades de qualificação e comercialização da cadeia do biodiesel e a diversificação das matérias primas produzidas pela agricultura familiar.

POLÍTICA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

Em relação ao objetivo de ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis, em 2018, destacam-se os avanços conquistados com o trabalho da iniciativa “Combustível Brasil”.

A Resolução CNPE nº 15/2017, consubstanciada por esta Iniciativa, estabeleceu diretrizes estratégicas para o desenvolvimento desse setor, bem como criou o Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB). Entre os principais resultados destacam-se a priorização da agenda regulatória da ANP, alinhada com as estratégias e diretrizes da Iniciativa, a licitação de 17 áreas portuárias para combustíveis em 6 leilões, em agenda construída com a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos - SPPI.

Outro destaque foi a articulação com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), para avaliar conveniência e possibilidade de elaborar um convênio ICMS em substituição ao Protocolo ICMS nº 4/2014, que trata da tributação incidente sobre o GLP nas operações interestaduais. Convém, ainda, registrar a intensificação das atividades de fiscalização da ANP no combate ao comércio irregular de combustíveis e a concorrência desleal, totalizando mais de 16.000 ações de fiscalização, 3.951 autos de infração e 517 autos de interdição. Por fim,

destaca-se que se encontra em fase final para assinatura um acordo de cooperação entre a ANTAQ e ANP, com o objetivo de estabelecer resoluções conjuntas para melhoria das operações e serviços portuários referentes aos combustíveis líquidos e GLP.

No que se refere à qualidade dos combustíveis automotivos, importa observar que o mercado interno está nivelado aos melhores padrões internacionais de especificação. Além do teor de enxofre, há exigências quanto a especificações dos combustíveis relacionadas ao desempenho, tais como número de cetano, octanagem e densidade. Desde 2010, o óleo diesel rodoviário com 1800ppm de enxofre (S-1800) foi gradativamente substituído pelo óleo diesel com 500ppm (S-500), até sua substituição total em 2014. O óleo diesel com 10ppm (S-10) já responde por 38,7% da demanda total de óleo diesel.

USO RACIONAL DE DERIVADOS DO PETRÓLEO, DO GÁS NATURAL E DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Este Objetivo é executado primordialmente pelo Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Coordenado pelo MME e Executado pela Petrobras), cujo carro-chefe, no momento, é o Selo Conpet. O Selo é fruto de uma parceria com o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (Coordenador pelo Inmetro) para a criação de um programa de etiquetagem para veículos. O MME, no âmbito da Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295/2001) é que promoveu a parceria.

Além do Selo, o Conpet tem iniciativas em vários segmentos, com destaque para a promoção da conscientização sobre o uso eficiente de derivados do petróleo e do gás natural. No tocante ao Selo Conpet para veículos leves, há atualmente 34 fabricantes participantes, com dados de 1.249 modelos e versões dos automóveis produzidos e comercializados no país.

Em 2017, a participação no Programa atingiu 100% dos fabricantes e modelos no Brasil, e tem se mantido neste patamar desde então, tendo, inclusive aumentado em 18% o total de modelos e versões participantes.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A retomada do crescimento econômico deverá favorecer novos investimentos no setor de combustíveis, ora interrompidos ou diminuídos. Ao mesmo tempo, a pressão por menores emissões de gases de efeito estufa favorecerá a expansão da produção de biocombustíveis no País, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris. Ademais, o reposicionamento da Petrobras, notadamente no mercado de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, abrirá oportunidade para a construção de um mercado mais competitivo na oferta de combustíveis e, ao mesmo tempo, exigirá maiores esforços regulatórios por parte do Governo Federal, em articulação com os governos estaduais.

PROGRAMA 2025

COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

O Programa de Comunicações está estruturado a partir de seis objetivos basilares, que visam atender aos principais desafios do setor. São eles: (i) expansão do acesso à internet em banda larga no país e a melhora na sua velocidade; (ii) substituição da TV aberta analógica pela digital, incluindo a possibilidade de interatividade permitida pela nova tecnologia; (iii) ampliação dos serviços de radiodifusão pública e de atendimento e entrega postal; (iv) incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; (v) fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações; e (vi) ampliação da produção e do acesso a conteúdo multimídia com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Em relação ao acesso à internet, de acordo com os dados da PNAD Contínua/IBGE, o percentual de domicílios que utilizam a internet aumentou de 69,3%, em 2016, para 74,9%, em 2017, provocado particularmente pela expansão no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), principalmente pelo uso de aplicativos de mensagens de texto, voz e imagens nos *smartphones*. A pesquisa do IBGE também traz dados relevantes sobre o aumento do número de usuários idosos que acessam a internet, de 24,7%, em 2016, para 31,1%, em 2017, o maior aumento proporcional entre os grupos etários analisados.

A partir da ampliação da população usuária de internet, destacam-se os desafios de conectar mais municípios brasileiros ao *backbone* (espinha dorsal da rede) pela tecnologia de fibra óptica e elevar a velocidade média da conexão em banda larga fixa, atualmente estimada em 25,88 Mbps. O dado é calculado baseado nas informações fornecidas pelas prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), banda larga fixa, que possuem mais de 50 mil “acessos em serviço” (terminais ativos). Trata-se da velocidade contratada pelo assinante ponderada pelo número de acessos de cada plano. Isso significa a possibilidade de a população usufruir de aplicações mais avançadas e de aumentar a competitividade do país. Para as empresas, a importância do aumento da velocidade se dá no aumento da produtividade, na economia de tempo e de recursos materiais, em processos mais eficientes, na inovação dos negócios tradicionais, na redução de custos de transação, notadamente os geográficos, e na geração de produtos e negócios no setor de tecnologia. Para as famílias, haverá mais alternativas de comunicação, mais acesso à informação e, conseqüentemente, maior possibilidade de qualificação profissional e de acesso a diversos serviços públicos, mais possibilidades de efetuar compras *online* e de exercer atividades por teletrabalho. Um estudo conjunto da Universidade de Tecnologia de Chalmers com a Ericsson demonstrou que, ao se dobrar a velocidade média, há o acréscimo de 0,3 pontos percentuais no PIB de um país².

Outro desafio importante posto à política de comunicações é a digitalização da TV aberta. A migração da televisão analógica para o padrão nipo-brasileiro de televisão digital visa disponibilizar a toda população brasileira, de forma gratuita, um serviço com alta qualidade de som e imagem, com possibilidade de mobilidade na recepção, interatividade, transmissão de mais de uma programação simultânea em um mesmo canal de televisão e uma utilização mais eficiente do espectro de frequência.

² <https://www.ericsson.com/assets/local/news/2013/9/socioeconomic-effect-of-broadband-speed.pdf>

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os indicadores do Programa, destacam-se o percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga, que passou de 57,57%, em 2015, para 74,68 %, em 2017, e o percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta, que aumentou de 45,1% para 66,61 % entre 2015 e 2017.

A seguir são apresentados os principais resultados dos Objetivos do Programa

ACESSO À INTERNET EM BANDA LARGA

Em março de 2018, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançou o Programa Internet para Todos com intuito de expandir a oferta de conectividade em banda larga para promover a inclusão digital em todo território brasileiro. O programa prevê o atendimento a 15 mil pontos de interesse público como escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS), postos de fronteira, órgãos públicos federais, comunidades indígenas e quilombolas. Até setembro de 2018, 3.685 prefeituras manifestaram interesse pelo programa. Estima-se que o atendimento em 2019 atinja a marca de 50 mil localidades em mais de 4 mil municípios.

No âmbito do programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão), ao final de 2018, dos 6.898 pontos contratados pelo MCTIC, 5.992 estavam instalados, havendo uma redução do número de pontos em relação ao ano anterior devido às desativações de pontos de presença que não apresentavam o tráfego mínimo exigido para manutenção da conexão conforme definido por norma GESAC.

No que concerne às metas de acesso à internet, a população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica apresentou um pequeno acréscimo, passando de 88,1%, em 2017, para 89,26, em 2018; a proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) e acessos móveis teve um acréscimo de 84,4% para 88,28%, entre 2017 e 2018; a velocidade média da banda larga fixa aumentou de 17,84 Mbps, em 2017, para 25,88 Mbps, em 2018; e o serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país alcançou 98,5% dos municípios em 2018.

Os Programas como Juventude Rural, Computadores para Inclusão e Redes de Cidadania têm atuado na capacitação de jovens para a utilização das TICs, juntos, esses projetos capacitaram, em 2018, 3.219 jovens.

O Programa Minha Cidade Inteligente marca a evolução do Programa Cidades Digitais, criado em 2012, levando aos municípios uma rede de fibras ópticas para conectar órgãos públicos e dar acesso livre à internet, a fim de modernizar a gestão municipal e o uso dos serviços governamentais. Com o programa, foram conectadas 2.807 instituições públicas, como escolas, unidades de saúde, secretarias de governo, delegacias. Desses pontos, 333 são pontos de acesso público e gratuito à internet (praças). Na esfera do antigo Cidades Digitais, no período entre 2016 e 2018, foram implementados 54 projetos.

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é totalmente operado e controlado pela administração federal, em uma parceria entre os Ministérios da Defesa (MD) e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Adquirido pela Telebras, por meio de um investimento total de R\$ 2,7 bilhões do Governo Federal, o SGDC marca um momento histórico no país. É o primeiro satélite brasileiro concebido exclusivamente para a transmissão de dados com alta velocidade e qualidade na banda Ka, cobrindo todo o

território nacional e a Amazônia Azul. Possui a banda X, que corresponde a 30% de sua capacidade, de uso exclusivo das Forças Armadas, e assegura a defesa e soberania nacionais.

O Projeto SGDC é um dos maiores projetos de telecomunicações no Brasil nos últimos 20 anos, e vai mudar a vida de todos os brasileiros, levando internet em alta velocidade a várias localidades do país onde hoje as empresas de telecomunicações não têm interesse ou capacidade técnica para operar, favorecendo, desta forma, a inclusão digital e social. O Satélite já está viabilizando a conexão de escolas públicas em áreas rurais, e o objetivo é expandir seu atendimento a novas escolas, hospitais, unidades de saúde, comunidades indígenas e quilombolas que hoje não contam com esse acesso, promovendo, assim, cidadania, igualdade e justiça social, e ampliar a segurança e monitoramento em postos de fronteira.

Em 2018, foram concluídos os testes operacionais das bandas Ka e X com sucesso. As antenas e equipamentos de RF, de controle e banda base das *gateways* do Rio de Janeiro e de Brasília, foram instaladas, testadas e aceitas. As antenas e equipamentos de RF das *gateways* de Campo Grande, Salvador e Florianópolis foram instaladas, testadas e aceitas. Em novembro, foi entregue a infraestrutura crítica do COPE-S, localizado no Rio de Janeiro. As primeiras antenas VSATs foram instaladas, sendo que o primeiro município contemplado pelo acesso à banda larga via satélite foi Pacaraima no estado de Roraima, onde aproximadamente 28 escolas da cidade foram atendidas. O contrato do GESAC prevê o atendimento total de aproximadamente 15.000 pontos. A banda X, exclusivamente dedicada às comunicações seguras do Ministério da Defesa, entrou integralmente em operação também em 2018.

Em relação à capacidade satelital, destaca-se que até o final de 2018 havia 17 satélites em órbitas brasileiras, com outros 37 estrangeiros autorizados, e 4 em órbita não geoestacionária (NGSO). Estão previstos 3 novos satélites até 2021. Em 2018, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) aprovou o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite, estabelecendo o preço público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações (Resolução nº 702/18).

IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL

Ao fim do ano de 2018, foi concluída a primeira etapa do processo de desligamento analógico do País, que se iniciou no ano de 2016. Durante esta primeira etapa, foram desligados o sinal analógico de 1.379 municípios, com uma população de 130 milhões de habitantes. Desses municípios, 1.073 tiveram o desligamento programado para 2018, com uma população de 57 milhões de habitantes. Importante salientar que todas as capitais brasileiras desligaram seu sinal analógico nesta primeira fase. Cabe ressaltar que os demais 4.191 municípios brasileiros estão previstos para ter a programação analógica desligada entre 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2023.

Como importante política pública estabelecida para expandir o acesso da população à televisão digital, foram distribuídos kits de conversores aos beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal, residentes nas localidades nas quais o desligamento estava previsto para até 31 de dezembro de 2018. Em 2018, foram distribuídos 4,3 milhões conversores para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). No total, foram distribuídos 12,4 milhões de conversores digitais entre os anos de 2015 a 2018.

Destaca-se que em 2018, a interatividade do padrão nipo-brasileiro de televisão digital, conhecida como GINGA, passou a contar com um perfil mais avançado tecnologicamente e mais atrativo para a população, conhecido como “Perfil D” ou “DTV Play”. Este novo perfil estabeleceu mecanismos que viabilizam a integração entre banda larga e radiodifusão, facilitando a comunicação entre televisores inteligentes, as smart TVs, e telefones celulares ou tablets. Essa iniciativa foi liderada pelo Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, organismo de assessoramento junto ao Governo Federal para políticas e assuntos técnicos referentes ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), e contou com acompanhamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Em continuidade ao processo de digitalização, até dezembro de 2018, a TV Digital havia sido implantada em 3.438 municípios, destes 1.243 foram concluídos em 2018. Cabe esclarecer que o município é contabilizado na meta quando pelo menos uma estação de retransmissão de televisão ou de geradora, em tecnologia analógica, tenha sido digitalizada.

PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações (MCTIC) lançaram em junho de 2018 chamada para seleção de projetos-piloto de Internet das Coisas (IoT), iniciativas de aplicação deste tipo de tecnologia que serão testadas em plataformas de experimentação e/ou em ambientes reais. O orçamento total para projetos de IoT era de R\$ 20 milhões com uso de recursos não reembolsáveis. O prazo de submissão foi encerrado em 31 de agosto, com um total de 54 propostas apresentadas, distribuídas da seguinte forma: 23 para cidades inteligentes, 17 para saúde e 14 para ambiente rural. No total, os projetos compreendem cerca de R\$360 milhões em investimentos, dos quais R\$118 milhões em pedidos de recursos para o BNDES, o que equivale a seis vezes o orçamento inicialmente disponibilizado. Diante desse quadro o BNDES decidiu dobrar os recursos disponibilizados para a chamada, totalizando R\$30 milhões para as três áreas em curso. Podem ser apoiadas soluções executadas por Instituições tecnológicas públicas ou privadas sem fins lucrativos. Com a iniciativa, BNDES e MCTIC pretendem promover o desenvolvimento e a difusão da Internet das Coisas no Brasil. Também se espera, com a presente chamada pública, estimular o ambiente de inovação, identificar oportunidades e necessidades de pesquisa e desenvolvimento para a tecnologia, mapear pontos de ajustes das soluções implementadas e avaliar a aceitação dos usuários.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, o Programa Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia terá grandes desafios para dar continuidade às políticas públicas que afetam o setor das tecnologias da informação e comunicação, visto que este setor desempenha papel estratégico para a sociedade na medida em que as grandes transformações e impulsos do crescimento econômico estão relacionados à capacidade de provisão de seus serviços.

Em novembro de 2018, o Projeto de Lei nº 79/16 foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal que altera o marco regulatório das telecomunicações, cabendo agora ao Plenário do Senado Federal deliberar. As novas regras trazem importantes mudanças que beneficiarão consumidores e empresas. A principal mudança é a possibilidade de migrar as atuais concessões da telefonia fixa para o regime de autorização. O saldo regulatório decorrente dessa mudança será direcionado para a expansão da banda larga no país. Outras mudanças importantes incluem a definição dos bens reversíveis da concessão, a possibilidade de renovações sucessivas das autorizações de uso de

radiofrequência bem como o estabelecimento de um mercado secundário de radiofrequências, a possibilidade de conversão de diversas taxas regulatórias em compromissos de investimento e a simplificação do processo de outorga de direito de exploração de satélite brasileiro. Esse conjunto de alterações é imprescindível para criar um ambiente regulatório que estimule novos investimentos no setor e contribua para o crescimento da economia.

O Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações. Seu objetivo é alinhar as diretrizes de políticas públicas de telecomunicações aos novos desafios e oportunidades das telecomunicações no país, especialmente reposicionando a banda larga como centro da política pública. Ele possibilita aperfeiçoar a governança regulatória do setor, na medida em que aperfeiçoa os mecanismos de coordenação e supervisão entre o MCTIC e Anatel e fortalece a estrutura estratégica para o planejamento e a execução das políticas públicas de telecomunicações. Pretende-se, ainda, consolidar em um instrumento normativo único três os decretos que versam sobre políticas de telecomunicações (Decretos nº 4.733/03; nº 7.175/10 e nº 8.776/16) e com isso afastar a fragmentação e obsolescência das normas do setor.

O MCTIC coordenou a construção da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), instituída pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018. A E-Digital define as prioridades do país na economia digital, articulando órgãos e entidades da Administração Pública Federal com ações temáticas que envolvam tecnologias digitais, como infraestrutura de telecomunicações, governo digital, dispositivos conectados, empreendedorismo de base tecnológica, economia de dados, e pesquisa, desenvolvimento, inovação, educação e capacitação profissional em temas digitais. O comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), instituído pelo Decreto nº 9.319/18 realizou duas reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, cujos resultados incluem: (i) aprovação do Plano de Trabalho 2018-2019 com 34 ações prioritárias; (ii) definição de subcomitês temáticos para ambiente normativo de startups, comércio eletrônico e exportações, e defesa e segurança no ambiente digital; (iii) elaboração do mecanismo de acompanhamento das ações; (iv) definição de instituições responsáveis para governo digital, dados abertos de governo e Internet das Coisas; e, (v) instituição da instância técnica multissetorial como órgão consultivo da CITDigital.

O Decreto nº 9.619, de 20 de dezembro de 2018 dispõe sobre o novo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). O novo PGMU insere-se no contexto da revisão quinquenal dos contratos de concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado em regime público. De acordo com a Lei Geral das Telecomunicações (LGT), as obrigações de universalização serão objeto de metas periódicas, conforme plano específico elaborado pela ANATEL e aprovado pelo Poder Executivo.

Assim, o Plano reduziu a quantidade de telefones de uso público (TUPs), ao mesmo tempo em que introduziu nova meta que consiste em atender localidades distantes das sedes municipais, sem cobertura de SMP por meio da tecnologia 4G, com acesso sem fio para a prestação de STFC com suporte para a conexão em banda larga. A meta tem implantação progressiva até o ano de 2023 e impactará cerca de 2 milhões de cidadãos, distribuídos por mais de 1.400 localidades que passarão a ter cobertura com tecnologia.

PROGRAMA 2033

ENERGIA ELÉTRICA

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como alguns de seus principais objetivos expandir a capacidade de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro, elemento essencial para viabilizar o desenvolvimento do país. Entende-se que essa expansão deva ocorrer em consonância com os interesses do consumidor, o que se busca viabilizar por intermédio de objetivo relacionado à busca da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica, por meio dos instrumentos regulatórios. Além disso, a necessária expansão da capacidade do sistema deve ocorrer em pleno alinhamento com as preocupações ambientais, o que se explicita por meio da presença de metas específicas voltadas para a expansão de energias alternativas, bem como realização de estudos de viabilidade.

Um outro aspecto relevante é o da busca por universalização do acesso à energia elétrica, consignada em objetivo específico do programa.

Cumpre ressaltar alguns elementos que caracterizam a conjuntura do setor de energia elétrica, e que devem ser considerados para o adequado planejamento do setor, a saber: a preocupação com as mudanças climáticas; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; as restrições hídricas em algumas regiões do País; a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidrelétricos na matriz energética nacional.

O programa temático Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018, foram incorporados 7.220,07 MW (3.798,76 MW de geração de fonte hidráulica, 589,84 MW de fontes térmicas, 2.003,85 MW de fonte eólica e 827,62 MW de fonte fotovoltaica) de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

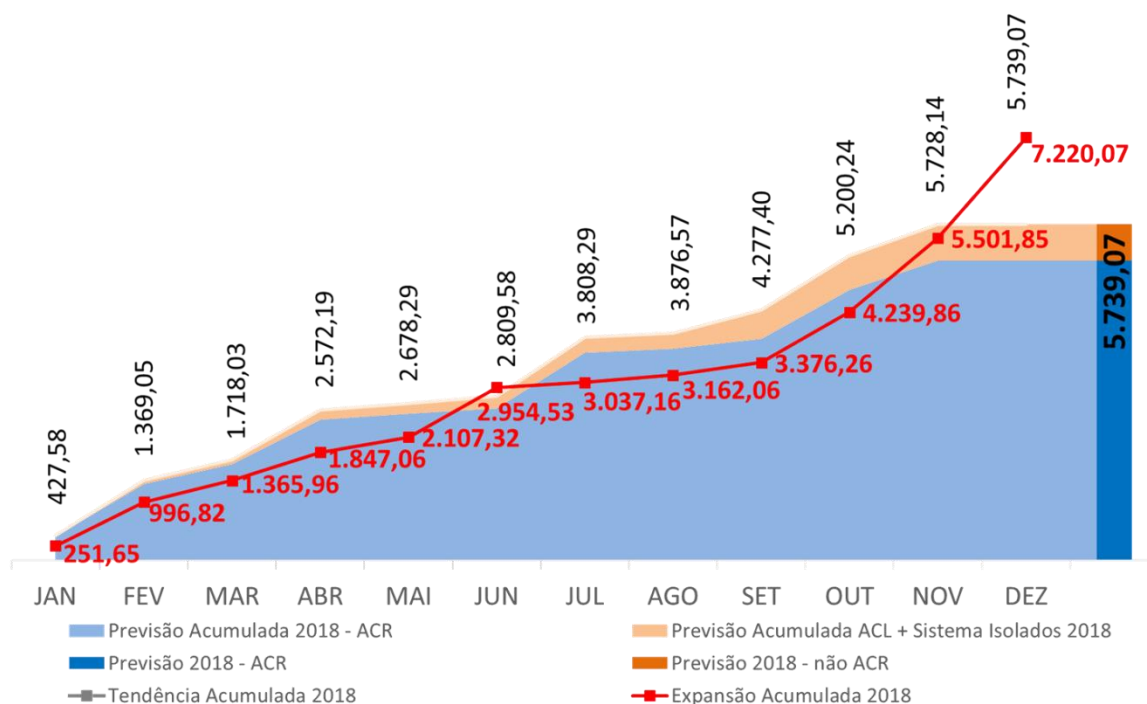


Figura 001 – Indicador - Previsão da Expansão da Geração

Fonte: Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico – DM/SEE posição:31/12/2018

A expansão da capacidade de transmissão de energia do sistema elétrico brasileiro no ano de 2018 totalizou 3.966,7 km de linhas de transmissão de Rede Básica e conexões de usinas e 13.253,4 MVA de transformação na Rede Básica.

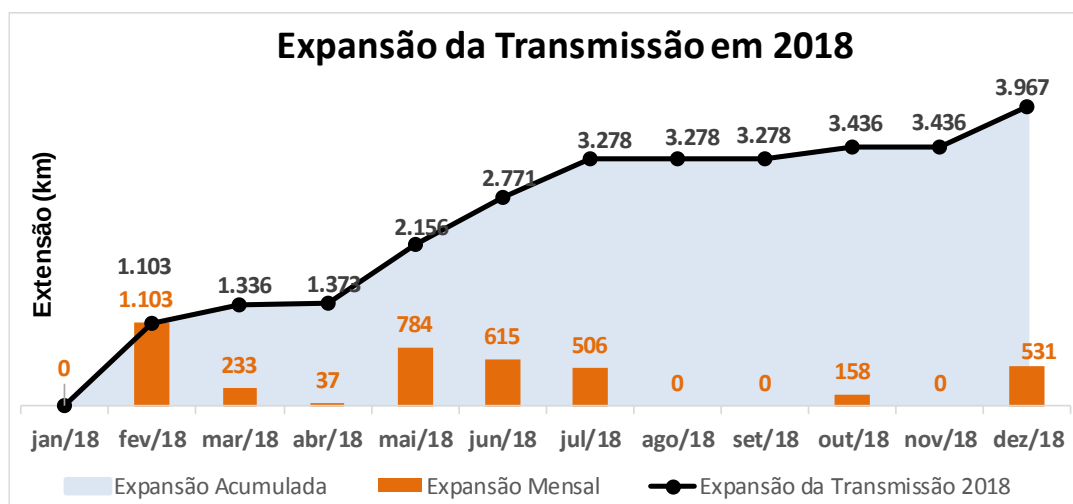


Figura 002 - Indicador - Previsão Expansão da Transmissão

Fonte: Departamento de Monitoramento do Setor Elétrico – DM/SEE posição:31/12/2018

CAPACIDADE DE GERAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil devido à ampla disponibilidade hídrica e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial energético cuja exploração nos anos 2016, 2017 e 2018 foi o principal responsável pelo crescimento da matriz elétrica nacional.

Ao fim de 2018, as usinas de fontes hidráulicas representavam a maior participação na capacidade instalada, com 104,1 GW, equivalente a 64% da matriz elétrica. As usinas térmicas, em segundo lugar, encerraram o ano de 2018 com 42,5 GW instalado, representando 26% da matriz de energia. Em relação as fontes de geração de energia limpas, no encerramento de 2018 as usinas eólicas representavam cerca de 9% da capacidade instalada de geração, com 14,4 GW, enquanto os parques fotovoltaicos, fonte em ascensão na matriz elétrica nacional, constavam com 1,8 GW, correspondente à 1%.

O ano de 2018 foi marcado pela entrada em operação 3.798 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, destacando-se a entrada em operação de unidades geradoras de importantes empreendimentos hidroelétricos, como a usina Hidrelétrica Belo Monte (11.233 MW) e a conclusão da Hidrelétrica São Manoel (700 MW). Neste ano, também colaboraram para o crescimento da matriz elétrica a entrada em operação de 2.003 MW instalados em usinas eólicas, 827 MW distribuídos em usinas fotovoltaicas e 589 MW construídos em usinas térmicas, destacando-se, nesse último caso, a entrada em operação de 2 (duas) unidades geradoras da UTE Mauá 3 (590,75 MW).

CONTINUIDADE E SEGURANÇA DO SUPRIMENTO ELETROENERGÉTICO

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

O CMSE se reuniu ao longo de 2018 em vinte e uma reuniões, sendo doze ordinárias e seis extraordinárias e 3 técnicas. As reuniões extraordinárias foram realizadas nos meses de agosto a outubro de 2018, de modo a acompanhar a evolução das condições energéticas e a adoção de medidas adicionais para aumento da segurança no atendimento.

Destaca-se que foi mantido ao longo do ano, quando necessário, o despacho térmico fora da ordem de mérito, de forma complementar ao despacho dos modelos computacionais de otimização energética, nos subsistemas Nordeste e Norte para fechamento do balanço energético. Excepcionalmente, foram despachadas também, no período de 1º de setembro a 5 de outubro, por decisão do CMSE, usinas de outros subsistemas visando, sobretudo, preservar os estoques armazenados nas cabeceiras dos rios Grande e Paranaíba e a manutenção da navegabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná, garantindo assim o suprimento eletroenergético no território nacional.

Sobre as avaliações e deliberações realizadas pelo Comitê em 2018, destacam-se os seguintes temas e resultados:

- Importação de Energia Elétrica da Argentina e do Uruguai;
- Reconhecimento de custos fixos a usinas termelétricas sem contratos: ação para prover remuneração adequada às UTEs a gás natural despacháveis centralizadamente;
- Reconhecimento da necessidade de manutenção do parque térmico atualmente contratado (216,5 MW) em Roraima e sua expansão para 2019 (28,5 MW).

Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - POTEE

Aprovado o Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica - 2018, Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão, documento elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético-SPE, que consolida os resultados dos estudos de planejamento da transmissão e que define equipamentos e instalações de transmissão necessárias ao SIN em caráter determinativo, entre 2019 e 2023, que foram objeto de estudos do Operador Nacional do Sistema Elétrico e da Empresa de Pesquisa Energética com contribuições da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Tratam-se de 239 novos reforços aos sistemas de transmissão e 65 ampliações, totalizando 304 novas instalações que irão integrar ao Sistema Interligado Nacional que se somam a um

conjunto de 309 definidas em ciclos de planejamento anteriores. Os relatórios de detalhamento das instalações já foram solicitados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético e oferecem subsídios para a Agência Nacional de Energia Elétrica operacionalizar as licitações dos anos de 2019 e 2020. A partir do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica, a ANEEL já possui os elementos necessários para iniciar os processos de autorização dos reforços necessários ao SIN.

Monitoramento da expansão da geração de energia elétrica

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica.

O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

Monitoramento da expansão da transmissão de energia elétrica

O processo “Monitoramento da expansão da transmissão de energia elétrica” envolve o monitoramento dos empreendimentos de transmissão licitados e autorizados, a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos, baseado nos cronogramas dos empreendimentos. A SEE monitora a execução das obras, articulando com os agentes de governo e entidades privadas para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, garantindo a ampliação da oferta energética, conforme planejado. Este processo também serve de apoio ao CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletro energético em todo o território nacional.

Monitoramento do desempenho dos sistemas elétricos e energéticos

O processo “Monitoramento do desempenho dos sistemas elétricos e energéticos” abrange o monitoramento e a avaliação do desempenho do sistema elétrico brasileiro por meio, entre outros aspectos, de indicadores de continuidade e segurança, acompanhando de forma contínua o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, a otimização energética em articulação com agentes e instituições envolvidos, a implementação de diretrizes e ações preventivas definidas pelo MME, CNPE e CMSE.

No ano de 2018, a atuação do setor elétrico manteve-se ativa na gestão dos recursos hídricos brasileiros, por meio da participação nas salas de situação coordenadas pela Agência Nacional das Águas – ANA, de Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, haja vista ser cada vez mais complexa a convergência de entendimentos entre atores, com impactos positivos dessa gestão no uso dos recursos hídricos.

Mecanismo de Realocação de Energia – GT MRE, criado pelo CMSE.

Ao longo do ano de 2018, foram realizadas 4 (quatro) reuniões do GT Mecanismo de Realocação de Energia, cujos principais temas tratados foram: I) Propostas de regulação do MRE pela ANEEL, a ser disponibilizada para Audiência Pública; II) Acórdão Plenário TCU nº 1631/2018 (itens 9.7.1 e 9.7.2); III) Possibilidades de sazonalização da garantia física do MRE pelos agentes de geração; IV) Sugestões dos agentes para aprimoramento do MRE; e VI) Novas regras para a alocação da energia gerada.

ESTUDOS DE EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO E PROMOÇÃO DE LEILÕES

No ano de 2018, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um Estudo de Inventário de bacias situadas na Região Norte, com um potencial de 88,40 MW, relativo ao inventário do Rio Manuel Alves, afluente pela margem direita do rio Tocantins, no trecho entre o canal de fuga da PCH Manuel Alves e a foz no Rio Tocantins. Todavia, a elaboração dos estudos de inventário do Rio Negro e Trombetas, que somados totalizam 7.200 MW, apresentaram inviabilidades de cunho técnico, econômico e socioambiental para a sua execução.

CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Em 2018 a conclusão de novos empreendimentos, com a entrada em operação de novas linhas de transmissão e aumento na capacidade instalada de transformação, superou as expectativas indicadas ao final de 2017. No total, entraram em operação mais 3.966,7 km de novas linhas de transmissão, contra uma estimativa inicial de 3.061,2 km, e 12.961 MVA de capacidade transformadora adicional, onde eram esperados 10.981,0. Esses valores de expansão correspondem tanto às instalações novas acrescidas ao sistema elétrico nacional como a ampliação das instalações existentes. Destaca-se que o quantitativo para o ano de 2017 foi revisto, totalizando 145.543 km instalados até o ano de 2018.

Com relação especificamente às novas instalações agregadas ao sistema elétrico, o montante realizado em 2018 foi bem próximo às previsões relativas a esse período. No caso da ampliação e reforço das instalações existentes também se percebe uma tendência favorável para o alcance das metas previamente estabelecidas. Isso pode ser considerado um bom sinal na direção do alcance do Objetivo de expandir a capacidade atual do sistema de transmissão nacional, de forma a garantir a entrega da energia gerada nas usinas para distribuição à maioria das unidades consumidoras existentes no País.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA

A partir de 2016 algumas distribuidoras realizaram o levantamento dos domicílios ainda sem energia elétrica em suas áreas de concessão, resultando em pedidos de prorrogação do prazo de Universalização. Após análise dos cadastros e colocação em audiência pública, a ANEEL homologou os pedidos da COELBA(BA), CELPA(PA) e CEMAR(MA), resultando na autorização de novos contratos do Programa Luz para Todos. Também em 2016, a Eletrobrás optou por não renovar as concessões de suas distribuidoras nos estados do AC, AL, AM, PI, RO, RR, passando estas empresas a atuarem como designadas para a continuidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica nestes estados. Com isto, o cenário da Universalização do Acesso à Energia Elétrica foi alterado. De um lado, de forma positiva, o levantamento da população ainda sem energia elétrica permitiu o estabelecimento de Planos de Universalização mais consistentes garantindo assim o atendimento de todos os pedidos de ligação de energia elétrica, e o cumprimento da meta de unidades consumidoras ligadas. De outro lado, de forma negativa, tivemos de prorrogar o ano limite da universalização para alguns municípios destas áreas de concessão, e conseqüentemente não será possível o atingimento da meta de áreas de concessão universalizadas.

O resultado final é considerado positivo uma vez que a Universalização do Acesso à Energia Elétrica tem como foco o usuário final, cuja meta para o período já foi superada.

No decorrer do ano de 2018 as distribuidoras COELBA (BA), CELPA(PA) e CEMAR(MA) realizaram a meta prevista dos novos contratos do Programa Luz para Todos autorizados em 2017. A prorrogação do Programa para o ano de 2022 e a venda das distribuidoras da Eletrobrás nos estados do AC, AL, AM, PI, RR e RO promoveram a necessidade de regularização na

execução dos contratos em vigor, resultando ao final no cumprimento e superação da meta de todo o período.

Das 8 concessionárias previstas para universalizar nos anos de 2016 a 2019 foram universalizadas as áreas de concessão da Energisa Mato Grosso do Sul e Tocantins.

INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

Para o ano de 2018 estabeleceu-se como meta 257 outorgas emitidas, sendo 178 para geração, e 79 para transmissão e distribuição de energia elétrica.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Ao final de 2018 foi aprovado o segundo Plano Anual de Aplicação de Recursos do PROCEL com o objetivo de disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética, que determina que 0,1% da Receita Operacional Líquida das distribuidoras de energia elétrica sejam destinados ao PROCEL. No ano, embora ainda não tenham sido consolidados em relatório oficial, estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 24.000 GWh.

SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Abaixo segue tabela com dados do ano de 2018 por empresa distribuidora do Sistema Eletrobrás.

Dados Físicos do Sistema – EDEs - 2018							
Descrição	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Total
	Norte	Nordeste	Norte	Nordeste	Norte	Norte	
Linhas de Distribuição (69 e 138kV) - Km	442	1.934	376	2.940	844	72	6.608
Redes MT (13,8 e 34,5kV) - km	16.183	22.863	25.255	62.173	50.853	2.198	179.525
Redes BT - km	4.332	18.423	7.001	28.600	6.353	1.415	66.124
Nº de subestações	13	40	24	88	60	4	229

Fonte: Eletrobrás

Posição:31/12/2018

Com relação aos investimentos na Média Tensão (13,8 e 34,5 kV) as concessionárias no ano de 2018 conseguiram um acréscimo de 2.892 Km de linhas de distribuição em MT. Com resultado total de 5.922 km, ou seja, totalizando 71% da meta a ser realizada.

PESQUISA , DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A pesquisa por soluções tecnológicas abrange uma ampla gama de desenvolvimentos continuados, cujo escopo engloba ferramentas computacionais, metodologias, técnicas, equipamentos, pesquisa experimental, suportados por uma infraestrutura laboratorial avançada.

A Eletrobrás tem o Cepel como seu executor central de linhas de pesquisa, programas e projetos. As atividades de P&D+I, pesquisa experimental e laboratorial são consolidadas em um Plano de Trabalho Institucional que abrange projetos organizados em sete áreas de atuação: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Automação de Sistemas; Linhas e Estações; Tecnologia da Distribuição; Materiais, Fontes Alternativas e Eficiência Energética; e Infraestrutura Laboratorial e de Pesquisa Experimental.

O Cepel, dando continuidade aos seus projetos, teve aprovado o orçamento de investimento para o exercício de 2018 no valor global de R\$ 10.000.000,00, tendo como as maiores fontes de financiamentos os recursos operacionais do Centro e da Eletrobras.

Os Investimentos realizados em 2018 permaneceram dirigidos a aquisições de equipamentos e sistemas para o suporte ao desenvolvimento das pesquisas, bem como a atualização e ampliação de sua infraestrutura Laboratorial.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O setor de energia elétrica brasileiro apresentou, em 2018, desenvolvimento expressivo na expansão de capacidade de geração (foram incorporados 7.220,07 MW). Não menos importante foram a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético por meio do monitoramento da expansão, desempenho e da comercialização de energia elétrica, em especial quanto à entrada em operação de empreendimentos do subsistema Transmissão de Energia, cuja expectativa também é de alcance integral da meta do PPA. Ainda no subsistema Transmissão, 2017 superou as expectativas na implantação de novas linhas de transmissão, ativação de novas subestações no Sistema Elétrico Nacional, aumento de capacidade instalada e reforço do aparelho existente.

O Programa Luz para Todos, que tinha como meta atender mais de 128 mil domicílios rurais com o serviço de energia elétrica, já atingiu seu objetivo no final de 2017, com mais de 130 mil domicílios atingidos. O Programa terminou o ano de 2018 com 199 mil domicílios atingidos.

Nas ações regulatórias de 2018, a Agência reguladora apresentou novos atos regulamentares, atos de outorga, leilões e fiscalizações que contribuíram para o desenvolvimento do setor. Não menos importante foi o campo de Pesquisa e Desenvolvimento, o qual executou grande parte do orçamento disponível na área de pesquisa tecnológica.

PROGRAMA 2041

GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

O Brasil possui elevado potencial para diversas substâncias minerais, com expressivas reservas já identificadas e a possibilidade de descoberta de novas ocorrências, na medida em que se amplie o conhecimento geológico do território nacional. A diversidade de riquezas e a vocação mineral colocam o País em posição de destaque no cenário global da atividade. Na sociedade contemporânea não se pode dissociar a manutenção de padrões de qualidade de vida mais elevados da exploração desses recursos.

Em razão de se tratar de uma atividade extrativa de recurso natural não renovável e da rigidez locacional inerente, somado às relações que guarda com a economia – por exemplo, a condição de escassez de recurso no atendimento à demanda da sociedade –, é possível classificar a mineração como atividade estratégica no contexto geopolítico global. Em razão disso, o conhecimento geológico do território assume posição relevante entre as atividades do setor e o beneficiamento das matérias primas e a agregação de valor, por meio da transformação mineral, são vetores fundamentais na geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e geração de divisas para o país.

Com esta visão, o programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral está estruturado em objetivos, metas e iniciativas em torno: (i) da ampliação do conhecimento do território nacional, por meio da realização de estudos e levantamentos e de melhoria da difusão de informações geocientíficas; (ii) da ampliação das oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios; (iii) do estímulo à agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral; (iv) do fortalecimento da governança pública e da sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor; e (v) do desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Tais objetivos, metas e iniciativas permitirão o adequado aproveitamento dos recursos minerais, de forma sustentável, em um ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de geologia, mineração e de transformação mineral, resultando em racionalidade econômica na exploração dos recursos minerais em prol da sociedade.

Para tanto, é fundamental a existência de um marco legal e regulatório, que ofereça segurança jurídica aos atores do setor; a ampliação e divulgação do conhecimento geológico do território nacional, inclusive em relação à Plataforma Continental Jurídica Brasileira; o aprimoramento do planejamento e monitoramento setorial; o desenvolvimento da gestão integrada de informações do setor mineral, especialmente no Serviço Geológico Brasileiro – CPRM e na Agência nacional de Mineração – ANM e, por fim, o aprimoramento dos processos de trabalho, da governança pública e institucional.

As metas e iniciativas são monitoradas por um conjunto de dezesseis indicadores que avaliam não apenas os resultados das ações governamentais em torno do setor de mineração e transformação mineral, mas os impactos das políticas públicas na atividade econômica,

indicadas pelo desempenho exportador e importador, arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O programa 2041 está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, Serviço Geológico Brasileiro – CPRM, Departamento Nacional de Produção Mineral, atual Agência Nacional de Mineração, e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, por meio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

Em relação aos dezesseis indicadores do programa 2041, destacam-se:

- A Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – o valor de referência é expresso em R\$ 1,712 bilhão (31/12/2014). Para o ano de 2018 o valor arrecadado foi de R\$ 3,0361 bilhões, 77,3% maior do que o valor de referência e 65,3% maior do que o valor arrecado em 2017.
 - Com a modificação introduzida pela Lei que alterou a sistemática de cobrança da CFEM, confirmou-se o crescimento previsto na arrecadação desta contribuição.
- As Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentaram aumento de 6,3% em relação ao ano de 2017, com um total exportado de US\$ 49,3 bilhões.
- As Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentaram aumento de 14,9% em relação ao ano de 2016, com um total importado de US\$ 26,4 bilhões.

CONHECIMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

No âmbito desse objetivo se optou pela priorização foi na Meta 0439, que foi alcançada, pois foram realizados esforços para finalização dos projetos Novas Fronteiras, só restando ações de divulgação dos produtos gerados na mesma.

Em 2018 na Meta 000U foram elaborados os Mapas de Geodiversidade da Ilha de São Luis, MA e da RIDE-Brasília, com foco no Distrito Federal e Região Metropolitana de Recife.

Uma ampla carteira de Projetos será desenvolvida em 2019, com medidas a serem adotadas para atingimento da Meta geral.

Na Meta 0017 foram levantados 24 mil Km² de geoquímica prospectiva e 70.151 mil Km² de geoquímica multiuso, com medidas a serem adotadas para atingimento da meta global.

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL

Em 2018, na Meta 043A foram trabalhados diversos projetos da Carteira das Áreas de Relevante Interesse Mineral.

A meta é considerada com andamento adequado e com adoção de medidas de gestão que vêm sendo tomadas desde 2016.

A meta 043B foi alcançada e a mesma de pesquisa de minerais estratégicos deve ser redesenhada para o próximo PPA.

GOVERNANÇA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE DO SETOR MINERAL

Ao longo de 2018, a atuação do Ministério de Minas e Energia para o setor de mineração, no que toca ao fortalecimento da governança pública, esteve direcionada à regulamentação da legislação aprovada no ano de 2017. O Decreto nº 9.587/2018 foi responsável por instalar a Agência Nacional de Mineração (ANM), criada pela Lei nº 13.575/2017, em substituição ao Departamento Nacional de Mineração (DNPM). Em relação à Lei nº 13.540/2017, que atualizou as normas sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o Decreto nº 9.407/2018 regulamentou a distribuição da participação governamental aos municípios afetados pela atividade de mineração.

A modernização do regulamento do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967), por meio do Decreto nº 9.406/2018, foi outra ação de grande relevância desenvolvida no âmbito deste Objetivo. As alterações realizadas e a atualização de dispositivos obsoletos deverão trazer mais segurança jurídica e contribuir para a desburocratização, além de facilitar a operacionalização das normas, resultando em ganhos ao minerador.

Embora estas questões relevantes para o aprimoramento da legislação mineral tenham sido concluídas, restam ainda outros temas que mereceram a atenção do Ministério de Minas e Energia, no ano de 2018, e que deverão constar da agenda pública para o ano de 2019, tais como: (i) eliminação de restrições quanto à participação de capital e de mão de obra estrangeira em atividade de pesquisa e lavra mineral em faixa de fronteira; (ii) a regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que trata do aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas; (iii) alteração da legislação sobre proteção das cavidades naturais subterrâneas de forma a eliminar eventuais conflitos com a atividade de extração mineral; e (iv) a revisão do monopólio de minerais nucleares.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A definição de um conjunto de leis e decretos reformulando o marco legal existente, com a aprovação das leis que regulamentam a cobrança da CFEM e a criação da Agência Nacional de Mineração e, ainda, que modernizam o Código de Mineração, contribuíram para a previsibilidade e a segurança jurídica demandadas pelos investidores e, certamente, permitirá importantes avanços no setor mineral brasileiro, fundamental para o desenvolvimento do país

O Ministério de Minas e Energia pretende orientar as áreas envolvidas com as metas, iniciativas e objetivos do PPA no sentido de focarem em atividades que garantirão a implementação de políticas de atração de investimentos e ampliação sustentável, com diversificação, da produção mineral brasileira.

Os avanços alcançados por meio da formalização de diversos acordos de cooperação e protocolo de entendimentos com órgãos de governo, federal e estadual e de entidades estrangeiras, permitirá a intensificação dos programas de inovação e tecnologia com o objetivo de promover ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com foco na verticalização do setor e na agregação de valor aos bens minerais.

PROGRAMA 2040

GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

A Gestão de riscos e de desastres se tornou uma necessidade relevante para os países, organizações civis, entidades públicas e privadas que buscam um nível mais elevado de planejamento e desempenho para a redução de riscos de desastres naturais.

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Programa Gestão de Riscos e de Desastres envolve ações para mapear as áreas de risco de desastres e dotar o país de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais, recuperação de cenários atingidos por desastres e, ainda, fortalecer o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sinpdec.

As ações estruturantes e não estruturantes de prevenção de inundações e deslizamentos, mapeamentos geológicos e hidrológicos de áreas com risco de deslizamentos em encostas, enxurradas, inundações e alagamentos são fundamentais para o planejamento de ações de prevenção, monitoramento, alerta, resposta e recuperação.

Quanto a emissão de alertas de desastres naturais, trabalhou-se no aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais. O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden realiza, em regime de trabalho 24 horas por dia, 7 dias da semana, em âmbito nacional, o monitoramento contínuo de condições hidrometeorológicas e de parâmetros ambientais, com o objetivo de identificar situações de risco iminente de ocorrência de desastres naturais, decorrentes de excesso de água (deslizamentos em encostas, desmoronamentos, inundações, enxurradas), para os municípios com áreas de risco de desastres mapeadas. Atualmente, monitora 958 municípios classificados como vulneráveis a desastres naturais. Como Unidade de Pesquisa da Estrutura Regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC pelo Decreto nº 8.877/2016, o Cemaden elaborou o Plano Institucional de Pesquisas e Operação - PIPO, aprovado pelo Conselho Técnico-Científico do Centro. Em 2018, também foi elaborada uma primeira versão do Plano Diretor. Ainda, o Cemaden assinou Protocolo de Intenções com a Visiona Tecnologia Espacial S.A. com o objetivo de desenvolverem, em conjunto, soluções baseadas em sistemas e sensores de satélite de observação da Terra e coleta de dados, visando o desenvolvimento de tecnologias que resultarão em uma melhoria considerável no gerenciamento das plataformas de coletas de dados do Cemaden, cujos dados providos são relevantes para o monitoramento e a emissão de alerta de desastres geo-hidrológicos, como movimentos de massa ou deslizamentos, inundações e enxurradas.

Assim, no Programa, a gestão do risco de desastre incorpora várias frentes, entre elas se insere a melhoria da capacidade de emissão de alerta de desastres, que deve se subsidiar no aprimoramento/atualização dos mapeamentos das áreas de riscos, na manutenção constante e na necessidade de ampliação da rede de monitoramento ambiental, esta essencial para subsidiar o monitoramento e alertas elaborados pelo Cemaden, investimentos para execução de obras preventivas, ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS COM PLANEJAMENTO E OBRAS

Considerando que no Brasil os deslizamentos de encostas são responsáveis por um elevado número de vítimas fatais, especialmente em áreas urbanas com infraestrutura precária ou inexistente, algumas ações são propostas e executadas com o objetivo de aprimorar as ferramentas de planejamento urbano e também de apoiar intervenções físicas para a redução do risco de desastres naturais.

Assim, uma das metas do Plano propõe apoiar municípios na elaboração de Cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, como forma de evitar a formação de novas áreas urbanas suscetíveis a riscos de desastres. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades - SNDU/MCidades, em parceria com universidades federais e com o Serviço Geológico do Brasil, viabilizou a contratação de Cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em apoio a 66 municípios críticos a desastres naturais. Deste total, 7 cartas geotécnicas foram concluídas em 2016, 19 em 2017 e outras 4 em 2018, totalizando 30 municípios apoiados, ultrapassando, portanto, a meta prevista de apoiar 17 municípios críticos.

Outra ação estruturante se refere ao apoio a estados e municípios para a execução de Planos Municipais de Redução de Riscos - PMRR enquanto instrumento de planejamento urbano frente à gestão de riscos de desastres naturais. No ano de 2016 foram contratados 2 PMRR e em 2017 mais 2, em parceria com a Universidade Federal do ABC Paulista - UFABC e com a Universidade Federal de Viçosa - UFV, respectivamente. Quanto aos Planos que estavam em elaboração, foram concluídos 4 PMRR em 2016, 15 em 2017 e 1 em 2018, totalizando o apoio efetivo a 20 municípios, superando a meta originalmente prevista de apoiar a conclusão de 8 planos municipais.

No âmbito das intervenções físicas, destaca-se o apoio à conclusão de 71 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos. Em 2018, foram concluídos 15 empreendimentos que, somados aos 39 concluídos em 2016 e 2017, resultam no total acumulado de 54 empreendimentos já concluídos. Além desses, existem, ao todo, 141 empreendimentos de drenagem urbana em andamento no País, que deverão ser concluídos nos próximos anos.

Com o objetivo de prevenir a ocorrência de desastres relacionados a deslizamentos de encostas e processos correlatos, uma outra meta propõe apoiar a conclusão de 64 empreendimentos de contenção de encostas em municípios críticos a deslizamentos. Do total de 136 empreendimentos contratados entre 2011 e 2014, 11 empreendimentos foram concluídos em 2016, 16 em 2017 e 16 em 2018, totalizando 43 empreendimentos concluídos no período de vigência deste PPA.

Por fim, cabe registrar a meta que propõe beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações. Em 2018 foi concluída a Barragem de Serro Azul que beneficia os municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros, no Estado do Pernambuco. Essa barragem possui um volume de acumulação de 380 milhões de metros cúbicos de água e proporciona uma vazão regularizada a jusante de 850 l/s, beneficiando cerca de 131 mil habitantes. Também foi concluída a obra de contenção de erosão fluvial na orla do município de Pauini/AM que beneficiará cerca de 18 mil pessoas. Além dessas, encontram-se em execução outras obras como a Contenção do processo de erosão marinha e estabilização da linha de costas das praias da Redonda e Barreira de Baixo no município de Icapuí/CE, que beneficiará cerca de 18 mil pessoas e que registra 50% de execução física.

Em 2018 a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec liberou recursos para realização de Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental para obras de melhoramento fluvial para a bacia do rio Canavieiras no Município de Lages/SC. Ainda foi firmado Termo de execução descentralizada com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para realização de estudos de viabilidade técnica e ambiental – EVTEA e produção de dados e informações sobre obras de engenharia para melhoramento fluvial para Bacia do Rio Cubatão do Sul em Santo Amaro da Imperatriz/SC.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SINPDEC)

A Sedec, desde a implantação do Programa, vem realizando ações no sentido de produzir, atualizar e aperfeiçoar os materiais de referência em Proteção e Defesa Civil. A atualização dos Manuais de Proteção e Defesa Civil e a execução do Programa de Capacitação em Proteção e Defesa Civil, com a elaboração de Livros Base, Apostilas do Instrutor e do Aluno, padronização das apresentações, formação de instrutores estaduais e criação da Plataforma de Gestão do Conhecimento da Defesa Civil são algumas das estratégias utilizadas para aprimorar as coordenações e a gestão das diversas ações de Proteção e Defesa Civil para o fortalecimento do Sindpec. Soma-se a isso o planejamento, a participação e a promoção de reuniões e eventos nacionais e internacionais. Nos eventos são apresentados os resultados de ações, trabalhos e pesquisas no campo da Proteção e Defesa Civil, possibilitando o planejamento e a proposição de novas ações.

Em 2018, foram realizados um total de 19 cursos para capacitação de técnicos em proteção e defesa civil, conforme temas priorizados já mencionados. Foram capacitados um total de 406 técnicos, sendo 24 do Estado do Acre, 2 do Amazonas, 83 da Bahia, 40 do Ceará, 1 do Distrito Federal, 1 de Goiás, 14 do Pará, 19 do Paraná, 60 do Rio Grande do Norte, 11 de Santa Catarina, 143 de Sergipe e 8 de São Paulo. Ainda em 2018 foi assinado um Termo de Execução Descentralizada - TED com a UFSC para construção de uma capacitação, na modalidade de Educação a Distância EaD, referente aos módulos disponíveis no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD tanto para os agentes internos quanto os externos que permitirá atingir a todos aqueles que fazem parte do Sinpdec.

Paralelamente a isso, objetivando a expansão e consolidação da compreensão do risco de desastres, buscando-se o claro entendimento do risco em todas as suas dimensões de vulnerabilidade, tem-se desenvolvido o aperfeiçoamento e atualização das legislações relacionadas às ações de prevenção e mitigação de desastres, desde os aspectos teóricos técnicos até os procedimentos internos.

AUMENTO DA CAPACIDADE DE EMITIR ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

Como principais resultados relacionados à emissão de alertas, em 2018 foram enviados 2067 alertas (levantamento realizado até o dia 31/12/2018 às 14h40min), dos quais correspondem às seguintes regiões: 1.135 à Sudeste (54,9%); 398 ao Nordeste (19,3%); 389 à Sul (18,8%); 118 à Norte (5,7%), e 27 à Centro-Oeste (1,30%). Do total, 1.840 foram de nível moderado (89%), 222 de nível alto (10,7%) e apenas 5 de nível muito alto (0,3%). Em relação aos processos alertados, 1.065 alertas foram enviados para risco de movimento de massa (51,5%) e 1.002 para risco hidrológico (48,5%). Em relação ao nível de criticidade utilizado nos alerta e seu grau de verificação, houve registro de ocorrência confirmada em todos os casos de alerta de nível muito alto. Nos casos de alertas de nível alto, em 47% deles houve confirmação de existência de vítimas e/ou danos à população.

Considerando o número total de municípios em 2018 que tiveram situação de emergência e de estado de calamidade pública decretados pelo Ministério da Integração Nacional (84 ocorrências em municípios monitorados), o Cemaden identificou 83,3% das condições deflagradoras destes desastres (70 casos). Para esses municípios, o Cemaden emitiu “alertas”, “comunicados de atenção”, “previsão de riscos geo-hidrológicos” ou “Notas Técnicas”. Dentro desses critérios de medição, a taxa de acerto na previsão das condições deflagradoras no ano de 2018 superou a meta prevista, que era de 80% (até 2019).

Quanto à antecedência dos alertas, registra-se que foi superada a meta de **antecedência mínima de 2 horas para envio de alertas de nível muito alto (média de 4,75 horas de antecedência)**. Pesquisas voltadas para modelagens geodinâmicas e hidrológicas com foco nas áreas de risco

(deslizamento de encostas, alagamentos, enxurradas e inundações, etc.), continuam em desenvolvimento para melhoria dos alertas emitidos pela Sala de Situação. Ampliaram-se também em 2018 as parcerias com municípios considerados prioritários, em especial para a gestão dos equipamentos da rede observacional, com a ulterior finalidade de estabelecer responsabilidades e viabilizar a instalação de novos equipamentos. Em 2018, o Cemaden passou a organizar reuniões mensais para divulgar diagnósticos e previsões de impactos decorrentes de extremos hidrometeorológicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e bem-estar da população, com ênfase em atividades relacionadas a secas e recursos hídricos.

Em complemento, a parceria com o Japão, por meio do Projeto Pós-GIDES, assim como parcerias com os países BRICS, Reino Unido, União Europeia e com a NASA foram profícuas para o desenvolvimento de parcerias em áreas de pesquisas relevantes para o Cemaden e, consequentemente, para o país.

A operação de Sistemas de Alerta Hidrológico realizada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM envolve o monitoramento e a análise de dados hidrológicos, a modelagem e a previsão hidrológica, com a geração de boletins de evolução dos níveis dos rios e a previsão antecipada de cotas, inclusive de estiagens, em antecedência variando de 05 horas a até 75 dias. Boletins extraordinários são emitidos caso a cota de um rio ultrapasse um nível de alerta predeterminado. Os boletins são difundidos para o Cemaden e para o público em geral através do Sistema de Alerta de Eventos Críticos - SACE no portal da CPRM/SGB (<http://www.cprm.gov.br/sace>).

Mapas de manchas de inundação também são produtos dos Sistemas de Alerta Hidrológico. Eles registram as áreas atingidas, delimitadas em campo após uma inundação e/ou previstas por um modelo hidráulico, ambas associadas às vazões e cotas do rio, sendo importante ferramenta de planejamento urbano e como incremento ao sistema de alerta. Em 2018 foram levantados pontos de alagamento com o uso de tecnologia de *Global Navigation Satellite System* - GNSS geodésico (Caracará/RR) e com Drone (Uruguiana/RS).

Durante 2018 foram operados ao todo 12 Sistemas de Alerta Hidrológico, 9 dos quais com eventos efetivamente registrados no ano. Foram enviados 292 boletins extraordinários onde por 14 vezes municípios entraram em cota de alerta (não ultrapassando a cota de inundação), e em 14 vezes foram ultrapassadas cotas de inundação. Além desses sistemas, em 2018 foram implantados mais 2 novos sistemas, nas bacias dos rios Velhas e Uruguai. Ao final de 2018, tem-se 58 municípios atendidos pelos Sistemas de Alerta Hidrológico e uma população beneficiada de aproximadamente de 7,7 milhões de pessoas. Está prevista para 2019 a implantação de mais 2 sistemas de alerta, nas bacias dos rios Pomba (MG/RJ) e Itapecuru/MA, que totalizarão 16 sistemas de alerta hidrológicos, 6, dos quais implantados e outros em permanente processo de modernização no período 2016-2019, portanto, superando a meta prevista.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO AFETADA E RECUPERAÇÃO DE CENÁRIOS ATINGIDOS

A Sedec, por meio do Programa Gestão de Riscos e de Desastres, tem promovido ações de pronta resposta e recuperação, de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres naturais. Para tanto, destacam-se as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres.

Dentre estas, destacam-se as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres, além da Operação Carro Pipa - OCP. Objetivando atender de forma mais célere e efetiva a população afetada por desastres naturais, o Governo Federal mantém Atas de Registro de Preços para aquisição, em âmbito nacional, de material para assistência humanitária e respectiva operação logística de transporte e entrega dos Kits de Assistência Humanitária. Neste ano de 2018, houve acionamento no norte do país e no Mato Grosso disponibilizando 382.380 galões de água mineral (5L), 32.997 cestas de alimentos, 34.809 colchões de solteiro, 28.985 dormitórios, 7.317 kits fralda idoso/PCD, 9.111 kits fralda infantil, 17.625 kits de higiene pessoal e 16.900 kits limpeza. A OCP, que atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem/seca na região do Semiárido Brasileiro, em 2018, cerca de 6.466 caminhões atuaram nos estados do Nordeste e Minas Gerais para atendimento a 800 municípios e 3.186.576 pessoas.

Para Ações de resposta e Ações de Recuperação de áreas destruídas a Sedec atua ainda na transferência de recursos financeiros na forma da Lei 12.340/10. Para execução das ações de resposta foram disponibilizados recursos, especialmente para a minimização dos efeitos de Seca/Estiagem, atendendo aos Estados do Nordeste e Rio Grande do Sul por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC, que é o instrumento de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais. O CPDC garante agilidade possibilitando a abertura da conta previamente à ocorrência dos desastres. A transparência se dá por meio da publicação dos gastos no Portal da Transparência, o que assegura o controle social necessário para a boa execução dos recursos públicos.

Para ações de recuperação de áreas atingidas por desastres foram empenhados R\$ 117.011.845,45, atendendo aos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Quanto ao Sistema de Envio de Alertas e Avisos gratuitos por SMS, a plataforma digital elaborada pela Sedec com o auxílio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MI permite a comunicação com todas as operadoras de telefonia, para o envio de alertas diretamente aos telefones celulares dos cidadãos cadastrados. O projeto alcançou em 2018 os municípios de todos os estados do Brasil. São 3.987.702 pessoas cadastradas. Foram enviados 5.833 alertas para o alcance de 257.447.328 terminais. Por fim, são 196 usuários de defesas civis estaduais e municipais aptos para o envio dos alertas.

ELABORAÇÃO DE MAPEAMENTOS EM MUNICÍPIOS CRÍTICOS

O mapeamento em municípios críticos envolve a identificação de Setores de Risco muito alto e alto a movimentos de massa e a processos de enchentes, inundações e enxurradas, e também o mapeamento da suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações em escala de maior detalhe (1:25.000), para subsidiar políticas e ações de planejamento urbano. Há ainda um terceiro produto cartográfico complementar que são as Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização.

Em 2016, foram elaborados 146 mapas de suporte à prevenção de desastres naturais, com 102 municípios mapeados quanto à Setorização de Riscos e 44 municípios mapeados quanto à Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações. Em 2017, foram concluídos outros 151 mapas, 107 municípios mapeados quanto à Setorização de Riscos Geológicos, 40 municípios atendidos com Cartas de Suscetibilidade, e ainda 4 municípios favorecidos com Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização Frente aos Desastres Naturais. Destaca-se a realização de ação emergencial para o atendimento de 24 municípios do nordeste. Em 2018 foram

concluídos 302 Mapas de Setorização de Riscos, também envolvendo uma ação emergencial no Estado de Santa Catarina, e 40 Cartas de Suscetibilidade. No ano foram delimitados 1.655 setores de risco alto e muito alto, abrangendo 98.093 moradias e 206.294 pessoas.

O 1º triênio do PPA totaliza 511 Mapas de Setorização de Riscos Geológicos, já superando em 143% a meta de 350 mapas previstos para o quadriênio; e ainda são totalizadas 124 Cartas de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações, o que representa cerca de 40% da meta de 309 municípios prevista para o quadriênio.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A aprovação da regulamentação da Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, trará importantes avanços para a Política Nacional de Proteção e Defesa como a elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e a Construção do Cadastro Nacional de Municípios em Situação de Risco de Desastres.

PROGRAMA 2048

MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Este Relatório apresenta a visão consolidada da evolução do Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito, destacando os principais resultados obtidos em 2018.

Inicialmente, identifica-se que a Lei da Mobilidade Urbana (12.587/2012) é o instrumento que define as diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), com vistas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a Constituição, no que tange ao transporte e à mobilidade urbana.

No escopo da Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Programa 2048 propõe apoio aos entes federativos, seja por meio de recursos orçamentários (OGU) ou de financiamento (FGTS e BNDES), para a implantação de infraestrutura de novos sistemas de transporte público coletivo urbano e de expansão e melhorias nos sistemas existentes que contemplem mecanismos de integração intermodal física e tarifária, priorizando os sistemas de transporte público coletivo de média e alta capacidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018 houve a continuidade da execução de algumas obras de infraestrutura de mobilidade urbana, incluídas as obras agrupadas no Programa Agora é Avançar, lançado pelo Governo Federal, que tem como objetivo retomar os investimentos públicos do país e priorizar as obras com previsão de término até o final de 2019.

Assim, o cumprimento das metas do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito está sendo desenvolvido por meio de ações que permitem apoio a execuções de infraestruturas de mobilidade urbana, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, com recursos orçamentários e extraorçamentários. O Programa também está orientado à manutenção e à evolução de Sistemas de Tecnologia de Informação na área de trânsito e de Mobilidade Urbana, bem como a um conjunto de iniciativas e metas relacionadas à Política Nacional de Trânsito.

O Programa contém ainda ações voltadas para a melhoria dos sistemas metroferroviários sob gestão do Governo Federal, possibilitando aos usuários mais rapidez, conforto e segurança nos seus deslocamentos, por meio de medidas adotadas pelas entidades vinculadas ao Ministério das Cidades: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB.

Outro aspecto a considerar é que está sendo estimulada a implantação de infraestrutura para pedestres e ciclistas com a abertura de seleção denominada Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, podendo ser integrada a um sistema de transporte coletivo ou a uma qualificação viária para melhoria da circulação.

Dentre os indicadores estabelecidos no PPA para este Programa, destaca-se o percentual de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, que aumentou de 26% para 29,15% entre agosto de 2014 e dezembro de 2018.

SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA

O apoio à implantação e/ou requalificação de 1.200 km de sistemas sobre pneus em 50

municípios, totalizou 141,66 Km no período de 2016-2018, com 12 municípios apoiados: Rio Branco/AC, Belém/PA, Natal/RN, Caxias do Sul/RS, Joinville/SC, Piracicaba/SP, São Paulo/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ, Uberaba/MG e Aracaju/SE. Estão computados na referida meta dois importantes *Bus Rapid Transit* (BRTs), localizados no Rio de Janeiro: BRT Transoeste (6,4 Km) e BRT Transolímpica (13 Km). Além disso, deve-se registrar também a ligação entre o BRT Transolímpica e o BRT Transbrasil (3 Km). Destaca-se, também, as obras realizadas em Joinville/SC (13,3 Km de corredores).

Em 2018, foram concluídos corredor de ônibus em Aracaju/SE (3,53 km) e o BRT Sudeste e Sudoeste no município de Uberaba/MG (7,18 km).

Além dos sistemas sobre pneus, o Programa apoia a implantação e/ou requalificação de 260 km de sistemas sobre trilhos em 13 municípios, possibilitando a entrada em operação de 75,51 Km no período de 2016-2018, beneficiando 7 municípios: Salvador/BA, Lauro de Freitas/BA, Fortaleza/CE, São Paulo/SP, São Vicente/SP, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ.

O Programa também está direcionado ao apoio à qualificação e pavimentação de 4.000 km de infraestrutura de mobilidade urbana, com objetivo de promover a redução dos acidentes de trânsito. As principais contribuições para essa meta são as seleções/contratações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. As referidas contratações possibilitaram a realização de 2.070,25 Km no período de 2016-2018.

Com relação ao transporte não motorizado, há ações direcionadas à implantação de infraestrutura de transporte cicloviário e de 7.000 km de calçadas. No período de 2016-2018, houve a execução de 60,73 Km de ciclovias, sendo 26,63 Km constantes no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 30,2 Km de execuções de ciclovias nos sistemas de mobilidade implantados em Belém/PA, Praia Grande/SP e Santos/SP. Além disso, há 3,9 Km de ciclovias no Rio de Janeiro/RJ. No tocante à implantação de calçadas, foram construídos 3.383 Km no período de 2016-2018.

Em relação aos sistemas metroferroviários sob a gestão do governo federal, no caso da TRENURB, destaca-se a conclusão dos Projetos e Termos de Referência para modernização do sistema de radiocomunicação, prevendo a evolução do sistema analógico para o sistema digital. Além disso, foi iniciada a execução do contrato para recuperação da Subestação Sapucaia do Sul. Foram concluídos, também, diversos projetos para implantação de melhorias nas estações, incluindo adequações à legislação de acessibilidade, além de estudos visando à modernização do sistema de telecontrole de energia. Está em fase de conclusão a obra de recuperação da Subestação Sapucaia e da Cabine de Seccionamento de Luís Pasteur.

Em relação à CBTU, houve a continuidade da modernização dos sistemas metroferroviários de Natal, Maceió, Recife, bem como o apoio à implantação do trecho sul de Fortaleza, com o prosseguimento no contrato de sinalização através do fornecimento e instalação de vários equipamentos, início da operação assistida e a conclusão da instalação de Circuito Fechado de TV (CFTV).

POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

Como forma de implantar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587/2012, faz-se necessário, por exemplo, apoiar tecnicamente os entes federados para que elaborem Planos de Mobilidade Urbana, por meio de assistência técnica e de capacitação de servidores.

Neste sentido, dentre as ações realizadas no exercício de 2018, destaca-se a assistência técnica para elaboração do plano de mobilidade urbana em quatro municípios: Campo Magro/PR, Cachoeira do Sul/RS, Canarana/MT e Domingos Martins/ES.

Além disso, destaca-se o Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, que disponibilizou uma metodologia simplificada para elaboração de planos de mobilidade para cidades com até 100 mil habitantes, e a disponibilização de recursos, por meio do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, para financiamento à elaboração de planos de mobilidade em municípios com mais de 100 mil habitantes.

Relativamente ao apoio à elaboração e/ou revisão de Planos, Estudos, em especial os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), e Projetos de Mobilidade Urbana, foram concluídos os seguintes projetos: Belém/PA (BRT Almirante Barroso), João Pessoa/PB (corredor de ônibus), Recife/PE (projetos de corredores exclusivos), Teresina/PI (projetos de mobilidade urbana), Campo Grande/MS (projeto de reestruturação do sistema integrado de transporte), Maceió/AL (projeto VLT), Londrina/PR (projeto de corredor de ônibus exclusivo), Campinas/SP (projetos de mobilidade urbana) e Governador Valadares/MG (projeto corredor de ônibus). Ao total, foram apoiados 9 (nove) municípios que receberam apoio da União para elaboração de projetos de mobilidade urbana no período de 2016-2018.

Ressalta-se também o apoio técnico do Governo Federal à elaboração de Planos de Mobilidade Urbana de dezesseis (16) municípios: Pirenópolis-GO, Trindade-GO, Gravatá-PE, Ituverava-SP, Araçatuba-SP, Marília-SP, Sinop-MT, Passo Fundo-RS, Canela-RS, Viana-ES, Nova Friburgo-RJ, e Gurupi-TO, Campo Magro/PR, Cachoeira do Sul/RS, Canarana/MT e Domingos Martins/ES.

Por fim, o Programa também engloba a definição e implantação de um sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana. O objetivo principal do sistema é o armazenamento e o compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema de mobilidade urbana. O sistema está em desenvolvimento e a intenção é concluir a ferramenta computacional para implantação do sistema de informações em 2019.

POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO (PNT)

No exercício de 2018, o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN trabalhou no aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, através do fomento à municipalização, realização de fiscalizações, criação de novas soluções nos sistemas informatizados, promoção de campanhas e eventos, entre outras atividades. Desta forma, no ano de 2018, foram integrados 64 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT, o que representou um aumento de 1% no número de municípios integrados, atingindo 29% do total dos municípios brasileiros. Isto representa um incremento de 814.566 veículos e 1.797.451 habitantes. Entretanto, apesar dos avanços recentes, 71% dos municípios brasileiros (3945 cidades) ainda não se encontram integrados ao SNT, representando um desafio a ser superado, tendo em vista o objetivo de se ter uma adequada gestão do trânsito.

A fim de modificar esse panorama, o DENATRAN tem atuado de maneira a apoiar os municípios com informações técnicas sobre o assunto. Neste sentido, foram realizados cursos de capacitação na área de integração de municípios e gestão do trânsito. O Curso para Integração dos Municípios ao SNT (CIM), evento gratuito e em formato de Ensino a Distância

(EAD), foi promovido por meio do portal Capacidades do Ministério das Cidades. No ano de 2018, essa iniciativa envolveu, em sua terceira turma, 881 inscritos, oriundos de 424 municípios brasileiros, dos quais 154 eram de municípios não integrados. O curso teve 429 pessoas aprovadas, com 97,32% dos inscritos avaliando-o como de boa ou ótima qualidade. Nas turmas anteriores, em 2017, o curso já havia envolvido 4507 inscritos e 1143 municípios.

O Curso Guia Básico para Gestão Municipal do Trânsito, realizado em 2018, teve como objetivo dar suporte técnico aos municípios integrados e não integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, além de subsídios teóricos e práticos aos gestores municipais atuantes na área de trânsito. Durante o ano, foram oferecidas duas turmas. A primeira turma contou com 3881 inscritos, provenientes de 1094 municípios. O curso teve 2348 aprovados. Além disso, foi avaliado como bom ou ótimo por 96,53% dos participantes. A segunda turma teve 1795 inscritos (com a aprovação de 893 alunos) e a participação de 740 municípios. Desse número de municípios, 279 ainda não estavam integrados ao SNT. O curso foi considerado bom ou ótimo por 98,95% dos participantes. O curso também foi oferecido por meio do portal Capacidades do Ministério das Cidades, na modalidade à distância, e de forma completamente gratuita.

O DENATRAN, como responsável pela gestão dos sistemas informatizados que contém os dados relacionados aos veículos, condutores e infrações, em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, promoveu a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas que integram suas atividades. Como destaque, cita-se a expedição da Carteira Nacional de Habilitação em meio eletrônico – CNH-e, que possui o mesmo valor jurídico do documento impresso.

Agora, além da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, é possível ter a versão digital do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV (Documento do Veículo). Em 2018, houve também o Lançamento do Aplicativo de Fiscalização Denatran, disponibilizado gratuitamente pelo Denatran para agentes de Órgãos e Entidades Públicas integrantes do SNT. Tendo como objetivo agilizar a atuação de agentes dos órgãos de trânsito brasileiros e contribuir para a redução de ocorrência de fraudes, o aplicativo fará a leitura dos QR Codes da Placa Mercosul, CNH e CRLV. Entretanto, o maior diferencial é a possibilidade de consultas de informações *on line*, como indicadores de roubo e furto, restrições judiciais e administrativas do veículo, ou mesmo o histórico da placa. Estas informações são extraídas das bases nacionais Renach (condutores), Renavam (veículos) e Renainf (infrações).

Outra iniciativa relevante teve origem com a Resolução CONTRAN nº 637, de 30 de novembro de 2016, que determinou o lançamento de todas as infrações de trânsito no Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF. Os órgãos e entidades executivas de trânsito dos Estados e do Distrito Federal integraram-se ao RENAINF para registro de todas as infrações de trânsito, das suas respectivas penalidades e arrecadação, bem como da pontuação delas decorrentes. Em 2018, foram realizadas atividades para melhorar o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência nesses órgãos de trânsito.

Em relação à segurança veicular, vale registrar o desenvolvimento do Centro de Teste em Segurança Veicular, que visa aprimorar o processo de homologação de veículos no país a partir da construção de uma estrutura para a realização de ensaios de segurança independente da indústria, promovendo o aumento da segurança dos veículos comercializados no Brasil. O DENATRAN e a Universidade de Brasília- UNB estão à frente desse projeto.

Ainda sobre o prisma da segurança veicular, foram realizadas investigações pelo DENATRAN no ano de 2018 que ocasionaram a abertura de cento e quarenta (140) processos de *Recall* de veículos, representando o chamamento voluntário realizado pelas montadoras/importadoras.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O processo seletivo do Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana está cada vez mais amadurecido, sendo que até o final de 2018 tinham sido selecionadas 108 propostas que somam R\$ 813,37 milhões de recursos de financiamento. Uma inovação realizada no Programa foi a possibilidade de financiar propostas voltadas ao transporte público coletivo sobre trilhos e a possibilidade de o Governo Estadual ser proponente nesta submodalidade. Isso porque, anteriormente, o Programa era limitado ao financiamento ao transporte público coletivo sobre pneus.

Para 2019 espera-se aumentar o investimento em mobilidade urbana, através de ações de melhoria da circulação das pessoas nos ambientes urbanos, por intermédio de ações de mobilidade urbana voltadas à qualificação viária, ao transporte público coletivo, ao transporte não motorizado (transporte ativo) e à elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos executivos.

Com vistas à apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana foi reformulado, em 2017, o principal Programa de financiamento de infraestrutura de mobilidade urbana, o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), que utiliza recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos em mobilidade urbana.

Com base nesse novo formato, foram abertas seleções públicas para ingresso de propostas de entes federados em nível nacional, denominada Avançar Cidades - Mobilidade Urbana, para obtenção de financiamentos. Num primeiro momento, contemplaram-se municípios abaixo de 250 mil habitantes, Grupo 1. Posteriormente, foi aberta a seleção para municípios com população superior a 250 mil habitantes, Grupo 2.

Em 2019, espera-se que ocorra uma ampliação do número de municípios que recebam assistência técnica do Governo Federal, em função da implementação do sistema informatizado e de uma ampla divulgação da sua metodologia simplificada, de forma a observar o prazo estipulado para elaboração dos planos de mobilidade urbana segundo a Lei nº 12.587/12 (abril de 2019).

Na área de trânsito, em 2019, será dada continuidade ao aprimoramento de ações que visam melhorar as condições de segurança e educação de trânsito e fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito. Para isso, existe a previsão de elaboração do Programa Nacional de Trânsito e o estímulo à integração dos municípios a esse Sistema.

PROGRAMA 2049

MORADIA DIGNA

A política habitacional é norteada pelo princípio da universalização do acesso à moradia, um direito social assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 6º. Para garantir o referido direito, são considerados aspectos para além da unidade habitacional, como a infraestrutura, a inserção urbana, o acesso a serviços públicos, as oportunidades de trabalho e a obtenção de renda.

Para tanto, a Política Nacional de Habitação se estrutura em quatro eixos principais de atuação, que estão refletidos nos objetivos do Programa Moradia Digna: financiamento e subsídios à provisão habitacional; urbanização de assentamentos precários; desenvolvimento institucional dos intervenientes; e aprimoramento da cadeia produtiva da construção civil voltada à habitação de interesse social.

Em consonância com o eixo 1 do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), a produção massiva de unidades habitacionais permaneceu como base da Política Nacional de Habitação. O Programa Minha Casa, Minha Vida, presente em quase 100% do território nacional, seguiu como maior instrumento da consecução do direito à moradia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O percentual de municípios regulares no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) passou de 21,35% para 23,3% no período compreendido entre ago/2015 e dez/2018.

Além disso, observa-se um aumento no déficit habitacional absoluto de 5.430.562 moradias em 2012 para 6.355.743 em 2015, segundo estatísticas da Fundação João Pinheiro. Nas áreas rurais, esse indicador apresentou elevação de 766.449 em 2012 para 783.043 unidades habitacionais em 2015. E, nas áreas urbanas, o aumento foi de 4.664.113 em 2012 para 5.572.700 unidades habitacionais em 2015. Vale ressaltar principalmente a questão do “ônus excessivo com aluguel urbano”, que no período tornou-se o principal componente do déficit habitacional, superando a coabitação familiar e representando cerca de 50% do total do déficit habitacional no país. Conforme a Fundação João Pinheiro, este componente está muito mais relacionado com questões mercadológicas da habitação (renda das famílias, taxas de juros, oferta de imóveis, etc...) do que necessariamente com aspectos relacionados diretamente à necessidade de aumento do estoque de domicílios.

Porém, segundo essa mesma pesquisa, apontou melhora no indicador de déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo, visto que, em 2012, era de 1.073.720 unidades habitacionais e, em 2015, caiu para 1.020.675 moradias.

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa.

MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA E HABITABILIDADE

Um dos objetivos do Programa é melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários. Para tanto, foram investidos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-Habitação. No exercício de 2018, essa carteira de investimentos constituiu-se de 723 operações ativas. Do total da carteira contratada, vinculada ao objetivo em análise, foram concluídas 233 operações. Os dados foram retirados do 8º balanço do PAC, de 31 de dezembro de 2018.

Da carteira de obras contratadas desde o lançamento do PAC/UAP (Urbanização de Assentamentos Precários) em 2007, que totalizava 5.407 contratos, foram concluídos, até dezembro de 2018, 2.736 contratos, com investimento de R\$ 7,12 bilhões, que beneficiaram mais de 664 mil famílias, sendo, neste mesmo período, distratados 2.072 contratos.

MINHA CASA MINHA VIDA

A ampliação do acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com o fortalecimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), é outro importante objetivo perseguido no Programa Moradia Digna do PPA 2016-2019.

O PMCMV foi lançado em 2009 e está presente em 5.398 municípios brasileiros. Em 2018, foram contratadas 527.115 em todas as faixas conforme a renda familiar mensal bruta e com condições de financiamento diferenciadas para cada uma delas: faixa 1 (até R\$ 1.800,00); faixa 1,5 (até R\$ 2.600,00); faixa 2 (até R\$ 4.000,00); e faixa 3 (até R\$ 9.000,00).

O Governo Federal, conforme divulgação do programa Agora é Avançar, estabeleceu a meta de contratação de 130 mil unidades habitacionais para o exercício de 2018 nas modalidades que integram a faixa 1 do PMCMV, alterando as metas originalmente previstas na Lei nº 13.587/2018. A revisão não tratou das metas referentes às demais faixas do Programa, razão pela qual a unidade gestora manteve o objetivo de contratação de 325.000 moradias nas faixas de atendimento 1,5 e 2. A faixa 3 de atendimento não recebe recursos de ações orçamentárias.

Foram contratadas, em 2018, 109.654 unidades habitacionais nas modalidades de atendimento que integram a faixa 1 do Programa e 372.520 unidades nas faixas 1,5 e 2, conforme apresentado na tabela abaixo. Os montantes representam o cumprimento de 84% e 115% das metas globais buscadas para o exercício 2018, respectivamente. Ao todo, foram contratadas, no exercício, 527.115 unidades em todas as faixas de atendimento do Programa.

Contratações do PMCMV por faixa de renda e modalidade - 2018

Faixa de Renda	Ação Orçamentária /Modalidade PMCMV	Meta contratação Agora é Avançar	Nº UH	% Meta de contratação Agora é Avançar
Faixa 1	Ação 00AF/ PMCMV – Empresas	70.000	76.555	109%
	Ação 00CY/ PMCMV - Entidades Urbanas	10.000	6.790	68%
	Ação 00CX/ PMCMV - Entidades Rurais	50.000	26.309	53%
Subtotal contratação Faixa 1		130.000	109.654	84%
Faixa 1,5 e 2	Ação 00CW	325.000*	372.520	115%
Faixa 3	Sem ação orçamentária		44.941	--
TOTAL contratação PMCMV 2018			527.115	--

Data de referência: dez/ 2018.

Fonte dos dados: SNH.

* A meta da ação 00CW refere-se à Lei Orçamentária Anual (LOA). Fonte: Ministério das Cidades.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

Este objetivo está vinculado às ações de financiamentos providos por recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), além de programas dos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), no âmbito do Programa Moradia Digna, sujeitos às ações diretas do mercado de financiamento, tanto para pessoas físicas, quanto às empresas da construção civil.

O SFH, conforme Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018 do Banco Central do Brasil (BACEN), destina-se a facilitar e a promover a construção e a aquisição da casa própria ou moradia, especialmente pelas classes de menor renda da população. São integrantes do SFH como agentes financeiros, além das entidades previstas Lei citada, as demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e as entidades fechadas de previdência complementar.

Essa mesma Resolução, estabelece que SBPE tem por finalidade promover o financiamento imobiliário em geral, por meio da captação e do direcionamento dos recursos de depósitos de poupança. São integrantes do SBPE: os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, as caixas econômicas, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo.

Durante o ano de 2018, os agentes financeiros do SFH contrataram 69.815 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do PMCMV, com recursos do FGTS, totalizando investimentos de R\$ 9,6 bilhões. No período 2016 a nov/2018, houve investimentos na ordem de R\$ 18,5 bilhões no âmbito do SFH, o que representa 348.869 operações de crédito imobiliário com as mesmas características citadas.

No SBPE, ao longo do ano de 2018, foram financiados R\$ 49,34 bilhões em crédito imobiliário habitacional, correspondendo a 196.514 unidades habitacionais. De 2016 a nov/2018, foram contratados R\$ 130,76 bilhões na modalidade de financiamento do SBPE, o que corresponde a 534.314 unidades habitacionais.

CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Quanto ao objetivo de fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social, o índice de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) é de 97,23%, que se manteve estável durante o ano de 2018, pois não houve novas adesões no ano de 2018.

Acerca da regularidade dos municípios no SNHIS, apenas 1.300 municípios estavam regulares durante o ano de 2018, havendo um aumento de 0,56% em relação ao ano anterior. Observa-se uma ampliação de 9,13% nos municípios regulares entre o ano de 2015 e 2018.

QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O último objetivo do Programa avaliado pretende elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Nesse sentido, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), instituído em 1998, visa a organizar o setor da construção civil em duas vertentes principais: a melhoria da qualidade do habitat e a modernização produtiva.

O PBQP-H é um programa de adesão voluntária e está estruturado com base na implementação de um conjunto de sistemas:

- Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), que atingiu em 2018 a certificação de 2.068 empresas, as quais foram responsáveis pela execução de, aproximadamente, 3,76 milhões de unidades habitacionais;
- Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), que em 2018 envolveu a participação de, aproximadamente, 450 fabricantes, alcançando um Indicador de Conformidade médio (ICmédio) de 82%, valor muito próximo da meta mobilizadora de 90%;
- Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT), que alcançou em 2018 a publicação de 36 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's), abrangendo 9 soluções inovadoras, induzindo a utilização de tecnologias inovadoras nos empreendimentos do PMCMV.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando as metas do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2016-2019, é possível observar um crescimento de 6% nas contratações do Programa Minha Casa Minha Vida (faixas 1;1,5; 2; e 3), passando de 495.935 unidades habitacionais, em 2017, para 527.115 em 2018. As operações de financiamento habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) evoluíram de R\$ 41,6 bilhões em 2017 para R\$ 49,3 bilhões até novembro 2018. O número dos municípios brasileiros que já haviam realizado sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social se manteve igual ao ano de 2017. A urbanização de assentamentos precários adotou durante o ano de 2018 medidas de gestão para saneamento da carteira. O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), através de seus sistemas SiMaC, SiAC e SiNAT, contribuíram para um aumento da qualidade técnica da construção civil no País.

Em 2019, a perspectiva é ampliar as interfaces com os demais órgãos do Governo Federal e áreas do habitat urbano - saneamento, mobilidade, e infraestrutura urbana; induzir a inclusão de melhorias nas especificações dos programas habitacionais do Governo Federal e estimular o desenvolvimento regional.

PROGRAMA 2053

PETRÓLEO E GÁS

VISÃO CONSOLIDADA DO PROGRAMA

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazos e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento, que é o principal desafio do setor.

Nesse sentido, o Programa 2053 – Petróleo e Gás do PPA 2016-2019 apresenta um desenho voltado às políticas públicas para o segmento de *upstream* de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção, e para o segmento *midstream* de gás natural, que engloba o seu processamento e transporte. Este desenho engloba cinco objetivos e nove metas (vide Tabela 01).

Tabela 01: Objetivos e metas do Programa 2053 – Petróleo e Gás no PPA 2016-2019.

2053 – Petróleo e Gás	
Objetivos	Metas
0053 - Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.	➤ Revisar e atualizar bianualmente o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. ➤ Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. ➤ Propor novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de exploração e produção de petróleo e gás natural. ➤
0057 - Produzir petróleo e gás natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.	➤ Produzir anualmente, em média, 2,5 milhões de barris de petróleo por dia. ➤ Produzir anualmente, em média, 95 milhões de m³ de gás natural por dia.
0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.	➤ Implementar a política para aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. ➤ Elaborar diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.
0529 - Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural,	➤ Publicar revisões do Plano Decenal de Expansão da Malha de

tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural - PEMAT.	Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT) a cada dois anos. ➤ Expandir a oferta interna potencial de gás natural.
1091 - Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.	➤ Implementar cinco instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional.

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás possui correlação direta com a disponibilidade de áreas para realização de exploração e exploração de hidrocarbonetos (ou pesquisa e produção de petróleo e gás natural). Por se tratar de bem estratégico e não renovável, faz-se necessária a busca constante da descoberta de novas reservas, com vistas à manutenção dessas atividades, o que ocorre por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes do Programa de petróleo e gás no âmbito do PPA 2016-2019.

PRINCIPAIS RESULTADOS

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País são de grande importância estratégica, econômica e social, tendo atingido uma produção média diária, em novembro de 2018, de 3,25 milhões de barris de óleo equivalente (boe), o que corresponde a um aumento de 9,4% de nossa produção média em relação àquela de novembro de 2015, que foi de 2,97 milhões de boe/dia. O Plano Decenal de Energia (PDE) 2027 projeta uma produção média diária de 4,0 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em 2026, o que representa um aumento substancial para o período.

Os principais destaques em relação à produção, foram:

- Lula, na Bacia de Santos, foi o que mais produziu petróleo: média de 903 Mbbl/d;
- Lula, na Bacia de Santos, foi o que mais produziu gás natural: média de 38,2 MMm³/d;
- Estreito, na Bacia Potiguar, teve o maior número de poços produtores: 1.113;
- Marlim Sul, na Bacia de Campos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores: 77;
- A Plataforma FPSO Cidade de Maricá, produzindo nos Campo de Lula por meio de 6 poços a ela interligados, produziu 150,6 Mbbl/d e foi a instalação com maior produção de petróleo;
- A instalação Polo Arara, produzindo nos Campos de Arara Azul, Araracanga, Carapanaúba, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 38 poços a ela interligados, produziu 8,2 MMm³/d e foi a instalação com maior produção de Gás Natural;

- Em novembro de 2018, 302 áreas concedidas, uma (1) área de cessão onerosa e três de partilha, operadas por 29 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Destas, 76 são marítimas e 230 terrestres.

No que concerne às atividades exploratórias, em 2018 a ANP registrou o total de 17 notificações de descobertas de hidrocarbonetos, sendo 11 em terra e 6 em mar. No mesmo período, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recebeu 11 declarações de comercialidade, ou seja, notificações escritas do concessionário à ANP declarando a jazida como descoberta comercial na área de concessão. Foram também concluídos 27 poços exploratórios em 2018, sendo 6 em mar e 21 em terra, com destaque para Bacia do Parnaíba, com 10 poços perfurados.

PLANEJAMENTO DO SETOR

O Governo vem trabalhando para a atração de investimentos em nossos setores produtivos, como forma de reduzir o desemprego que assola expressiva parcela da população economicamente ativa, incluindo aí o setor petrolífero, dada sua importância no PIB. Corroborando, nesse sentido, a retomada dos leilões de Petróleo e Gás Natural (P&G) no País, o que demandou esforços para o aperfeiçoamento da legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair mais investimentos para o País. Para tanto, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução CNPE nº 17, de 2017, com a nova Política de Exploração e Produção de P&G. Dessa forma, a ANP atendeu às diretrizes do CNPE e introduziu novidades nas rodadas de licitações realizadas em 2018 como a adoção da fase única de exploração, royalties distintos para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, redução do patrimônio líquido mínimo para não operadores e incentivos para aumentar a participação de fundos de investimentos.

Nas licitações sob o regime de partilha da produção para exploração e produção de petróleo e gás natural no polígono do Pré sal, a empresa ou consórcio vencedor é aquele que oferece a União o maior percentual de excedente em óleo. No regime de partilha da produção o bônus de assinatura é fixo, diferentemente do regime de concessão, que é utilizado como critério julgador de oferta. De acordo com a legislação vigente, a Petrobras tem o direito de preferência para atuar como operadora nos blocos do Pré-sal no certame. Quando a Petrobras manifesta interesse em atuar na condição de operadora, ela deve informar em quais áreas deseja exercer esse direito, indicando sua participação no consórcio, que não poderá ser inferior a 30%.

No regime de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural, que englobam as áreas externas ao polígono do Pré sal, o risco de investir e encontrar – ou não – petróleo ou gás natural é da empresa concessionária, que tem a propriedade de todo o óleo e gás que venha a ser descoberto e produzido na área concedida. Por esse modelo de contrato, a concessionária paga participações governamentais, tais como: bônus de assinatura, pagamento pela ocupação ou retenção de área (no caso dos blocos terrestres), royalties e, em caso de campos de grande produção, a participação especial.

Com a nova Política foi possível estabelecer um planejamento de rodadas até 2021. Em dezembro, o CNPE aprovou as Resoluções nº 17, 18 e 19, que tratam dos leilões de prospectos a serem ofertados no regime de Partilha e Concessão. Tais Resoluções estão em consonância com o plano plurianual de oferta de áreas, dando uma maior previsibilidade para a indústria.

Dessa forma, será realizada a 6ª Rodada de Partilha em 2019, havendo ainda o planejamento da 7ª Rodada, para 2020, e da 8ª Rodada, para 2021. Para a 6ª Rodada foram aprovados pelo CNPE os parâmetros econômicos dos prospectos de Aram, Bumerangue, Cruzeiro do Sul e Sudoeste

de Sagitário, situados na Bacia de Santos e de Norte de Brava, situado na Bacia de Campos. Para a 7ª Rodada de Partilha de Produção estão sendo propostas as áreas denominadas Esmeralda, Ágata e Água Marinha, sendo que as duas primeiras se localizam na Bacia de Santos e a última na Bacia de Campos. Para a 8ª Rodada de Partilha estão sendo propostas as áreas denominadas por Tupinambá, Jade, Ametista, na Bacia de Santos, e Turmalina, na Bacia de Campos.

O calendário de rodadas externas ao polígono do Pré-sal, a serem outorgadas em regime de concessão, prevê a realização das seguintes rodadas até 2021: a 16ª (em 2019), a 17ª (em 2020) e a 18ª (em 2021), além dos blocos relativos ao sistema de Oferta Permanente.

Em relação à elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT), que decorria de determinação constante no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, destaca-se que esse foi alterado pelo o Decreto nº 9.616, de 17 de dezembro de 2018, que eliminou a exigência de publicação do Plano. Dessa forma, o Ministério de Minas e Energia passa a considerar, para proposição de ampliações e expansões de gasodutos de transporte, estudos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOFÍSICOS

Os levantamentos conduzidos pela ANP englobaram a realização de levantamentos sísmicos, perfuração de poços estratigráficos e aerolevantamentos.

Para o ano de 2018, a Agência informou o que se segue.

1. BACIA SEDIMENTAR DO PARNAÍBA

META: Perfurar um poço estratigráfico e realizar a aquisição de 2.000 km lineares de dados sísmicos bidimensionais.

Situação em 31 dezembro de 2018: Os projetos foram cancelados.

A meta inicial prevista para a Bacia do Parnaíba era adquirir 2.000 km de dados sísmicos 2D e perfurar 1 poço estratigráfico. No entanto, esta meta precisou ser revista, tanto a aquisição de dados sísmicos 2D quanto a perfuração do poço estratigráfico, que estava prevista para 2019, foram canceladas e os projetos suspensos.

2. BACIA SEDIMENTAR DOS PARECIS

META: Aquisição de 5.321 km lineares de sísmica 2D e perfuração de 1 poço estratigráfico.

Situação em 31 dezembro de 2018: Projetos concluídos com êxito.

Durante o ano de 2017, foram adquiridos 5.321 km de dados sísmicos. Em 02/01/2018, celebrou-se o Termo Aditivo nº 03/2018 que reduziu em 25% o valor global do contrato. Assim, no final do mês de janeiro, deu-se prosseguimento a avaliação do processamento sísmico de 106.437 pontos de vibração (PV). Os dados brutos e processados foram verificados e aprovados pelo Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) da ANP e o projeto foi encerrado. Com relação ao poço estratigráfico, a perfuração foi realizada em 2016 e o projeto foi concluído.

ZONEAMENTO NACIONAL DOS RECURSOS DE ÓLEO E GÁS

O Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás relativo ao ciclo 2015-2017 foi publicado em dezembro de 2017. Os estudos de atualização relativo ao Ciclo 2018-2020, encontra-se em andamento pela EPE, sob a coordenação do MME e com o apoio da ANP. Serão atualizadas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servem de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e atividades de levantamentos geológicos básicos.

REVITALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM ÁREAS TERRESTRES

Foi criado o Programa para Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE), que tem como principais objetivos revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres em todo o território nacional, estimular o desenvolvimento regional, além de aumentar a competitividade da indústria petrolífera onshore nacional. O relatório que consolida o diagnóstico setorial e contém as principais ações a serem conduzidas foi publicado no site do MME, e foi criado um Comitê Diretivo do Programa REATE (CDR) para acompanhar a implementação dessas ações.

A Petrobras, por motivos diversos, dentre os quais cabe citar a necessidade de reequilíbrio financeiro e o grande potencial petrolífero das descobertas realizadas na última década nos reservatórios Pré-sal das bacias de Campos e Santos, tem concentrado seus recursos técnicos e financeiros no desenvolvimento de campos offshore. Tal situação contribuiu para o declínio da produção nas bacias maduras onshore e ainda para a busca de alienação dos projetos de menor atratividade para a Empresa.

Nesse sentido foi elaborado pela Companhia um plano de desinvestimento de ativos de exploração e produção em terra e no mar, composto por infraestrutura de produção e campos petrolíferos de menor interesse para empresas de maior porte, no entanto de grande importância para as regiões onde eles ocorrem.

O sucesso desse programa de desinvestimento de ativos de exploração e produção de petróleo e gás natural pode contribuir para a atração de investimentos de outras empresas operadoras, criação de emprego nas áreas onde se localizam e arrecadação de participações governamentais pela União e demais entes federados no curto prazo.

Tal ação está alinhada com políticas de governo que objetivam a estimular o desenvolvimento local e regional, geração de empregos e renda, arrecadação de tributos, sendo extremamente significativa para aumentar a competitividade da indústria petrolífera onshore nacional.

Atualmente, a Petrobras, em seu Plano de Desinvestimentos e Parcerias, conta com 35 projetos, no âmbito do Projeto Topázio e Ártico, envolvendo a venda de 136 campos de produção de petróleo, dos quais a maior parte localiza-se em terra (nos Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo).

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O setor tem, em geral, registrado dificuldades para a definição da viabilidade ambiental das áreas para oferta em licitação, onde percebe-se maiores entraves para oferta de áreas fora das

bacias de Campos e Santos. Nas demais bacias, percebe-se dificuldades para oferta e ainda para o licenciamento de atividades de exploração e produção na Bacia do Solimões e também nas bacias da margem equatorial, quais sejam as bacias do Foz do Amazonas, Pará-Maranhão e Barreirinhas, principalmente, além do bloqueio para oferta de áreas em águas rasas em todo o País, ou a distâncias inferiores a 50 km da linha de costa ou de unidades de conservação integral. O tratamento das dificuldades citadas contribuirá para a melhoria do ambiente de confiança e aumento da competitividade da indústria petrolífera no País.

Mesmo com o processo de Avaliação Ambiental de Áreas Sedimentares relativo à Portaria Interministerial nº 198, de 2012, que somente em 2018 iniciou estudos nas bacias do Solimões e de Sergipe-Alagoas/Jacuípe, e a manifestação conjunta entre representantes do MME - ANP e do MMA – Ibama sobre a viabilidade ambiental das áreas a serem ofertadas, não se tem obtido grandes avanços no aumento da previsibilidade do licenciamento ambiental.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Como exposto, em termos de resultados do Programa de Petróleo e Gás, destaca-se a retomada dos leilões de P&G no País, o que demandou esforços para o aperfeiçoamento da legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair mais investimentos para o País. Para tanto, o estabelecimento da nova Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural foi fundamental, com novidades como a adoção da fase única de exploração, royalties distintos para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, redução do patrimônio líquido mínimo para não operadores e incentivos para aumentar a participação de fundos de investimentos. Assim, o sucesso das rodadas realizadas demonstra o acerto das medidas, bem como projeta como alvissareiras as rodadas planejadas até 2021, com a perspectiva de se atrair investimentos para o País com a geração de milhares de empregos.

PROGRAMA 2054

PLANEJAMENTO URBANO

O Programa 2054 - Planejamento Urbano sintetiza as principais ações do governo federal com vistas a dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana. O Programa estrutura-se em três eixos principais: transformações urbanísticas, apoio à implementação de instrumentos e regularização fundiária urbana.

Na área das transformações urbanísticas estruturais, o planejamento urbano visa promover a acessibilidade em áreas urbanas por meio de soluções técnicas e projetos que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de modo a garantir o acesso à cidade por todos, sejam pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Esse objetivo busca fomentar transformações espaciais com foco na urbanização acessível, orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade, que são definidas pelos planos diretores municipais.

A atuação do governo federal com vistas a promover o planejamento, a regulação e a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais, e na articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana. No campo da regularização fundiária urbana, o Programa visa apoiar a implementação de processos de regularização fundiária nos municípios, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e a redução da pobreza urbana. A atuação do Governo Federal neste tema ocorre por meio de três linhas principais: o apoio financeiro para a implantação de medidas técnicas, jurídicas e administrativas de regularização fundiária nos municípios; a capacitação de agentes públicos que atuam na temática; e a elaboração e aperfeiçoamento de legislações e normas relacionadas ao tema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS ESTRUTURAIS E URBANIZAÇÃO ACESSÍVEL

As transformações urbanísticas estruturais e a urbanização acessível, ambas orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade, têm sido o foco das estratégias de qualificação de áreas que requerem a dinamização do uso e ocupação do solo, a melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana, visando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade e possibilitando o acesso à terra urbanizada, segura e bem localizada para todos.

Com esse intuito, o objetivo atuou por meio de duas iniciativas, sendo:

- a primeira o “apoio a estados e municípios para promoção da urbanização acessível”, por meio de ações e intervenções de qualificação de espaços de uso público e eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Esta iniciativa é financiada, atualmente, com recursos oriundos de emendas parlamentares.
- a segunda almeja, com recursos do OGU, prestar assistência técnica e fomento aos municípios para regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Esta iniciativa se relaciona diretamente à meta 03ZO do Objetivo 0322 do Programa, que prevê utilizar R\$ 2 bilhões de recursos do FGTS.

No ano de 2018, em relação à primeira iniciativa citada, com a intenção de apoiar estados e municípios para promoção da urbanização acessível, a SNDU aprovou 515 propostas, das quais 307 foram contratadas, totalizando aproximadamente R\$ 130 milhões.

No que tange à segunda iniciativa, relacionada às Operações Urbanas Consorciadas, no ano de 2018 foram realizadas várias reuniões com a Universidade de Brasília, com a finalidade de contratar um Termo de Execução Descentralizada (TED), o qual tem como objetivo efetuar ações de cooperação técnico-científica, intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério das Cidades (MCIDADES), por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), visando apoiar o desenvolvimento de uma base de conhecimento e experiências sobre Operações Urbanas Consorciadas (OUC) no Brasil.

Ainda em relação à segunda iniciativa, foi criado um Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), instituído por meio da Resolução nº 897 do Conselho Curador do FGTS, em 11 setembro de 2018, dentro da área de aplicação de Infraestrutura Urbana do FGTS, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 28, de 20 de novembro de 2018. O Pró-Cidades tem por objetivo proporcionar aos estados e aos municípios brasileiros condições para formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de perímetro urbano previamente definido e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. O Pró-Cidades vai financiar também ações relacionadas à modernização tecnológica urbana. O orçamento destinado para este programa é de R\$ 4 bilhões, divididos em quatro anos (2019-2022) de execução.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO URBANA SUSTENTÁVEL

A atuação do governo federal com relação a esse objetivo se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais, e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana.

Destaca-se a promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica, realizados pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC. Em 2018 foram realizadas diversas atividades presenciais e de ensino a distância, por meio de sua plataforma virtual, o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br). Nesse sentido, houve a realização de cursos de autoinstrução sobre a implementação de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, como Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e Operações Urbanas Consorciadas (OUC). Também foram publicados cadernos técnicos, produzidos e veiculados vídeos e realizados seminários e cursos presenciais e à distância sobre temas diversos correlatos às políticas urbanas. No ano de 2018, cerca de 45 mil pessoas participaram das atividades do PNCC, tendo sido emitidos cerca de 24 mil certificados.

No âmbito do objetivo, em 2018, foi atualizado o Manual para Apresentação de Propostas no âmbito da ação orçamentária 8874, com vistas à elaboração e revisão de Planos Diretores

Municipais. Foram selecionados e estão em processo de execução dez convênios com essa finalidade, por meio do orçamento impositivo.

Destaca-se a continuidade, em 2018, do Projeto de Cooperação Técnica com a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) denominado Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ANDUS). O projeto, coordenado pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional e com participação do Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo central implementar estratégias coordenadas e articuladas, nas esferas federal, estadual e municipal, para desenvolvimento urbano sustentável, incluindo aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e de gestão urbana, regulação urbanística e de interesse urbanístico. Em 2018, no âmbito do Projeto ANDUS, foram selecionados 5 municípios-piloto (Fortaleza/CE, Eusébio/CE, Tomé-Açu/PA, Hortolândia/SP e Anápolis/GO) para implementação de atividades relacionadas aos objetivos do Projeto.

Também foram contratadas consultorias para i) elaboração de um curso de capacitação e de um Guia de Implementação da Nova Agenda Urbana e ODS na política, planejamento e gestão urbana municipal; ii) elaboração de estratégia de formação e capacitação sobre temas relacionados ao DUS; e iii) Edição de Manual para elaboração de Planos Diretores a partir de novas abordagens temáticas e metodológicas, considerando municípios pequenos, médios e grandes. Os produtos dessas consultorias devem ser finalizados e entregues em 2019.

Com relação ao tema metropolitano, foram contratados, com recursos do BID, estudos relacionados às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Esses estudos devem ser revisados com vistas à organização de uma publicação sobre governança metropolitana. E, no que tange o tema de Expansão Urbana em Áreas de Risco, foi finalizado e publicado em meio digital, em 2018, o Manual Técnico para Redução de Riscos de Desastres Aplicado ao Planejamento Urbano.

Como principais resultados relacionados à elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano destacam-se a proposição da política federal de gestão ambiental urbana e a elaboração de roteiro metodológico de zoneamento ambiental em escala municipal. O objetivo é subsidiar a elaboração, revisão ou implantação de políticas públicas voltadas ao uso e à ocupação do solo, em especial, o Plano Diretor Municipal, agregando o caráter de sustentabilidade do Município. O Zoneamento Ambiental Municipal (ZAM) permite o levantamento dos potenciais ambientais do município com vistas a promover soluções para melhoria da qualidade de vida em seus assentamentos humanos, contribuir para o desenvolvimento econômico municipal, gestão de riscos, incluindo os associados à adaptação e mitigação de mudanças climáticas, sendo enfim, um instrumento com grande potencial para adequar as ferramentas de planejamento e gestão urbana do município aos princípios de sustentabilidade. Para maiores informações: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-urbano/item/15343-zam.html>

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Os trabalhos de elaboração da minuta do Decreto regulamentador da nova Lei de Regularização Fundiária Urbana, concluídos ainda em 2017, resultaram na publicação do Decreto 9.310, em março de 2018. Apesar de se caracterizar como publicação recente, detectou-se a necessidade de se efetuarem adequações ao texto do Decreto. Tais adequações foram desenvolvidas e

propostas pelo Ministério das Cidades ao longo do exercício de 2018, resultando na publicação do Decreto 9.597, no mês de dezembro.

No decorrer do exercício de 2018, o Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, sob coordenação da Casa Civil, trabalhou na elaboração de um Programa Nacional de Regularização Fundiária que viabilize uma atuação em escala no apoio aos municípios e governos de estados. As alternativas de atuação propostas permanecem sob análise da Casa Civil. Além da elaboração das diretrizes do Programa, a atuação relacionada ao Objetivo 0324 direcionou-se, ainda, à administração da carteira de contratos de repasse e termos de execução descentralizada já existentes, bem como a participação em eventos de capacitação e divulgação da nova legislação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Com a reestruturação dos órgãos do governo federal em 2019, a criação do novo Ministério do Desenvolvimento Regional oportunizará maior integração entre as políticas urbanas e regionais. Dessa forma, devem ser reprogramadas algumas atividades relacionadas a esse Programa, de modo a refletir a integração das diversas escalas de planejamento – urbano, metropolitano e regional. A elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) deverá alinhar-se à nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II) e à Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). A criação de um Sistema de Informações Territoriais, previsto em iniciativa do Programa, também poderá integrar informações dessas políticas, dentre outras ações articuladas que poderão ser desenvolvidas.

Está previsto, também para 2019, o fortalecimento das parcerias com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com os representantes nacionais do Smart City World Expo Congress (icities) e com o Governo Alemão, para estruturação de uma agenda de cidades inteligentes no país, com evento programado para ocorrer no mês de março em Curitiba.

Com relação ao apoio à implementação de instrumentos, para 2019, no âmbito do PNCC, além das atividades de capacitação presenciais, será dada ênfase às atividades do Portal Capacidades, com a previsão de veiculação de 50 turmas de 20 cursos a distância, incluindo o lançamento de 3 novos cursos EAD: Licenciamento Integrado para o Desenvolvimento Urbano, Contribuição de Melhoria e Indicadores como instrumento de Avaliação de Políticas Públicas: o Índice de Vulnerabilidade Social, em parceria com o IPEA.

Em relação à elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano há a necessidade de: i) viabilizar a continuação das discussões, bem como a organização dos seminários e, eventualmente, a realização de consulta pública sobre a Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana; ii) angariar recursos e viabilizar estrutura institucional para as ações, a partir de 2019, de implementação de iniciativas-piloto de inserção do roteiro metodológico de zoneamento ambiental em planos diretores de municípios, e de capacitação presencial e em EAD de municípios com população acima de 50 mil habitantes para a aplicação do roteiro metodológico de zoneamento ambiental e dos demais instrumentos de gestão ambiental urbana; iii) transmutar a validada Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana em uma política federal ou nacional, por meio de ação institucional e de cooperação junto a outros ministérios, órgãos e sociedade civil; iv) desenvolver diretrizes, ações e iniciativas relacionadas à Gestão de Áreas Verdes Urbanas através de projetos de recuperação, criação, manejo e conservação de

espaços verdes legalmente protegidos e espaços verdes públicos; v) desenvolver ações e propostas sobre o tema da Infraestrutura Verde Urbana por meio de projetos, com vistas a contribuir com as cidades brasileiras rumo a uma maior sustentabilidade e resiliência, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e NAU (Nova Agenda Urbana); e vi) Promover a elaboração de ações e propostas sobre o tema da Qualidade Ambiental Urbana.

Além disso, deve-se continuar atuando em articulação com os demais órgãos do executivo e do legislativo para aperfeiçoamento das legislações e marcos legais relacionados ao desenvolvimento regional, urbano, metropolitano e ambiental.

Ainda no que se relaciona à integração das políticas urbanas e ambientais, em 2019 haverá continuidade do Projeto “Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Projeto ANDUS)”, resultado de cooperação técnica com a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), com execução dos Termos de Referência contratados e implementação de atividades programadas nos municípios-piloto, que devem resultar em Guias de Revisão de Planos Diretores Municipais à luz das Novas Agendas Internacionais (ODS, NAU, Mudanças Climáticas, Smart Cities) e propostas de revisão de outros instrumentos urbanísticos. Ademais, em 2019 devem ser desenvolvidas, no âmbito do Projeto e das outras atividades da Secretaria, estratégias de planejamento e gestão para regiões metropolitanas.

Encontra-se em curso a formatação de evento junto a entidades metropolitanas, para levantar subsídios à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDUIs). Nesse sentido, estão sendo buscadas informações metropolitanas relevantes para elaboração de termo de referência, objetivando a contratação de estudos para subsidiar metodologicamente a elaboração dos citados PDUIs.

Com relação às transformações urbanísticas estruturais e obras de reabilitação, para o ano de 2019, além de dar continuidade às análises de propostas de elaboração de projetos e execução de obras de reabilitação acessíveis, por meio de emendas parlamentares, pretende-se formalizar, com a Universidade de Brasília, a contratação do Termo de Execução Descentralizada (TED) sobre Operações Urbanas Consorciadas, e divulgar e selecionar propostas que se enquadrem no Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), com o objetivo de utilizar o recurso de R\$ 1 bilhão destinado ao Programa no ano de 2019.

No que tange à regularização fundiária urbana, a partir dos recentes marcos legais, a expectativa em relação à atuação do Governo Federal está relacionada à integração do tema de regularização com as demais políticas setoriais, bem como ao desenvolvimento e ampliação das ações voltadas ao apoio financeiro aos municípios, à apropriação da nova legislação federal pelos atores envolvidos, à ampliação das capacidades locais sob os aspectos legal e institucional, e à ampliação da escala dos processos de regularização fundiária urbana.

Como atividade permanente, paralelamente à atuação nas atividades de regularização fundiária, a expectativa é de que o Governo Federal busque ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, almejando o fortalecimento e articulação interinstitucional, já que a regularização fundiária de núcleos urbanos depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil. Este tipo de atividade visa, além

da cooperação interinstitucional, à regulamentação de procedimentos e dispositivos específicos e à apropriação da nova legislação federal pelos atores envolvidos.

PROGRAMA 2068

SANEAMENTO BÁSICO

A Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu os princípios e as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, tem norteado a atuação da União, em articulação com os estados, os municípios e a iniciativa privada, a fim de viabilizar a universalização dos serviços de saneamento básico no País. Apesar dos grandes desafios ainda existentes para a universalização, observa-se que a cobertura dos serviços tem avançado de forma positiva nos últimos anos.

Conforme preconizado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), as medidas desenvolvidas podem ser classificadas em duas categorias:

- Medidas estruturais, as quais correspondem aos tradicionais investimentos em infraestrutura, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e
- Medidas estruturantes, que se referem ao suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, compreendendo as medidas de aperfeiçoamento da gestão e do planejamento dos serviços de saneamento.

O Plano Plurianual 2016-2019 contemplou as duas categorias de medidas nos três objetivos que constam no Programa 2068 – Saneamento Básico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como resultado, em 2018, destaca-se a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, nas modalidades de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.

Quanto ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério das Cidades, foram concluídos 45 empreendimentos, beneficiando 531 mil famílias. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 139 empreendimentos, e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos dois empreendimentos.

No que se refere ao esgotamento sanitário, pelo Ministério das Cidades, foram concluídos 52 empreendimentos, beneficiando 635 mil famílias. Pela Funasa foram concluídos 73 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos 15 empreendimentos.

Nos tópicos seguintes são apresentados, de forma resumida, os principais resultados do Programa, agrupados por objetivo.

GESTÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O objetivo visa à implementação de medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Nesse sentido, destaca-se o apoio técnico e financeiro dado pelo Governo Federal à elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Em se tratando de pequenos municípios com

menos de 50 mil habitantes, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) celebrou parcerias que resultaram em 403 planos concluídos no período de 2016 a 2018.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) publicada pelo IBGE em 2018, com data de referência 31/12/2017, o percentual de municípios brasileiros que declararam possuir plano de saneamento básico, contemplando os quatro componentes, é de 28,7%, o que corresponde a 1.599 municípios.

Outra medida estruturante do objetivo refere-se ao apoio dado aos municípios para o controle da qualidade da água para consumo humano. Por meio da Funasa, foram atendidos, em 2018, 564 municípios que, somados aos 1.111 do ano de 2017, resulta no total de 1.675 municípios atendidos, ou seja, 83,7% da meta.

Quanto à implementação de programas locais de combate às perdas e ao desperdício de água e o apoio a medidas que contribuam para a redução das perdas no abastecimento de água, deve-se registrar que, em 2018, no âmbito do Ministério das Cidades, foram selecionados 6 empreendimentos dos quais 4 foram contratados. Além disso, foi concluído um empreendimento no município de Campo Grande/MS.

Ainda com relação às medidas estruturantes, deve-se destacar que, em 2018, foram concluídos 54 estudos e projetos com recursos do Ministério das Cidades, os quais beneficiaram 80 municípios no País. Além desses, outros 117 estudos e projetos encontram-se em execução. Cabe ressaltar que alguns contratos beneficiam mais de um município e assim, os 80 municípios beneficiados em 2018, juntamente com os 95 beneficiados até o final de 2017, perfazem um total acumulado de 165 municípios beneficiados, o que corresponde a cerca de 70% da meta.

MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES EM ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em se tratando do objetivo que visa à implementação de medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, o Governo Federal, por meio da Funasa, tem desenvolvido ações visando à implantação, ampliação e/ou melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, bem como melhorias sanitárias domiciliares que têm como público-alvo a população rural dispersa, população rural adensada, população residente em localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos, aldeias e demais agrupamentos populacionais caracterizados como rurais.

Quanto à ampliação do atendimento com abastecimento de água por rede de distribuição ou poço ou nascente com canalização interna registrou-se, em 2018, o atendimento a 6,95 milhões de domicílios rurais. Os domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários somam 3,54 milhões e o número de domicílios rurais com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade são 8,43 milhões.

No que se refere à meta que visa apoiar comunidades rurais e tradicionais com o controle da qualidade da água para consumo humano mediante coletas e análises da água, orientações técnicas e capacitações de operadores de sistemas coletivos ou soluções alternativas de tratamento de água, apoio laboratorial, orientações técnicas e apoio à vigilância, foram

atendidas 987 comunidades que, somadas às 2.004 do ano de 2017, tem-se 2.991 comunidades atendidas, ou seja, aproximadamente 99,7% da meta.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA E DO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

No âmbito do objetivo que visa à implementação de medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, por meio de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observa-se que o Governo Federal tem atuado de forma bastante satisfatória, uma vez que praticamente todas as metas já foram alcançadas ou mesmo superadas.

Nesse contexto, quanto à meta que visa ampliar o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, observou-se o atendimento a 59,07 milhões de domicílios ante o previsto de 58,6 milhões de domicílios. No âmbito do Ministério das Cidades foram concluídos 45 empreendimentos e se encontram em andamento outros 282 empreendimentos que totalizam R\$ 11,57 bilhões, sendo 164 com recursos extraorçamentários e 118 com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Quanto às ações da Funasa, foram concluídos 139 empreendimentos de sistemas de abastecimento de água e estão em andamento 644. Pela Codevasf, foram concluídos dois empreendimentos e encontram-se em execução seis outros empreendimentos.

Já o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários atingiu 53,33 milhões de domicílios ante o previsto de 49,6 milhões de domicílios. Em 2018, pelo Ministério das Cidades, foram concluídos 52 empreendimentos de esgotamento sanitário e outros 392 estão em andamento, sendo 155 com recursos do OGU, no montante de R\$ 5,65 bilhões, e 237 com recursos extraorçamentários, no valor global de R\$ 9,86 bilhões. Pela Funasa, foram concluídos 73 empreendimentos de sistemas de esgotamento sanitário e estão em andamento 478 empreendimentos que totalizam R\$ 2,34 bilhões. Além disso, foram iniciados outros 37 empreendimentos. Pela Codevasf, foram concluídos 15 empreendimentos e outros 27 se encontram em execução com valor estimado de investimento de R\$ 362,0 milhões.

Cabe registrar, por fim, que a meta de ampliação do volume anual de esgoto tratado registrou, em 2018, o valor de 5,04 bilhões de m³, que é superior à meta de 4,8 bilhões de m³ estabelecida para o período do PPA 2016-2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao Programa Saneamento Básico, observa-se que os resultados são bastante satisfatórios, em especial quanto ao atingimento das metas de medidas estruturais nas modalidades de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ressalte-se que, considerando os desafios prementes do setor, deve-se buscar sempre o alinhamento com as metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Diante dos desafios da universalização dos serviços de saneamento, merece destaque a iniciativa do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FEP, com o objetivo de prover assessoramento técnico e financeiro aos municípios para estruturação de projetos de concessões. Administrado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a finalidade do

fundo é colaborar com os municípios para viabilizar a realização de concessões e estimular a disseminação de parcerias com o setor privado.

PROGRAMA 2086

TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

O Programa Transporte Aquaviário foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços relacionados a esse tipo de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas hidroviárias e dos portos organizados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito da indústria naval, destaca-se que o Departamento de Marinha Mercante vem realizando esforços para viabilizar novas contratações de embarcações. No ano de 2018, foram concluídos 54 projetos de embarcações, divididos da seguinte forma: construção de três embarcações de apoio à navegação, sete de apoio offshore, seis de cabotagem e 31 de carga interior; além da manutenção de duas embarcações de apoio portuário e cinco de apoio offshore. Permaneciam, até o fim de 2018, na carteira de projetos contratados do Fundo da Marinha Mercante – FMM, 128 projetos de embarcações e seis de estaleiros. As contratações de novos projetos em 2018 alcançaram o valor de R\$ 1,42 bilhão. O volume de recursos originados no FMM e repassados aos tomadores dos empréstimos totalizou, até o momento (2016 a 2018), aproximadamente R\$ 7,80 bilhões.

Foi dada continuidade aos empreendimentos na hidrovia do Rio Tietê, sendo que foram executados 20% das obras de derrocamento em Nova Avanhandava/SP e o Canal de Ibitinga está em fase de emissão de ordem de serviço.

No setor portuário, houve celebração do Contrato de Arrendamento no Porto de Santarém/PA, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 18,87 milhões. Ademais, foram assinados 15 Contratos de Adesão nos Estados de Amazonas, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pará, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Maranhão, com aporte previsto de investimentos de cerca de R\$ 5,48 bilhões.

A ampliação prevista da infraestrutura portuária mediante incremento de capacidade desses terminais autorizados será da ordem de 71,56 milhões de toneladas anuais. Houve também execução e conclusão de obras de dragagem de grande relevância, como os portos de Itajaí, Maceió, Fortaleza e Paranaguá, que contribuem para entrada de navios de maior calado

No que se refere ao sistema Porto Sem Papel, em 2018, destaca-se a implantação em 75 Terminais de Uso Privado – TUP, totalizando até agora 82 TUPs com o este sistema implantado.

MELHORIA DA NAVEGABILIDADE E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DE PEQUENO PORTE

Atualmente, as ações mais avançadas são a obra do derrocamento em Nova Avanhandava, cuja execução acumula um percentual de 20%, e o Canal de Ibitinga, cuja licitação já foi finalizada e aguarda emissão de ordem de serviço pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo – DH/SP para o início dos trabalhos. Nos anos anteriores, foram concluídas as obras de Ayrosa Galvão e Rodovia SP-595, estando as demais ações aguardando a finalização dos projetos. Na hidrovia do Paraná, as intervenções de melhorias em pontes e acesso às eclusas ainda depende da elaboração de projetos para sua implementação. Da mesma forma, as intervenções previstas nas eclusas da hidrovia do Sul aguardam a elaboração de projetos. Nesta hidrovia, o projeto de dragagem da Lagoa Mirim já foi finalizado e encontra-se em fase de ações preparatórias para sua contratação. Foram concluídas as quatro instalações públicas de pequeno porte que estavam previstas no Objetivo 0234 (Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte), em Parintins, Humaitá, Manacapuru e Beruri.

CORREDORES HIDROVIÁRIOS E NOVAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE PEQUENO PORTE

Com o Objetivo de Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte, em 2018, foram concluídas duas das 23 Instalações Portuárias Públicas previstas para implantação neste PPA, uma em Itacoatiara e outra em São Miguel do Guamá, ambas na região Norte do País.

As contratações das obras de construção das eclusas de Marabá e São Luiz do Tapajós só poderão ser realizadas após a implantação das respectivas Usinas Hidrelétricas.

FROTA MERCANTE BRASILEIRA DE LONGO CURSO

No ano de 2018, foram concluídos 54 projetos de embarcações, divididos da seguinte forma: construção de três embarcações de apoio à navegação, sete de apoio offshore, seis de cabotagem e 31 de carga interior; além da manutenção de duas embarcações de apoio portuário e cinco de apoio offshore. Ao fim de 2018, permaneciam na carteira de projetos contratados do FMM 128 projetos de embarcações e seis de estaleiros. As contratações de novos projetos, em 2018, alcançaram o valor de R\$ 1,42 bilhão. No acumulado dos anos de 2016 a 2018, foram concluídos um total de 257 projetos, sendo 12 de cabotagem, 13 de apoio à navegação, 51 de apoio offshore, 179 de navegação interior e dois de estaleiros. O volume de recursos originados no FMM e repassados aos tomadores dos empréstimos foi de R\$ 2,83 bilhões (2016), de R\$ 2,33 bilhões (2017) e R\$ 2,64 bilhões (2018), totalizando aproximadamente R\$ 7,80 bilhões em repasses à indústria naval brasileira no período acumulado (2016 a 2018).

MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Em 2018, foram realizados os serviços de operação e manutenção da eclusa de Sobradinho, no rio São Francisco e da eclusa de Tucuruí, no rio Tocantins, perfazendo, no período acumulado (2016 a 2018), a manutenção de seis corredores hidroviários dentre os sete previstos para este PPA. Foram mantidas atividades de manutenção da sinalização das hidrovias São Francisco, Paraguai, Paraná e Sul. As demais dependem da conclusão de estudos e projetos. Foram, também, operadas e mantidas as 40 instalações portuárias.

ADEQUAÇÃO DA CAPACIDADE PORTUÁRIA

No exercício de 2018, foram concluídas obras de dragagem nos Portos de Itajaí, Maceió, Fortaleza e Paranaguá, sendo uma obra para manutenção e três para aprofundamento, que contribuem para a entrada de navios de maior calado nos portos e, portanto, ampliam a capacidade instalada e os serviços oferecidos aos usuários. Além disso, foram entregues duas importantes obras em Infraestrutura Terrestre nos Portos de Fortaleza e Santos.

Também foi celebrado o Contrato de Arrendamento no Porto de Santarém/PA, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 18,9 milhões para alcançar uma capacidade de 41,0 mil T/ano. O terminal em comento se dedicará à movimentação de grãos líquidos combustíveis. Entre os investimentos previstos, tem-se, principalmente, a construção de tancagem com capacidade de 1.600 m³.

GOVERNANÇA E GESTÃO DO SETOR PORTUÁRIO

Dando continuidade à revisão do planejamento do setor e visando obter um modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis, menos dependentes de fundos externos e mais autônomos, em atendimento à Lei 12.815/2013, à Lei 13.303/2016 e ao decreto 8.945/2016, está sendo elaborado o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada.

Fazem parte do conjunto de planejamento do setor portuário nacional: o Plano Mestre, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Plano Geral de Outorgas (PGO). Todos os instrumentos estão conectados e passam a formar um conjunto funcional.

Com os elementos de planejamento citados, somados ao artigo 3º e, principalmente, ao artigo 64 da Lei 12.815/2013, tem ocorrido um crescente e importante ganho para as Autoridades Portuárias e para a União, que passaram a registrar suas demandas e os resultados relativos aos planos estratégicos das Autoridades Portuárias e da União.

A gestão por resultados vem sendo aprimorada por meio dos programas de Participação dos empregados nos Lucros – PLR, Remuneração Variável Anual – RVA dos administradores/diretores (bonificação anual) e Honorário Variável Mensal – HVM (remuneração variável em função do desempenho dos administradores/diretores), sendo que os indicadores de desempenho e suas metas passaram a ser formatados conforme os mesmos indicadores do Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP, garantindo uma maior integração entre os diversos mecanismos de monitoramento e controle dos projetos e desempenhos das Autoridades Portuárias. Tais ações resultaram em maior economia e melhor desempenho financeiro por parte das Autoridades Portuárias.

LOGÍSTICA PORTUÁRIA

A melhoria da produtividade do nível de serviço dos fluxos logísticos do sistema portuário baseia-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, por exemplo, a implantação do Porto Sem Papel – PSP, que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, que concentra as informações de diversas áreas de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto virá a integrar, também, as informações de outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System – VTMISS* (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

Em 2018, houve expansão da implantação do sistema Porto Sem Papel em 75 Terminais de Uso Privado – TPU. Nos sistemas de logística portuária, também foram observados avanços na implantação do sistema Portolog, já em operação nos Portos de Santos e Vitória, bem como sua integração com as infraestruturas da Cadeia Logística Portuária Inteligente, em conclusão no Porto de Vitória.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Concernente à sustentabilidade ambiental, no exercício de 2018, houve o acompanhamento à efetividade dos licenciamentos ambientais das obras portuárias, bem como a regularização ambiental dos portos públicos. Além disso, dentre outras atividades, realizou-se apoio técnico e articulações institucionais no sentido de garantir a melhoria da gestão ambiental nos portos organizados.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em linhas gerais, os objetivos e metas propostos no PPA 2016-2019, no programa Transporte Aquaviário, encontram-se com andamento de acordo com o planejado, sendo que algumas das metas previstas para serem atingidas em 2019 já foram alcançadas. É o caso de metas relativas à ampliação da capacidade e da cobertura da rede de transporte hidroviário por meio da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte (IP4).

Além disso, as medidas necessárias para o atingimento das demais metas estão sendo adotadas. Nesse sentido, pode-se citar, por exemplo, a meta 0497 - Executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais, que obteve um avanço significativo em 2018, com quatro portos tendo suas obras concluídas, correspondendo a 33% do atingimento total da meta em um único ano.

PROGRAMA 2087

TRANSPORTE TERRESTRE

O Programa de Transporte Terrestre foi organizado com a finalidade de fazer frente aos principais desafios enfrentados pelo setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: a cobertura da malha, a capacidade das rodovias e ferrovias, a eficiência e a segurança do transporte terrestre.

A extensão da malha rodoviária pavimentada sob administração federal no Brasil, atualmente, é de 53,6 mil km de rodovias, de um total de aproximadamente 120 mil quilômetros, entre planejadas, não pavimentadas e pavimentadas. No modo ferroviário, a extensão da malha em operação no Brasil é de 29.075 km, sendo a densidade da malha de 3,41 km de ferrovias em operação por 1.000 km². O grande desafio de médio e longo prazo é ampliar a cobertura dos modais ferroviários e rodoviários para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros.

Quanto à eficiência do transporte, no modal ferroviário, a velocidade média de percurso dos trens tem buscado se adequar aos desempenhos internacionais. No rodoviário, está prevista a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária e a implantação de sinalização também em 100% das rodovias sob a administração federal. Isso representa um marco importante para o setor, contribuindo para melhorar a eficiência e consequentemente a segurança, refletindo na diminuição do número de acidentes nas rodovias federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Dentre os principais resultados de 2018, destaca-se a redução significativa no número de acidentes nas rodovias federais que caiu de 181.272 registros em 2014 para 62.834 em 2018. As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, juntamente com às ações de adequação, sinalização e manutenção permanente da malha e os 2.563 equipamentos de controle de velocidade instalados em pontos críticos foram fundamentais para a redução do número de acidentes.

O Índice de Condição de Manutenção – ICM, ferramenta que visa aumentar a eficiência na gestão da malha rodoviária federal e o resultado que avaliou mais de 52 mil quilômetros de rodovias, mostrou que 50,5% das rodovias federais estão em bom estado de manutenção. A Carga transportada pelo modal ferroviário vem aumentando significativamente, saltando de um patamar de 375.239 TKU em 2017 para 407.299 TKU em 2018.

CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS REGULADOS

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados. Tanto as concessões como a fiscalização estão alinhadas ao princípio da economicidade (Artigo 70 da Constituição Federal - CF/88) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário no país.

Foi lançado em julho de 2018 o edital para concessão do trecho rodoviário das BR-101/290/386/448/RS, Rodovia de Integração do Sul – RIS. O leilão deste trecho foi realizado em 1º de novembro de 2018 e a assinatura do Contrato será realizada em janeiro de 2019.

Com relação à duplicação das rodovias concedidas, foram duplicadas em 2018, 63,03 km na Região Centro-Oeste e 7,58 km na Sudeste, totalizando 70,61 km.

Atualmente, existem 55 pontos de fiscalização eletrônica que possuem equipamento com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares. O sistema também possui antenas de captação RFID (*Radio Frequency Identification* – Identificação por Rádio Frequência) para identificação redundante dos veículos comerciais, com obrigatoriedade de taguemento.

O Canal Verde Brasil, por meio de sistemas de fiscalização eletrônica, efetuou, até dezembro/2018, um total de 61.000.000 registros de passagem de veículos, proporcionando 89.556 sugestões de autuação. O mesmo contribui significativamente para fiscalização dos serviços de transporte regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Além disso, esse sistema está sendo utilizado pelas secretarias estaduais de fazenda com o intuito de combater a sonegação fiscal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados – ONE.

Com relação aos benefícios gerados pelo projeto ao transporte rodoviário, destacamos a redução do Custo Brasil, a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala decorrente da ininterrupção da viagem para procedimentos gerais de fiscalização do veículo, não somente de transporte, mas de trânsito e tributária. O sistema também é utilizado para evitar filas no Porto de Santos, verificando os veículos que ainda não tem agendamento e levantando ações para mitigar os problemas gerados pelo excesso de fluxo.

DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS E CONSTRUÇÃO DE TERCEIRAS FAIXAS

O Governo Federal tem buscado priorizar os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional.

O processo de adequação de capacidade refere-se à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, visando atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão da produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação, foram executados em 2018 um total de 129,39 Km referentes à adequação de rodovias.

CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS, ANÉIS E TRAVESSIAS URBANAS RODOVIÁRIAS

Este objetivo visa contribuir para desviar o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional e pela implementação de travessias urbanas que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos nesta categoria em andamento em 2018, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. Em 2018, o empreendimento alcançou o percentual de 85% de conclusão.

CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

O Governo Federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede de transportes, reduzindo os custos e trazendo conforto e bem-estar à população. As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, promover o desenvolvimento econômico e reduzir o número de acidentes na malha rodoviária federal do Brasil. Em busca de alcançar esse objetivo, em 2018, foram construídos ou implantados 330,17 Km de trecho rodoviário, perfazendo um total de 668,61 Km no período de 2016 a 2018.

EXPANSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA FEDERAL

Para promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, foi dado prosseguimento, em 2018, nas seguintes ferrovias: na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul foram executados 0,1% de infraestrutura, 0,4% de superestrutura e 0,5% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 97,6% de infraestrutura, 89,2% de superestrutura e 93,2% de obras de arte especiais. Com relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, prossegue a implantação do trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA (FIOL I) com as seguintes execuções: 2,2% de infraestrutura, 2,5% de superestrutura e 7,2% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 83,5% de infraestrutura, 72,5% de superestrutura e 88,7% de obras de arte especiais. No que se refere ao trecho Caetité/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 7,2% de infraestrutura, 3,2% de superestrutura e 10,2% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 28,8% de infraestrutura, 14,2% de superestrutura e 43,7% de obras de arte especiais.

Também foi dada continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes ferroviário em 2018, com o lançamento do Edital de Leilão que visa Subconceder 1.537,0 km da ferrovia Norte Sul, que ligará Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, integrando uma conexão entre os portos de Itaqui/MA e Santos/SP. O valor mínimo de outorga (valor que a empresa vencedora deverá pagar à União) é de R\$ 1,353 bilhão. O governo ainda prevê investimentos de R\$ 2,8 bilhões durante o período concedido. O novo concessionário será responsável por explorar e prestar o serviço público de transporte ferroviário, além de garantir a manutenção e conservação da infraestrutura durante 30 anos.

ORDENAÇÃO DO TRÁFEGO NOS PERÍMETROS URBANOS

O Governo Federal tem buscado ordenar o tráfego nos perímetros urbanos por meio de construção de contornos, de anéis e de variantes ferroviários, além de outras intervenções. A meta do objetivo é realizar 03 adequações ferroviárias em perímetro urbano, sendo elas: Adequação de Barra Mansa/RJ, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Juiz de Fora/MG.

O empreendimento de Barra Mansa/RJ está em fase de contratação da obra das unidades habitacionais para conclusão das desapropriações pendentes. O empreendimento de Juiz de Fora/MG está com obras em andamento no ritmo planejado. A revisão do projeto executivo do empreendimento de São Carlos/SP foi concluída e encontra-se em análise, para posterior aprovação e licitação da obra.

CONTROLE E MANUTENÇÃO PERMANENTE DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL NÃO CONCEDIDA

A manutenção, a sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha rodoviária federal abrangem diversas operações que asseguram melhores condições de trafegabilidade,

segurança e conforto aos usuários, com consequente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

Com relação à meta de implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso foram reativados quatro Postos de Pesagem de Veículos nos municípios de Formosa/GO, Feira de Santana/BA, Pocinhos/PB e Araranguá/SC, que iniciaram a fiscalização do excesso de peso por verificação de nota fiscal. Além disso, estão em operação 25 Unidades Móveis Operacionais (Estática ou Dinâmica), nas seguintes regiões: Centro-Oeste (cinco); Nordeste (três); Norte (seis); Sudeste (oito) e Sul (três).

Estão em operação 2.563 equipamentos de controle de velocidade nos pontos críticos, o que refletiu na redução do índice de acidentes nas rodovias federais. A meta foi superada em 2,52%, com 63 equipamentos além da previsão.

O Programa BR-LEGAL consiste em implantar e manter as sinalizações horizontal e vertical, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços de engenharia de trânsito nas rodovias federais. Em 2018 houve um acréscimo de 12% no percentual de execução da meta em relação ao ano anterior, atingindo um percentual de 81% de cobertura da malha. Ademais, foram iniciados serviços de sinalização horizontal em aproximadamente 7.287 km e de sinalização vertical em cerca de 8.300 km, além da implantação de dispositivos de segurança em 4.904 km.

Foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto, estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional - a contratos de até cinco anos - CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Por meio da contratação com maior prazo de vigência, o objetivo é que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia, reduzindo a frequência das interdições dos trechos para a realização de reparos. A cobertura contratual em rodovias pavimentadas e sem pavimentação passou de 88,6%, em 2017, para 89,5% em 2018, representando um aumento percentual de cobertura de 0,9%.

MANUTENÇÃO E CONCESSÃO DE FERROVIAS FEDERAIS

O objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio.

Foi mantido em 2018, o avanço das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, em toda a extensão do Tramo Central da Ferrovia Norte Sul, englobando de Anápolis/GO a Porto Nacional/TO e a continuidade das atividades elencadas em 2016 quando se iniciaram as atividades de manutenção de todo o trecho.

Em 2018, o Governo Federal realizou duas audiências públicas visando colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas. Enviou também, os estudos que tratam do pedido de prorrogação da Concessionária Rumo Malha Paulista ao Tribunal de Contas da União. Os pedidos de prorrogação antecipados visam aumentar os investimentos nas malhas existentes, e ainda ampliar a oferta dos serviços aos usuários.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

De um modo geral, os objetivos e metas propostos para o Programa 2087 - Transporte Terrestre se encontram com andamento de acordo com o planejado. As metas ainda não alcançadas estão com perspectivas de serem realizadas até o encerramento deste PPA.

Estão previstas novas concessões dos trechos: BR-364/365/GO/MG e BR-101/SC. Além disso, estão sendo realizados os estudos necessários para realizar a concessão das rodovias BR-153/282/470/SC, BR-280/SC e BR-476/153/282/480/SC/PR. Em conjunto, esses projetos totalizam aproximadamente 5,0 mil km de novas rodovias concedidas, com investimentos da ordem de R\$ 51,0 bilhões.

Ademais, os novos projetos de concessão das BR-116/RJ/SP (atual concessão Nova Dutra), BR-116/RJ (atual concessão CRT) e BR-040/MG/RJ (atual concessão Concer), cujos contratos vigentes têm previsão de encerramento em março de 2021, estão em fase de estruturação. Essas três concessões totalizam 1,5 mil km de rodovias, com investimentos estimados em R\$ 20,0 bilhões.

No que se refere a ferrovias, o trecho com extensão de 1.537 km da ferrovia Norte-Sul, que vai de Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, integrando uma conexão entre os portos de Itaqui/MA e Santos/SP, foi concedido em março de 2019 pelo valor de R\$ 2,719 bilhões. Com o resultado, o consórcio vencedor terá de investir R\$ 2,8 bilhões na ferrovia durante o período concedido. O novo concessionário será responsável por explorar e prestar o serviço público de transporte ferroviário, além de garantir a manutenção e conservação da infraestrutura durante 30 anos.

Duas outras grandes concessões devem ser realizadas ainda em 2019 ou até o início de 2020: a Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, de Caetité ao Porto de Ilhéus, na Bahia, com extensão de 537,2 km; e a Ferrogrão, de Sinop/MT ao Porto de Miritituba/PA, com extensão de 1.142 km. Além disso, o Governo Federal pretende promover o processo de prorrogação antecipada dos contratos de concessão, o que poderá contribuir para incrementar o investimentos na infraestrutura ferroviária concedida em cerca de R\$ 16,0 bilhões.

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Programas Temáticos

Agropecuária Sustentável

Ciência, Tecnologia e Inovação

Comércio Exterior

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Defesa Agropecuária

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Mudança do Clima

Pesca e Aquicultura

Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Qualidade Ambiental

Recursos Hídricos

Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

PROGRAMA 2077

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

O Programa Agropecuária Sustentável do PPA 2016/2019 visa: a promoção do desenvolvimento rural sustentável com o aumento da produção e da produtividade agropecuária; a ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras; o combate à pobreza e a redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade; e a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

O programa busca estimular o produtor rural a desenvolver uma atividade agropecuária mais sustentável e resiliente às adversidades por intermédio da transferência de tecnologia, da assistência técnica e extensão rural, da organização da produção, da modernização dos sistemas produtivos, da agregação de valor e qualidade aos produtos agropecuários, da disponibilização do crédito rural, do provimento do seguro rural e do estabelecimento do zoneamento agrícola.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em que pese uma redução de 2,1% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2018, estimado em R\$ 569,84 bilhões, a agropecuária continua sendo o setor da economia brasileira que mais cresce nos últimos anos. Em 2018 foram produzidas 227,7 milhões de toneladas de grãos, e os preços de mercado para quase todos os produtos agrícolas estiveram em nível maior do que os preços mínimos praticados.

A evolução contínua de técnicas de previsão de tempo e clima permitiu que se classificassem e divulgassem os riscos meteorológicos sobre o território brasileiro. Esta informação é disponibilizada para a Defesa Civil e aos produtores rurais pelo uso da comunicação digital, baseada na Internet e demais mídias de mobile.

A seguir, apresentam-se os avanços nas principais metas do Programa, organizadas por objetivos.

PROJETOS DE IRRIGAÇÃO (PÚBLICOS e PRIVADOS)

A revitalização das infraestruturas de irrigação em projetos públicos de irrigação - PPIs continuou obtendo avanços no ano de 2018, referente aos projetos da Codevasf, com investimentos na ordem de 27,74 milhões de reais. Esses investimentos contribuem para a manutenção e aumento da área cultivada nos PPIs, a qual passou de 130.350 ha em 2016 para 140.590 ha em 2017. Apesar disso, houve uma redução da renda gerada em projetos públicos de irrigação, de R\$ 27.778,27/ha em 2016 para 22.467,50 no ano de 2017

Os valores da área irrigada e do valor bruto de produção referentes ao ano de 2018 estão na fase de atualização e devem ser publicados até meados de julho de 2019.

Como incentivos para expansão da área irrigada no País por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), em 2018 foram aprovados oito

projetos de irrigação correspondendo a uma área de 9.548 ha, com desoneração no valor total de R\$ 11.860.409,56.

AGRICULTURA IRRIGADA

As ações de fomento à agricultura irrigada de iniciativa privada incluem a promoção de capacitações, o financiamento à infraestrutura de irrigação e o apoio à pesquisa, dentre outras. Em 2018, verificou-se um aumento estimado de 131 mil hectares de área irrigada pela iniciativa privada, totalizando 555,5 mil hectares no triênio 2016/2017/2018.

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO E CLIMÁTICO

Foi dada continuidade à implementação de atividades de ampliação das áreas sob monitoramento meteorológico e agrometeorológico, bem como do acesso público às informações meteorológicas e climáticas. Buscou-se igualmente aperfeiçoar a orientação às ações de mitigação do risco agrícola climático, de salvaguarda da vida e de uso de informações meteorológicas e climáticas no apoio à tomada de decisão, tanto pelo produtor rural quanto por gestores de políticas governamentais. O adensamento da rede de observação de superfície, o aperfeiçoamento contínuo dos modelos numéricos de tempo e a incorporação de milhões de informações aos seus bancos de dados meteorológicos, ampliaram a capacidade de monitoramento dos fenômenos meteorológicos. A rede de estações automáticas foi ampliada em 12 unidades, levando-se em consideração as instaladas e desativadas no período. Em 2018, 12,5 milhões de acessos ao Portal do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) foram realizados, o que demonstra a importância das informações disponibilizadas para a sociedade.

MECANISMOS DE GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS PARA AGROPECUÁRIA

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) empregou, em 2018, R\$ 370,6 milhões, beneficiando cerca de 42 mil produtores e atingido uma cobertura securitária de 4,7 milhões de hectares, ou seja, aproximadamente 6% da área plantada com lavouras, com destaque para as culturas de soja, milho, maçã, trigo e uva. Ainda em 2018, atualizou-se no Portal MAPA o relatório sobre indenizações pagas no âmbito do PSR. Este relatório passa a conter informações detalhadas sobre as indenizações concedidas aos produtores ao longo do período 2006-2017, bem como uma análise dos indicadores de sinistralidade para o PSR e para regiões e atividades de relevância dentro do programa.

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) tem por objetivo minimizar a exposição do produtor ao risco climático, reduzindo as perdas decorrentes de eventos adversos. As portarias do ZARC identificam os municípios aptos ao plantio, as cultivares indicadas por região de adaptação e seus respectivos períodos de semeadura. Em 2018 foram publicadas 302 Portarias, contemplando culturas de ciclo anual e perene. A adequação às normas do ZARC constitui exigência para o acesso do produtor rural às políticas de crédito rural, ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e ao PSR.

CRÉDITO RURAL E OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

O principal instrumento de política agrícola é o crédito rural, que tem por objetivos o aumento da produção e da produtividade, a adoção de sistemas produtivos sustentáveis e o fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário. Para tanto, disponibiliza-se linhas de crédito de custeio,

comercialização e industrialização da safra, assim como de investimento para a modernização da infraestrutura produtiva. Em 2018, foram aplicados R\$ 156,89 bilhões no crédito rural, o que representa um crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior. Quanto à finalidade, foram aplicados R\$ 86,25 bilhões em custeio, R\$ 33,99 bilhões em investimento, R\$ 29,68 bilhões para a comercialização e R\$ 6,99 bilhões para industrialização.

No Plano Safra 2018/2019, referente ao período de julho de 2018 a junho de 2019, foi prevista a disponibilização de R\$ 190,8 bilhões para a agricultura empresarial, valor 1,32% superior à safra anterior. O volume de crédito destinado ao custeio e comercialização para a agricultura empresarial na safra 2018/2019 é de R\$ 151,10 bilhões, valor praticamente estável em relação à safra anterior. Já o montante destinado ao investimento foi de R\$ 39,78 bilhões, um incremento de 4,3% em relação à safra anterior. As taxas de juros de custeio foram reduzidas para 6% a.a. (ao ano) para os médios produtores (com renda bruta anual de até R\$ 2 milhões) e para 7% a.a. para os demais. As taxas para os financiamentos de investimento ficaram entre 5,25% a.a. e 7,5% a.a.

CAFEICULTURA SUSTENTÁVEL

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo. Com base nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Censo Agropecuário 2017, o país possui cerca de 308 mil estabelecimentos rurais que produzem café. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab; 4º Levantamento da Safra 2018), a produção de café na safra 2018 foi de 61,7 milhões de sacas beneficiadas, um crescimento de 37% em relação ao ano anterior, constituindo-se na maior colheita registrada na série histórica do grão, superando em cerca de 10 milhões de sacas o melhor desempenho registrado anteriormente (em 2016).

Nos últimos três anos, disponibilizou-se à cadeia café cerca de 14,4 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), para financiamentos das atividades de custeio, estocagem, comercialização e capital de giro para indústrias de café solúvel, torrefação e cooperativas. Estas linhas de crédito, acessadas por meio de 30 instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito), beneficiaram neste período 7.500 cafeicultores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores de café.

AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO (Plano ABC)

Foram estabelecidos 26 planos estaduais de agricultura de baixa emissão de carbono (o estado de Roraima é o único que ainda não tem seu plano). Até 2018 foram capacitadas mais de 57.000 produtores, agentes de assistência técnica e extensão rural, pesquisadores, estudantes e profissionais do sistema bancário. A implantação de unidades de teste e demonstração (UTD), ou unidades de referência tecnológica (URT), alcançou a marca de mais de 944 unidades, sendo que o Plano ABC previa a implantação de somente 175 URT e a manutenção de 250 unidades para ILPF (integração lavoura-pecuária-floresta). Essas unidades são instrumentos vitais para ampliar a difusão do Plano ABC em todo o Brasil, por meio de ações de transferência de tecnologia, como dias de campo, aulas práticas e outras. O Plano ABC já investiu no campo cerca de R\$ 17,3 bilhões de reais, nos mais de 34 mil contratos firmados com produtores rurais para implementação das tecnologias ABC, totalizando uma área superior a 9,22 milhões de hectares em 2.886 municípios (52% dos municípios do país). No mais, a aplicação das tecnologias no âmbito do Plano ABC, contribuiu na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) na ordem de 100,21 a 154,38 milhões Mg CO₂ eq. Estes valores representam entre 68% e 105%

(dependendo dos coeficientes de mitigação utilizados) das metas de mitigação das emissões de GEE compromissadas no Plano ABC até 2020.

PRODUÇÃO DE BIOMASSA AGROPECUÁRIA

O setor de florestas plantadas foi o terceiro maior exportador da balança comercial do agronegócio, atrás apenas do complexo soja e das carnes. O setor de madeira teve destaque na exportação, principalmente para o mercado norte americano, assim como a celulose para a Ásia. Houve retomada de preço do eucalipto, principalmente em função da demanda pela siderurgia em Minas Gerais.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL

Em 2018, devido à execução de parcerias institucionais (convênios e termos de execução descentralizada), assim como do desenvolvimento dos Programas CooperGênero e AgroJovem Empreendedor, promoveu-se a capacitação profissional de 7.000 dirigentes e empregados em gestão de cooperativas e associações rurais, e a capacitação em organização da base produtiva e gestão da propriedade rural de 9.000 associados e não associados de cooperativas e associações rurais.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

No período de 2016 a dezembro de 2018 foi promovida a implantação de 14 dos 15 projetos estaduais. Esses projetos visam estabelecer ações teórico-práticas que venham a estimular o produtor a utilizar os sistemas conservacionistas de solo e água.

PROMOÇÃO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

O Programa Pro-Orgânico visa apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica, promovendo o desenvolvimento, a capacitação, a adequação de marcos regulatórios e o fomento à produção e comercialização de produtos orgânicos.

Em 2018, foram priorizadas as ações de controle, fiscalização e auditoria do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, tendo sido controladas 20.064 unidades de produção orgânica e registrados 17.473 produtores orgânicos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, representando um incremento de 10% e 0,12%, respectivamente, em relação a 2017.

ARMAZENAMENTO E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

O Governo Federal dispõe de uma série de mecanismos para o abastecimento distribuição, suprimento e comercialização dos produtos agrícolas, além da rede de armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Em 2018, com preços de mercado acima dos preços mínimos, praticamente não houve necessidade de o governo atuar no apoio à comercialização e à formação de estoques. O único produto com apoio à comercialização foi o arroz, sendo que o governo decidiu por lançar leilões de Prêmio para Escoamento do Produto (PEP) e de Prêmio Equalizador Pago ao produtor Rural (PEPRO), assim como das operações de aquisição direta (Aquisição do Governo Federal - AGF). Isso resultou no apoio ao escoamento de 499,5 mil toneladas e à formação de estoques de 20,4 mil toneladas do produto.

O Programa de Vendas em Balcão (ProVB) viabiliza a comercialização e o abastecimento de milho dos estoques públicos governamentais para os pequenos produtores rurais. No âmbito

deste programa, a Conab foi autorizada em 2018 a promover a venda de 300 mil toneladas de milho em grãos para atendimento aos pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, ovinos e caprinos, assim como a comprar até 2.300.000 unidades de sacaria de polipropileno para o ensaque do milho a ser vendido no âmbito do Programa.

No que toca a fiscalização dos estoques governamentais, em 2018 foram mensuradas 5.097.441 toneladas de produtos armazenados (em números acumulados), em todas as unidades da federação, por meio de 4.361 vistorias.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O maior desafio a ser enfrentado pela agropecuária brasileira nos próximos anos será o de estimular o investimento em toda a cadeia produtiva, a fim de manter seu bom desempenho, competitividade, produtividade e padrão tecnológico, a despeito dos eventos climáticos, do risco de incidência de pragas e doenças, das barreiras sanitárias e das oscilações de mercado que se refletem no comportamento dos preços das commodities e insumos.

O constante apoio do Governo Federal ao produtor rural continua sendo um fator crucial para o sucesso do agronegócio brasileiro. A execução do Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2018/2019 poderá atingir um novo recorde na aplicação de recursos pelos produtores rurais, propiciando o contínuo crescimento e agregação de valor à produção agropecuária brasileira.

No âmbito dos processos internos, a gestão da informação e do conhecimento, aliados ao aprimoramento de mecanismos para o desenvolvimento da inteligência estratégica da agropecuária, são desafios imediatos a serem perseguidos no que se refere à execução de políticas de apoio à produção, abastecimento e comercialização de produtos agropecuários,

No plano externo, o Brasil figura entre os cinco principais exportadores mundiais de produtos agropecuários. Para ampliar ainda mais a participação brasileira no mercado mundial será necessário reforçar as ações de combate a barreiras tarifárias e não tarifárias junto aos organismos internacionais e aumentar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, além de buscar a formação de parcerias e novos acordos comerciais. Nesse sentido, foi lançada a “Estratégia de Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro de 2019 a 2022” e o Plano “O Melhor do Agro Brasileiro”.

PROGRAMA 2021

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Em todo o mundo, inovações científicas e tecnológicas são desenvolvidas em busca de soluções para grandes desafios sociais, ambientais e econômicos.

O Programa 2021 tem como estratégia central a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e o estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia, ancorados em fundamentos macroeconômicos sólidos e com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente voltados à infraestrutura. Possui sete objetivos, 27 metas e 55 iniciativas em seu escopo. Seu desempenho é aferido a partir do resultado de nove indicadores. Esclarece-se que, para a implementação e execução do Programa, estão envolvidos diversos atores para além do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC, suas Unidades de Pesquisa e Institutos, envolvendo também outros ministérios, autarquias e agências do Governo Federal.

No âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI), buscou-se fortalecer os seguintes eixos estruturantes: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e; iii) o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro. A agenda de C,T&I também está voltada à inclusão social e à redução das desigualdades sociais, podendo contribuir decisivamente com soluções criativas para a melhoria da qualidade de vida da população, seja por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais ou mediante a criação e disseminação de tecnologias assistivas. Destaca-se, ainda, a crescente demanda pelo desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a construção de uma economia mais verde e sustentável. O Brasil já é um país de destaque na produção de energia a partir de fontes renováveis e de combustíveis alternativos, tendo uma matriz energética entre as mais limpas do mundo e possuindo, portanto, capacitações científicas e tecnológicas que o credenciam a se tornar um líder mundial no fomento à economia verde.

Por fim, destaca-se que, para dinamizar a produção científica e tecnológica nacional, a Política de C,T&I busca fomentar o fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas e privadas, sua integração com o setor produtivo, estabelecimento de redes cooperativas de P&D, assim como articulação e integração dos diversos órgãos e instituições que compõem o sistema nacional de C,T&I.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apoio a P&D, Produtos e Oferta de Serviços

Em 2018 houve continuidade aos aportes realizados em 2017 com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Esses investimentos, executados pela Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, compreendem ações de naturezas diversas – bolsas,

recursos não reembolsáveis, subvenção e recursos reembolsáveis – tendo sido totalmente empenhados dentro do limite disponibilizado. Destacam-se os seguintes investimentos:

Subvenção econômica – os principais projetos em andamento fazem parte do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química – PADIQ (valor total de R\$ 43,5 milhões, voltados para 11 projetos), da chamada pública binacional Finep e Conselho Norueguês de Pesquisa – RCN (quatro projetos, no valor total de R\$ 5 milhões) e Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação no Setor de Mineração e Transformação Mineral – INOVA Mineral (16 projetos, com valor total de R\$ 45,5 milhões). Em 2018, foram aprovadas novas iniciativas de subvenção econômica na reunião do Conselho Diretor do FNDCT: Programa Centelha, Finep Tecnova II, Subvenção Econômica a Empresas, Cooperação Internacional entre Empresas e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC-1. Elas preveem um investimento global de R\$ 211,4 milhões no horizonte de 3 anos.

Ação transversal – destinada à pesquisa básica e a áreas estratégicas, estão em andamento projetos resultantes de diversas chamadas, entre as quais se destacam: Centros Nacionais Multiusuários – R\$ 187,7 milhões, Institutos de Pesquisa do MCTIC – R\$ 183,9 milhões, Amazônia Legal – R\$ 20,0 milhões, Apoio Institucional - R\$ 16,2 milhões, Programas para ampliação e consolidação da cooperação internacional – R\$ 14,0 milhões aprovados. Essas demandas foram aprovadas entre os anos de 2014 e 2017, porém só foram implementadas recentemente, devido à carência de recursos. Ao todo foram aprovados 125 projetos, num total de R\$ 438,7 milhões, dos quais 95 foram contratados e 30 estão em contratação. Para 2018, foram aprovadas novas iniciativas pelo Conselho Diretor do FNDCT, entre as quais se destacam: SOS Equipamentos, Pesquisa e inovação em saneamento, Apoio institucional, Edital Universal 2018, Pro Antártica, Subestação compartilhada entre o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeronáutica – DCTA e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe, Programa de Capacitação Institucional – PCI 2019 e Reconstrução dos Laboratórios do Museu Nacional RJ. Elas comprometem um montante global de R\$ 343,1 milhões no horizonte de 3 anos.

Apoio à formação de recursos humanos – os recursos do FNDCT permitiram o pagamento de 812 bolsistas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq em projetos de pesquisa, além de outros 439 vinculados a projetos apoiados pela Finep. Também tem sido grande a participação do FNDCT nos Editais Universais lançados pelo CNPq. Destaca-se ainda o acordo assinado entre a Finep e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em agosto, sendo a primeira operação de US\$ 703,6 milhões para o programa “Inovar para Crescer”, que será executado pela Finep. Do montante total da operação inicial, o BID financiará US\$ 600 milhões e a Finep entrará com US\$ 103,6 milhões. O empréstimo faz parte da linha de crédito condicional para projetos de investimento de US\$ 1,5 bilhão para o Brasil, destinado a aumentar a produtividade das empresas brasileiras por meio de mais investimentos privados em inovação. Outra iniciativa importante foi o instrumento “Novos Limites Operacionais” para as Instituições Financeiras de Desenvolvimento, lançado em julho de 2018, que vai destinar R\$ 1,2 bilhão às entidades parceiras da Finep que financiam a inovação em todos os estados do país. Os bancos regionais de desenvolvimento terão novos limites de crédito e condições mais flexíveis na operação com recursos repassados pela Finep. O volume de recursos da nova estratégia supera todo o valor já liberado pelo programa Inovacred, linha de financiamento da Finep operada pelos bancos regionais para micro, pequenas e médias empresas. Desde o lançamento do programa até dezembro de 2018 foram contratados 507 projetos, totalizando um financiamento no valor de R\$ 975,73 milhões e

contrapartida das empresas no valor de R\$ 459,22 milhões. Em 2018 unicamente foram contratados 108 projetos no valor de R\$ 243,16 milhões.

Impacton – projeto destinado à busca e seguimento de asteroides e cometas em risco de colisão com a Terra com utilização de telescópio robótico instalado no Observatório Astronômico do Sertão de Itaparica – OASI. Esta iniciativa integra o Brasil aos programas internacionais de busca e seguimento de asteroides e cometas em risco de colisão com a Terra e fortalece a atuação nacional do Observatório Nacional – ON. Instalado no município de Itacuruba (PE), o OASI, além da operação pioneira do telescópio robótico, permite a colaboração com outras instituições e projetos do ON, integrando objetos de pesquisa, gerando publicações científicas e formando recursos humanos.

Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT agregam os melhores grupos de pesquisa na fronteira da ciência e em áreas estratégicas, voltadas para o desenvolvimento de pesquisa de alto impacto científico e/ou tecnológico, desenvolvimento de pesquisas com potenciais aplicações e que promovam a inovação e o empreendedorismo, além do estímulo à proteção e à transferência do conhecimento na geração de produtos, processos e serviços. Como destaque do Programa INCT, apresenta-se a formação de estruturas de pesquisa que desenvolveram articuladamente projetos em rede, com objetivos e metas claramente mensuráveis e com foco de atuação em políticas públicas e em pesquisas na fronteira do conhecimento. A maioria dos INCTs atingiu um grau de colaboração que potencializou a qualidade da pesquisa, de forma que os resultados alcançados foram maiores e melhores do que seriam alcançados pelas contribuições individuais isoladamente. Para o triênio 2016-2018 houve 156 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa em ICTs brasileiras – informações disponíveis em: <http://www.cnpq.br/web/guest/inct>. Entre estes, destaca-se o início dos trabalhos do INCT do e-Universo, o qual lida com a análise de grandes bases de dados (Big Data) e exige a cooperação entre cientistas e profissionais de tecnologia de informação, dentro de uma cultura distinta das colaborações tradicionais. Este INCT fornecerá apoio para a participação de cientistas brasileiros em projetos internacionais de ponta que tem como objetivo a exploração do cosmos através de grandes levantamentos de dados astronômicos, tais como o Sloan Digital Sky Survey, o Dark Energy Survey, o Dark Energy Spectroscopic Instrument e o Large Synoptic Survey Telescope.

O Projeto Sirius, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, implementado pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS, será a maior e mais complexa infraestrutura científica já construída no país e uma das primeiras fontes de luz síncrotron de 4ª geração do mundo. É planejada para colocar o Brasil na liderança mundial de produção de luz síncrotron e foi projetada para ter o maior brilho dentre todos os equipamentos na sua classe de energia. Em novembro de 2018, sua primeira fase foi inaugurada, incluindo a montagem dos dois primeiros aceleradores (LINAC e Booster). Para 2019, está prevista a circulação do primeiro feixe de elétrons do acelerador principal, a chegada do feixe luz síncrotron às cabanas experimentais e a disponibilização para os primeiros usuários.

O Laboratório Nacional de Nanotecnologia – LNNano, também no âmbito do CNPEM, é laboratório de referência do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias – SisNANO/MCTIC. Em 2018 o LNNano contou com a inauguração de um novo laboratório de microscopia que conta atualmente com três microscópios eletrônicos avançados de criomicroscopia dedicados ao estudo da matéria mole e biologia estrutural.

O SisNANO, um dos alicerces da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia – IBN, é constituído por 26 laboratórios divididos em: 8 Laboratórios Estratégicos, vinculados diretamente ao

Governo Federal; e 18 Laboratórios Associados, vinculados a outros Institutos de Ciência e Tecnologia. Seus principais resultados foram: a) 200 projetos e prestação de serviços em parceria com empresas; b) 220 bolsistas de apoio técnico e desenvolvimento tecnológico contratados; c) 249 patentes depositadas; d) 377 eventos; e) R\$ 6 milhões em serviços prestados; f) R\$ 122 milhões em parceria.

O Laboratório de Integração de Testes – LIT do INPE/MCTIC, atualmente é capaz de montar, integrar e testar satélites de até duas toneladas e quatro metros de dimensão máxima. A Expectativa é que até o final de 2022 o LIT seja capaz de realizar a integração e testes parciais do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas 2 – SGDC2.

A Plataforma de Processamento Computacional de Alto Desempenho foi implementada pelo Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – CETENE decorrente de projeto de cooperação técnica com a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, voltada para a execução de cálculos científicos aplicados aos estudos de sistemas complexos. A plataforma do cluster multiusuário Neumann 2 possui como meta contribuir para o desenvolvimento da cultura de computação de alto desempenho na região Nordeste, além de atuar na formação e capacitação de recursos humanos em áreas interdisciplinares. Já o Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC passou a oferecer em 2018 a utilização contínua para o meio acadêmico ou outros interessados do Supercomputador Santos Dumont. As alocações Standard e Educacional também passaram a funcionar em fluxo contínuo, ou seja, as propostas para utilização podem ser encaminhadas continuamente.

No eixo de popularização da ciência, destacam-se: Olimpíada Brasileira de Matemática – OBMEP, a 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 15ª SNCT e a Olimpíada Nacional de Ciências – ONC. A OBMEP, realizada desde 2005, alcançou em 2018 os seguintes números de participação: 18,2 milhões de estudantes; 54.498 escolas; e 5.539 municípios envolvidos (99,46% do total). Mais de 900 mil estudantes participaram da 2ª fase da OBMEP 2018 para concorrer a 7.475 medalhas (ouro, prata e bronze) e Bolsas de Iniciação Científica Júnior, lembrando que a partir de 2017, a OBMEP incluiu a participação das escolas privadas (4.395 escolas) e em 2018, também foi aberta a participação para alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Cabe salientar que em 2018 o país recebeu o Congresso Internacional de Matemáticos, formando, assim, o Biênio da Matemática.

Um aumento considerável de participação foi observado na Olimpíada Nacional de Ciências que, em 2018, em sua 3ª edição, incorporou a Biologia, por meio de uma articulação com o Instituto Butantã (SP). Em 2019 será incorporada a Astronomia, em parceria com a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Ao longo de seus três anos, a ONC tem se revelado uma ação extremamente bem-sucedida, com um salto no número de inscrições de 80.839 em seu primeiro ano, para 202.282 na 3ª edição, bem como no número de municípios envolvidos (390 em 2016 e 846 em 2018).

A 15ª SNCT teve a temática “Ciência para a Redução das Desigualdades”. A SNCT atingiu valor total inédito de R\$ 6,02 milhões e beneficiou 198 propostas (aumento de 17% em projetos apoiados). Dessas, 40 de abrangência estadual e 158 de abrangência nacional, incluindo todos os estados da federação e o Distrito Federal. Os dados iniciais apontam para 15.529 atividades desenvolvidas, 320 municípios e 1.477 instituições participantes. Para 2019, o tema da SNCT será “Bioeconomia: diversidade e riqueza para o desenvolvimento sustentável”. Até o momento já há 1.017 municípios cadastrados, sendo que o prazo de adesão permanece aberto até março de 2019.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, o ano de 2018 trouxe avanços no apoio da P&D e na promoção da inovação nas empresas, como por exemplo o Programa Start-Up Brasil, que lançou em maio de 2018 sua quinta “Turma”, com 46 empresas nascentes de base tecnológica, provenientes de 14 estados, as quais terão acesso a R\$ 9,7 milhões em investimentos. O Start-Up Brasil, que faz parte do compromisso do Governo Federal com a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, avançou na inserção de pesquisadores nas empresas incubadas, mediante sua participação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação – P,D&I. Para tal, um programa piloto foi implementado com apoio do CNPq e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP. O programa atende empresas vinculadas a incubadoras em operação no País, certificadas ou em processo de obtenção da certificação Cerne (Anprotec/Sebrae). No início de 2018 foi encerrado o primeiro prazo para apresentação de propostas. Foram recebidas 241 propostas, sendo aprovados 27 projetos de P,D&I de empresas vinculadas a incubadoras de todas as regiões do país. Cada projeto, com duração de até 12 meses, contará com recursos de até R\$ 60 mil para a concessão de bolsas de fomento tecnológico.

O Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores (Programa Centelha), tem o objetivo de “estimular, orientar e promover a geração de empresas de base tecnológica de alto crescimento em todo o território nacional”. O programa deverá atuar por meio da concessão de recursos de subvenção econômica, bolsas e capacitações para incentivar empreendedores a transformarem novas ideias em startups inovadoras. O Programa começou a ser implantando em 2018 com o lançamento de dois editais: Edital MCTIC nº 117/2018, no valor global de R\$ 3 milhões, para a seleção de entidade responsável pelo projeto de suporte à implementação do Programa Centelha e; Carta-Convite MCTIC/FINEP 01/2018, no valor global de R\$ 30 milhões, para a seleção pública dos parceiros operacionais estaduais que conduzirão o programa. A entidade responsável escolhida foi a Fundação CERTI e 21 estados foram selecionados. As contratações das entidades estaduais e a descentralização de recursos para iniciar o programa já estão em andamento.

OUTROS RESULTADOS RELEVANTES

O projeto estruturante do Observatório Nacional, J-PLUS, e seu “primo”, o S-PLUS, para o céu do hemisfério sul, liberaram seus primeiros dados em 2018. Entre os objetivos, temos a determinação da equação de estado da energia escura, um dos maiores desafios atuais da astrofísica e física fundamental, por meio da análise das Oscilações Acústicas Bariônicas. O projeto envolve mais de 170 profissionais em astrofísica, astronomia, gerenciadores de dados, e instrumentação, em sua maioria brasileiros e espanhóis.

Foi firmada parceria com a Alemanha por meio de Declaração Conjunta de Intenções para executar a segunda fase do projeto Observatório Amazônico em Torre Alta – ATTO, denominado ATTO2, o qual estuda o papel da Amazônia no balanço de gases de efeito estufa e no clima. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA é a contraparte brasileira deste projeto.

O Projeto Conexões Mata Atlântica divulgou diversos editais em 2018 para seleção de projetos com o objetivo de apoiar a adoção de práticas mais sustentáveis. Também foram iniciados estudos de avaliação da eficácia das ações propostas pelo projeto. Destaca-se a contratação de projetos na área de Bioeconomia em 2017.

Ações e pesquisas no combate ao *Aedes aegypti* e à Microcefalia - O MCTIC teve papel central na elaboração e lançamento do “Eixo de Desenvolvimento Tecnológico, Educação e Pesquisa” do “Plano Nacional de Enfrentamento ao *Aedes aegypti* e à microcefalia”. O Eixo deverá receber, durante 4 anos, investimentos do Governo Federal para o fomento a pesquisas e desenvolvimento de alternativas para o combate às doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, em especial ao vírus zika e suas consequências.

Destaca-se em particular a formação e capacitação de recursos humanos voltados à C,T&I (tema fortemente relacionado ao Objetivo 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação). O Objetivo prevê o investimento contínuo em recursos humanos, a partir da concessão de um variado portfólio de bolsas pelo CNPq, no país e no exterior, incluindo bolsas de estímulo à pesquisa, internacionalização, formação e qualificação de pesquisadores, iniciação à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A execução do conjunto das metas relacionadas a esse objetivo apresenta, ao longo dos anos, resultados significativos não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos em C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à P&D, promovendo um redirecionamento de focos de atuação em face do processo de mudanças qualitativas dos diversos setores da sociedade. O desempenho do objetivo, aferido por meio da execução agregada de suas metas, foi satisfatório. A execução dos recursos previstos na lei orçamentária anual (LOA) chegou a 77%, correspondendo a 93% dos recursos investidos pelo CNPq no programa. Esse esforço contemplou projetos em todas as regiões do país, sendo 53% para o Sudeste, 18% para o Sul, 17% para o Nordeste, 8% para o Centro-oeste e 5% para o Norte.

Uma das diretrizes da formação e capacitação de recursos humanos voltados à C,T&I é uma forte cooperação com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa para desenvolver ações no âmbito regional, incentivando o desenvolvimento de projetos associados às bolsas de desenvolvimento tecnológico e à fixação de novos grupos em regiões com demandas latentes.

Destaca-se ainda que os projetos associados às bolsas de mobilidade internacional foram retomados. O processo de parceria, cooperação ou de apoio a projetos que envolvam empresas tem sido um dos mecanismos de promoção do desenvolvimento de tecnologias e de inovação. Por outro lado, ações tradicionais como o Edital Universal (Chamada 28/2018) e chamadas públicas temáticas que incentivaram a formação nas Engenharias e demais áreas tecnológicas são exemplos que devem ser mencionados, assim como a Chamada 31/2018 – “Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação”. As bolsas de Iniciação Científica, importantes para a oxigenação do SNCT, sofreram uma diminuição em 2018, mas devem voltar a aumentar em 2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No período 2016-2018, houve um bom desempenho das metas, objetivos e iniciativas relacionadas ao Programa 2021. Esse período marca igualmente o início de recuperação do SNCT para o patamar desejado em função de sua relevância para o desenvolvimento econômico e social do país. A regulamentação (por meio do Decreto nº 9.283/2018) do Marco Legal de Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2016) aprimorou diversos aspectos do processo de inovação e de pesquisa científica e tecnológica, tais como a simplificação na celebração de convênios para a promoção da pesquisa pública, maior facilidade para a internacionalização de ICTs, aumento da interação entre ICTs e empresas, incremento de incentivos para a promoção

de ecossistemas de inovação, diversificação de instrumentos financeiros de apoio à inovação, maior compartilhamento de recursos entre atores públicos e privados, simplificação de procedimentos de importação de bens e insumos para pesquisa, novos estímulos para a realização de encomendas tecnológicas, flexibilidade no remanejamento entre recursos orçamentários, e simplificação da prestação de contas de projetos de pesquisa. No entanto, há ainda vários dispositivos do Marco Legal de Ciência e Tecnologia que ainda precisam de regulamentação. Para 2019, prevê-se a implementação da Lei pelas entidades de C,T&I, instituições públicas e privadas e empresas; e o regramento do marco legal por meio da uniformização de entendimentos e elaboração de manuais de utilização da Lei.

Em linhas gerais, considera-se satisfatório o desenvolvimento do Programa 2021 no período 2016-2018, tomando por base os resultados alcançados nos objetivos e metas propostos. Também se tem boas perspectivas para os anos vindouros em função dos benefícios esperados da implementação do Marco Legal de Ciência e Tecnologia, assim como dos sinais de recuperação da situação fiscal do Governo Federal, o que dará estabilidade e continuidade aos investimentos necessários para o desenvolvimento do Programa de C,T&I.

PROGRAMA 2024

COMÉRCIO EXTERIOR

As estratégias do Programa de Comércio Exterior refletem o compromisso do Governo Brasileiro em prol da maior inserção comercial, da desburocratização, do fortalecimento das instituições e da eficiência do Estado, e da recuperação econômica brasileira, por meio de políticas transversais que impactem a competitividade das empresas e a consequente construção de bases para a retomada de um crescimento sustentável e duradouro.

A crescente abertura comercial e o aumento da concorrência externa impõem desafios ao Estado e ao setor produtivo brasileiro – o que reforça a necessidade de aprimoramento das condições internas de competitividade da produção e das exportações. O comércio exterior deve, assim, ser enxergado como pilar fundamental para o consistente desenvolvimento econômico e social do País, e não apenas como solução transitória para tempos de retração crítica do mercado doméstico. Dessa forma, deve integrar, de forma prioritária e concomitante, tanto as políticas públicas como a estratégia de negócios do setor privado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No ano de 2018, a balança comercial apresentou crescimento da corrente de comércio pelo segundo ano consecutivo (US\$ 420,7 bilhões), devido ao aumento das exportações e das importações, culminando no segundo maior superávit comercial (US\$ 58,3 bilhões). Verifica-se, ainda, um aumento de 9,6% da exportação total de bens, comparado ao ano anterior, totalizando o montante de US\$ 239,5 bilhões. Do total apurado de exportações de produtos industriais, 20,5% referem-se às exportações das Indústrias de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica.

Houve avanços no acesso a mercados prioritários. Destacam-se: (i) a assinatura do Acordo de Livre Comércio com o Chile; (ii) a assinatura do Protocolo de Serviços entre Mercosul e Colômbia; (iii) a implementação do Certificado de Origem Digital – COD com o Uruguai e conclusão do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre Brasil e Peru; e (iv) assinatura dos Acordos de Facilitação de Investimentos com Etiópia e Suriname.

A fim de fortalecer a base exportadora, foi adotada uma nova metodologia a ser seguida pelas instituições parceiras para a execução do Plano Nacional da Cultura Exportadora – PNCE. A sua implementação foi testada na fase piloto nos estados de Minas Gerais e Roraima e a nacionalização da metodologia garantirá que os benefícios alavanquem inúmeras empresas brasileiras.

Sobre o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, destacam-se a expansão e renovação do arcabouço legal relativo à defesa comercial; e a implementação de melhorias no Sistema DECOM Digital - SDD.

Sobre o fomento à promoção comercial, destaca-se a criação do *Comex Stat*. O sistema permite a consulta e a extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro, contendo dados, desde 1997 até o último mês completo do ano atual, de forma simples e amigável, destacando-se como importante insumo para tomada de decisões tanto públicas quanto privadas.

Os esforços governamentais também se concentraram na melhoria das normas e gestão do comércio exterior. O Novo Processo de Exportação – NPE tornou-se obrigatório para todas as

operações. Houve uma queda de mais de 50% nos tempos médios – redução de 13 para 9,6 dias (entre o início do despacho e o embarque da mercadoria), no modal marítimo, para 6,4 dias, na média geral, superando a meta inicialmente estabelecida de 40% de redução.

SISTEMA DE DEFESA COMERCIAL BRASILEIRO

Em 2018, o aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial foi realizado por meio de três frentes de trabalho: (i) expansão e renovação do arcabouço legal relativo à defesa comercial; (ii) implementação de melhorias no SDD; e (iii) simplificação do procedimento de concessão de vistas dos autos restritos de processos de defesa comercial encerrados.

No que concerne à atuação de indústrias fragmentadas, foi publicada a Portaria SECEX nº 41, de 31 de julho de 2018, a qual dispõe sobre as informações necessárias para a habilitação da produção nacional de determinado produto como indústria fragmentada para fins de defesa comercial.

Foi publicada ainda a Portaria SECEX nº 72, de 20 de dezembro de 2018, que estabelece procedimentos para petições de revisão de redeterminação de direitos antidumping aplicados, conferindo transparência e previsibilidade a tais processos de defesa comercial.

Outra ação foi a disponibilização aos públicos interno e externo da expansão do SDD para as investigações de subsídios e de salvaguardas, acompanhada da publicação da Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018, que regulamentou o processo administrativo eletrônico para as investigações de defesa comercial.

Ademais, em 2018, foram recebidas 59 petições de investigações de defesa comercial, número 127% superior ao correspondente a 2017, e foram iniciadas 36 investigações de dumping. Em relação a 2017, o número de investigações de dumping iniciadas observou aumento de 200%. Foram encerradas 17 investigações de dumping com aplicação de medida definitiva, além de 2 procedimentos sem aplicação de medidas. Das 172 medidas de defesa comercial em vigor em 31 de dezembro de 2018, 170 eram relativas a medidas antidumping definitivas e 2 a medidas compensatórias. O DECOM ainda prestou apoio ao exportador brasileiro em 43 investigações de defesa comercial no exterior contra as exportações brasileiras.

INSTRUMENTOS DE APOIO CREDITÍCIO OFICIAL ÀS EXPORTAÇÕES

O perfil da concessão de apoio creditício oficial às exportações tem passado por modificações desde 2016, com redução no volume destinado às exportações de serviços de infraestrutura e aumento no apoio às exportações de bens no âmbito do Programa de Financiamento das Exportações – PROEX e das coberturas de risco concedidas pela União por meio do Fundo de Garantia das Exportações – FGE.

O valor das exportações apoiadas pelo PROEX-Equalização (aprovações) passou de US\$ 6,5 bilhões em 2017 para US\$ 6,2 bilhões em 2018, o que ocorreu em paralelo à redução no dispêndio para os valores aprovados – de US\$ 182,2 milhões em 2017 para US\$ 181 milhões em 2018. No caso do PROEX-Financiamento, foi verificada redução do volume de financiamentos concedidos, atingindo US\$ 267 milhões em 2018 ante US\$ 340 milhões em 2017. No PROEX-Financiamento, o fim da vigência de acordos bilaterais que previam o financiamento em taxas de juros concessionais e o momento de verificação do adimplemento pelo importador impactaram a demanda pelo Programa.

No que se refere às metas relacionadas ao aprimoramento dos instrumentos de apoio creditício oficial às exportações, em 2018, 73 novas empresas foram apoiadas pelo PROEX – Financiamento, resultando em 702 empresas beneficiadas no período de 2012 a 2018, conjuntamente, superando o patamar estabelecido de 550 beneficiados.

FORTALECIMENTO DA BASE EXPORTADORA

O PNCE constitui-se como principal instrumento do MDIC para a difusão da cultura exportadora e ampliação do número de empresas que exportam nas cinco regiões do Brasil, com foco nas micro, pequenas e médias empresas. Em 2018, iniciou-se a implementação da nova metodologia do PNCE em dois estados pilotos – Minas Gerais e Roraima. Foram atendidas 13 empresas em MG e 3 em RR. A metodologia pretende conferir um padrão harmonizado de atendimento às empresas, a ser seguido pelas instituições parceiras do PNCE. Com a fase piloto concluída, constatou-se que a metodologia se mostrou eficaz para os comitês do PNCE de MG e RR e que a nacionalização garantirá que os benefícios alavanquem inúmeras empresas brasileiras. A partir de 2019, a metodologia será levada gradualmente para todas as unidades da Federação.

Durante o ano, as instituições participantes do PNCE realizaram diversas ações de apoio às exportações, como Curso Embalagens como Instrumento de Competitividade, Curso de Práticas Cambiais, Palestra Exporta Fácil, Marketing Internacional, etc., além de missões comerciais para os seguintes países: Alemanha, China, Chile, Estados Unidos, Itália, Panamá e Uruguai.

Já o Encomex foi realizado pelo MDIC e parceiros do PNCE, no Rio de Janeiro, para os setores de Alimentos & Bebidas e Confeções. O evento contou com painéis de Inteligência Comercial, Adequação de Produtos e Processos, Promoção Comercial, Crédito Financiamento e Seguro para Exportação. Ao todo foram 106 participantes, incluindo representantes de 55 empresas.

Em 2018, o site Aprendendo a Exportar foi reestruturado (*template*, menus e iconografia) e o seu conteúdo atualizado e ampliado. O acesso dos usuários aumentou progressivamente e aproximou-se de vinte mil acessos mensais. Foi estabelecido ainda o Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) para construção do "Aprendendo a Exportar Cachaça".

FOMENTO À PROMOÇÃO COMERCIAL DE BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS

A plataforma *Invest & Export Brasil* é um website que serve como “Guia de Comércio Exterior e Investimento”, de caráter essencialmente informativo. Em 2018, a plataforma registrou 628.418 acessos sobre diversos temas como: passos para exportar e importar; divulgação de produtos e serviços; estudos de mercado; consultas sobre legislações; oportunidades de investimento.

Outra ferramenta em destaque é o *Comex Stat*, novo sistema de consulta e extração de relatórios personalizados sobre os dados do comércio exterior brasileiro, contendo dados desde 1997 até o último mês completo do ano atual. O sistema, ainda em evolução, contou com mais de 160 mil sessões entre maio e dezembro de 2018, contabilizando mais de 60 mil acessos diferentes.

Sobre a promoção de serviços, houve foco na melhoria da interlocução com o setor. O Fórum Competitividade do Setor de Serviços operou para que fossem obtidos posicionamentos

ofensivos e defensivos acerca das negociações de acordos em serviços e comércio eletrônico e sugestões para melhorar o ambiente de negócios e a competitividade do setor no âmbito internacional.

Quanto às Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, atualmente, existem 21 (vinte e uma) ZPE autorizadas no Brasil, das quais 18 (dezoito) ZPE estão em efetiva implantação, e outras 03 (três) encontram-se com seus processos de implantação parados por motivos diversos. Sobre a ZPE cearense, houve a formalização da sociedade do Governo Estadual com o Porto de Roterdã, na Holanda, para administração da ZPE.

ACESSO DAS EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM MERCADOS PRIORITÁRIOS

A atuação do Governo brasileiro, visando à ampliação da participação de empresas brasileiras no comércio internacional, obteve grandes resultados em 2018. Destaca-se a assinatura do Acordo de Livre Comércio com o Chile com capítulos inovadores como o referente a comércio eletrônico. Também ocorreram avanços significativos nas negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia e nas negociações entre Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA. Por ocasião da Cúpula de Vallarta, foi também assinado o Protocolo de Serviços entre Mercosul e Colômbia. Na área de investimentos, foram assinados 2 ACFIs: Etiópia (abril) e Suriname (maio); e foram concluídas negociações com dois parceiros: Guiana e Emirados Árabes Unidos.

No âmbito regional, foi concluída a implementação do Certificado de Origem Digital – COD com o Uruguai e o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre Brasil e Peru, que inclui capítulos de serviços, investimentos e compras governamentais. Ressalta-se que o Certificado de Origem Digital – COD é uma iniciativa inovadora, desenvolvida no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI e já trouxe resultados concretos e notados pelo setor privado, uma vez que a emissão do Certificado em meio digital proporcionou, entre outras vantagens, a redução de custos e do tempo de emissão, além do aumento da integridade da informação.

NORMAS E GESTÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DE BENS E SERVIÇOS

O Programa Portal Único de Comércio Exterior é a principal iniciativa do governo federal na área de facilitação do comércio, e objetiva reformular os processos de importação e exportação ao estabelecer procedimentos mais eficientes, harmonizados e integrados entre os atores públicos e privados envolvidos.

Em março de 2017, o Novo Processo de Exportação – NPE foi lançado e em outubro de 2018 passou a abarcar 100% das operações. A implantação do NPE propiciou a eliminação de documentos e etapas processuais, a paralelização de atividades e processos de controle, a redução do preenchimento de informações, a automação de conferências de dados e informações, e a aplicação de ferramentas de gerenciamento de riscos, levando à redução dos tempos médios e custos correlatos das operações.

O levantamento dos dados das exportações feitas no âmbito do NPE entre janeiro e setembro de 2018 já demonstra uma queda de mais de 50% nos tempos médios, com redução média do tempo entre o início do despacho aduaneiro de exportação e o embarque da mercadoria de 13 para 6,4 dias, superando a meta inicialmente estabelecida de 40% de redução. Houve também

a redução aproximada de 80% na quantidade de documentos emitidos para a realização das exportações (comparação entre agosto/2018 e agosto/2017)..

Quanto ao Novo Processo de Importação – NPI, sua implantação foi iniciada em outubro de 2018, com um projeto-piloto de empresas certificadas como Operador Econômico Autorizado (em um universo ainda restrito de operações).

Quando completamente implantado, o NPI gerará significativa simplificação e desburocratização dos procedimentos aduaneiros, com a decorrente redução de tempo e custo para operadores privados e órgãos de controle. Assim, busca-se reduzir o tempo médio das importações brasileiras de 17 para 10 dias.

Destacam-se ainda os trabalhos do Comitê Nacional de Facilitação – CONFAC no processo de revisão de normas e procedimentos dos diversos órgãos atuantes no comércio exterior, em complemento à implantação do Portal Único. Tal interação permitiu a simplificação e desburocratização de procedimentos de análise adotados pelos órgãos anuentes, com destaque para o MAPA e ANVISA.

Foram criadas ainda, em 2018, Comissões Locais de Facilitação de Comércio, instaladas nas quinze principais unidades alfandegárias do país, com o objetivo de resolver localmente situações e problemas que afetam procedimentos governamentais em portos, aeroportos ou pontos de fronteira.

CONTROLE ADUANEIRO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Em relação ao Programa do Operador Econômico Autorizado (OEA), lançado pela Receita Federal em 2015 para aumentar a fluidez e a segurança na cadeia de comércio exterior e contribuir para a melhoria do ambiente de negócios do País, este se consolidou e é visto pela sociedade, tanto para o setor público quanto para o privado, como medida efetiva capaz de impactar positivamente e de forma contínua as operações de comércio exterior do Brasil.

A Receita Federal conta atualmente com 150 operadores já certificados como OEA e outros 643 pedidos em análise pelas equipes técnicas. Os importadores e os exportadores certificados como OEA tiveram, em média, redução de 70% de seleção para canal de conferência documental ou física pela Receita Federal. A economia estimada desses operadores entre janeiro e setembro de 2018, com custos de armazenagem, foi de cerca de US\$ 349 milhões. O volume de negócios destes operadores já alcança 20% do volume das operações registradas no mês de novembro/2018. A expectativa é beneficiar 40% das operações de comércio exterior do Brasil.

De igual forma estão em diálogo avançado Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM), que são acordos bilaterais celebrados entre Aduanas de países que possuam Programas de OEA compatíveis entre si, significando que tanto os critérios adotados, quanto os procedimentos de validação devem ser iguais ou guardem semelhança entre si. Estão em andamento, diálogos com os seguintes países: Estados Unidos; Argentina; Bolívia; México; e Peru.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O comércio exterior é considerado importante instrumento para o desenvolvimento econômico do País, caracterizando-se como fonte de dinamismo para a economia. Ressalta-se que a política de comércio exterior é pautada por esforços e ações conjuntos (as) de diversos órgãos da

administração pública. Nesse sentido, as ações empreendidas pelo Governo Brasileiro na agenda de comércio exterior refletiram diretamente no fluxo da balança comercial em 2018.

Entretanto, em comparação com outras economias de porte similar, a participação do Brasil no comércio internacional ainda possui capacidade de crescimento. Dessa forma, para 2019, vislumbra-se que há espaço para evolução tanto da participação do comércio exterior no PIB brasileiro, como em termos de ampliação da corrente de comércio brasileira.

Por fim, as ações planejadas e executadas no Programa 2024 do PPA 2016-2019, tanto no plano interno quanto no externo, no ano de 2018, permitiram a ampliação da competitividade do comércio exterior brasileiro.

PROGRAMA 2078

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais e de vários ecossistemas marinhos, o País detém o maior número de espécies conhecidas, com grande variabilidade genética, além de ser referência mundial em percentual de áreas protegidas, com cerca de 18% do seu território coberto por Unidades de Conservação (UC) e 13% por terras indígenas.

O Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade tem como propósito enfrentar os seguintes desafios: redução da ameaça de extinção de espécies; ampliação do uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, com a repartição justa e equitativa dos benefícios; elevação da renda e promoção da inclusão produtiva das famílias que contribuem para a conservação da biodiversidade; regularização, no âmbito do contexto ambiental, dos imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e ampliação da produção florestal e do número de unidades de conservação federais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: o percentual da área de propriedades rurais cadastradas e em monitoramento no Cadastro Ambiental Rural atingiu a marca de 100%; o percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou para 45%; e mais de 1 milhão de hectares de área de floresta pública federal sob regime de concessão florestal.

A seguir, são apresentados os avanços nas metas mais importantes do programa, organizadas por objetivos.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as unidades de conservação (UCs), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos gestores estaduais e municipais, desenvolvendo ações focadas em capacitação, implementação e melhoria da gestão das UCs, tais como: elaboração de planos de manejo, instituição de conselhos gestores, regularização fundiária, fiscalização, redução da área atingida por incêndios florestais, realização de pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade.

Nesse sentido, destacam-se no ano de 2018 para as UCs federais os seguintes esforços: (i) a elaboração de 14 novos Planos de Manejo, totalizando 195 planos finalizados; (ii) a criação de 04 novos conselhos gestores, totalizando 285 (85%) UCs com Conselhos Gestores instituídos; (iii) o aperfeiçoamento dos esforços e métodos de monitoramento de número de visitantes, alcançando 7,4 milhões de visitantes; (iv) a redução da área atingida por incêndios florestais em 19%; (v) a ampliação da regularização fundiária para 15,5 milhões de hectares, incluindo desapropriações, doação por compensação de reserva legal, repasse por concessão de direito real de uso pelo INCRA, e entrega pela SPU de áreas públicas federais sobrepostas a unidades de conservação federais.

Em adição, merece destaque em 2018 a avaliação da gestão por meio de pelo menos uma das ferramentas de monitoramento de gestão de 387 UCs (federias e estaduais), o que corresponde

a 75% da área das UCs do SNUC. Além disso, foram realizados 2 encontros do Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC e criados 941.200 km² unidades de conservação, visando a ampliação e consolidação do sistema.

Adicionalmente, dos projetos em execução coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente, cabe ressaltar: (i) Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); (ii) Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) (iii) Projeto Consolidação do SNUC (LifeWeb), (iv) Projeto Áreas Protegidas Locais e o Projeto GEF Terrestre (Estratégias de Conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal)

Essas ações estão alinhadas com os compromissos globais de conservação da biodiversidade assumidos pelo governo brasileiro junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, da Organização das Nações Unidas. Até 2020 o Brasil está engajado em avançar no alcance das Metas Nacionais para a Biodiversidade e o Ministério do Meio Ambiente trabalha para acompanhar a qualidade do alcance dessas metas.

CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR MEIO DA ELEVAÇÃO DE RENDA E INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

Ao longo de 2018 o governo federal continuou na busca pela implementação de iniciativas visando tanto ao fortalecimento e ao empoderamento dos povos e comunidades tradicionais quanto à valorização de seus produtos, bens e serviços, cujo conjunto é denominado de sociobiodiversidade, ou seja, inter-relação entre esses grupos sociais e a biodiversidade. Um bom exemplo são as oficinas ocorridas para a elaboração de diretrizes para a gestão ambiental territorial em territórios quilombolas e Reservas Extrativistas do MA, TO, PI.

Foram elaborados também 21 cadernos de boas práticas do extrativismo sustentável e 21 cadernos extrativistas-com o objetivo de produzir subsídios para a adoção e divulgação de boas práticas de manejo de produtos florestais não madeireiros visando a construção de Projetos Extrativistas Sustentáveis. Destaca-se, também, o livro “Arranjos Produtivos Locais – APLs de Produtos da Sociobiodiversidade”, o qual pode ser acessado através do link: < <http://www.mma.gov.br/publicacoes/desenvolvimento-rural/category/75-sociobiodiversidade> >.

A ampliação da Política de Garantia de Preço Mínimo da Sociobiodiversidade (PGPMBio) permitiu alavancar o acesso a 2 (dois) novos produtos: o buriti (fruto) e o murumuru (fruto), conforme Portaria nº 14, de 3 de janeiro de 2018 (DOU em 12/01/2018). O Selo da Sociobiodiversidade destacou a importância da Portaria nº 284, de 30 de maio de 2018, a qual instituiu a lista de espécies da sociobiodiversidade, para fins de comercialização *in natura*.

Buscando dar continuidade ao período de atividade do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde), foram ofertadas, através de parceria com o Ministério da Educação, 1.490 vagas para capacitações de beneficiários inseridos em áreas elegíveis.

As iniciativas presentes no Objetivo, ao longo da vigência do atual PPA, convergiram para que, em 2018, fosse possível o lançamento do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), composto por 4 eixos: I – inclusão social (42 ações); II – fomento à produção sustentável (55 ações); III – infraestrutura (15 ações); e IV – gestão ambiental e territorial (16 ações) e tem como finalidade a integração e adequação de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas e ribeirinhas e à conservação do meio ambiente.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CADEIAS PRODUTIVAS E ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

No âmbito do Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios, foram capacitadas mais de 1900 pessoas por meio de palestras ministradas e cursos organizados para os três principais públicos de usuários do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) na sociedade civil, dos setores acadêmico e empresarial, bem como dos detentores de conhecimentos tradicionais associados (povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares). Além disso, foi realizado um curso de atualização em ABS para cerca de 40 agentes de fiscalização do IBAMA e contou com a participação de servidores de todas as regiões do país e foi realizado com recursos do Projeto GEF ABS.

O SisGen foi disponibilizado em sua primeira versão em 06 de novembro de 2017. Desde essa data até 31 de dezembro de 2018 foram realizados pelos usuários um total de 45.182 cadastros de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado e 434 cadastros de remessa ao exterior. Dentre esses, 44.963 (ou 99,51%) dos cadastros de acesso e 427 (ou 98,38%) dos cadastros de remessa foram realizados durante o ano de 2018 (entre 01/01/2018 e 31/12/2018). Em 6 de novembro de 2018, encerrou-se o prazo para a regularização dos usuários da biodiversidade brasileira que estavam em desacordo com a antiga legislação brasileira sobre ABS. Foram recebidos 1.419 Termos de Compromisso, e 42 foram assinados até o momento.

O DPG é responsável pela execução do Projeto GEF Fitoterápicos, firmado em 2018 em parceria com o PNUD e a ABC, que tem como objetivo o fortalecimento de Cadeias Produtivas promissoras para fitoterápicos usuários de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, em coordenação com as estratégias de conservação em áreas prioritárias para a biodiversidade.

O DPG iniciou em 2018, em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), uma estratégia de promoção da Agenda Brasileira de Acesso e Repartição de Benefícios em fóruns bilaterais e multilaterais. Foi firmado o primeiro acordo com o Uruguai, e foi realizada uma missão de prospecção de novos ACTs junto aos países do Mercado Comum do Caribe (CARICOM). Além disso, foram acordados mais 2 projetos com El Salvador e Guatemala.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DOS IMÓVEIS RURAIS POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DO CÓDIGO FLORESTAL

Após a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR em 06/05/2014 já foram declarados mais 5,4 milhões de imóveis rurais, o que corresponde a mais de 500 milhões de hectares. No ano de 2018 foram cadastrados, até 31/12/2018, mais de 46,4 milhões de hectares.

No período, ocorreu também a migração da infraestrutura tecnológica que abriga o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR para o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), além de diversas ações de interoperabilidade e integração de sistemas com dados do SICAR. Além disso, foram implementadas ferramentas com métodos ágeis de gestão de projeto (SCRUM) a fim de aumentar a transparência interna e externa, ampliando a produtividade da equipe e a qualidade no cumprimento dos prazos das entregas.

Foram realizadas, ainda, diversas ações de integração de sistemas envolvendo o - Sistema de Operações do Crédito Rural (SICOR), Proagro e o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR). Ademais, houve a disponibilização dos dados do SICAR

na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) do Governo Federal e a estruturação da informação para a viabilização dos serviços no formato de dados em consonância com o OGC - Open Geospatial Consortium.

O principal resultado do Sistema de Cadastro Ambiental Rural para 2018 foi o desenvolvimento do ambiente de registro, emissão e mediação da operacionalização de compensações de reservas legais por meio das cotas de reserva ambiental (CRA), que configura o mais complexo e sensível módulo do sistema do ponto de vista de interoperabilidade, ferramentas de monitoramento e análise do SICAR.

PRODUÇÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL E CONHECIMENTO SOBRE AS FLORESTAS

O Brasil possui aproximadamente 493,5 milhões de hectares (58% do seu território) cobertos por florestas naturais e plantadas - o que representa a segunda maior área de florestas do mundo. As florestas públicas representam cerca de 312 milhões de hectares no país – o que corresponde a 37% do território nacional.

Para alavancar políticas públicas com foco na produção florestal sustentável, foi criado o objetivo 1066 - Ampliar a Produção Florestal Sustentável e o conhecimento sobre as florestas - no âmbito do Programa 2078 - Conservação e Uso sustentável da Biodiversidade - do PPA 2016-2019. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), como órgão responsável pelo objetivo, deverá produzir, consolidar e disponibilizar informações sobre florestas regularmente, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor florestal.

Em 2018, foi executado um contrato administrativo para prestação de assistência técnica e capacitação de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis, totalizando 740 famílias. Adicionalmente, realizou-se também: (i) a inscrição no CAR de 56.254 pequenos agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais na região do semiárido brasileiro; (ii) atendimento de 305 famílias de extrativistas ribeirinhos na Amazônia, abrangendo cerca de 1.500 pessoas atendidas para realização das operações de colheita florestal em 6 comunidades na RESEX Verde para Sempre.

Em relação ao Inventário Florestal Nacional (IFN), houve um avanço maior na área inventariada, pois foi concluído a contratação de mais dez lotes (3 na Amazônia e 7 no Cerrado), o que possibilitou atingir 346,5 milhões de hectares inventariados em outubro de 2018, com 86 mil coletas botânicas, 20.175 coletas de amostras de solos e 21.548 entrevistas socioambientais.

Para a agenda das Concessões, ao longo de todo o período, o SFB realizou diversas atividades, tais como: (i) monitoramento dos 17 contratos de concessão florestal, superando 1 milhão de hectares; (ii) desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento da atividade e rastreabilidade da produção; (iii) contratação de estudos de estruturação técnica e econômica das concessões florestais; (iv) aperfeiçoamento do marco regulatório das concessões; (v) implementação contínua de ações relativas ao planejamento, monitoramento e a gestão das concessões nas florestas públicas da União; (vi) promoção do prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal; e (vii) publicação de edital de licitação para concessão florestal da UMF IV da Flona do Jamari (33.000 hectares).

REDUÇÃO DA AMEAÇA À EXTINÇÃO DE ESPÉCIES DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Com o objetivo de minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies brasileiras de fauna e flora, o Ministério do Meio Ambiente coordena o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – Pró-espécies, Portaria nº 43/2014. Esse programa é o resultado de um trabalho conjunto entre MMA, IBAMA, ICMBio e JBRJ e representa um grande avanço em direção ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo país, com destaque para as Metas de Aichi, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Aliança Brasileira para Extinção Zero, instituída pela Portaria nº 287/2018.

Para o período avaliado destacamos as seguintes ações realizadas para redução do risco de extinção das espécies brasileiras: (i) Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali (*Sus scrofa*); (ii) Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Coral-sol; (iii) Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Mexilhão-dourado; (iv) Publicação da Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção e de seu Plano de Implementação; (v) Revisão da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas e publicação do seu Plano de Implementação; (vi) Disponibilização de sistemas eletrônicos de controle do IBAMA para os estados; (vii) Conclusão do projeto de implantação do Sinaflor e obrigatoriedade da utilização do sistema a partir de maio de 2018; (viii) Capacitações teóricas e práticas sobre o Sinaflor para técnicos das OEMA's, representantes do setor produtivo madeireiro, ONG's, consultores, autoridades públicas e sociedade civil; (ix) Implementação dos acordos de cooperação para a gestão dos recursos faunísticos; e (x) Promoção da conservação e do uso sustentável de espécies brasileiras por meio da caracterização, valorização e divulgação da importância alimentícia e nutricional de espécies nativas.

Além disso, houve a disponibilização de informações sobre espécies pelo Portal da Biodiversidade (PortalBio) que reúne dados oriundos de oito bases de dados, sendo sete mantidas pelo ICMBio e uma pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro; discussão, aprovação e publicação de Resoluções CONAMA para regulamentação de uso da fauna silvestre brasileira; captação de recursos externos para implementação de ações de conservação de espécies ameaçadas por meio de aprovação de projeto específico junto ao GEF; e o fortalecimento da iniciativa Brasileira para Extinção Zero. Quanto à conservação de espécies aquáticas, dentre as 475 espécies de peixes e invertebrados ameaçadas de extinção listadas na Portaria 445/2014, 23 possuem ações de conservação conciliadas ao uso sustentável, por meio da edição de 6 Portarias Interministeriais em 2018 e 9 Planos de Recuperação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e consolidar as UCs Federais, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem trabalhando em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos gestores estaduais e municipais, desenvolvendo ações focadas em capacitação, implementação e melhoria da gestão das Unidades de Conservação, tais como: elaboração de planos de manejo, instituição de conselhos gestores, regularização fundiária, fiscalização, redução da área atingida por incêndios florestais, realização de pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade.

Com relação ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, serão iniciados em 2019: (i) Portal Brasileiro de ABS, com recursos oriundos do GEF ABS e do orçamento federal; (ii) versão 2 do SISGEN com diversas melhorias de funcionalidade para os usuários e adequações para atender a regras definidas por meio de resoluções do CGEN, o módulo de Inteligência e Rastreabilidade. Além disso, o DCGEN garantirá as condições de funcionamento e segurança do SISGEN quanto ao registro das atividades de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional

associado, as remessas de patrimônio genético ao exterior e notificações de produtos acabados oriundos do acesso ao PG e ao CTA.

O Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Regional e a Fiocruz já está organizando a primeira fase do projeto para estruturação das cadeias. Para isso, irá realizar 5 oficinas dentro do Projeto Rota da Biodiversidade, em Arranjos Eco-Produtivos Locais (AEPL) já selecionados: Juá (PE/PB), Marapuama (AM), Biriba (BA), Guavira (MS) e Purus-Labrea (AM). A oficina de Juá foi realizada nos dias 27 e 25 de novembro de 2018 em Campina Grande.

Visando a Redução da Ameaça a Extinção de Espécies da Biodiversidade Brasileira, está previsto para o ciclo posterior a inclusão da base de dados do Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade (SALVE/ICMBio) e os oriundos do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (BD Monitora), o que vai incrementar o número total de registros disponíveis. A expectativa de inclusão da base de dados do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBr/MCTIC) está suspenso porque ainda não foi definido a solução de manutenção deste sistema referente a migração de solução tecnológica. Em médio prazo, está prevista a inclusão dos registros de ocorrência oriundos do licenciamento ambiental federal (LAF/IBAMA).

Em relação a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais, destacam-se os seguintes desafios para o próximo ano: (i) disponibilização e execução da operação assistida do módulo de análise do SICAR para todo o Brasil; (ii) apoio à elaboração e envio das propostas simplificadas de adesão ao PRA em 21 estados que optaram por utilizar o SICAR; (iii) monitoramento dos termos de compromisso de adesão ao PRA; (iv) implantação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) (conforme regulamentação prevista no Decreto 9.640/2018); (v) ações de capacitação para elaboração das propostas simplificadas de adesão ao PRA e fomento à recuperação da vegetação nativa em áreas de preservação permanente e reserva legal.

PROGRAMA 2028

DEFESA AGROPECUÁRIA

Considerando a expressiva e crescente importância do agronegócio brasileiro no âmbito nacional e internacional, as atividades relacionadas à Defesa Agropecuária exercem papel fundamental na economia do país e na saúde da população brasileira. Ciente disso, nos últimos anos, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem buscado se ajustar ao incremento da demanda proveniente não somente da expansão agropecuária e do comércio exterior, mas também dos novos conceitos de gestão e de governança públicas.

Neste contexto, este relatório apresenta as principais iniciativas e os resultados entregues pela SDA, no período de 2016 a 2018.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No plano institucional a SDA passou por reestruturações que objetivaram dar mais consistência e organicidade a temas transversais à sua estrutura organizacional de linha, tais como: gestão, articulação institucional e inteligência estratégica, com a criação de três coordenações gerais específicas para cuidarem de cada um destes temas. Adicionalmente, dado a importância do tema normatização e regulação, foi criada uma área específica para tal.

Visando a sua sustentabilidade institucional e orçamentária-financeira, foi investido no estudo e proposição de nova configuração institucional, que redundou em uma proposta de arranjo institucional e de financiamento de suas atividades, na forma de decretos que estão prontos para serem levados para apreciação e aprovação do Presidente da República, os quais aprovados, darão maior flexibilidade e agilidade nas suas operações.

Foi elaborado o plano estratégico denominado de Plano da Defesa Agropecuária – PDA, estabelecendo a diretrizes e macro prioridades para o período de 2016-2023, estruturado em seis (6) eixos principais: (1) Modernização e Desburocratização; (2) Marco Regulatório; (3) Conhecimento e Inteligência em Defesa Agropecuária; (4) Sustentabilidade Institucional e Financeira; e, (6) Monitoramento e Avaliação. Em cada um destes eixos foram indicados os principais projetos a serem executados no período de cobertura do PDA. Para viabilizar a execução do PDA foi elaborado o Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa, estruturado em forma de programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, estando na sua última fase de aprovação que ocorrerá no Senado Federal até março de 2019. O ProDefesa foi estruturado em quatro (4) componentes, a saber: (a) Componente 1 - Melhoria da eficiência dos serviços de defesa agropecuária; (b) Componente 2 - Controle e erradicação de pragas e de doenças; (c) Componente 3 - Conhecimento e inovação para a defesa agropecuária do futuro; e, (d) Componente 4 - Acompanhamento, avaliação e aprendizagem. O ProDefesa terá o prazo de execução entre 2019-2023, com um custo estimado de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares).

Dentre os vários resultados importantes alcançados na área técnica apresentados no corpo deste relatório, pode-se destacar os seguintes: (a) Revisão do RIISPOA – Regulamento e Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal; (b) Obtenção do status de país livre de febre aftosa com vacinação, outorgado pela OIE; (c) Atualização das listas de pragas

quarentenárias presentes e ausentes no Brasil; (d) Desenvolvimento do projeto Hub laboratorial; (e) Implantação do novo Sistema de Informações Gerenciais da Vigilância Agropecuária Internacional; (f) Publicação da Instrução Normativa no. 51, de 01/10/2018, que estabeleceu o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos; e, (g) Desenvolvimento da Plataforma de Gestão Agropecuária.

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)

Foi instalado o Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Governança do SUASA com a publicação da Portaria 116/18 que deu início à revisão do Marco Regulatório.

Buscando uma melhor organização e preparação para atuação em emergências agropecuárias, em 2018, o MAPA instituiu o Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias (SINEAGRO). A constituição deste Sistema também foi motivada pela necessidade de organizar e coordenar a Força Nacional do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (FN-SUASA) criada por meio do Decreto nº 8.762, de 2016. Os atos foram o Decreto Nº 8762/2016 que instituiu a Força Nacional do SUASA; a Instrução Normativa Nº15/2018 que instituiu o SINEAGRO; a Instalação do Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto de Implementação do SINEAGRO.

A Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) é uma ferramenta de integração de bases de dados que objetiva melhorar o acesso às informações de interesse para a defesa agropecuária, aperfeiçoando a gestão operacional e padronizando a coleta e a disponibilização das informações concernentes a produtores e propriedades, indústrias e serviços. Durante o período de 2016 a 2018 foram avaliadas e aprovadas pelas áreas técnicas da SDA os módulos da PGA nos seus respectivos Sistemas Informatizados.

Foi elaborada minuta de portaria para se instituir o programa “Implantação dos Laboratórios Virtuais da Defesa Agropecuária” (*Excellentia*) e se constituir o grupo de trabalho para detalhar prioridades e mecanismos de implantação.

Para auxiliar a definição de prioridades, foi criado, no âmbito da SDA, o Comitê Científico (Portaria nº 2.018, de 13 de setembro de 2017) com objetivo de assessorar o Secretário da SDA nas ações do Plano de Defesa Agropecuária (PDA) contidas no Eixo do Conhecimento e Inteligência Estratégica, bem como atender outras demandas técnicas da Secretaria. Considerando que o *Excellentia* é parte do PDA e dependerá desse comitê para definição das linhas estratégicas centrais, aguarda-se a instituição do comitê para retomada das discussões do programa.

Quanto ao Parque Tecnológico, foi elaborada nota conceitual, posteriormente distribuída para discussão com os principais parceiros. No primeiro semestre de 2018 foi contratada a consultoria internacional da Dra. Pamela Hullinger, para auxiliar no preparo de dois termos de referência, para contratação das consultorias iniciais para o desenvolvimento dessa iniciativa. São consultorias na área jurídica, para realizar estudos sobre a base legal para o estabelecimento do Parque Tecnológico, e os estudos técnicos para definição das áreas temáticas e identificação de parcerias âncora. Esses dois estudos serão a base para a constituição do Parque Tecnológico.

Para apoio de todas as atividades descritas acima, dentre outras, e com o intuito de fortalecer as ações de sanidade agropecuária no Brasil, em 2017, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento conseguiu, na Comissão de Financiamentos Externos (Cofix/Ministério do

Planejamento), aprovação da Carta Consulta do Programa de Modernização da Defesa Agropecuária - ProDefesa. O projeto, foi elaborado e encontra-se em fase final de negociação. O ProDefesa já foi aprovado pelos órgãos ministeriais do Governo Federal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Os documentos contratuais já foram todos negociados com as partes envolvidas. Aguarda-se o envio para aprovação pelo Senado Federal. O projeto tem o valor final de US\$ 200 milhões sendo US\$ 160 milhões na modalidade "Projeto por Resultados", US\$ 35 milhões na modalidade "Cooperação Técnica Reembolsável" e US\$ 5 milhões de contrapartida. As ações relativas à previsão orçamentária para 2019 já foram tomadas.

Foi concluído o trabalho de consultoria que elaborou a Cadeia de Valor e mapeamento dos Macroprocessos associados da Secretaria de Defesa Agropecuária e de suas unidades administrativas, visando a priorização de processos e serviços para futura melhoria e automação.

Compartilhando o objetivo de melhoria dos serviços prestados pelo Estado, a Secretaria de Defesa Agropecuária, em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, iniciou o processo de automação de processos de serviços a serem incluídos na Plataforma de Cidadania Digital do Governo Federal, Portal de Serviços, simplificando e reduzindo o custo dos serviços prestados pelo Estado ao cidadão. Foram automatizados 10 processos, com a previsão de redução de 75 milhões de reais em gastos públicos, reorganização da força de trabalho e melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Por conta desse trabalho, a equipe da SDA recebeu três prêmios na 4ª Semana da Inovação: Serviço Público para o Futuro, evento promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o apoio do TCU.

Em 2018 houve a modelagem de 31 Projetos Estratégicos. Foram realizados 32 dias de oficina, equivalente a 256 horas de trabalho da CGOP junto às equipes de projeto. Participaram desta ação 200 servidores atuantes na Defesa Agropecuária, vindos de 20 Estados da Federação. Já foram institucionalizados 18 Projetos Estratégicos.

MODERNIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Referente à Modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, o *Laboratory Information Management System* - LIMS, Software responsável por gerenciar as atividades operacionais dos laboratórios, está em implementação nas Unidades de GO, PE e PA. Está em andamento a fase de integração entre o LIMS e demais sistemas correlatos com as atividades laboratoriais, permitindo maior agilidade em todo processo de análise, da coleta de amostras à emissão de laudos oficiais, proporcionando economia de insumos e aumento na eficiência operacional. Também está em andamento a contratação de consultoria para um diagnóstico da capacidade instalada e comparativo frente à demanda para os próximos 20 anos, a fim de orientar as atividades de elaboração do projeto de investimento e de reorganização da Rede LANAGRO.

Quanto ao Programa de Melhoria da Qualidade Regulatória na Secretaria de Defesa Agropecuária-PMQR, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (SISMAN), que automatiza as diretrizes do Manual de Boas Práticas Regulatórias da SDA.

No Projeto de Reestruturação do Arcabouço Normativo da Defesa Agropecuária (RAN) foi dada continuidade ao trabalho da consultoria, contratada para realizar estudos técnicos especializados para subsidiar a revisão do marco legal das atividades e dar suporte aos projetos relacionados aos Eixos Marco Regulatório e Sustentabilidade Institucional financeira, previstos no âmbito do PDA.

Foi dada continuidade ao processo de reestruturação das cadeias de comando e controle das áreas de Inspeção de Produtos de Origem Animal e de Vigilância Agropecuária Internacional, visando dar maior organicidade e eficiência das atividades destas áreas.

Foi totalmente revisada e publicada a Instrução Normativa (IN) MAPA No. 67/2018 que trata da exportação e importação de bebidas, vinhos e derivados do vinho e da uva, acompanhados pela modelagem e automação do processo associado a esta IN, o qual foi colocado em operação em dezembro de 2018. Estas iniciativas irão aumentar substancialmente a eficiência da SDA neste tema, com enorme facilitação de obtenção deste serviço pelos seus usuários, pois foi totalmente digitalizado.

Houve reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) da condição sanitária dos rebanhos nacionais livres de aftosa com vacinação, o que contribuiu significativamente para aumentar a competitividade comercial dos produtos brasileiros, além de manter e acessar novos mercados.

Houve abertura e manutenção de mercados internacionais por meio da realização de mais de 2000 ações envolvendo os programas de certificação para a exportação de produtos vegetais, a fiscalização de tratamentos quarentenários e a supervisão de Área Livre de Pragas (ALP).

Foram aprovados 4.500 novos registros junto ao Registro Nacional de Cultivares. Esse número representa o atendimento da grande demanda do setor de sementes brasileiro nos diferentes grupos de espécies cultivadas (grãos, hortaliças, ornamentais, forrageiras etc), possibilitando suprir a demanda do mercado brasileiro de sementes.

Foi elaborada a Instrução Normativa número 28, que trata da implantação do Sistema Eletrônico de Publicidade de Produtos de Uso Veterinário, o qual possibilita a publicização dos dados de produtos de uso veterinário registrados no MAPA. A partir destas publicações, qualquer cidadão poderá pesquisar se um produto está ou não registrado no MAPA. Esta ferramenta contribui de forma preponderante para coibir a comercialização de produtos clandestinos, que representam um grande risco à saúde dos animais e à Saúde Pública.

VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL (VIGIAGRO)

Com o intuito de modernizar a atuação do Sistema de Vigilância Agropecuária nas operações de comércio internacional de produtos agropecuários e mercadorias, foi instituído Grupo de Trabalho para a revisão normativa do Manual de Operações do Vigiagro, tendo como fruto a publicação da IN 39/2017 que entrou em vigor em 31/03/2018, trazendo harmonização de procedimentos, instituição de níveis de fiscalização com base no Gerenciamento de Riscos Agropecuários, vale ressaltar que a referida IN conta com 53 anexos contendo as ações e procedimentos da Vigiagro.

Foi assinado um Termo Descentralizado de Execução com o IBICT para a realização de projeto de pesquisa para levantamento de requisitos e prototipagem do sistema de gerenciamento do

trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário, tendo como base o gerenciamento de risco e canais de fiscalização, instituído pela IN 39/2017, bem como integração o Portal Único de Comércio Exterior, evitando a repetição de inserção de dados e tratamento único no processo de exportação/importação. O sistema (PoC) está funcional e o piloto de implantação executado.

Foram assinados dois protocolos de adesão para o projeto piloto do OEA-Agro na modalidade integrado, possibilitando que empresas que tenham implantados programa de 'compliance' sejam certificadas no OEA e tenham maior rapidez na análise e deferimentos nos processos de importação e exportação.

A Instrução Normativa Nº 45, de 30 de outubro de 2018, instituiu no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), módulo complementar ao Programa OEA-Integrado. A Portaria Conjunta Nº 1.849, de 28 de novembro de 2018 dispõe sobre a participação da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), por intermédio do módulo complementar do OEA-Integrado.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As grandes prioridades da Defesa Agropecuária para o biênio 2019-2020 serão (a) a busca pela sustentabilidade institucional e financeira; (b) o estabelecimento de uma agenda normativa; (c) implantação de melhorias substantivas no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA; e, (d) a implantação do autocontrole.

Espera-se no próximo biênio 2019-2020 obter os seguintes resultados: (a) Execução dos projetos associados ao Programa ProDefesa; (b) Consolidar o processo de reestruturação da cadeia de comando e controle (“verticalização”) da inspeção de produtos de origem animal e da vigilância internacional agropecuária; (c) obter o status de país livre da febre aftosa SEM vacinação.

PROGRAMA 2079

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Governo brasileiro vem atuando ativamente na melhoria da competitividade e produtividade do país. Uma série de ações vem sendo direcionadas para o incremento de padrões e estruturas produtivas no País. No cenário de instabilidade política e econômica de 2018, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC direcionou seus esforços na adequação, priorização e aprimoramento de medidas de fortalecimento da indústria, do comércio e dos serviços, integrando os setores público e privado e a sociedade civil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito do extensionismo industrial destaca-se o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), que em julho de 2018 concluiu a primeira fase de atendimento a 3.000 empresas, resultando no aumento médio de produtividade de 52% e ganho médio anual estimado em 11 vezes o valor total investido; em média, a empresa recebe o retorno de seu investimento em menos de 24 dias. O programa atuou em todo território nacional e atendeu empresas principalmente dos setores de vestuário e calçados; metalmeccânico; moveleiro e de alimentos e bebidas.

Em 2018, também foi instituído o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, por meio da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece mecanismo de incentivo à P&D, requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas. O Programa consiste em alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, ao padrão almejado pelos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo.

Com o intuito de promover a modernização e a transformação digital do setor da Construção Civil, o Governo Federal instituiu a Estratégia *Building Information Modeling* (BIM), por meio do Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018. Nesse contexto, as metas e os indicadores da Estratégia BIM BR, no período de dez anos, são: aumentar a produtividade das empresas em 10%; reduzir custos em 9,7%; aumentar em 10 vezes a adoção do BIM; e elevar em 28,9% o PIB da Construção Civil.

Outro resultado bastante positivo para os empreendedores foi a agilização das análises, em especial, de marcas e patentes, realizadas pelo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O número de patentes concedidas para 2018 subiu 77,4% na comparação com o ano anterior. Em marcas, o aumento nos registros foi de 55,5% e, em desenho industrial, 40,3%.

Os indicadores do Programa mostraram pouca alteração no período observado. No que diz respeito especificamente aos indicadores relacionados ao desempenho dos setores de comércio e serviços, a participação do Comércio e Serviços no Total de Empregos Celetistas representava 67,64% das carteiras assinadas em dezembro de 2017 e passou para 68,03% em novembro de 2018. Já a participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB, valor acumulado em quatro trimestres, registrava 73,2% em setembro de 2017 e passou a representar 73,45% em setembro de 2018.

METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA

Em 2018, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) realizou inúmeras ações com o objetivo de fomentar a competitividade e inovação nas cadeias

produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

Nessa última seara, sob coordenação da Casa Civil, o Inmetro participou ativamente da elaboração do documento Diretrizes Gerais e Guia Orientativo para Elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Ademais, assinou Memorando de Entendimentos com o MDIC e a *Global Alliance for Trade Facilitation* (GATF) para modernização e simplificação do processo de análise e concessão de licenças de importação.

No escopo da avaliação da conformidade, foram emitidas cerca de 150 portarias de aprovação/modificação de modelo de instrumentos de medição e foram verificados mais de 20 milhões de instrumentos. Também foram analisadas cerca de 2.000 licenças de importação de instrumentos de medição regulamentados. Na vigilância do mercado, ações de fiscalização retiraram do mercado 4.874.218 produtos irregulares, quase o dobro de 2017.

No âmbito da Metrologia Legal, o Inmetro obteve reconhecimento devido à implementação das Unidades Básicas de Fiscalização Fluvial no Amazonas, o que possibilitou a chegada de atividades de fiscalização metrológica e de avaliação da conformidade a 61 municípios do Estado. Assim, foi conferido ao Inmetro o prêmio *Countries and Economies with Emerging Metrology System* (CEEMS), oferecido pela Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML).

Consolidando sua participação no campo das medições relacionadas às ciências da vida, e como resultado de sua participação no Comitê Internacional de Pesos e Medidas (CIPM), o Inmetro atestou sua capacidade de execução de ensaios refinados nas áreas de diagnóstico clínico/laboratorial e de quantificação de alimentos transgênicos. Ressalta-se a realização de ensaios de comparação interlaboratorial para quantificação de fármaco (insulina), vitaminas e hormônios, assim como marcadores genéticos para câncer, com resultados promissores. A participação do Inmetro na Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (RENAMA) permitiu capacitação de empresas e profissionais do setor produtivo nacional em ensaios toxicológicos sem emprego de animais de testes, requisitos legais impostos pela União Europeia para exportação de cosméticos. Também desenvolveu e produziu Materiais de Referência Certificados (MRC) de interesse forense, disponibilizando para a Polícia Federal o MRC de cocaína base livre, flunitrazepam e diazepam.

Com objetivo de apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, em parceria com a indústria nacional, o Inmetro realizou depósito internacional de 4 tecnologias nas áreas de metrologia mecânica e microscopia. Além disso, foi formalizada a cessão de titularidade de um pedido de patente e foram firmados dois contratos de transferência de tecnologia para empresas nacionais.

INOVAÇÃO NAS EMPRESAS, ESTÍMULO À P&D E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito do empreendedorismo inovador, o Programa InovAtiva Brasil, que possui o propósito de acelerar negócios inovadores, já conta com mais de 33.200 empreendedores na plataforma e 500 mentores voluntários, e recebeu mais de 10.000 projetos de *startups*. Foi eleito como o melhor acelerador do Brasil no *Startup Awards* e selecionado como *benchmarking* mundial em inovação na política pública pelo Observatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2016, foi criado o InovAtiva de Impacto

Socioambiental e, em 2017, o MDIC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estruturaram um fundo de co-investimento em *startups*.

Em 2017, o MDIC, em parceria com outras organizações, lançou o programa *StartOut Brasil* com o objetivo de inserir *startups* brasileiras no mercado global. No âmbito da cooperação internacional em inovação, o MDIC publicou, entre 2016 e 2018, quatro editais para projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento entre empresas brasileiras e estrangeiras, em parceria com os governos da França, Israel, Reino Unido e Alemanha. Das quatro chamadas, apenas a do Reino Unido, que foi lançada em 2016 e encerrada em 2017, teve projetos aprovados (7 projetos). Desses projetos, 3 desistiram e 4 estão em implementação.

Visando a atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento para o Brasil, no âmbito do Programa *Innovate in Brasil*, foi publicado o Decreto nº 9.243/17, que instituiu a Sala de Inovação, instância governamental que tem como objetivo a atração de um maior número de centros de P&D para o Brasil. Em dezembro de 2018, 11 novos centros e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento foram atraídos para o país. Já são 23 instalados no total desde janeiro de 2016.

Em 2018, foi lançada a plataforma SUPERTEC, ferramenta inovadora para promoção do alinhamento entre a demanda de profissionais por parte das empresas e a oferta de cursos de qualificação.

O aumento de produtividade do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) foi aferido no aumento do número de patentes concedidas em 2018, que subiu 77,4% na comparação com o ano anterior. Em marcas, o aumento nos registros foi de 55,5% e, em desenho industrial, 40,3%. O aumento de produção se reflete também na queda do backlog: 7,4% de redução em patentes, 46,6% em marcas e 63% em desenho industrial, ao comparar com o fim de 2017. Houve o acréscimo de 25% no quadro funcional do INPI, com a contratação de 210 novos servidores para acelerar os exames dos pedidos de registros de marcas e patentes. Há melhorias ainda em curso com a adoção de providências administrativas e o investimento de R\$ 40 milhões em máquinas. No final de 2018 foram instalados novos equipamentos de tecnologia da informação.

No que se refere ao aperfeiçoamento do marco regulatório, pode-se destacar: (i) a alteração da Lei 8.387/91, Lei de Informática para Zona Franca de Manaus – ZFM; (ii) o estabelecimento de dois novos programas prioritários: Manufatura 4.0 e Empreendedorismo Inovador (Resolução CAPDA nº 04/2018); e (iii) a publicação da Portaria MDIC-SEI 1.338/2018 e Portaria MDIC-SEI 1.753/2018, que facilitam os investimentos na ZFM em pontos como cadastramento de auditoria independente, aplicação de Recursos por meio de fundos de investimentos e reinvestimentos de valores glosados de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Houve, ainda, melhorias no marco legal de Inovação pela a sanção da Lei 13.243/2016, que aprimorou a Lei 10.973/04 e outras normas. Em 2018, também foi publicado o Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em 2018, a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) formalizou o Fórum de Competitividade do Varejo (FCV), por meio da Portaria MDIC nº 1401/2018. A partir do contato com entidades do FCV, construiu-se a agenda de competitividade 2019-2022, com indicação de interesses e

demandas do setor, ações recentes conduzidas e as oportunidades para criação de políticas conjuntas de apoio ao setor.

Destacam-se os trabalhos da agenda do FCV: (i) cooperação nos trabalhos do Banco Central do Brasil – BCB para implementação da Circular Bacen nº 3.815/2016 (liquidação centralizada das ordens eletrônicas de débito e crédito para os *marketplaces*; (ii) elaboração de duas cartilhas sobre relações trabalhistas com o Ministério do Trabalho e a FecomercioSP; (iii) acompanhamento da modernização das relações trabalhistas presentes na Lei 13.467/2017; (iv) cooperação nos trabalhos da Receita Federal do Brasil (RFB) sobre a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

A SCS elaborou estudos para construção de diagnósticos e mapeamento de atividades afetas ao comércio eletrônico, especialmente sobre tributação e efeitos na competitividade do setor e estudo de benchmarking sobre tributação nos EUA e Europa e sobre processos de logística para a melhoria do ambiente de negócios. Importante mencionar a Resolução CIT Digital nº 05/2018, que criou o “Subcomitê de Comércio Eletrônico e Exportações”, coordenado pela SCS e Ministério das Relações Exteriores, para harmonizar iniciativas ligadas ao ambiente digital, aproveitar o potencial das tecnologias digitais e promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e inclusivo. Em 2018, o Subcomitê articulou ações para promoção do comércio eletrônico doméstico e internacional coordenadamente com diferentes órgãos e entidades afetas ao tema.

Quanto à inovação para o setor terciário, destaca-se o Laboratório de Inovação do Varejo (ProVA). Seu objetivo é ser um ambiente de inovação que fortaleça a conexão entre agentes do varejo, potencializando a cultura de inovação no setor. O ProVA é conduzido e implementado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com monitoramento da SCS nas reuniões do Comitê Gestor e Técnico do projeto.

Em 2018, foi publicada a versão 2.0 da Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis e de suas Notas Explicativas; concluída a modernização do sistema Expofeiras, no qual publicou-se e distribuiu-se o Calendário 2019, com 170 eventos em três idiomas. A SCS, atenta aos possíveis impactos das propostas legislativas, também analisou 115 propostas relativas ao ambiente negocial.

COMPETITIVIDADE, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Com foco em produtividade, como já mencionado, o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P) concluiu com sucesso, em julho de 2018, a primeira fase de atendimento prevista: 3.000 empresas, aumento médio de produtividade de 52% e ganho médio anual estimado em 11 vezes o valor total investido e retorno de investimento em menos de 24 dias. Além disso, parte dessas empresas teve uma redução média de 59,11% de movimento de trabalho e 61,9% de retrabalho. O Decreto nº 9.547, de 31 de outubro de 2018, foi editado com o intuito de fortalecer e ampliar o Programa.

Com o intuito de promover a modernização e a transformação digital do setor da Construção Civil, o Governo Federal instituiu a Estratégia *Building Information Modeling* (BIM), por meio do Decreto nº 9.377, de 17 de maio de 2018. Esse Decreto criou o Comitê Gestor com a finalidade de implementar a Estratégia BIM- BR e gerenciar suas ações, e o Grupo Técnico (GTEC-BIM), com o objetivo de assessorar o Comitê no desempenho de suas funções.

Nesse contexto, as metas e os indicadores da Estratégia BIM BR, no período de dez anos, são: aumentar a produtividade das empresas em 10%; reduzir custos em 9,7%; aumentar em 10 vezes a adoção do BIM; e elevar em 28,9% o PIB da Construção Civil.

Ao longo de 2018, também foi criado o grupo latino-americano sobre colaboração governamental em BIM, do qual participam o Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Argentina e Uruguai.

Em relação ao fortalecimento e à ampliação de setores com altos índices de eficiência produtiva e baixa emissão de gases de efeito estufa, o Brasil participa de cooperação internacional com o Centro de Conservação de Energia do Japão (ECCJ). Os resultados foram apresentados em Seminário Internacional, em São Paulo, integrado à reunião do Grupo de Trabalho sobre eficiência energética de máquinas e equipamentos industriais (EMAK 9), fruto da Parceria Internacional para Cooperação em Eficiência Energética (IPPEC), criado no âmbito do G20.

O MDIC e parceiros articularam processo de revisão do Plano Setorial de Redução de Emissões para adequá-lo ao Acordo de Paris. O estudo foi realizado em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e apresentado pelos parceiros durante a Conferência das Partes – COP 24 da Convenção do Clima – UNFCCC em Katowice, Polônia.

Em 2018, também foi instituído o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, por meio da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece mecanismo de incentivo à P&D, requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas. O Programa consiste em alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, ao padrão almejado pelos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Em 2018, por meio da Portaria MDIC nº 958-SEI, de 1º de junho de 2018, renovou-se o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), que atua na estratégia de desenvolvimento produtivo. Seu objetivo é estimular processos locais de desenvolvimento, por meio da promoção da competitividade e da sustentabilidade dos empreendimentos no território dos APLs trabalhados, visando alcançar, dentre outros resultados: a inovação tecnológica, o crescimento do nível de emprego e renda, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Foi relançado o Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais, disponibilizado no endereço www.observatorioapl.gov.br. O site foi reestruturado de forma a torná-lo mais intuitivo e informativo, com aumento na capacidade de análise de dados e elaboração de indicadores capazes de medir a eficiência das políticas públicas para APLs, e também no avanço em sistemas adicionais de cadastro, com filtros para auxiliar a identificação dos arranjos, por Estado, por setor e por grau de informação.

O Observatório foi reestruturado para contemplar a construção dos conceitos e da arquitetura do novo sistema, envolvendo a implementação de um módulo evolutivo denominado Visão 1.0, um sistema de dados georreferenciados, que permite a disponibilização e visualização de informações provenientes de diversas bases de dados, baseadas em localização geográfica, para dar suporte à tomada de decisão.

Além das reuniões plenárias sistemáticas no âmbito do GTP-APL, foram realizados dois Encontros com os Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs (NEs), em Brasília/DF. Durante os eventos, os núcleos apresentam suas agendas e um panorama de sua atuação.

Complementando as ações voltadas à integração do GTP-APL e, diante de deliberação da 2ª Reunião Plenária, foi promovido o 1º Workshop sobre Indicação Geográfica com foco em APL, na sede do Sebrae Nacional, em Brasília/DF, com o objetivo de discutir sobre as possibilidades de aplicação das Indicações Geográficas (IG) para alavancar a competitividade dos APLs.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No ano de 2018 foram implementadas iniciativas que vieram contribuir para o alcance dos objetivos do Plano Plurianual – PPA 2016 - 2019, tanto no sentido de elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira.

Com o sucesso dos resultados positivos de pequenas e médias empresas atendidas pelo Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), foi possível verificar a importância da manufatura enxuta como estratégia de produção. Vale incentivar e promover ações de baixo custo, alto impacto e ganho acelerado de produtividade ligadas a melhoria da gestão; redução do consumo de energia; redução de perdas e desperdícios nos processos produtivos.

No geral, ainda há desafios transversais a serem enfrentados como digitalização e conectividade; comércio eletrônico; Indústria 4.0; capacitação profissional e tecnológica; incentivos à inovação; apoio a *Startups*, além de questões tributárias, acesso a crédito e abertura comercial do Brasil. Espera-se reforçar parcerias já estabelecidas e estabelecer novas frentes de articulação com órgãos e entidades públicas e privadas. Isso contribuirá para integração das ações de desenvolvimento produtivo e facilitará a proposição e adoção de iniciativas para elevar a eficiência e reduzir custos sistêmicos; para aperfeiçoamento e simplificação de mecanismos regulatórios. A melhoria geral do ambiente de negócios para as empresas de bens e serviços é peça fundamental na estratégia de retomada da economia.

PROGRAMA 2076

DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

No PPA 2016-2019, o Programa Desenvolvimento e Promoção do Turismo conta com dois objetivos que se relacionam aos objetivos estratégicos da Política Nacional de Turismo: aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos; e promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

As políticas de turismo, coordenadas pelo Ministério do Turismo – MTur, buscam dinamizar o setor por meio de diversos instrumentos: melhorias da base legal e do ambiente de negócios; investimentos; estímulos ao empreendedorismo; apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos; aprimoramento da qualidade da oferta turística; consolidação da inteligência competitiva.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao longo do exercício de 2018, resultados importantes para o desenvolvimento do turismo brasileiro foram conquistados. Entre os quais pode-se destacar: a entrada em vigor da emissão de vistos eletrônicos para Austrália, Canadá, Japão e Estados Unidos; o lançamento do Cadastur 3.0; a isenção de impostos de importação para a aquisição de equipamentos para os parques temáticos; ações de fortalecimento ao crédito; a realização de ações de fiscalização em todo o país e a liberação da possibilidade de controle acionário de até 100% de capital estrangeiro nas companhias aéreas nacionais.

O Programa de Visto de Visita por Meio Eletrônico – e-Visa agrega rapidez e comodidade à solicitação de vistos para o Brasil e aumenta a eficiência na prestação dos serviços consulares, além de facilitar a entrada de turistas estrangeiros no Brasil. Os dados do ano de 2018, no período de janeiro a dezembro, apontam que o número de e-Visas processados foi de 199.398, computados todos os pedidos de e-Visa recebidos nos sistemas consulares (em análise, concedidos, não concedidos e denegados). Dados consolidados, de 2018, apontam que outubro foi o mês que apresentou o maior número de e-Visas processados (22.593), sendo os Estados Unidos o país com maior número de pedidos (15.894), seguido do Canadá (2.832), da Austrália (2.131) e do Japão (1.736).

A aprovação da Política de Céus Abertos com os Estados Unidos da América (Decreto Legislativo nº 15, de 2018) é outro ponto de destaque. Na prática, permite aumentar o número de voos entre os dois países. A convenção permite às partes o direito de sobrevoar o território do outro país sem a necessidade de efetuar o pouso, bem como o direito de fazer escalas no seu território para fins não comerciais. Também fica prevista a abertura ou encerramento de novas rotas entre Brasil e Estados Unidos de forma livre, sem o limite de 301 voos semanais anteriormente previsto.

Quanto ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, o novo sistema 3.0 foi lançado nas 5 macrorregiões do país, bem como foi realizado o treinamento dos 27 órgãos regionais de turismo para o uso da nova ferramenta modernizada, em observância à legislação de simplificação do Governo Federal. O Cadastur 3.0 contribui para desburocratização e, dessa forma, facilita a rotina dos empresários do setor, visto que a inscrição passou a ser inteiramente eletrônica, por meio de uma interface amigável e interligada ao banco de dados da Receita Federal. Merecem menção as operações de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos que foram realizadas em 2018, as quais tiveram repercussão positiva perante a oferta turística em decorrência dos notáveis resultados observados: sensibilização sobre o Cadastur para cerca

de 8.000 prestadores de serviços turísticos, além de aproximadamente 2.000 visitas in loco, em 25 capitais brasileiras e em 10 destinos prioritários. Essas ações combinadas trouxeram um aumento de 21% dos registros de prestadores no Cadastur neste ano de 2018, perfazendo um total de 78 mil cadastros.

O segmento de parques temáticos também foi beneficiado no exercício de 2018 com medidas que vão estimular investimentos e a geração de empregos no setor de turismo. O governo autorizou a importação de equipamentos sem similares nacionais com tarifa zero em compras realizadas até o final de 2020, segundo consta da Resolução nº 98, de 07 de dezembro de 2018, da Câmara de Comércio Exterior – Camex. O setor trabalha hoje com isenções temporárias, que zeram a tarifa por períodos pré-determinados, mas busca a isenção permanente no âmbito de comitê técnico do Conselho do Mercado Comum do Mercosul.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, o Governo Federal atuou em parceria com as instituições financeiras, promovendo a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Assim, após a realização do credenciamento de oito instituições financeiras para operarem com recursos do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, foram repassados aos agentes financeiros credenciados R\$ 353,2 milhões para concessão de crédito aos empresários do setor do Turismo. Até dezembro de 2018, foram concedidos R\$ 71,7 milhões em 38 operações contratadas, distribuídas em oito Estados brasileiros, o que gerou 1.777 empregos nos empreendimentos financiados com recursos do Fungetur. Em relação à carteira de projetos em análise, a linha de crédito possui 45 propostas, no valor de aproximadamente R\$ 115 milhões em financiamentos para os próximos meses, com expectativa de geração de mais de 1.415 empregos para o setor.

Em 2018, foram realizados dez eventos de atração de investimentos na Itália, China e Brasil. Nessas oportunidades, foram apresentados mais de 20 projetos de investimento por delegações de empresários e agentes de governos de cinco estados e cinco municípios do Brasil, com valor superior a US\$ 15 bilhões, a mais de 100 potenciais investidores qualificados (brasileiros e estrangeiros).

A edição de Medida Provisória nº 863, de 13 de dezembro de 2018, que promove alterações no Código Brasileiro de Aeronáutica, foi outro ponto positivo para o turismo nacional, já que elimina o teto de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas nacionais. Desse modo, permite a exploração dos serviços por companhia constituída segundo as leis brasileiras, com sede de administração no Brasil. A medida favorece o ingresso de capital estrangeiro no país e, portanto, tende a aumentar a competição no setor ao ampliar as fontes de recursos para as companhias já existentes e potencializar o surgimento de novos entrantes.

COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS, PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas, de modo que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo órgão. Com atualização bienal, a versão mais recente do Mapa foi publicada em 2017 e conta, atualmente, com 3.285 municípios divididos em 328 regiões turísticas.

Para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios, o MTur elaborou a Categorização, um instrumento previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, que permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros. Em 2018, foram recebidas

536 propostas, das quais 12 foram aprovadas, ocasionando a celebração de 12 convênios para elaboração de Planos Municipais de Turismo Municipal.

No que diz respeito às obras de infraestrutura turística, destaca-se que, em consonância com o Mapa do Turismo Brasileiro, são aprovados diversos projetos todos os anos. Em 2018, foram apoiados 1.299 projetos que totalizam o repasse de R\$ 959,8 milhões. No mesmo período, foram concluídas 646 obras de infraestrutura turística que já se encontravam em execução, perfazendo um valor de R\$ 421,2 milhões de recursos investidos.

No que se refere às linhas de financiamento, o papel articulador do Ministério do Turismo foi fortalecido com a estruturação da 3ª fase do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo –PRODETUR, o PRODETUR +Turismo. O Programa apoia o setor público e a iniciativa privada ao tornar mais fácil o acesso a recursos de financiamentos nacionais e internacionais, a implementação de projetos para o desenvolvimento e a estruturação dos destinos turísticos no Brasil.

Pelo fato de congregarem diversas intuições em parceria (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Associação Brasileira de Desenvolvimento – ABDE, Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE e BADESUL Desenvolvimento/RS), o PRODETUR +Turismo viabiliza grande volume de investimentos. Em sete meses (junho a dezembro de 2018) foram cadastradas 118 propostas que totalizam um pleito de R\$ 4,3 bilhões. Foram concedidos 85 selos +Turismo, sendo 67 para municípios, 4 para estados e 14 para iniciativa privada.

Desta forma, por meio do PRODETUR +Turismo, foi desenvolvido modelo inovador de consultoria pública institucional voltada à preparação e à implementação de projetos de desenvolvimento, bem como à estruturação do turismo nos destinos e regiões turísticas do Brasil.

No que concerne à qualificação profissional, foram desenvolvidas ações nas seguintes linhas de atuação:

- a) PRONATEC TURISMO FIC – Formação Inicial e Continuada: curso com carga horária mínima de 160 horas, ofertado nas linhas de ação PRONATEC Turismo na Empresa, PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo Social e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local;
- b) PRONATEC Voluntário: oferta de vagas gratuitas em cursos de Formação Inicial e Continuada, na modalidade Ensino a Distância – EaD, administrados por instituições privadas de educação profissional e tecnológica, sem transferência de recursos por parte do Ministério da Educação – MEC. Essa linha de atuação é destinada, prioritariamente, a beneficiários estudantes do ensino médio da rede pública e maiores de 15 anos;
- c) MedioTec Concomitante: oferta gratuita de cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades presencial e a distância. A formação é destinada a estudantes regularmente matriculados no ensino médio, a partir do segundo ano, prioritariamente em instituições da rede pública, nos termos do art. 36-C, inciso II, da Lei nº 9.394/1996;
- d) Curso de Atendimento ao Turista – Brasil Braços Abertos 2018: Ensino à distância com o objetivo de promover a elevação de qualidade no atendimento do turista e aperfeiçoamento profissional;

e) Curso de Gestor de Turismo: formação inédita destinada aos atores institucionais, em especial os gestores das políticas públicas do Turismo, com idade igual ou superior a 18 anos, atuantes no desenvolvimento do turismo.

Ao longo de 2018, foram qualificadas 193.869 pessoas para a cadeia produtiva do turismo, resultado que superou a meta prevista para o exercício de qualificar 6.000 pessoas. A adesão do MTur às iniciativas do PRONATEC Voluntário e MédioTec, no âmbito do MEC, foi preponderante para o expressivo resultado alcançado. Cabe ressaltar que, na modalidade do PRONATEC Voluntário, não há transferência de recursos federais. Sendo assim, o MTur atua com a operacionalização da oferta de vagas.

Assim, no triênio 2016-2018 foram realizadas 217.907 qualificações, soma bastante superior à meta fixada para o período, a qual previa qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo.

Em 2018, o Ministério do Turismo retomou sua atuação na temática da produção associada ao turismo e do turismo de base local por meio da celebração do Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre Ministério do Turismo e a Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD. O objetivo do Acordo é o de promover o fortalecimento da agricultura familiar no turismo, a partir do fomento ao turismo rural, à comercialização e à promoção de produtos e serviços da agricultura familiar no turismo.

Também ocorreu a celebração do Termo de Execução Descentralizada – TED 01/2018, entre MTur e o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria Nacional de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. As ações previstas são: a formulação de diretrizes nacionais do Turismo de Base Comunitária e a melhoria da gestão, além da estruturação e do apoio à comercialização das iniciativas de turismo de base comunitária que ocorrem no interior ou entorno das Unidades de Conservação Federais e demais Áreas Protegidas. Ainda estão previstas ações promocionais sobre o tema em eventos relevantes do setor.

Segundo estudos do World Travel EC1 Tourism Council, o turista LGBT gasta, em média, 30% a mais e viaja 4 vezes mais do que outros segmentos. De acordo com a IGLTA (The International Gay & Lesbian Travel Association), o mercado de viagens gays e lésbicas movimentou US\$ 54 bilhões anuais. Além disso, 67% afirmam dar preferência aos meios de hospedagem que se posicionam como “gay-friendly”. Considerando esse mercado, o MTur formalizou Cooperação Técnica com a Embratur e a Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil. O Acordo visa à execução de ações voltadas à promoção e apoio à comercialização do Brasil como destino “gay-friendly” no mercado nacional e internacional e ainda a sensibilização de prestadores de serviços turísticos para evitar o preconceito ao atender o público LGBT nos destinos classificados como relevantes para o segmento.

Outra ação de impacto refere-se às estratégias para fortalecer o combate à violação dos direitos das crianças e adolescentes no turismo. Para tanto, o MTur se concentrou na aproximação com as entidades organizadas que atuam, nacional e internacionalmente, com a temática. Em 2018, a atuação do Brasil no Grupo de Ação Regional das Américas – GARA foi intensificada, tendo em vista a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no setor de viagens e turismo. Também participaram Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Como resultado das citadas articulações estão:

Representação do Brasil, durante a “Cumbre Internacional para la Protección de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo”, em Bogotá, onde o Brasil se manifestou signatário do “Manifiesto para la Protección de los niños, niñas y adolescentes en viajes y turismo para América Latina”;

Realização de vídeo para Campanha de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes para o Carnaval 2018, sendo este um período que tradicionalmente movimenta no país um grande número de visitantes nacionais e internacionais. A ação teve por base a Lei nº 12.978/14, que tornou essa violação de direito, crime hediondo no Brasil;

Promoção e realização de Seminário Internacional sobre enfrentamento a exploração sexual no turismo, no qual foi promovido um debate entre o poder público, entidades representativas do setor do turismo e a representação do ECPAT sobre a elaboração de um Código de Conduta para o Turismo no Brasil, a partir das experiências da Colômbia e República Dominicana;

Publicação da Portaria Interministerial nº 182, de 13 de dezembro de 2018, que institui o Código de Conduta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Também em 2018, o Ministério do Turismo, em parceria com o Conselho Nacional de Turismo, realizou o Prêmio Nacional de Turismo, que teve como objetivo identificar, reconhecer e premiar iniciativas e profissionais que tenham inovado ou trabalhado de forma proativa para o desenvolvimento do turismo no País. Foram premiadas 21 iniciativas, bem como 5 profissionais de destaque.

PROMOÇÃO DOS DESTINOS, PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS BRASILEIROS

Quanto às ações de promoção interna, ao longo do ano de 2018, o Ministério do Turismo realizou a campanha Brasil +Turismo – MTur 15 anos, que deu continuidade ao reforço de comunicação da campanha Brasil +Turismo realizada em 2017, objetivando a divulgação de um pacote de medidas para alavancar o turismo brasileiro e gerar mais emprego e renda ao setor.

O Ministério também efetuou campanhas de promoção ao turismo doméstico, tendo por foco 2 fases da campanha de férias – a primeira no primeiro semestre e a segunda no segundo semestre – de maneira a tirar o melhor proveito do período de férias em ambos os momentos no ano. Também foram feitos esforços para ampliar a visibilidade dos Parques Nacionais.

Outro instrumento de apoio à promoção é o Calendário Nacional de Eventos, o qual divulga os eventos turísticos brasileiros e agrega valor à imagem dos nossos destinos, além de fornecer informações de qualidade sobre a oferta turística do Brasil que possam ser úteis ao turista no momento de planejar suas viagens. Em 2018, foram cadastrados 2.110 eventos na plataforma, que contou com o acesso de 90 mil usuários de 19 países. Para efeitos de comparação, em 2017 foram cadastrados 1.519 e em 2016 foram cadastrados 888 eventos.

Desde a sua criação, o Ministério do Turismo apoia eventos geradores de fluxos turísticos, como fontes de geração de emprego e de distribuição de renda, além de auxiliarem na valorização do patrimônio cultural e imaterial do destino, gerando atratividade para períodos específicos e contribuindo para a diminuição da sazonalidade.

Esse apoio é de suma importância, pois permite a promoção, o posicionamento do destino no mercado nacional e o fomento da atividade turística, aplicando a verdadeira política pública do órgão. Além disso, ao realizar os eventos turísticos brasileiros, possibilita que esses eventos agreguem valor à imagem dos destinos de forma estratégica.

Nesse sentido, os eventos geradores de fluxos turísticos visam o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística nas regiões do Brasil. Pois são considerados como uma das principais motivações de viagens para os destinos brasileiros, fomentando de forma positiva a economia daquele destino.

No ano de 2018, o Ministério do Turismo apoiou 52 eventos de caráter tradicional e notório conhecimento popular que contaram com um fluxo de mais de 2,25 milhões de pessoas, por intermédio do Programa de Apoio a Eventos Geradores de Fluxos Turísticos.

A promoção nacional foi fortalecida com a criação do Sistema de Informações sobre Destinos Turísticos – SIDTUR, disponibilizado no endereço sidtur.turismo.gov.br. O sistema, que é alimentado de forma colaborativa por UFs, regiões turísticas e municípios, tem o objetivo de coletar e gerenciar informações promocionais sobre os destinos turísticos brasileiros. O SIDTUR também permite consultas e a integração com ferramentas promocionais que venham a ser criadas pelo Governo Federal, a exemplo de sites promocionais. Assim, a ferramenta permite a manutenção de uma base de dados atualizada para dar suporte às ações de promoção, comunicação e apoio à comercialização do Ministério do Turismo, Embratur e órgãos oficiais de turismo dos estados e municípios. Em 2018, foram concluídas as seguintes ações:

- Desenvolvimento do sistema – módulo destinos;
- Inclusão de informações promocionais relacionadas a 410 municípios, que foram nele cadastrados;
- 1.962 atrativos turísticos cadastrados;
- 497 produtos associados ao turismo cadastrados;
- 574 imagens de destinos turísticos cadastradas.

Destaque-se que o conteúdo do SIDTUR, ou seja, as informações turísticas sobre os destinos nele contidas, já vem sendo utilizado pelo Ministério do Turismo nas últimas campanhas e ações promocionais realizadas.

No que tange às ações de inteligência de mercado, em 2018, também foram realizados três encontros entre os membros da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo – RIMT, que é um ambiente para análise de informações e compartilhamento permanente de experiências, de modo a orientar a promoção dos destinos, conforme as expectativas e tendências dos mercados.

Os encontros contaram com a presença de representantes do Ministério do Turismo, Embratur, SEBRAE Nacional, órgãos oficiais de turismo das UFs, SEBRAEs estaduais e convidados do trade, e possibilitaram o fortalecimento de vínculos entre os membros participantes e disseminação de informações sobre temas relacionados à inteligência de mercado. Logo no início do ano, uma agenda de atividades foi estabelecida pelos membros e um mapa estratégico foi construído.

Como forma de disseminar a informação produzida no âmbito da RIMT, três boletins com infográficos, direcionados a empresários e gestores públicos, foram produzidos, a partir do estudo de demanda turística internacional e divulgados para os interessados em www.turismo.gov.br/rimt. Também foi disponibilizada uma Biblioteca Virtual, que reúne documentos, estudos e toda a informação que se relaciona à inteligência de mercado no turismo.

No que diz respeito às ações realizadas no exterior para a promoção do turismo do Brasil, em 2018, destacam-se as seguintes:

Captação e Promoção de Eventos Internacionais com apoio aos onze projetos de candidatura de cidades brasileiras à captação de eventos internacionais e cinco ações de promoção internacional de eventos associativos já captados para o Brasil.

Participação em 18 feiras internacionais de turismo até dezembro de 2018, com o objetivo de divulgar os destinos turísticos e promover negócios entre empresários brasileiros e estrangeiros, com mais de 300 empresas e órgãos oficiais de turismo brasileiros, gerando uma expectativa de US\$ 54,2 milhões em comercialização de viagens ao Brasil para os próximos 12 meses;

Realização de 03 campanhas publicitárias totalmente online. As campanhas atingiram um total de 11 países prioritários e 6 países não prioritários. A campanha Happy By Nature (Felizes Por Natureza), que começou no dia 16 de junho, em Moscou, alcançou mais de 300 milhões de pessoas. Somente na imprensa internacional, o público estimado foi de aproximadamente 200 milhões, por meio das mais de 50 matérias publicadas em jornais e portais.

Os eventos Internacionais representam excelentes plataformas para a promoção do turismo brasileiro, como a Copa do Mundo da FIFA na Rússia. O ano de 2018 também foi marcado pelo lançamento de novas plataformas que visam auxiliar os estrangeiros a definirem destinos e roteiros para visitar no Brasil, tais como ‘Parques Temáticos’ e ‘Surf Brasil’, com conteúdo segmentado para os turistas que buscam informações sobre esses dois nichos específicos de turismo. As plataformas foram pensadas para consolidar as informações essenciais para o turista estrangeiro que tem interesse em tais nichos.

Outra plataforma lançada foi o ‘Visit Brasil Marketplace’, a versão digital das feiras de turismo atuais, plataforma de geração de negócios entre o trade brasileiro e o internacional. Empresas do setor podem ofertar seus serviços a compradores estrangeiros em um balcão aberto 24 horas por dia, sete dias por semana, o que torna mais fácil o encontro de produtos turísticos pelos mercados internacionais. A ferramenta de contato traduz automaticamente as mensagens para outros idiomas a fim de facilitar a comunicação entre quem compra e quem vende.

No período 2017/2018, desenvolveu-se projeto de 12 meses de duração, que teve por objetivo a elaboração de “Estudo para Definição de Estratégias Inovadoras para a Promoção Turística Internacional”, com foco específico na revisão da operação de promoção do destino Brasil no mercado mundial. As atividades técnicas foram organizadas a partir da necessidade identificada na própria Embratur de se reposicionar no mercado de marketing turístico de destinos, acompanhando o movimento de outras organizações internacionais e recolocando o Brasil no ambiente de relacionamento entre líderes da promoção do mercado de viagens.

Como resultado, o projeto foi capaz de identificar que o ritmo de crescimento do Brasil (chegadas turísticas), apesar de crescente, está abaixo de outros concorrentes vizinhos e que uma nova organização da atividade de marketing pode contribuir para reverter este quadro. Por meio de entrevistas de benchmarking com grandes líderes da promoção de destinos turísticos no mundo, o projeto diagnosticou a existência de novos processos organizacionais voltados, principalmente, para a atividade digital e gestão em tempo real dos movimentos da demanda turística, evidenciando ainda mais o posicionamento correto da Embratur em iniciar os estudos em prol de sua reorganização.

Com base nos resultados das entrevistas com os Destination Marketing Organization – DMO, atual nomenclatura das organizações de promoção, foi possível ainda obter subsídios para o desenvolvimento de novas conclusões sobre padrões de consumo do produto turístico mundial e brasileiro. As hipóteses resultantes já foram colocadas em prática, junto às agências de marketing que atendem à Embratur, e a seleção de ferramentas digitais de interesse direto do Brasil também foram identificados.

Por fim, no que se refere ao resultado econômico da Embratur, por meio do estudo comparado de outras metodologias internacionais, foi possível identificar que o órgão causa impacto econômico positivo para o Brasil e pode potencializar sua atuação se conseguir se reposicionar em forma de uma agência de promoção, nos moldes dos principais receptores de turistas do mundo.

Ressalta-se que, para o monitoramento do resultado dos esforços de promoção do Brasil no exterior, é de fundamental importância o acompanhamento do número de turistas que entram no país. A entrada de turistas contribui para a geração de divisas no país, movimentando a

economia e consequentemente gerando benefícios sociais para a população. Avalia-se que o aumento no número de turistas, em 2018, está de acordo com a perspectiva da Embratur.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Ministério do Turismo vem atuando sistematicamente para tornar o setor um importante vetor de desenvolvimento econômico. No entanto, alguns desafios ainda precisam ser vencidos, como a redução do custo Brasil, a desburocratização do setor e a melhoria do ambiente de negócios, de modo a ampliar os investimentos e contribuir com o aumento do número de viagens no país e, consequentemente, com a geração de emprego e renda.

Para o exercício de 2019, o MTur fortalecerá ações voltadas à geração de empregos e à diminuição do custo de viagem no Brasil para os turistas nacionais e internacionais, visando o aumento do fluxo de turistas no País, bem como à redução do déficit na balança comercial.

Para tanto, estão previstas medidas para a modernização da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), nos moldes propostos pelo Projeto de Lei nº 2.724/2015, para que o ambiente legal e normativo do setor acompanhe as novas necessidades do mercado e das relações de consumo e de negócios, tornando o setor mais competitivo e inovador.

Já a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico – AEITs, por meio da aprovação do PLS nº 129/2016 (nos termos do substitutivo apresentado pelo MTur) é uma importante medida para a atração de investimentos nacionais e internacionais, pois o PLS prevê, como vantagens e facilidades, a redução e/ou isenção de impostos e contribuições e o licenciamento ambiental simplificado. As AEITs poderão ser instituídas em áreas públicas ou privadas, mediante proposta dos membros do Sistema Nacional de Turismo ou de pessoa jurídica interessada na exploração das áreas, para a construção de portos, marinas, resorts, meios de hospedagem, restaurantes, parques temáticos, complexos turísticos, etc.

Outra relevante iniciativa é a publicação da Instrução Normativa que possibilita a implantação da gestão turística de áreas da União com potencialidade para o desenvolvimento sustentável do turismo. A partir desta medida, o Ministério do Turismo poderá otimizar o uso de áreas que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União – SPU e permitir atividades típicas do setor de viagens, como a construção de marinas, hotéis, parques temáticos e resorts. Poderá também, gerir imóveis da União que estão em desuso ou em depreciação.

Destaca-se, também, a importância da assinatura do Decreto que institui a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial, medida que possibilitará o aprimoramento da gestão turística dos sítios culturais e naturais brasileiros declarados Patrimônio Mundial e fomentará a estruturação de destinos patrimoniais, culturais e ambientais, de forma a torná-los autossustentáveis, melhorando o ambiente de negócios, adequando-os à dinâmica atual da atividade turística e promovendo maior integração entre instituições governamentais, iniciativa privada e a sociedade.

Para a ampliação da conectividade aérea brasileira, ressalta-se a importância da aprovação da Medida Provisória nº 863/2018, que propõe a abertura do Capital Estrangeiro para as Companhias Aéreas. A aprovação da abertura total (100%) das empresas ao capital estrangeiro vai ampliar o número de companhias aéreas em operação no país, aumentando a concorrência e, consequentemente, reduzindo o preço para o consumidor. Atualmente, o Brasil tem mais de 100 aeroportos fechados. A reativação desses equipamentos representa um estímulo à aviação regional, aumentando o número de rotas e destinos atendidos.

Ainda, nesta temática, ressalta-se a Resolução do Senado nº 55/2015, que fixa alíquota máxima (12%) para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e

sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas operações internas com querosene de aviação – QAV.

Adicionalmente, houve a elaboração e implantação de um plano estratégico integrado de posicionamento de imagem para o País e do incremento da promoção turística com a transformação da Embratur em uma Agência de Promoção Internacional (aprovação do PL nº 7.425/2017). Ressalta-se que o modelo institucional adotado no Brasil para a promoção do turismo não tem permitido que a Embratur enfrente competidores internacionais pela reduzida flexibilidade do modelo. A aprovação do PL nº 7.425/2017 poderá possibilitar que a gestão da Embratur seja efetivada em moldes mais contemporâneos, conferindo-lhe modernidade, agilidade e inovação, permitindo a parceria com a iniciativa privada para atrair turistas, eventos e investimentos.

Por fim, entende-se ser importante para o turismo a isenção de vistos para países estratégicos, considerando os resultados obtidos com a implementação do visto eletrônico – e-Visa para cidadãos de quatro países – Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão.

PROGRAMA 2050

MUDANÇA DO CLIMA

Nos Planos Plurianuais Federais, o tema Mudança do Clima foi abordado diretamente pela primeira vez no PPA 2000-2003 como o programa 0475 – Mudanças Climáticas – cujo objetivo era “desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas”.

Para o PPA 2016-2019 o Programa 2050 – Mudança do Clima traz um conjunto de objetivos que, de forma integrada com as metas e as iniciativas propostas, procura evidenciar a evolução do estágio de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A PNMC foi instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 2010, posteriormente substituído pelo Decreto nº 9.578, de 2018. A política estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a serem adotados em relação à mudança do clima. Embora o Brasil não esteja vinculado a metas obrigatórias de redução pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC, doravante denominada Convenção do Clima), em linha com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, a PNMC declara um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas para 2020.

O Decreto nº 9.578/2018, entre outras ações, detalha os instrumentos da PNMC para cumprimento do compromisso voluntário brasileiro. Para efeito da regulamentação são considerados o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) e o Plano de Emissões da Siderurgia. A PNMC ainda prevê planos para os setores de transporte (urbano e interestadual de passageiros e carga), saúde, indústria (transformação, bens duráveis, química fina e de base, papel e celulose, construção civil) e mineração.

Além do que foi previsto na PNMC, devem ser considerados os novos compromissos assumidos pelo país junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. Conforme apresentado na NDC, para atender ao desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, comparado ao nível de emissão em 2005 com base no Segundo Inventário Nacional, o Governo Federal buscará articular junto aos atores relevantes a efetiva mitigação e adaptação à mudança do clima por meio da implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos existentes.

Um desafio a ser vencido consiste no desenho da estratégia de transparência e mensuração, relato e verificação (MRV), que deverá ser repensada com base nos novos contextos nacional e internacional de enfrentamento da mudança do clima trazidos pela NDC e pelo Acordo de Paris, de maneira que se implemente uma ferramenta de transparência e divulgação de informações que permita o acompanhamento da implementação das principais ações de mitigação e adaptação à mudança do clima no país, bem como facilite o acesso público à informação disponível.

Em matéria de adaptação aos efeitos da mudança do clima, em 2016 foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Adaptação (PNA), que busca promover o desenvolvimento nacional resiliente à mudança do clima, evitar e minimizar perdas, e aproveitar possíveis oportunidades.

O financiamento de atividades que reduzam as emissões e promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima continua a ser desempenhado em conjunto pelo Fundo Clima, um dos instrumentos da PNMC, e pelo Fundo Amazônia. Outros investimentos e potenciais fontes de mobilização de recursos estão sendo prospectados, em apoio à implementação dos compromissos assumidos pelo país.

Assim, o programa 2050 visa à continuidade e ao aprofundamento da implementação da PNMC e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção do Clima. Pretende-se que o efetivo cumprimento dos objetivos propostos possa levar o país a progredir em sua trajetória de mitigação e de adaptação à mudança do clima de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre os indicadores estabelecidos no PPA para o programa Mudança do Clima, destaca-se a Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), obtida com relação ao PIB real, que sofreu aumento de 13,9% entre 2012 e 2015. É preciso observar que o aumento nesse indicador deve-se quase totalmente ao aumento de emissões no período, dado que o PIB real entre 2012 e 2015 permaneceu praticamente inalterado³.

A seguir são descritos os principais resultados obtidos nas metas e iniciativas dos Objetivos do Programa.

INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS PARA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Na direção do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção do Clima, no ano de 2016 foi encerrado o projeto de cooperação técnica internacional que permitiu a elaboração, submissão, publicação e distribuição da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima (TCN – disponível em <http://sirene.mctic.gov.br/>).

Também em 2016, juntamente com a apresentação da TCN à Convenção do Clima, foi lançado o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE), que é um sistema computacional cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Encontram-se disponíveis no sistema resultados de emissões de 1990 a 2015, pertinentes ao Quarto Inventário Nacional de Emissões Antrópicas e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Esses resultados de emissões estão acessíveis no SIRENE por tipo de gás, por setor, por subsetor, por ano e por Unidade Federativa para os setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas. Também estão disponíveis os resultados de emissões de GEE das estimativas anuais para série histórica de 1990 a 2015, conforme previsto no Decreto nº 7.390/2010 para acompanhamento dos compromissos nacionais voluntários.

Em 2017, o Segundo Relatório de Atualização Bienal do Brasil (BUR, em inglês) foi submetido à Convenção do Clima para Análise e Consulta Internacional (ICA). Além disso, foi elaborada a 4ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, o qual apresenta estimativas das emissões de GEE para até o ano de 2015.

No âmbito do Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, treinamentos foram realizados e estudos técnicos e articulações entre atores governamentais foram continuados com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de suas ações de mitigação de emissões

³ Fontes: Emissões de GEE: sirene.mctic.gov.br; PIB real: calculado a partir das séries temporais do BC 1207 (PIB em R\$ correntes) e 7326 (PIB taxa de variação real no ano), tomando como ano base o ano de 2012.

de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), contribuindo para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão. Todas as publicações foram disponibilizadas no site do projeto (http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/opcoes_mitigacao/Opcoes_de_Mitigacao_de_Emissoes_de_Gases_de_Efeito_Estufa_GEE_em_SetoresChave_do_Brasil.html).

Na área de modelagem, foram realizados esforços para o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Dentre os avanços, destacam-se: (a) avanços na modelagem regional climática para geração de projeções da mudança do clima para a América do Sul; (b) evolução do modelo INLAND, que trata das interações superfície terrestre-atmosfera; (c) evolução da plataforma de modelagem ambiental espacialmente explícita (TERRA-ME); (d) o aprimoramento e calibração dos modelos de mudanças de uso da terra (LUCC-ME: *Land Use and Cover Change Modeling Environment*) e de emissões de gases do efeito estufa (INPE-EM); (e) o desenvolvimento do Modelo Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e do Modelo Regional do Sistema Terrestre Eta/NOAH-MP-INPE. Além disso, tiveram início os trabalhos para a realização de simulações (clima atual) e projeções de cenários futuros de mudanças climáticas com maior detalhamento sobre o Brasil, considerando os novos cenários de emissões chamados de RCPs (*Representative Concentration Pathways*), RCP 4.5 (cenário otimista) e 8.5 (pessimista) do IPCC no período de 1961 a 2100. Outra importante contribuição da área de modelagem foi a publicação da segunda edição ampliada e revisada do Atlas Brasileiro de Energia Solar, em colaboração com diversas universidades e centros de pesquisa. Em 2018, foram incorporados os resultados de modelagem do projeto HELIX nas análises realizadas pelo CCST/INPE. O projeto Helix visa avaliar os impactos da mudança climática a partir de diferentes níveis específicos de aquecimento global, a saber: 1,5°C, 2°C, 4°C e 6°C acima dos níveis pré-revolução industrial, o que representa uma abordagem inovadora que vai ao encontro de estudos realizados no âmbito do Acordo de Paris e dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.

Também, em 2018, vale a pena destacar a aprovação do projeto “Avaliação das Necessidades Tecnológicas para Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil” pelo Fundo Verde para o Clima (GCF, da sigla em inglês). Esse projeto visa desenvolver uma avaliação abrangente das necessidades tecnológicas para a implementação de planos de ação climática no Brasil.

MITIGAÇÃO DA MUDANÇA DO CLIMA E ADAPTAÇÃO AOS SEUS EFEITOS

Atualmente, o desafio dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento concentra-se no alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da NDC, principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país.

O Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, consolidou os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114/2009, e a PNMC, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Esse novo marco legal reafirmou os compromissos nacionais de redução da emissão dos gases de efeito estufa e continuou reconhecendo como instrumentos os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado). Além disso, a Portaria MMA nº 373/2018 propõe a padronização nos dados de áreas autorizadas de supressão da vegetação, em alinhamento com a Lei nº 12.651/2012 e com a necessidade de dar

transparência aos dados de gestão florestal no país, distinguindo assim o desmatamento legal do ilegal.

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da PNMC (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que as taxas anuais de desmatamento de 2016 e 2017 mantiveram-se no patamar de 6.000 a 7.000 km², segundo dados do PRODES/INPE. Conforme estimado pelo sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.6947 km² em 2017. Em 2018, contudo, a taxa voltou a aumentar, atingindo um total de 7.900 km², valor 13,7% superior ao registrado no período anterior. Ainda assim, essa taxa está distante do valor máximo de desmatamento previsto até 2020, segundo a meta da PNMC, cujo patamar máximo é de 3.925 km².

Para o bioma Cerrado, a meta estipulada – redução de 40% em relação ao desmatamento observado no período de 1999 a 2008 – está mais próxima da situação mensurada pelo sistema do INPE (PRODES Cerrado), que detectou um desmatamento de 9.482 km² para o ano de 2015, última medição realizada. Dados do INPE indicam que o Cerrado perdeu 6.657 km² de vegetação nativa em 2018, menor índice da série histórica. Este valor, ainda que elevado, está abaixo da meta estabelecida para 2020 na PNMC, que é de 9.421 km². O desmatamento observado no Cerrado em 2018 é 33% menor do que o mapeado em 2010, ano em que foi iniciado o PPCerrado.

O modelo de governança dos referidos Planos foi reformulado em 2016, unificando as instâncias de diálogo do PPCDam e do PPCerrado e aumentando os espaços de interlocução com os estados. A governança unificada dos Planos cria um ambiente propício ao diálogo e à articulação entre as instituições, assegurando que as agendas se desenvolvam de forma integrada e inclusiva, através da participação de grande parte do Governo Federal.

O clima mais seco e as elevadas temperaturas durante 2017 levaram à identificação de um número recorde de focos de calor, considerando a série histórica iniciada em 1999, o que representou um aumento de 80,32% no número de focos de calor para a região de atuação das brigadas contratadas. Isso impactou a meta de redução de focos de calor provocados por incêndios florestais. Entretanto, vale destacar que, apesar do aumento verificado, em 18 das 42 brigadas contratadas foi possível alcançar ou superar as metas de redução. Em 2018, o MMA enviou Projeto de Lei para a Casa Civil da Presidência da República sinalizando a importância de encaminhamento ao Congresso Nacional sobre o tema. O processo de elaboração do PL resultou em disseminação do conceito do manejo integrado do fogo, maior entendimento por parte de outros órgãos federais e da sociedade civil e vem impulsionando a ampliação da prática em unidades de conservação. Há evidências de que houve redução da área queimada por incêndios nas unidades onde o manejo foi introduzido.

Do ponto de vista de ações de mitigação e adaptação do setor agrícola às mudanças do clima, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) vem sendo implementado em todo o território nacional, em conjunto com os Grupos Gestores Estaduais (Planos Estaduais) e por meio de parcerias promovidas para este fim. Uma das 4 tecnologias utilizadas nesse plano referem-se à Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Sistema Plantio Direto (SPD) e Florestas Plantadas (FP). Um dos instrumentos do Plano ABC é o Programa ABC, que é uma linha de crédito destinado a financiar a adoção de sistemas sustentáveis de produção na agropecuária e, adicionalmente, tenham a capacidade de mitigar GEE e elevar a renda do produtor rural. Este programa deste 2010 a 2018 já financiou cerca de 34.252 projetos, envolvendo um total de 2.886 municípios, os quais representam 52% dos municípios brasileiros. Os projetos totalizaram um aporte de

recurso financeiro de aproximadamente R\$ 17,2 bilhões de reais. Cálculos do total de GEE mitigado, obtidos de forma indireta, indicam que a implementação das atividades do Plano ABC representou uma redução de 27,32 milhões de Mg CO₂ eq (39% da meta de redução de 70 milhões de tCO₂e no período de 2016-2019) no período de 2016 a 2018. Porém, cabe destacar que em trabalho realizado pelo Comitê Diretor da Plataforma ABC, foi possível levantar dados e gerar informações recentes sobre a adoção das tecnologias do ABC e da mitigação de GEE do setor rural para um período maior. Os dados da Plataforma Multi-institucional de Monitoramento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Plataforma ABC) sinalizam que o Plano ABC já viabilizou a mitigação entre 100,21 e 154,38 milhões de Mg CO₂ eq. no período que vai de janeiro de 2010 a dezembro 2018, indicando que as metas de redução das emissões de GEE da agropecuária brasileira até 2020 já estão sendo cumpridas. Os dados do setor agropecuário demonstram ainda o potencial do país em implementar e cumprir seu Compromisso Nacionalmente Determinado (*Nationally Determined Contributions*), firmado no âmbito do Acordo do Clima de Paris, para o período 2020 a 2030.

Com relação à adaptação à mudança do clima, vale destacar o avanço ocorrido nos últimos anos na elaboração de diagnósticos de impactos e vulnerabilidades da mudança do clima para todo o território nacional – imprescindíveis para ajudar a reduzir riscos na implementação de políticas públicas – e no fortalecimento da articulação federativa – por meio do estabelecimento de bases para o apoio a estados e municípios na identificação de riscos, impactos e medidas de adaptação à mudança do clima, visando uma maior proteção de toda a sociedade.

Nessa linha, os principais resultados alcançados foram:

- Estruturação da governança do PNA, com o estabelecimento do Grupo Interministerial Técnico de Adaptação (GTA) e do grupo de articulação federativa para atuação na agenda de adaptação à mudança do clima, com elaboração da primeira minuta de estratégia;
- Elaboração e publicação do 1º Relatório de Monitoramento & Avaliação da implementação do PNA - em português e inglês;
- Lançamento da Plataforma de gestão do conhecimento em Adaptação - Adaptaclima (<http://adaptaclima.mma.gov.br/>);
- Lançamento da plataforma PROJETA, para disponibilização de dados de projeção de mudança do clima (<https://projeta.cptec.inpe.br/>);
- Desenvolvimento de metodologia e índice de vulnerabilidade da população à mudança do clima juntamente com um software (SisVuClima);
- Elaboração do mapeamento de impactos relacionados a secas, enchentes e deslizamentos, considerando cenários de mudança do clima, para todos os municípios brasileiros; e
- Lançamento da Estratégia Brasil para acesso ao GCF.

A abordagem para o monitoramento das ações em mudança do clima encontra-se em processo de reestruturação visando a nova circunstância trazida pelo Acordo de Paris, promulgado no Brasil pelo Decreto 9.073/2017. A perspectiva de monitoramento das ações em mudança do clima segue agora a reorientação para as necessidades de Transparência e Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e este novo cenário desenvolve-se considerando o contexto nacional e internacional sobre mudança do clima abordado na NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

A metodologia inicial para o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de gases de efeito estufa (SMMARE), esboçada em 2014, inicialmente

prevendo uma abordagem setorial para o acompanhamento dos Planos Setoriais, foi remodelada para atender a NDC do Brasil. Nesse sentido, vislumbra-se a necessidade de um redirecionamento da estratégia inicial, frente às ações indicativas para a implementação da (NDC e da necessidade de acompanhamento da implementação das NAMAS.

Considerando as lições aprendidas e as lacunas identificadas no processo anterior, a nova abordagem para o SMMARE está em fase de teste e já em funcionamento com um piloto que inicialmente agrega os dados do setor florestal, tendo como horizonte futuro agrupar diversos módulos de MRV em diferentes setores. O piloto do SMMARE está hospedado no portal Educaclima, lançado em 2018, para atender a crescente necessidade de transparência e divulgação destas e outras informações relacionadas à mudança do clima (www.educaclima.mma.gov.br).

SENSORIAMENTO REMOTO DO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS FLORESTAIS

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multiescala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor.

Para o Cerrado, por meio do projeto FIP Cerrado, iniciou-se, em 2017, a produção de mapas de desmatamento anual (PRODES) e do sistema de alerta de desmatamento (DETER). Desde o início desses trabalhos foram produzidos os valores de desmatamento consolidados para os anos de 2016 e 2017 e 2018. A partir de maio de 2018, passaram a ser divulgados os alertas diários de desmatamento para o Bioma Cerrado, alertas estes que passaram a ser consumidos diretamente pelas equipes de fiscalização do IBAMA e das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) iniciou-se no final de 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017.

O monitoramento do desmatamento da Amazônia Legal por sensor radar também evoluiu com a aquisição de novos computadores e o início da etapa de testes de detecção de desmatamento com imagens de radar orbital. No ciclo outubro de 2016 a abril de 2017, foram monitorados 250 mil km² por cinco vezes neste período, o que resultou na detecção de 7.775 polígonos de desmatamento (corte raso) com área maior que 3 ha, o que equivale a um total de 198.020 ha desmatados detectados. O ciclo outubro/2017 a abril/2018 iniciou-se com o monitoramento de 350 mil km² no mês de outubro e também novembro, devendo continuar com este quantitativo por mais cinco vezes, o que corresponde aos meses de dezembro a abril. Cabe ressaltar que o a área a ser monitorada é uma solicitação do IBAMA ao Censipam, sendo que tal área pode ser alterada a qualquer momento.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A agenda de mitigação da mudança do clima apresenta como desafio o alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC),

Assim, deve-se considerar a nova fase dos Planos PPCDAm e PPCerrado, com horizonte 2016-2020, que busca orientar, entre outros, as ações governamentais e não governamentais para as

áreas críticas/prioritárias para prevenção e controle do desmatamento, de modo que sejam atendidas as metas estabelecidas pela PNMC até 2020 e também preparar o país para atender a sua NDC junto à Convenção do Clima e zerar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030.

Ainda, conforme mencionado anteriormente, em matéria de adaptação à mudança do clima, em 2018 o Brasil continuou a implementar o PNA, estabelecendo diretrizes para realização de medidas adaptativas visando ao incremento da resiliência climática de 11 setores e temas: Agricultura; Biodiversidade e Ecossistemas; Cidades; Desastres Naturais; Indústria e Mineração; Infraestrutura (energia, transportes e mobilidade urbana); Povos e Comunidades Vulneráveis; Recursos Hídricos; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Zonas Costeiras. Como perspectivas para os próximos anos, é necessário validar e disponibilizar em linguagem interativa os estudos de vulnerabilidade elaborados, além de aprofundá-los no nível setorial. Nesse sentido, é preciso fomentar os diversos órgãos de governo e outros segmentos da sociedade a ampliar a escala e dar aplicação aos estudos produzidos. Para tanto, diversas parcerias foram firmadas ao longo de 2018 pelo Grupo Interministerial Técnico de Adaptação, que deve continuar tendo uma atuação protagonista nesse sentido. Além disso, em 2019 deve ser continuado o processo de elaboração da estratégia de implementação do componente de adaptação da NDC e deve ser iniciado o processo para revisão do PNA.

Em relação aos Objetivos 0540 (informação e tecnologias para mitigação e adaptação) e 1069 (sensoriamento remoto do desmatamento e incêndios florestais), importantes resultados foram alcançados com o aprimoramento e/ou desenvolvimento tecnológico de monitoramento de desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais na Amazônia e no Cerrado, a publicação da Terceira Comunicação do Brasil à Convenção do Clima, o lançamento do SIRENE, o desenvolvimento de produtos e previsões específicos que apoiaram a realização das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio-2016, e o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. O desenvolvimento do projeto-piloto do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas (SISMOI) deu um passo importante em 2017, a partir da definição da Rede Nacional de Ensino e Pesquisas (RNP) como responsável pela coordenação e execução da implementação do sistema. Em 2018, o protótipo do SISMOI foi criado e pré-validado. Nessa primeira versão, o sistema foi implementado para o semiárido nordestino, com foco na temática “Água”.

Por fim, de forma geral, as metas do programa apresentaram bom andamento, apesar de algumas apresentarem necessidade de ajustes. Além disso, diante das alterações trazidas pela NDC e pelo Acordo de Paris, deve-se avaliar a necessidade de revisão da caracterização do Programa que incorpore tais mudanças.

PROGRAMA 2052

PESCA E AQUICULTURA

O Brasil possui cerca de 8,5 mil km de costa e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de mais de 3,5 milhões de km², além de aproximadamente 13% da reserva de água doce disponível no mundo, incluindo cerca de 5,5 milhões de hectares de lâminas d'água em reservatórios públicos e abundante biodiversidade aquática. Esses fatores propiciam a natural vocação brasileira para a atividade pesqueira e aquícola, que apresenta grande potencial de geração de renda e exportação.

No entanto, a despeito desse potencial, os setores pesqueiro e aquícola apresentam baixo ritmo de desenvolvimento e organização, além de questões ambientais, sanitárias e sociais que impactam diretamente o avanço e o desenvolvimento dessas atividades.

O Programa Pesca e Aquicultura prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos na cadeia produtiva da pesca e aquicultura que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A fim de desenvolver a aquicultura brasileira de forma sustentável e competitiva, destacam-se, no PPA 2016-2019, a consolidação do marco regulatório, principalmente quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos, o aprimoramento das técnicas de cultivo sustentáveis e da carcinicultura (cultivo de camarões), a instalação de infraestruturas de processamento, o ordenamento da atividade aquícola em águas da União e a implantação de parques aquícolas, dentre outras.

SANIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS E AQUÍCOLAS

Como avanços na execução da política pública para animais aquáticos, em 2018, destacam-se: a segunda etapa de estudo de detecção pela RENAQUA de sete patógenos em cultivos de ostras (*Crassostrea gigas*) em Santa Catarina; a entrada em vigor do Programa Aquicultura com Sanidade; a continuidade do projeto piloto em larviculturas de tilápia e tambaqui em RO, MT, PR e MG para prospecção de patógenos e elaboração de legislação de monitoramento sanitário de formas jovens; a finalização do Projeto de Cooperação Técnica com a FAO em mionecrose infecciosa do camarão (TCP/INT/3501/Brasil, China, Equador, Indonésia, México e Tailândia); a finalização do projeto de twinning entre o laboratório Aquacen-Saúde Animal/RENAQUA e o laboratório do Norwegian Veterinary Institute, unidade de referência da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE que comprovou a expertise do laboratório nacional e permitiu o aprimoramento do diagnóstico de doenças virais emergentes de peixes tropicais; a definição do escopo funcional e apoio ao desenvolvimento do aplicativo Pec. Saúde Animal, bem como a disponibilização de conteúdo para aquicultores e profissionais da área para acesso a informações sanitárias e comunicação com o serviço veterinário oficial; o acompanhamento da auditoria no Brasil para avaliação dos sistemas de controle na produção de pescado para exportação à União Europeia; a elaboração do Plano de Ação Nacional sobre Resistência Antimicrobiana e discussão sobre implementação dos planos operacionais na cadeia produtiva animal, incluída a aquicultura; a composição do Grupo de Trabalho sobre Aquicultura do

Conselho Federal de Medicina Veterinária-CFMV que culminou na publicação de regulamentação sobre responsabilidade técnica do médico veterinário e zootecnista na aquicultura, na elaboração de manual de responsabilidade técnica e em módulo para ensino a distância de profissionais da área de produção de animais aquáticos; as discussões de planos e ações estratégicas de prevenção do governo e setor produtivo para evitar o ingresso e disseminação do Tilapia Lake Virus (TiLV); a missão de auditoria do sistema de certificação do pescado no Chile para assegurar que não haja ingresso no Brasil de patógenos exóticos pela importação de produtos daquele país; a elaboração de propostas de melhorias da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras na Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente-MMA, com a inclusão de espécies aquáticas de interesse em saúde animal; além do diagnóstico situacional da piscicultura em Rondônia e elaboração de estratégias para o fortalecimento da sanidade de animais aquáticos no estado. O apoio da RENAQUA foi novamente expressivo na realização de análises para a detecção de doenças e resíduos e contaminantes em peixes, ostras, mexilhões, camarões e demais animais aquáticos.

ORDENAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA ATIVIDADE PESQUEIRA

O Governo Federal criou e deverá implementar até ao final do PPA 9 Comitês Permanentes de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros (CPGs). Os CPGs são instâncias de composição paritária entre órgãos do governo e representações da sociedade civil organizada que tenham interface com o uso dos recursos pesqueiros no País, incluindo os segmentos da pesca extrativa (pescador artesanal, pescador industrial e pescador amador, quando couber), do setor pós-captura (processamento e comercialização) e de Organizações Não Governamentais ambientalistas.

Dentre as ações atinentes ao ordenamento pesqueiro e aquícola realizadas em 2018 destacam-se o ordenamento da pesca de espécies de peixes de interesse comercial que constam na Lista Nacional de espécies ameaçadas de extinção, por meio dos seguintes atos:

- Portaria Interministerial SG-MMA nº 38, de 26 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e para a recuperação dos estoques da espécie *Cardisoma guanhumi* (guaíamum, goiamú, caranguejo-azul).
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 39, de 26 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Genidens barbatus* (bagre-branco).
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 40, de 27 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por CherneVerdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata.
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 41, de 27 de julho de 2018 - regulamenta a pesca da garoupa-verdadeira (*Epinephelus marginatus*) nas águas jurisdicionais brasileiras.
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 42, de 27 de julho de 2018 - define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Lutjanus purpureus* (pargo).

- Portaria Interministerial SG-MMA nº 43, de 27 de julho de 2018 - regulamenta a pesca da espécie *Sciades parkeri* (gurijuba) nas águas jurisdicionais brasileiras.
- Portaria Interministerial SG-MMA 59-B define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Scarus trispinosus* (budião-azul);
- Portaria Interministerial SG-MMA 59-C - permite o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Mycteroperca interstitialis*, conhecido como Badejo-Amarelo; *Mycteroperca bonaci*, conhecido como Sirigado; *Epinephelus morio*, conhecido como Garoupa-de-São-Tomé, *Lutjanus cyanopterus*, conhecido como Caranha.

Promoveu-se o regramento de outras espécies de relevância comercial, por meio dos seguintes instrumentos:

- Edital para habilitar requerimentos para Autorização de Pesca para 7 (sete) embarcações atuarem na captura específica do peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*) nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul entre o paralelo de 21°00'S e limite sul da Zona Econômica Exclusiva brasileira, nos moldes da modalidade prevista na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 59-A, de 9 de novembro de 2018, que definiu as medidas, os critérios e os padrões para a pesca de cardume associado e para outros aspectos da pesca de atuns e afins no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva e nas águas internacionais por Embarcações de pesca brasileiras;
- Portaria da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente nº 48, de 24 de setembro de 2018, que estabelece critérios e procedimentos para o exercício da pesca no Complexo Lagunar de Maricá/RJ;
- Portaria da Secretaria Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente – MMA nº 47, de 11 de setembro de 2018, estabeleceu medidas de ordenamento relacionadas ao exercício da atividade pesqueira embarcada para a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba-ruça (*Artemesia longinaris*) na área costeira e marinha do Estado do Espírito Santo;
- Portaria Interministerial SG-MMA nº 24, de 15 de maio de 2018, estabeleceu normas, critérios e padrões para o exercício da pesca em áreas determinadas para a captura de tainha (*Mugil liza*), no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil e estabeleceu cota de captura da espécie para o ano de 2018.

Além dessas medidas, foram finalizadas as atividades técnicas do projeto de cooperação técnica internacional realizado em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI com o objetivo de formular as ações de implantação de políticas e programas de inovação para o apoio ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro brasileiro, cujas consultorias especializadas contratadas subsidiarão o ordenamento da atividade pesqueira de diversas espécies, regiões e modalidades de pesca, tais como: tainha (*Mugil liza*) na região Sudeste do Brasil; complexo Lagunar Sul de Santa Catarina; Estuário da Lagoa dos Patos; Atuns e Afins no Brasil; lagostas nos estados de ocorrência da pescaria; pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e gurijuba (*Sciades parkeri*) nas regiões Norte e Nordeste; piracatinga (*Calophrysus macropterus*); Bacia Hidrográfica do Parnaíba; Bacias Hidrográficas do Norte; pesca de camarões, com foco nos Estados do Piauí e Maranhão.

Também foram iniciadas, em 2018, as atividades dos projetos de pesquisa aprovados no âmbito da Chamada MCTI/MPA/CNPQ Edital nº 22/2015 “Ordenamento da pesca marinha”, visando fomentar a produção de conhecimento aplicado sobre o uso dos principais estoques pesqueiros marinhos da costa brasileira, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador da pesca, com o intuito de subsidiar o ordenamento pesqueiro de forma sustentável.

Foi dada continuidade na Implementação do Projeto REBYC II - LAC “Sustainable Management of Bycatch in Latin America and Caribbean Trawl Fisheries (Gestão Sustentável da Captura Incidental nas Pescarias de Arrasto da América Latina e Caribe) ”.

Esse Projeto visa reduzir a perda de alimentos e apoiar meios de subsistência sustentáveis, melhorando a gestão e a utilização da fauna acompanhante. O Projeto possui dois objetivos: (1) reduzir o impacto dos ecossistemas e alcançar uma pesca de arrasto de camarões mais sustentável na América Latina e Caribe mediante a aplicação de um enfoque ecossistêmico da pesca, incluindo a captura incidental e a gestão do impacto no habitat; e (2) fortalecer a capacidade de recuperação das comunidades costeiras através do fomento de práticas de pesca responsáveis e da melhoria e diversificação dos meios de vidas, o que contribui para a segurança alimentar e a erradicação da pobreza. Em 2018 foi realizada a “Oficina de capacitação de facilitadores para a aplicação da Abordagem Ecossistêmica na Gestão pesqueira”.

Em relação à participação da Secretaria nos fóruns de gestão internacionais destaca-se que o Brasil participa principalmente do Comitê de Pesca da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Cofi/FAO) e da Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), dos quais são oriundos diversos eventos e temáticas afetas ao ordenamento pesqueiro. Em 2018, destacamos a participação na 21ª Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico – ICCAT, ocorrida em Dubrovnik de 10 a 19 de novembro de 2018.

Foi dada continuidade nas discussões de ordenamento dentro dos Comitês Permanentes de Gestão em operacionalização e de Grupos de Trabalhos criados em 2018 para temas de discussões específicos, estes últimos: o Grupo de Trabalho para discutir medidas de monitoramento para a implementação de cota de captura na atividade de pesca da tainha; Grupo de Trabalho para discutir a implementação de cota de produção para a lagosta; Grupo de Trabalho para Acompanhamento da cota de tainha durante a safra da espécie em 2018; e o Grupo de Trabalho sobre o sistema de permissionamento de pesca brasileiro.

PRODUÇÃO AQUÍCOLA E PESQUEIRA SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA

O aumento da produção de pescado no País está atrelado a melhorias em toda sua cadeia produtiva, podendo ser proporcionado a partir da redução do desperdício de pescado, capacitação dos trabalhadores da pesca, incentivo às linhas de crédito, subsídios à atividade, investimento em pesquisa, prospecção de novos recursos e modernização da frota nacional.

Diante disso, em 2018, foi operacionalizado o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras. A Subvenção prevê uma equalização do preço do óleo diesel nacional frente ao preço do óleo diesel internacional, tendo em vista um poder de competitividade do pescado brasileiro frente ao internacional e proporcionando maior

rentabilidade aos pescadores partícipes. Consiste de Isenção integral do ICMS e ressarcimento de até 25% do preço do óleo diesel marítimo. A Portaria SEAP/PR nº 385, de 7 de dezembro de 2018, e a Portaria SEAP nº 403, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceram a cota anual das embarcações e habilitou as empresas para fornecimento do óleo diesel marítimo. Foram aproximadamente 2.000 embarcações habilitadas a receber o subsídio para o ano exercício 2019.

No que tange aos Projetos de pesquisas, houve o acompanhamento da execução do Edital CNPQ nº 22/2015 que engloba 5 projetos aprovados com a finalidade de subsidiar o ordenamento da pesca marinha no âmbito do Projeto “Sustainable Management of Bycatch in Latin America and Caribbean Trawl Fisheries” – Projeto REBYC – II LAC (Gestão Sustentável da Captura Incidental nas Pescarias de Arrasto da América Latina e Caribe) firmado pelo Governo Brasileiro e a FAO. Esse Projeto apoia a implementação das Diretrizes da FAO, tais como: Diretrizes Internacionais para o Ordenamento das Capturas Incidentais e a Redução dos Descartes (Diretrizes B&D); Diretrizes Voluntárias para Alcançar Sustentabilidade da Pesca de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (Diretrizes PPE); Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável do Mandato da Terra, da Pesca e dos Bosques no Contexto da Segurança Alimentícia Nacional (Diretrizes VGGT), que se aplica como outro instrumento internacional recente com grande relevância para as pescarias de arrasto na América Latina e Caribe. O Governo Brasileiro comprometeu-se junto à FAO e a cofinanciar quatro projetos no âmbito do REBYC – II LAC; um na costa Norte do Brasil (DEFAU NORTE) com foco na pesca de arrasto industrial; um na costa Nordeste do Brasil (DEFA) com foco na pesca de arrasto artesanal; dois na costa Sul (Rede VIVA e FURG) com foco na frota artesanal e industrial de arrasto de camarão. O valor aportado pelo Governo Federal em 2018, incluindo todas as atividades do Projeto REBYC – II LAC foi de R\$ 2.001.464,52 (dois milhões, um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Também foram firmados outros projeto de pesquisa, estes: Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de gerar dados científicos para subsidiar o processo de ordenamento das pescarias de lagostas na costa brasileira, no valor de R\$ 1.575.255,55 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) e Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de diagnosticar e divulgar a potencialidade da pesca esportiva no estado do Ceará no valor de R\$ 1.020.500 (um milhão, vinte mil e quinhentos reais).

Foram finalizadas as atividades técnicas do projeto de cooperação técnica internacional realizado em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, com o objetivo de formular as ações de implantação de políticas e programas de inovação para o apoio ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro brasileiro. Foram contratados 20 consultores especialistas na modalidade produto. O Projeto envolveu um montante de R\$ 1.224.000,00 (um milhão, duzentos e vinte quatro mil reais). Todas essas atividades permitirão um aumento na produção pesqueira nacional, a partir do ordenamento sustentável desses recursos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As perspectivas para 2019 apontam para a consolidação das ações já desenvolvidas no marco deste programa, priorizando novos projetos que permitam a incorporação de avaliações científicas e avanços tecnológicos da pesca. Outro aspecto específico relacionado à gestão do setor pode ser destacado, como a melhoria da articulação entre os atores, com a devida operacionalização dos Comitês Permanentes de Gestão. Neste sentido será elaborado um Plano de trabalho conjunto com entre os Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente para definição de prioridades de ordenamento pesqueiro para o ano de 2019.

Cabe finalizar as discussões quanto ao Plano de Gestão para o Uso Sustentável do pargo (*Lutjanus purpureus*) no Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Demersais e Pelágicos Norte e Nordeste (CPG Demersais e Pelágicos N/ NE) e na Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros – CTGP. As revisões já iniciadas dos demais Planos de Gestão de Recursos Pesqueiros devem ser concluídas e cabe avançar na implementação desses por meio de normativa que regulamente a atividade de pesca das espécies abrangidas. Pretende-se iniciar também as discussões para os demais recursos pesqueiros.

PROGRAMA 2042

PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

Agricultura e alimentação estão no centro da Agenda 2030, definidas nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o Brasil está preparado para desempenhar um papel central no alcance das metas estabelecidas pelos países membros da ONU. Nesse contexto, a agricultura brasileira terá um papel protagonista.

A disponibilidade de recursos naturais amparada por políticas públicas associadas às competências técnico-científicas e ao empreendedorismo dos agricultores brasileiros dão ao país todas as condições necessárias e fundamentais para o seu desenvolvimento agrícola, caracterizando-o como potência mundial na área.

Considerando o grau de dinamicidade da agricultura mundial e, principalmente, da brasileira, com seus desafios/oportunidades de mercado, a criação e introdução de inovações nos setores agropecuário, florestal, aquícola e agroindustrial precisa ser efetiva, contínua e sustentável. Estas inovações, além do conhecimento técnico-científico, precisam ser desenvolvidas em um ambiente regido por leis e políticas públicas que considerem, com propriedade, as necessidades e demandas apresentadas pelas instituições de ciência e tecnologia nacionais e internacionais.

O desenvolvimento de projetos de pesquisas agropecuárias busca gerar novos conhecimentos transformados em soluções tecnológicas, que quando adotadas geram impactos positivos e valor para a sociedade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- A meta de 800 projetos de pesquisa em execução tem sido mantida ou superada anualmente no âmbito do Programa 2042. Foram gerados, a partir de projetos encerrados no exercício de 2018, 841 tecnologias/produtos/serviços, passíveis de adoção pelos públicos-alvo destas tecnologias. Destacam-se as contribuições do conhecimento técnico-científico para a elaboração de importantes políticas públicas para o setor agropecuário, como a nova Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) e o Programa Nacional de Solos do Brasil (Pronasolos).
- Em 2018 foram protegidas 270 novas cultivares, ampliando-se para 3.708 o número de cultivares protegidas superando a meta estipulada para todo o período do PPA, que é de 3.440 cultivares protegidas. Com relação a novas espécies passíveis de proteção, em 2018, foram incluídas no regime de proteção 7 novas espécies, totalizando 197 espécies com cultivares protegidas no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).
- No contexto da competitividade, sustentabilidade agropecuária e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau, foram alcançados os seguintes resultados: foram disponibilizadas e validadas 22 tecnologias para os Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica, alcançando um índice de 122,22% em 2018 ou 437 acumuladamente, representando 121,39%; foram desenvolvidas 10 cultivares para os Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica, ou 81 acumuladamente, alcançando um índice de 81,00%. Na extensão rural, foi programada Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 62.500 mil produtores nos Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica e destes foram assistidos 36.652 produtores, representando um índice de 58,64%.

INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

Foram desenvolvidas diversas ações de fomento voltadas à inovação na agropecuária, de forma a contribuir para a competitividade e sustentabilidade da produção agropecuária brasileira, visando o aumento da produção, da produtividade e da renda do produtor rural com base no desenvolvimento tecnológico e na inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas. Assim, diversas linhas de trabalho foram apoiadas com foco no desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, as quais basearam-se, principalmente, em ações de incentivo à inovação tecnológica na pesquisa agropecuária; na conservação de recursos genéticos (melhoramento genético animal e vegetal) e no fomento do uso da indicação geográfica e de marcas coletivas de produtos agropecuários. Fortaleceu-se as ações de fiscalização dos serviços de aviação agrícola, incluindo a realização de forças-tarefa nas ações fiscais de rotina bem como a averiguação de denúncias sobre aplicações aéreas irregulares, tendo-se atingido a meta de 380 fiscalizações em 2018, as quais foram realizadas pelas Superintendências Federais de Agricultura em diversos estados: BA, MA, MS, RS, MT, SP, ES, PA, SC, AC, MG, GO, PR e RN. O objetivo das fiscalizações visa à diminuição de ocorrências de acidentes causados por deriva nas aplicações aéreas e pela atuação de operadores clandestinos.

Foi realizado o Curso de Coordenador em Aviação Agrícola, com vistas ao treinamento e capacitação do corpo fiscal do MAPA, de forma a permitir ações de fiscalização mais efetivas. Buscou-se ainda aumentar a interlocução do corpo fiscal das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs junto aos Órgãos Estaduais de Defesa Vegetal e de Meio Ambiente e aos Ministérios Públicos Estaduais, com vistas à melhoria no intercâmbio de informações técnicas que subsidiem as ações daqueles órgãos. Foi homologado ainda o novo Sistema SIPEAGRO para cadastro dos operadores de Aviação Agrícola em nível nacional. O SIPEAGRO é o sistema de registro e cadastro de Estabelecimentos e Produtos Agropecuários, utilizado como ferramenta para a realização e acompanhamento dos processos de fiscalização agropecuária. No campo da cooperação técnica com universidades, instituições e centros de pesquisa, em 2018 foram firmados diversos Termos de Execução Descentralizada (TED) visando o desenvolvimento de tecnologias aplicadas à agropecuária, principalmente voltadas à agricultura de precisão, informática agropecuária e recursos genéticos para a alimentação e agricultura (RGAA).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTINUADA

Introduziu-se a difusão de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais aos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para a apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

Foi finalizado e aplicado em 22 estados e no Distrito Federal o questionário de mapeamento e qualificação da demanda por ATER do médio produtor. Esta sondagem propiciou a elaboração de 17 convênios e 13 termos de execução descentralizada (TED), os quais viabilizaram a assistência técnica continuada a 8.291 médios produtores rurais em 15 unidades da federação, além da capacitação de 2.598 técnicos que atuam na assistência técnica a produtores. Ainda foram capacitados 766 produtores, técnicos e estudantes, em agricultura irrigada, por meio de cursos de curta duração e dias de campo. Cita-se também o fomento ao estabelecimento de 358 Unidades de Referência Tecnológica (URT), em cadeias produtivas prioritárias voltadas aos médios produtores.

Deste modo, a gestão das ações em 2019 será direcionada para o estabelecimento de convênios para a prestação de assistência técnica continuada com entidades estaduais de ATER nos seguintes estados: AM, MA, PB, PI e RJ.

Por meio de instituições parceiras foi possibilitada a capacitação de técnicos e produtores, com a perspectiva de promoção de ATER junto a este público dentro dos seguintes temas: catalogação de informações do médio produtor, levantamento dos problemas no serviço de ATER, coleta de sugestões para melhoria; elaboração de ferramenta de gestão MAISATER para planejamento e acompanhamento das atividades técnicas; parceria com o PRONATEC AGRO.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA A INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

Neste objetivo, que contempla a produção de conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária, a Embrapa manteve, em 2018, 1.152 projetos de pesquisa em execução, organizados em 113 portfólios em temas estratégicos da agropecuária brasileira.

Na busca por sustentabilidade da atividade agrícola, alguns resultados de destaque concluídos neste exercício foram: nova linha de cultivares de soja com a Tecnologia Shield® - marca registrada pela Embrapa (com maior proteção para a ferrugem asiática; produtos para controle biológico de pragas à base de *Bacillus thuringiensis* (Bt) e para controle de lagarta *Spodoptera frugiperda* para uso nas culturas de milho, soja e algodão (tecnologia que pode reduzir significativamente a aplicação de inseticidas químicos nestas culturas); recomendações de manejo para controle do vetor do HLB dos citros - *Diaphorina citri*; metodologia de avaliação da vulnerabilidade ambiental das terras (baseada em mapas de atributos e de classes de solos, sensores remotos e variáveis ambientais do terreno, com suporte de modelagem ambiental, dentre outras ferramentas de gestão territorial); câmara para desinfecção de vegetais por aplicação de raios ultravioleta portátil; software Adubapasto 2.0 (reuer, organiza e disponibiliza informações para recomendação de calagem e adubação balanceada em sistemas de pastejo intensivo); validação e adaptação de tecnologias para Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF) em diferentes regiões do país; Plataforma Webambiente (<https://www.webambiente.gov.br/>), (sistema de informação interativo para auxiliar tomadas de decisão no processo de adequação ambiental da paisagem rural).

No sentido de inserção da agricultura brasileira na bioeconomia, alguns destaques são: a caracterização físico-química de cultivares de sorgo como biomassa para energia; o produto APRINZA (inoculante microbiológico para aumento de produtividade da cana-de-açúcar); plataforma tecnológica para caracterização de enzimas e proteínas acessórias que atuam na desconstrução de biomassas; fertilizante organomineral granulado produzido a partir de farinha de ossos de bovinos.

Como forma de buscar a inserção produtiva e redução da pobreza rural, algumas tecnologias podem ser destacadas: a implantação do Sistema Integrado Alternativo para Produção de Alimentos, conhecido como "Sisteminha Embrapa" em 30 comunidades quilombolas no Tocantins; o sistema de Produção de mudas de macaúba em pequena escala em condições de viveiro; melhoria da qualidade do processamento de amêndoas de cupuaçu para uso em indústria de alimentos; *Gliricidia sepium* como recurso forrageiro em sistemas de produção agropecuária no Nordeste.

Em termos de contribuições para políticas públicas destacam-se: a priorização de pragas quarentenárias ausentes no Brasil - parceria da Embrapa com o Departamento de Sanidade Vegetal (DSVMAPA); as contribuições realizadas para a construção do Programa Nacional

de Solos do Brasil (PronaSolos); a contribuição técnica ao plano de ação da Estratégia Intersectorial para a Redução de Perdas e Desperdício de Alimentos no Brasil, aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN); a RenovaCalc - calculadora para a comprovação do desempenho ambiental de biocombustíveis, que é uma das contribuições da Embrapa para a nova política de biocombustíveis, a Renovabio.

SOLUÇÕES INOVADORAS PELAS CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS DA AGROPECUÁRIA

Neste objetivo os resultados apresentam-se em quatro frentes principais: **(i) a construção de parcerias, (ii) a transferência de tecnologia por meio de ações junto aos produtores, extensionistas e organizações de serviço, (iii) a capacitação de agentes multiplicadores do conhecimento tecnológico e (iv) a disponibilização de informações sobre soluções tecnológicas.** Em 2018 foram celebrados 272 Contratos ou Acordos; foram lançados ou atualizados 14 aplicativos móveis, que tratam de temas diversos como, por exemplo, o Guia InNat - Guia para o reconhecimento de inimigos naturais de pragas agrícolas e o NutriSolo - Aplicativo móvel para Android que auxilia agricultores e extensionistas no processo de recomendação de adubação e calagem do solo para as culturas de abacaxi, banana, citros e mandioca no Amazonas. Foram veiculados 192 programas de rádio nas diversas regiões do país e 33 programas Dias de Campo. Nesse ano, o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Embrapa (AVA-Embrapa) foi colocado em total funcionamento no seguinte endereço: <https://www.embrapa.br/ava/>. Foram ofertados cinco cursos para o público externo, com cerca de cinco mil inscritos de todos os estados da Federação. Na terceira frente, foram formados 3.581 agentes multiplicadores, potencialmente capazes de fazer chegar ao campo soluções agropecuárias inovadoras e incorporáveis aos processos produtivos brasileiros. Ainda em 2018 foram validadas e incorporadas nacionalmente 3 tecnologias sociais: mandacaru sem espinho, galinha caipira e Projeto Bem diverso, que visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável da biodiversidade e de sistemas agroflorestais (SAFs). Foi sistematizado o acesso a um total de 2.691 soluções tecnológicas, envolvendo 23 temas e distribuídas nos seis biomas brasileiros (<https://www.embrapa.br/solucoes-tecnologicas?link=acesso-rapido>).

PARCERIAS, PROCESSOS, RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS

Com o objetivo de subsidiar a definição de novas ações estratégicas em CT&I no desenvolvimento da agricultura e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030, a Embrapa, por meio do Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa), elaborou um documento intitulado Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira (<https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>), que contempla, de forma sucinta e estruturada, os resultados do monitoramento do ambiente externo e da produção de informações estratégicas para o apoio à tomada de decisões nos setores público e privado que atuam na agricultura do País. Ainda, a Embrapa deu atenção especial, em 2018, à internalização da agenda ODS nas suas unidades, demonstrando suas soluções tecnológicas em temas e metas definidos nos 17 ODS com uma coleção de e-books (Coleção ODS Embrapa - <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>).

Em sua terceira edição, o Ideas for Milk, competição nacional de startups voltada para a cadeia produtiva do leite, foi decisivo para que o leite seja o único ecossistema consolidado no agronegócio brasileiro. Seu objetivo foi criar o ecossistema de inovação digital do setor lácteo

na Região Nordeste. O Ideas for Milk é uma realização da Embrapa em parceria com mais de 50 entidades parceiras e 22 instituições de ensino superior.

Foram formalizados 69 Convênios Nacionais de Cooperação para Assistência Técnica e Extensão Rural com cooperativas e associações. Novos modelos de parcerias com base na criação ou consolidação de Laboratórios Multiusuários para uso compartilhado foram explorados, com a execução de ações em 96 projetos para o desenvolvimento de inovações tecnológicas para produtores, indústrias e outros clientes, compartilhando estruturas laboratoriais.

COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

A pesquisa e inovação, integradas à assistência técnica e extensão rural realizada conjuntamente com os parceiros vêm contribuindo para a recuperação da cacauicultura nacional.

Isso ocorre mais especificamente na Bahia, que tem passado por sucessivas crises de natureza sanitária, climática e de cotação das amêndoas de cacau ao produtor, com consequências econômicas e sociais que ameaçam a sua sustentabilidade.

Para mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais, foram desenvolvidas ações estratégicas e ofertadas soluções tecnológicas e gerenciais às cadeias produtivas com o objetivo principal de agregar inovação tecnológica aos processos, visando garantir a sustentabilidade e a competitividade da cacauicultura e dos cultivos a ela associados.

No plano da pesquisa em **melhoramento genético**, a CEPLAC conta com um Banco de Germoplasma (*ex-situ*) de cacaueiro; desenvolve pesquisas no âmbito do risco **climático**; na **propagação de cacaueiros** com ramos ortótopos, obtidos por embriogênese somática; no **pós-colheita** e **agroindústria**, tem sido dada ênfase especial à agregação de valor ao cacau.; na **pecuária** destaca-se os trabalhos realizados em colaboração com a EMBRAPA.; e no foco **ambiental**, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção. Destaca-se o Projeto **Cacau de Alta Produtividade**, que visa difundir entre os produtores rurais a tecnologia do manejo integrado.

Quanto às atividades de **ATER**, o resultado foi de **36.652** produtores assistidos nas regiões produtoras de cacau. A capacitação voltada para a apicultura tem contribuído para o desenvolvimento dessa atividade no sul da Bahia e envolve **3.100** apicultores organizados em **26** associações e **2** cooperativas, com a produção de **500** toneladas de mel, própolis e pólen. Na **piscicultura** desenvolvem-se atividades de criação de matrizes e reprodutores em viveiros próprios para a produção e distribuição de **550.000 alevinos** das espécies tambaqui e tambacu e distribuídos para cerca de **300** famílias de agricultores de **46** municípios da região cacaueira da Bahia. Na **fruticultura** teve continuidade a assistência ao Agropolo do Vale do Rio das Contas, visando a ampliação dos cultivos de graviola, cajá, maracujá, acerola, goiaba, abacaxi e pinha, dentre outros. Formado pelo consórcio de 17 municípios, o Agropolo tem foco na agroindústria de polpas e conta com uma área plantada de 2.280 ha de fruteiras, onde a graviola corresponde a 80% dessa área, colocando o estado da Bahia como o maior produtor nacional de graviola.

Ao analisar o Indicador de Produtividade média nacional de cacau, observa-se que o desenvolvimento de iniciativas e projetos de Pesquisa e Extensão tem facilitado e oportunizado o acesso às novas tecnologias, as quais resultaram em ganhos no nível de renda

e qualidade de vida dos produtores rurais regionais. Ressalta-se ainda que, no período em análise, a área plantada, a produção e a produtividade foram bastante impactadas

Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), divulgada pelo IBGE, a área plantada de cacau decresceu aproximadamente (-) 0,64% com relação a 2017, sendo equivalente a 587.023 hectares em 2018. Já a produção nacional de cacau cresceu 8,22%, com relação ao ano de 2017, atingindo 255.184 toneladas em 2018. Assim, a produtividade nacional média de cacau foi de 435Kg/ha em 2018, tendo crescido aproximadamente 9,02%, com relação ao ano de 2017, segundo o IBGE/PAM.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O desempenho competitivo e sustentável da agricultura alcançado nas últimas décadas precisa ser intensificado para que o País permaneça usufruindo de suas vantagens comparativas e consiga assumir o papel de líder mundial no fornecimento de alimentos, fibras e energia.

Com a preocupação de estar constantemente conectada às transformações da sociedade e da agropecuária e suas implicações em CT&I nesse campo, a Embrapa tem aprofundado estudos prospectivos por meio de uma rede interna de especialistas, vinculados ao Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa - Agropensa. Com base nos estudos prospectivos da Embrapa, o conjunto mais recente de sinais e tendências globais e nacionais sobre as transformações na agricultura apontam para um grupo de sete megatendências: mudanças socioeconômicas e espaciais na agricultura; intensificação e sustentabilidade dos sistemas de produção agrícolas; mudança do clima; riscos na agricultura; agregação de valor nas cadeias produtivas agrícolas; protagonismo dos consumidores; e convergência tecnológica e de conhecimentos na agricultura. Essas megatendências integradas apontam desafios para a agricultura do País.

A efetividade das ações de pesquisa depende da apropriação de seus resultados pelo público-alvo das tecnologias, produtos e serviços gerados. Dessa forma, a integração e parcerias com entidades de assistência técnica públicas e privadas, a inserção no mercado, a formulação de políticas públicas, as parcerias com os agentes financiadores e organismos internacionais são essenciais para potencializar os resultados da Política de Inovações para a Agropecuária.

PROGRAMA 2083

QUALIDADE AMBIENTAL

O Programa de Qualidade Ambiental foi organizado no Plano Plurianual (PPA) 2016 – 2019 de modo a enfrentar os grandes desafios de: implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis; controlar as emissões atmosféricas de poluentes; promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana e; realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e de empreendimentos.

O licenciamento ambiental constitui como grande desafio ao fortalecimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, a redução do tempo médio de análise de projetos a serem licenciados se apresenta como um importante e urgente entrave a ser superado.

Os resíduos sólidos não são mais vistos como uma responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social. Nesse sentido, o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos confere um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante de todos os atores. Por isso, cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas, o que pode ser feito pela alocação de recursos, definição de diretrizes, formulação dos acordos setoriais, instituição de novas normas.

A degradação da qualidade ambiental observada nas grandes metrópoles, se apresenta como importante e urgente problema a ser enfrentado, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. O que exige a implementação de políticas públicas mais efetivas relacionadas à qualidade do ar, à qualidade das águas e do solo, além de gestão de resíduos, saneamento e gestão de áreas contaminadas.

No que tange à produção e emissão de substâncias químicas, ressalta-se que o Brasil é hoje o 9º maior produtor mundial de substâncias químicas industriais e almeja posicionar-se entre os cinco maiores do mundo, até 2020. Paralelamente, a gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos avançou com a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e com o programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara). O programa deverá avançar na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos, inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outra especificidade da gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos. Muitos progressos foram alcançados a partir da criação do programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão nacional da qualidade do ar. O programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), teve fundamental importância na diminuição das emissões na atmosfera nas últimas décadas. Contudo, muito ainda precisa ser feito na implementação dos instrumentos de gestão da qualidade do ar.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Quanto aos indicadores do programa, destacam-se: o número de Licenças de Operação emitidas pelo IBAMA que alcançou 121 licenças em 2018 e a quantidade de agrotóxicos obsoletos eliminados que manteve o acumulado de 525 toneladas em 2018.

A seguir são apresentados os principais avanços obtidos nas metas e iniciativas do Programa, organizados por objetivos.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Quanto ao objetivo de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, esta representa uma complexa operacionalização nas dimensões espacial, setorial, econômico-financeira e temporal, com interseções diversas na institucionalidade vigente.

Destaca-se como principais ações executadas em 2018:

- Assinatura do termo de compromisso de logística reversa para embalagens de aço;
- Publicação de proposta de acordo setorial para baterias chumbo acida para consulta pública;
- Publicação da primeira minuta de decreto para logística reversa de medicamentos;
- Publicação de resolução Conama sobre compostagem bem como do manual sobre compostagem doméstica, comunitária e institucional;
- Realização de seminário com todos os estados para discutir dificuldades e proposta de avanços na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Criação de módulo para recebimento de informações das Unidades da Federação referentes a logística reversa, planos de resíduos e dados de disposição final no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).
- Conclusão dos dois primeiros produtos que subsidiarão a revisão do Plano Nacional de Resíduos: Levantamento e avaliação das fontes relacionadas a resíduos e panorama e diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no Brasil, abordando a situação dos planos de resíduos e a capacidade institucional dos entes;
- Publicização do manual de compostagem doméstica, comunitária e institucional;
- Realização de seminário com todos os estados para discutir dificuldades e proposta de avanços na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Criação de módulo para recebimento de informações dos estados referentes a logística reversa, planos de resíduos e dados de disposição final do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).

No que tange aos planos municipais de resíduos sólidos, a PNRS define que a elaboração dos planos de resíduos sólidos é condição para que os entes tenham acesso a recursos da União, ou por ela controlados, para ações no tema. Atualmente, a maior parte dos estados brasileiros já possui Planos de Resíduos Sólidos publicados, onde 23 estados foram financiados pelo MMA. Com relação aos municípios, o último levantamento (2017) mostrou cerca de 55% dos municípios brasileiros (3.053 municípios) possuem Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na PNRS.

Outro avanço importante ocorreu com tratamento de resíduos orgânicos. Representando cerca de 50% da massa dos resíduos sólidos urbanos coletados no Brasil e consistindo em parcela significativa de outras tipologias de resíduos (resíduos agrossilvopastoris, p. ex.). Ações específicas do MMA para melhoria da gestão e aumentar a reciclagem deste tipo de resíduo começaram a dar resultados em 2017. O tema recebeu também ações de fomento, com o lançamento do Edital FNMA/FSA Caixa nº 01/2017 de apoio a projetos de compostagem em municípios. O edital conjunto consiste em parceria entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CEF) para apoiar projetos de compostagem de resíduos segregados na fonte.

Os projetos selecionados estão sendo realizados pelas prefeituras de Florianópolis (SC), Lages (SC), Rancho Queimado (SC), Herval (RS), Palotina (PR), Sertãozinho (SP), Santos (SP), Igarapé (MG), Tacuru (MS), Maracaju (MS), Marabá (PA) e pelo consórcio Nascentes do Pantanal (MT), compreendendo os municípios: Araputanga, Cáceres, Curvelândia, Figueirópolis D' Oeste, Glória D' Oeste, Indiavaí, Jaurú, Lambari D' Oeste, Mirassol D' Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. Esses projetos iniciaram a execução em 2018 e terão 2 anos de duração.

CONTROLE DAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS DE POLUENTES

Em relação ao objetivo de controlar as emissões atmosféricas de poluentes por meio de ações regulatórias e de instrumentalização dos agentes públicos para a melhoria da qualidade do ar, foram realizadas, em 2018, as principais ações: i) participação da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR) do CONAMA para a revisão da Resolução nº 3/1990; ii) coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE (CAP); e iii) articulação com IBAMA e CETESB para envio das propostas de resolução CONAMA referentes as novas fases do PROCONVE e do PROMOT.

O MMA realizou a coordenação técnica e política para aprovação das novas fases, ainda em 2018, da proposta de resolução para veículos pesados (fases P8), pautada na 7ª Reunião Extraordinária da CTQAGR, em setembro de 2018, e aprovada na 58ª Reunião Extraordinária do CONAMA. A proposta de resolução para veículos leves (fases L7 e L8) foi pautada na 8ª Reunião Extraordinária da CTQAGR, em outubro de 2018, sendo aprovada na 131ª Reunião Ordinária do CONAMA. A proposta de resolução para motocicletas e similares (fase M5) foi pautada inicialmente na 9ª Reunião Extraordinária da CTQAGR, em outubro de 2018, sendo pautada na 131ª Reunião Ordinária do CONAMA, na qual diversas entidades fizeram pedido de vistas sobre a matéria. Esta resolução deverá ser pautada novamente na próxima reunião plenária do CONAMA para deliberação.

Ainda, em 2018, obteve-se a redução da concentração máxima de Material Particulado Inalável (MP10) em todas as três estações monitoradas, a saber: estação Cerqueira César; estação Marginal Tietê-Ponte e estação Osasco. Em comparação com 2017, nota-se que em 2018 houve redução das concentrações de MP10 nas três estações (-17% na Marginal Tietê-Ponte, -37% na estação Cerqueira César e -18% na estação Osasco). Para a quantificação da Meta, a concentração média aritmética das 3 estações é de 40 microgramas por metro cúbico de ar.

Em relação à redução da concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO₂), no ano, a concentração de SO₂, em 2018, teve um leve declínio nas estações da Marginal Tietê e Cerqueira César e manteve-se inalterada na estação de Osasco. Todas as estações encontram-se dentro da meta prevista. Fonte: CETESB/SP - Qualar.

Em 2018, a concentração máxima de Dióxido de Nitrogênio (NO₂) em comparação com 2017, houve redução das concentrações deste poluente nas 3 estações, (-7% na Marg. Tietê-Ponte, -8% na estação Cerqueira César e -20% na estação de Osasco). Em duas das três estações a meta de 2019 está sendo atendida. Para quantificação da Meta, a concentração média aritmética das 3 estações é de 52,00 microgramas por metro cúbico de ar.

Em relação ao objetivo de promover a gestão adequada de substâncias e produtos químicos destacam-se os seguintes avanços:

- Coordenação das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Nacional de Segurança Química, incluindo as reuniões dos Grupos de Trabalho da CONASQ: 1) GT Permanente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (GTP Minamata); 2) GT Permanente da Convenção de Estocolmo (GTP Estocolmo); 3) GT para proposta de regulamentação sobre o Registro de Emissões e Transferência de Poluentes (RETP) no Brasil; e 4) Discutir e propor Resolução CONAMA para o controle de substâncias perigosas em equipamentos eletroeletrônicos (EEE);
- Conclusão e encaminhamento à Casa Civil de proposta de Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o controle de substâncias químicas;
- Publicação do Decreto que regulamenta a lei de Chumbo em Tintas (Lei nº 11.762/2008), definindo a autoridade competente para a fiscalização;
- Coordenação do grupo que elaborou o Plano de Ação para o fortalecimento da gestão ambientalmente adequada de substâncias químicas e resíduos para a região da América Latina e Caribe, no âmbito da Rede Intergovernamental da Região LAC;
- Aprovação do projeto para o fortalecimento institucional para gestão de substâncias químicas no âmbito do Special Programme do PNUMA;
- Participação na Comissão para elaboração do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, e participação em reuniões sobre indicadores da ODS 14, notadamente sobre os temas qualidade ambiental e microplásticos;
- Promulgação da Convenção de Minamata sobre mercúrio;
- Conclusão do inventário de emissões e liberações de mercúrio por meio dos garimpos de ouro;
- Articulações junto ao MME e com a ONU Meio Ambiente para celebração de projeto para elaborar o Plano de Ação Nacional para o Garimpo de Ouro;
- Início da fase preparatória do Projeto “Gestão ambientalmente adequada de lindano no Brasil”;
- Início da execução do Projeto NIP Update, com recursos do GEF, que tem como objetivo atualizar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs em relação aos Novos POPs que foram adicionados à Convenção;
- Conclusão de projetos demonstrativos em 3 companhias elétricas para realização de inventário parcial e plano de gestão para equipamentos contendo PCBs e Início da execução de mais dois projetos demonstrativos para inventariar e elaborar planos de gestão de PCBs

para outras duas companhias elétricas (Eletrobrás Rondônia e Companhia Estadual de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul);

- Acompanhamento dos projetos de fortalecimento das Comissões Estaduais do P2R2 dos estados de Minas Gerais e Paraná, no âmbito do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2);
- Em relação à meta de promover a eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia, registra-se que em 2016, os estados iniciaram o recolhimento dos estoques de agrotóxicos POPs e em 2017 foi possível contabilizar a eliminação de 225 toneladas de agrotóxicos obsoletos no Estado do Paraná e de 300 toneladas no Estado de São Paulo, totalizando 525 toneladas de agrotóxicos obsoletos eliminados de um total previsto de 660 toneladas. Considerando a quantidade já alcançada (79,55%) da meta estabelecida, em 2019, será possível alcançar 100% da meta prevista ao final do Plano.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS

Com relação ao controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, destaca-se a edição do Decreto nº 9.179 em outubro de 2017, que alterou o Decreto nº 6.514/2008, e o regulamento da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que possibilitou o aperfeiçoamento da conversão de multas aplicadas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) em serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

A conversão de multas em serviços ambientais pode ocorrer de forma direta ou indireta, e beneficiar projetos desenvolvidos por entidades públicas e privadas. Na conversão direta, o próprio autuado apresenta o projeto para aprovação no Ibama. Na conversão indireta, o autuado passa a responder por cotas de projetos estruturantes previamente selecionados pelo Ibama mediante chamamento público. Lançado em março de 2018, o primeiro chamamento do Programa de Conversão de Multas Ambientais foi direcionado a projetos de recuperação da bacia do rio São Francisco, além de ações de adaptação às mudanças climáticas.

A seleção abrange projetos em 195 municípios banhados pelo São Francisco, e em 213 pelo Parnaíba. No São Francisco, há potencial para aplicação de mais de R\$ 2,5 bilhões em multas a serem convertidas. Há também garantidos R\$ 300 milhões da Petrobras para as 10 sub-bacias do São Francisco. Foi realizada a avaliação de habilitação e os 44 projetos foram habilitados. O processo de seleção técnica e financeira dos projetos foi concluído em novembro de 2018. Em agosto de 2018 foi lançado o Chamamento Público nº 02/2018 - Restauração de populações da flora ameaçadas de extinção do bioma Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina. O Ibama recebeu cerca de 800 manifestações de interesse de autuados para converter suas multas, o que alcança aproximadamente 2,5 bilhões de reais em valores a serem convertidos.

Quanto ao combate ao desmatamento ilegal da Amazônia, o Ibama, por meio do monitoramento realizado a partir de imagens de satélite, apreendeu cerca de 15 mil metros cúbicos de madeira, extraídas ilegalmente da Terra Indígena Pirititi, em Roraima. As informações foram encaminhadas ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal (PF) para apuração no âmbito criminal.

No combate ao uso ilegal de agrotóxicos, o Ibama realizou, com apoio do Ministério Público Federal, a apreensão de mais de 1 tonelada de produtos com validade vencida há mais de 6 meses, em propriedades rurais no oeste da Bahia, o que representa crime ambiental, sujeito a multa.

Com o objetivo de promover a proteção dos recursos pesqueiros do mar, Ibama suspendeu a comercialização de pescado em centros de distribuição de redes atacadistas em São Paulo por falta de comprovação da origem de seus produtos. Foram fiscalizadas 14 empresas com grande volume de comercialização de pescado e 12 comprovaram a origem de seus estoques.

Combatendo o comércio de madeiras de origem em explorações ilegais da Amazônia, o Ibama e instituições parceiras realizaram Operação que resultaram na apreensão de 444 contêineres nos portos de Manaus (AM).

Visando o fortalecimento das ações de fiscalização foi assinado entre o Ibama e o BNDES novo contrato para aplicação de R\$ 140,26 milhões do Fundo Amazônia em ações de fiscalização ambiental e controle do desmatamento no bioma amazônico, por 36 meses, a partir de maio de 2018.

No contexto da qualidade ambiental, em 2018 foi publicada a Instrução Normativa 04/2018 que revisa os limites de importação de Hidroclorofluorcarbonos (HCFC) e de misturas que contenham o composto, e a Instrução Normativa 05/2018 que regulamenta o controle ambiental de atividades que usam substâncias nocivas à Camada de Ozônio.

Foram elaborados 43 perfis ambientais de ingredientes ativos químicos, utilizados na preparação de agrotóxicos entre os anos 2016 a 2018, em parceria com a UnB, o que possibilitou o desenvolvimento de um modelo padrão de perfil ambiental. Os perfis ambientais dessas substâncias estão sendo revisados para fins de divulgação, sobretudo, para assegurar a proteção que se fizer necessária às informações confidenciais, frente às exigências da Lei no 10.603 de 2002.

Foram editados os Boletins de Comercialização de Agrotóxicos, disponibilizados na página do Ibama e estabelecida parceria para estruturação de um programa de monitoramento da contaminação por agrotóxicos em matrizes ambientais (água superficial, água de chuva e solo).

O Cadastro Técnico Federal/Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), que se refere ao registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades passíveis de controle ambiental, foi objeto de aprimoramento normativo, tornando o acesso mais ágil e compreensível. Também foram publicadas as IN 11/2018 e 12/2018, que padronizam o enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais no CTF, que facilitam a compreensão para o público. Deu-se início ao projeto de revisão dos Acordos de Cooperação Técnica entre IBAMA e Estados para gestão conjunta do CTF/APP, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2019.

O licenciamento ambiental emitiu: i) 35 licenças prévias com destaque para projetos referentes a implantação de sistemas de transmissão de energia, que reforçam o Sistema Integrado Nacional; ii) 70 licenças de instalação, destacando-se as seguintes: para o sistema de produção e escoamento de petróleo e gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos; e instalação de cabos de fibra óptica, que interligam os EUA ao Brasil; iii) 121 licenças de Operação, destacando-se: Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal

da Bacia de Santos; Rodovia BR116/RS Duplicação Trecho Guaíba a Pelotas; e Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, busca-se dar o devido enfoque na gestão ambiental urbana, sendo este espaço o que concentra a maior parte da população brasileira e os principais centros produtivos nacionais. A degradação da qualidade ambiental observada em cidades brasileiras, em especial nas grandes metrópoles, se apresenta como importante e urgente problema a ser enfrentado, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, consistindo em um importante instrumento de coordenação e integração de ações entre as múltiplas partes interessadas e de orientação para formulação e implementação de políticas públicas mais efetivas relacionadas à qualidade do ar, à qualidade das águas e do solo, além de gestão de resíduos, saneamento e gestão de áreas contaminadas e degradadas. Busca-se, assim, melhorar os resultados dos indicadores de qualidade ambiental nas cidades, com foco nas grandes metrópoles brasileiras.

Com relação ao controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, destaca-se o aperfeiçoamento do instrumento da conversão de multas aplicadas pelos órgãos do Sisnama em serviços voltados à preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Esse é um dos principais desafios da área ambiental para os próximos anos, incluindo a automatização do processo, o aprimoramento dos normativos, a maior participação dos entes federados no processo de planejamento da fiscalização e inclusão de etapa de conciliação prévia junto aos autuados. Portanto, para 2019 busca-se adequar o formato do Programa de Conversão de Multas Ambientais para melhor emprego dos recursos disponíveis, garantindo a implementação da restauração dos processos ecológicos nos biomas/bacias previamente selecionados.

Outra ação destinada à melhoria e recuperação ambiental foi a publicação da Lei nº 13.668/2018 que cria o Fundo de Compensação Ambiental. Esse normativo autoriza a seleção de instituição financeira oficial para criar e administrar fundo privado, integralizado com recursos oriundos de compensação ambiental (Fundo de Compensação Ambiental). A compensação ambiental está prevista no art. 36 da Lei nº 9.985/2000. Espera-se, em 2019, que o Fundo esteja plenamente funcional.

Quanto ao licenciamento ambiental destacam-se como principais desafios para os próximos anos: (1) a necessidade de redução do tempo médio de análise de projetos a serem licenciados; (2) a automatização do sistema de licenciamento; (3) a categorização e tratamentos diferenciados pelo Ibama para processos com complexidades distintas, de acordo com o potencial de impacto do empreendimento e de valores mínimos estabelecidos; e (4) garantia de transparência e disponibilidade de dados no licenciamento ambiental.

PROGRAMA 2084

RECURSOS HÍDRICOS

No Brasil, os recursos hídricos estão distribuídos de maneira heterogênea, 80% da vazão média se localiza na bacia do Rio Amazonas, o que compromete a oferta de água no país. Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela ocorrência de eventos hidrológicos críticos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, torna-se imprescindível a conclusão de obras estruturantes de reservação e adução de água, bem como uma gestão de recursos hídricos capaz de superar essa situação e garantir o bem-estar da população atendendo às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

É nesse contexto que o Programa Recursos Hídricos vem organizar a ação de governo, de forma a “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). As linhas de ação propostas, expressas nos objetivos do programa, compreendem a implementação dos instrumentos da PNRH; o apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a conservação, recuperação e uso racional dos recursos hídricos; o planejamento, a implantação e a gestão de novas infraestruturas hídricas destinadas aos usos múltiplos da água, assim como a recuperação e manutenção das existentes; e a ampliação do conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as superficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores deste programa, podem ser destacados os seguintes avanços: a proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente da Região Nordeste e sua capacidade total subiu de 13,89% em 2017 para 20,11% em 2018, assim como houve evolução de 54,12% em 2017 para 57,80% em 2018 na proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente do Brasil e sua capacidade total. A evolução dos índices mostra uma melhora na segurança hídrica do país no período. A seguir, apresentam-se os principais destaques, por objetivo do programa.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS VIA INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

As metas relacionadas à ampliação da capacidade de adução e de reservação de água bruta contribuem para a consecução deste objetivo mediante apoio técnico e financeiro do Governo Federal às obras de infraestrutura hídrica, assim como a meta de conclusão da implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

A meta “Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s” apresenta diversas obras de captação, as quais damos alguns destaques a seguir.

O Canal do Sertão Alagoano, que atenderá a cerca de um milhão de habitantes. A execução física dos trechos I a IV é de 91%, sendo que a evolução do total da obra em 2018 foi de 1% e o término do Trecho IV está previsto para maio de 2019.

O Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que visa aduzir parcela das vazões transpostas pelo PISF para 80% do território do Ceará, tem previsão de atingir até o ano de 2040 oito milhões

de pessoas. O Trecho I atende a 24 municípios. Em 2018, a execução física desse trecho evoluiu em 9,4%, encontrando-se com 53% dos serviços executados e com previsão de término em dezembro de 2020.

O Sistema Adutor do Agreste (PE) atenderá 2 milhões de habitantes. Está em execução a primeira etapa do empreendimento, sendo que as obras alcançaram 53% de execução física em 2018. A previsão de conclusão das obras é o segundo semestre de 2019.

O Canal da Vertente Litorânea (PB) abastecerá uma população de 1,5 milhão de habitantes. No PPA 2016-2019, planejou-se a execução dos trechos I, II e III da Vertente Litorânea, com vazão de 10 m³/s. O percentual global acumulado da obra (trechos I, II e III) é de 53% e, em 2018, as obras evoluíram em 4%. Sua conclusão está prevista para o final de 2019.

Para atingir a meta “Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³”, foram implementadas obras de barragens, destacando-se:

A Barragem de Atalaia, localizada em Sebastião Barros/PI, que beneficiará cerca de 47 mil habitantes dos municípios de Sebastião dos Barros, Cristalândia, Corrente e Paranaguá. O empreendimento está com 92% de execução, e previsão de conclusão no segundo semestre de 2019.

A Barragem Pedregulho/PI nos municípios de Dirceu Arcoverde e São Lourenço do Piauí, que atenderá a 11.102 habitantes. O empreendimento se encontra com 97% de execução física. Após solicitação de aditivo de valor pela prefeitura de Dirceu Arcoverde e com aumento do valor do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) autorizado, a sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2019.

Finalmente, a meta “Concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF”, consiste na maior obra de infraestrutura hídrica do país, com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), abastecendo adutoras e ramais que irão perenizar rios e açudes, bem como reforçar reservatórios. O PISF engloba também obras complementares, e garantirá o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas em 390 municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O PISF registrou 96,55% de execução física, sendo que o Eixo Norte conta com 96,16% e o Eixo Leste com 97,05% de execução física em 2018. Os contratos de execução das demais obras civis e das montagens estão vigentes e as obras complementares estão em andamento. A conclusão definitiva do Eixo Leste deverá ocorrer no primeiro semestre de 2019, permitindo que este empreendimento garanta a oferta de água bruta para a região metropolitana de Campina Grande (PB) com 700 mil pessoas atendidas. O Eixo Norte deve ser concluído em 2019, com início da pré-operação comercial no mesmo ano, permitindo que a água seja captada no Rio São Francisco e entregue no Reservatório de Jati no Ceará.

RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

Para garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, com relação à meta “Recuperar 19 infraestruturas hídricas”, destaca-se a atuação da Codevasf na elaboração de projetos de recuperação de barragens dos seguintes empreendimentos: Bico de Pedra/MG, Gameleira/MG, Cova da Mandioca/BA, Estreito/BA, Manoel Novaes/BA e Zabumbão/BA. Ainda no âmbito dessa meta, são efetuadas

ações de recuperação dos reservatórios estratégicos existentes nos estados atendidos pelo PISF. Em 2018, foram recuperadas duas barragens: Castanhão/CE e Boqueirão/PB. Destaca-se ainda a conclusão dos trabalhos de elaboração do Modelo de Gestão do PISF em 2018.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Para o Objetivo “Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica” está prevista a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), instrumento norteador da atuação do Estado. Há parceria entre o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Agência Nacional de Águas (ANA) para elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), que será o principal instrumento da Política. O PNSH se encontra sob a tutoria da ANA, que contratou outra empresa para sua continuidade por meio de recursos do Banco Mundial. O Ministério da Integração Nacional analisará os produtos finais para subsidiar uma proposta de Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.

Em relação à Meta “Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF”, foram iniciados estudos para a formação de consórcio público dos estados beneficiados (CE, PB, PE, RN) pelo PISF para operar e manter o sistema. Além disso, em 2018, foram continuadas as tratativas e negociações visando a formalização do contrato entre as operadoras estaduais e federal (Companhia Desenvolvimento Vale São Francisco - Codevasf). Foram iniciados ainda, por consultoria especializada, os estudos de desestatização da operação e manutenção do PISF.

LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Para ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, fundamenta-se em um conjunto de ações que se complementam: a alimentação do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS); a implantação e operação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS); a produção de estudos e mapas hidrogeológicos em diversas escalas representando aquíferos e suas interações, subsidiando ações gerenciais.

Com o acréscimo de 8.401 novos poços no SIAGAS, ao final de 2018, chegou-se a 78% do valor da meta global prevista para o período do PPA 2016-2019. Quanto a rede RIMAS, entre 2016 e 2018, houve uma ampliação de 7% do previsto para o seu período global, chegando a inclusão de 20 poços na rede.

A despeito disso, considerando-se apenas 2018, foram monitorados 384 poços, com a realização de 1.146 visitas de inspeção, consistidas 912 séries de dados, coletadas e analisadas in loco 232 amostras de águas subterrâneas, com 191 análises laboratoriais, sobressaindo o porte das atividades de operação da Rede (30 aquíferos monitorados envolvendo 20 estados da Federação).

Também foram previstos mapas hidrológicos diversos, com destaque para o Atlas Hidrogeológico do Brasil concluído em 2016. Em 2018, foram concluídos o Mapa Hidrogeológico de Manaus e o Atlas Digital Águas do Norte de Minas.

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SEUS INSTRUMENTOS

A Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN – é suporte aos processos de gestão e regulação de recursos hídricos, assim como é instrumento para monitorar e alertar sobre eventos hidrológicos críticos. Destaca-se a ampliação da automação das estações da RHN, sob a responsabilidade da ANA, que atingiu 37% em 2018.

Para suprir a falta de conhecimento adequado sobre a qualidade das águas superficiais, foi instituído o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água – PNQA – e a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas – RNQA, por meio de apoio financeiro e técnico aos estados integrantes do programa. Houve ampliação da RNQA, com 24 estados participantes.

As regiões, com balanço hídrico quali-quantitativo considerado mais desfavorável, de maior interesse para a gestão de recursos hídricos, têm recebido atenção e ações para prevenção e gestão de conflitos, sendo destacadas as seguintes: Bacias Hidrográficas do Rio Negro (RS), do Rio São Mateus (MG/ES), do Rio São Marcos (GO/MG/DF), do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF), do Rio Verde Grande (BA/MG) e dos Rios Piancó-Piranhas Açú (PB/RN).

SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Um desafio para a gestão de recursos hídricos é a dupla dominialidade das águas que por determinação constitucional, são compartilhadas pela União e estados, o que impõe a uma forte articulação vertical entre os níveis federativos para a gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas. As dificuldades se concentram nas assimetrias entre os diversos órgãos gestores em relação a suas capacidades financeiras, de estrutura e de pessoal.

Quanto aos resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), por meio do Programa de Fortalecimento da Gestão (PROGESTÃO), houve avanços nas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico e de qualidade da água em 22 unidades da federação, superando a meta prevista para o final do PPA 2016-2019.

Outro desafio é a implementação e consolidação dos Comitês e Agências de Bacia. O Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) prevê o repasse de recursos financeiros para fortalecer comitês estaduais de bacias hidrográficas. Até 2018, 14 estados firmaram contrato somando 111 comitês estaduais.

BOAS PRÁTICAS DE USO DE ÁGUA E SOLO E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Plano Novo Chico) consiste em ações de revitalização executadas em um período de dez anos (2017-2026), sendo divididas nos seguintes eixos: saneamento, controle de poluição e obras hídricas; proteção e uso de recursos naturais; economias sustentáveis; gestão e educação ambiental e planejamento e monitoramento. Entre 2016 e 2018 foram realizadas atividades de fiscalização ambiental, a conclusão do Macrozoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e de capacitação de gestores municipais. Destaca-se a retomada das atividades do Comitê Gestor do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Destaca-se também a publicação do Decreto nº 9.179/17, que institui o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos e entidades da União integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISMANA),

permitindo que o Plano Novo Chico seja beneficiário dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, para proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas. Entre 2016 e 2018 foram celebrados quatro convênios (SC, DF, GO e MG) e 22 contratos de repasse com prefeituras municipais, tendo alcançado os seguintes marcos: 1.848,50 ha de recuperação florestal, 5.180,3 ha de conservação de solo e 413,9 km de readequação de estradas, somando 7.028,8 ha da meta de conservar e recuperar 8.000 hectares no período do PPA 2016-2019.

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) busca a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de demanda bioquímica de oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado aos prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de estações de tratamento de esgotos - ETEs. Até 2018 foram removidas 66.794 toneladas de DBO por 12 ETEs participantes do programa, o que representa 92,78% da meta do PPA 2016-2019. O valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao Programa Recursos Hídricos, observa-se que já foram alcançadas 7 metas relacionados aos Objetivos de “Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos” e de “Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas”.

De acordo com o andamento dos empreendimentos de adução e reservação de água constantes do programa, espera-se avanços relevantes em direção ao Objetivo de “Ampliar a oferta de água”. Em se tratando do Objetivo de “Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção”, destacam-se avanços na recuperação dos reservatórios estratégicos que receberão as águas do PISF.

Quanto ao Objetivo de “Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica”, destacam-se os avanços para a conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica, que indicará intervenções estratégicas, capazes de resolver de forma estruturante o déficit hídrico nas regiões do País.

PROGRAMA 2047

SIMPLIFICAÇÃO DA VIDA DA EMPRESA E DO CIDADÃO: BEM MAIS SIMPLES BRASIL

As micro e pequenas empresas – MPE representam 99% das empresas no país, 54% do trabalho formal e 27% do PIB (Fonte: Sebrae), sendo os microempreendedores individuais definidos como os que faturam até R\$ 81 mil por ano, microempresas até R\$ 360 mil por ano e pequenas empresas as que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. Devido a sua representatividade, são determinantes na geração de emprego e renda, diversificação da atividade produtiva e promoção do desenvolvimento tecnológico. As MPE estão presentes em todo o território nacional, exercendo papel importante na desconcentração espacial da atividade produtiva e na inclusão socioeconômica de parcela expressiva da população brasileira.

O Programa 2047 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 definiu como uma de suas prioridades corrigir algumas das distorções enfrentadas pelas MPE no acesso a mercados, especialmente os de compras públicas e de exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito.

A definição desse desafio como estratégia principal partiu do reconhecimento de que as distorções enfrentadas pelas MPE estão associadas, em grande medida, à conjunção dos seguintes fatores: (i) custos de transação proporcionalmente maiores que os enfrentados por empresas de maior porte econômico relativo; (ii) inexistência de instrumentos providos pelo mercado que promovam uma alocação de recursos capaz de anular ou pelo menos suavizar os efeitos distorcidos dos custos de transação proporcionalmente maiores; e (iii) a tradução desses custos de transação em baixa competitividade e alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio.

Em 2018, a SEMPE manteve seu propósito de buscar a implementação de medidas para combater essas distorções, promovendo instrumentos capazes de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, reduzindo custos sistêmicos, especialmente os de tributação e regulação, e eliminando barreiras à entrada em mercados específicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As MPE continuam sendo as maiores empregadoras no Brasil. De uma participação de 48,21% dos empregos em 2016 passou-se a 59,07% em 2017, segundo a Relação Anual das Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O número de Microempreendedores Individuais optantes pelo Simples Nacional passou de 7.695.547 em 2017 para 7.739.452 em 2018. Já o número de Micro Empresas optantes pelo Simples Nacional passou de 4.953.948 em 2017 para 5.030.926 em 2018.

Em 2018, as ações e iniciativas voltadas à simplificação da abertura e da legalização de empresas entregaram resultados expressivos. De acordo com o *Doing Business* do Banco Mundial, em um único ano, o Brasil avançou 36 posições no indicador *starting a business*. No relatório 2017/2018, ocupávamos a posição 176, já no relatório 2018/2019, passamos para a posição 140. Essa foi a maior evolução do Brasil desde o início da avaliação.

Esses avanços foram viabilizados pelos investimentos feitos nos últimos anos, em especial, pela parceria entre o Governo Federal e a Prefeitura de São Paulo, que integrou o sistema de Registro e Licenciamento de Empresas com o Empreenda Fácil, de tal forma que a consulta da análise

de viabilidade se dá de forma *online*, automática e com a recuperação dessa informação pelos sistemas da Receita Federal, Junta Comercial e Secretaria de Finanças, evitando assim que se exija o duplo preenchimento nos sistemas. Com a troca de informação entre os sistemas também foi possível a emissão automática da Inscrição Municipal, assim como a dispensa do agendamento de atendimento presencial para desbloqueio da Inscrição Municipal pelo empreendedor. Essas medidas simplificaram o processo e reduziram o tempo de abertura de empresa no município de São Paulo.

O ano de 2018 também foi marcado pela intensa participação social na elaboração da nova base conceitual do artesanato brasileiro (Portaria SEI nº 1007/2018). Nesse contexto, o marco legal contribuirá para o desenvolvimento do artesanato como Política Pública e, consequentemente, para a promoção da garantia do direito do artesão.

SIMPLIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS DE LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS

No âmbito do objetivo de simplificação e integração dos processos de legalização de empresas, o Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, deu continuidade às iniciativas de revisão de suas normas com o objetivo de simplificar os trâmites das empresas no ambiente das Juntas Comerciais.

Com a Instrução Normativa DREI nº 44/2018, foi dada nova dinâmica ao exercício da leiloaria, permitindo que os agentes possam atuar em mais de uma Unidade Federativa, além de simplificar a documentação necessária para sua matrícula perante as Juntas Comerciais. Importante lembrar que os leiloeiros são figuras importantes no comércio por promoverem a rápida circulação de bens.

A Instrução Normativa DREI nº 47/2018 tornou mais clara as regras sobre quem pode ser titular ou constituinte de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, bem como a possibilidade de uma Pessoa Jurídica ser titular de duas ou mais EIRELI.

Já a Instrução Normativa DREI nº 48/2018 representou verdadeira ruptura no modelo de trabalho adotado pelos órgãos de registro empresarial. Antes dessa IN, a análise dos atos constitutivos era totalmente discricionária, o que gerava enorme insegurança no momento da lavratura dos instrumentos. Depois da referida IN, ficou claro para o órgão de registro e para o cidadão empreendedor quais elementos devem ser observados quando da submissão de pedido de abertura e legalização de empresas.

Com a finalidade de diminuir a burocracia para emissão do alvará municipal, foi publicada a IN DREI nº 50/2018, que permite à empresa com filiais adotar objetos distintos e independentes entre as filiais e a sede. Antes, a filial só poderia ter por objeto atividade contida no objeto da sede, o que tornava o objeto social da sede extremamente amplo e dificultava a obtenção do alvará municipal em razão do excesso de atividades. Com a IN nº 50, ficou mais fácil e rápido o licenciamento da sede e suas respectivas filiais.

Por fim, o DREI publicou a IN DREI nº 52/2018, que modernizou a regulamentação de registro digital de forma a permitir ao cidadão abrir e legalizar empresas no Brasil pela internet.

Foram, ainda, realizadas consultas públicas acerca da integração do registro empresarial entre todos os municípios brasileiros. Esses debates permitiram ao Governo Federal especificar a Central Nacional de Registros, incluída na Lei nº 8.934/1994 por meio da Medida Provisória nº

861, de 04 de dezembro de 2018. A Central Nacional de Registros dará efetividade ao direito do cidadão de ter uma porta única na internet para abertura e legalização de empresas e um processo harmônico e homogêneo, de forma a uniformizar nacionalmente todos os passos dados pelo cidadão quando da constituição de seu empreendimento.

AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO ARTESANATO

Após a edição do Decreto de regulamentação do regime simplificado de exportação para as MPE, previsto no art. 49-A da Lei Complementar nº 123/2006, foram adotadas ações junto à Receita Federal do Brasil para definir os critérios de habilitação dos operadores logísticos e, também, treinamento das unidades de aduana para operar no novo modelo/produto simplificado.

No ano de 2018, foram realizadas ações de divulgação do regime simplificado de exportação para as MPE. A divulgação do Simples Exportação foi realizada por meio de viagens para participação em Feiras, Congressos e no Encomex.

Para a Semana Nacional do Crédito do ano de 2018, as diretrizes foram estruturadas sobre 3 pilares básicos: gestão financeira de pequenos negócios; oferta, recuperação e regulamentação de crédito em condições diferenciadas e mais benéficas às MPE; e venda de produtos e serviços financeiros em condições diferenciada. Na ocasião foram trabalhados os tópicos relativos a treinamentos, oficinas, consultorias, atendimentos, dentre outras atividades organizadas pelos diversos parceiros do projeto.

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte está organizado em Comitês Temáticos. Entre o rol de atividades importantes que foram desenvolvidas no ano de 2018, estão os acordos de cooperação técnica firmados entre a SEMPE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, afim de oferecer cursos de capacitação por meio de educação a distância – EAD, e o acordo com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Federação Nacional de Juntas Comerciais – FENAJU e Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – FENACON, que tem como objetivo a disseminação da cultura de propriedade industrial, para um melhor entendimento e uso estratégico do Sistema de Propriedade Intelectual por parte de gestores e demais profissionais interessados no tema, visando tornar as MPE mais inovadoras e competitivas.

Outra ação implementada em 2018, foi o Acordo de Cooperação Técnica entre a SEMPE e a Associação Brasileira Garantidora de Crédito e Garantias S.A – ABGF para a implantação do Sistema Nacional de Garantias e Créditos – SNGC para as MPE. Esse acordo tem o objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e a demais serviços das instituições financeiras.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB foi publicada a Portaria SEI nº 1007/2018, que institui a nova estrutura do Programa, com objetivos, finalidades, eixos de atuação e estratégias. A Portaria criou ainda a Comissão Nacional do Artesanato, além de dispor da atualização da base conceitual do artesanato brasileiro.

Destaca-se, ainda, a implantação do Portal do Artesanato Brasileiro <http://artesanatobrasileiro.gov.br/>, ferramenta de incentivo à inovação, ao aprimoramento, ao

desenvolvimento e à consolidação do trabalho artesanal. O objetivo do Portal é ampliar a capacidade de produção e de exposição de cerca de 8,5 milhões de artesãos, valorizando o saber artesanal como parte fundamental de nosso patrimônio cultural.

Além disso, foram realizados quatro eventos, que oportunizaram a comercialização de 200 mil peças, com um faturamento total, de aproximadamente R\$ 6,6 milhões. Os resultados beneficiaram diretamente mais de 4,4 mil artesãos, oferecendo assim novos mercados, geração e manutenção de emprego, trabalho e renda.

No âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB, foram realizados 188 cadastros de artesãos quilombolas, número que representa um crescimento de 56% em relação a 2017. Foram, ainda, registrados 19.119 novos artesãos/trabalhadores manuais, totalizando 163.760 artesãos/trabalhadores manuais beneficiados com as ações do Programa.

Visando qualificar e formar o artesão, foram realizadas transferências voluntárias para a implementação do Projeto Laboratório Técnicos “Artesanato Mais Competitivo”, por meio do qual pretende-se qualificar o artesão nas inovações do processo produtivo, além de buscar e trabalhar características regionais nas peças elaboradas. A ideia é que os laboratórios tenham efeito a curto e a longo prazo, de modo que, as peças sejam identificadas por meio de um selo de origem regional e nacional. O selo é uma forma do consumidor identificar que o produto é daquele Estado, região e genuinamente brasileiro.

No âmbito do Programa do Microempreendedores Individuais – MEI, desde a implantação do Portal do Empreendedor, foram registrados mais de 8 milhões de Microempreendedores Individuais, proporcionando benefícios como CNPJ, aposentadoria, auxílio-doença, licença maternidade, emissão de nota fiscal e crédito como Pessoa Jurídica.

Outra iniciativa relevante foi a expansão do Projeto Instituição Amiga do Empreendedor – IAE, que tem como metas: aprimorar o perfil empreendedor e o ato de empreender; reduzir os riscos; e promover os atributos pessoais e as competências interdisciplinares que formam a base de um comportamento e de uma mentalidade empresarial.

ACESSO DA SOCIEDADE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Conforme dispõe o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão desenvolveu a Plataforma de Cidadania Digital, composta pelo Portal de Serviços do Governo Federal – www.servicos.gov.br – e por ferramentas de controle de acesso, acompanhamento e avaliação da solicitação do usuário.

A partir de 2017, o Programa Bem Mais Simples implementou um Plano de Trabalho para a melhoria do ambiente de negócios do País, no qual, mediante a articulação com órgãos das três esferas de governo e com entidades representantes da sociedade civil, priorizou-se a execução coordenada de projetos voltados para simplificação dos serviços públicos. Além disso, desenvolveu estratégias de divulgação de melhorias e estabeleceu interlocução direta com o Banco Mundial, que publica anualmente o Relatório *Doing Business*, instrumento utilizado para avaliar a percepção dos usuários e a qualidade dos serviços prestados. O Instrumento mede a facilidade para realizar negócios em 190 economias, permitindo a comparabilidade entre cidades e identificando as melhores práticas.

As medidas implementadas no País contribuem para redução da burocracia, melhoria da imagem interna e externa e refletem na nota do País no referido Relatório. Em março de 2018, o Programa coordenou uma missão ao Banco Mundial para esclarecer as reformas realizadas e em andamento na economia, bem como discutir inconsistências identificadas no relatório. A equipe do Programa atuou, também, na defesa dos interesses do País junto à equipe do *Doing Business*, reforçando com novas evidências as reformas implementadas.

O Relatório *Doing Business* 2019 reconheceu as medidas implementadas no País. O Brasil foi destacado como a economia que mais evoluiu entre os Países da América Latina e Caribe e apresentou sua melhor nota e classificação, passando da posição 125^a para a 109^a. Essa evolução é resultado de iniciativas como a disponibilização de sistemas online para registro e licenciamento empresarial e a simplificação de procedimentos trabalhistas, que promoveram uma redução no tempo médio para abrir uma empresa, de 79,5 para 20,5 dias.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2018, a SEMPE buscou dar continuidade à relevância institucional atribuída pelo Governo Federal às MPE no País e manter o atendimento diferenciado aos pleitos desse segmento. As ações implementadas no âmbito do programa, nas áreas de educação, inovação, artesanato e MEI, crédito, desburocratização, simplificação, competitividade e agenda de cooperação, promoveram a melhoria do ambiente de negócios e contribuíram para a retomada do nível de confiança na economia.

Para tanto, a Secretaria permanecerá concentrando seus esforços em apoiar os movimentos do empreendedor em iniciar, manter ou expandir o seu negócio, atuando junto aos seus *stakeholders* para reduzir o peso da burocracia, simplificar e agilizar os procedimentos de registro, garantir a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 123/2006, garantir a oferta de crédito adequado, propiciar condições para o fomento da inovação e o acesso a novos mercados (nacional e internacional), além de prover capacitação e assistência técnica, de maneira que os pequenos negócios adotem as mais eficientes práticas de gestão e de sustentabilidade.

Nesse sentido, a SEMPE segue cumprindo seu papel legal, implementando ações que propiciem a promoção de ambiente empreendedor adequado, o crescimento econômico, a criação de condições para a geração e a manutenção de empregos e a perenização das empresas abrangidas por esse segmento.

Políticas e Temas Especiais

Programas Temáticos

Defesa Nacional

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Desenvolvimento Regional e Territorial

Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Política Espacial

Política Externa

Política Nuclear

PROGRAMA 2058

DEFESA NACIONAL

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Defesa Nacional apresentou avanços em 2018, destacando-se as ações relacionadas ao aparelhamento das Forças Armadas; ao monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras; e ao desenvolvimento da Base industrial e defesa e de tecnologia de interesse de defesa.

No que concerne ao aparelhamento, os Comandos dispuseram de quantidade maior de meios operativos, para o exercício de suas funções, visto que novos navios, aeronaves, viaturas e sistemas foram adquiridas ou modernizadas.

No que se refere ao monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras, houve avanços na implantação do Projeto Piloto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul e no desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisSGAAz). Além disso, o Comando de Operações Aéreas (Comae) teve seus processos atualizados, de forma a permitir o completo comando e o controle (C2) das ações de emprego operacional de meios de Força Aérea.

Os avanços obtidos no reaparelhamento e no monitoramento dos espaços terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras podem ser evidenciados por meio dos respectivos indicadores do Programa: o índice de operacionalidade da força terrestre deslocou-se de 78,26%, em 2017, para 81,45% em 2018; e o índice de monitoramento do espaço aéreo se mantém em 93,13% desde 2016, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais. Na mesma direção, contudo em percentual menor, o índice meios operativos da Marinha evoluiu de 45% em 2017 para 46% em 2018.

Sobre o desenvolvimento da base industrial de defesa, registre-se que o volume de autorizações de exportação das principais empresas que compõem a base industrial de defesa foi de US\$ 900,41 milhões, valor maior que o conjunto das exportações do ano de 2017 (US\$ 687,6 milhões).

No que diz respeito à tecnologia de interesse de defesa, o Projeto KC-X, que consiste no desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, iniciou em 2018 sua última fase: a certificação.

PROMOÇÃO DA MULTILATERALIDADE INTERNACIONAL NA ÁREA DE DEFESA

A presença do Brasil em foros internacionais é uma das formas de promover a multilateralidade na área de defesa e de projetar o país junto aos países e organismos do entorno estratégico e espectro de seu interesse. Nesse sentido, em 2018, o Brasil participou da Conferência dos

Ministros da Defesa das Américas e de reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa.

Sob a perspectiva bilateral, o país buscou a atualização de temas de interesse comum na área de defesa, assim como o reforço da capacidade de inserção diplomática militar brasileira no âmbito internacional.

RECURSOS HUMANOS PARA AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

No que tange à dimensão humana, no triênio 2016-2018 foram capacitados 9.472 servidores civis do Ministério da Defesa, superando em 18,4% a meta prevista no PPA de capacitar 8.000 servidores.

Quanto à força de trabalho militar, as ações empreendidas pelos Comandos Militares proporcionaram a capacitação de 60.037 servidores militares, em 2018, incluindo-se os cursos presenciais e à distância.

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

A capacidade operativa das Forças Armadas Brasileiras tem como pilares o adestramento e a prontidão logística.

No que tange ao adestramento e à prontidão logística, as Forças Armadas participaram de operações conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - a exemplo das Operações Atlântico, Amazônia e Ágata e das missões de paz sob a égide da ONU e da UNIFIL - e estiveram presentes em diversos eventos que contribuíram para o adestramento de seus efetivos.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas compreende também o serviço militar. Em 2018 foram alistados 1.669.944 jovens para o Serviço Militar Obrigatório. Destes, 86.112 foram incorporados às Forças Armadas. Foram implantados 57 postos de recrutamento e mobilização, sendo que em 80% dos Estados da Federação de forma on-line.

ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES MILITARES TERRESTRES

A adequação das Forças Armadas é um dos requisitos essenciais para que as organizações militares cumpram sua missão constitucional com eficiência.

Nesse contexto, o Comando da Marinha realizou adequações em suas organizações militares, dentre as quais destacam-se as realizadas no Centro de Instrução Almirante Alexandrino, no Rio de Janeiro-RJ e na Capitania Fluvial de São Francisco, em Pirapora-MG.

O Exército Brasileiro realizou obras em todo o território nacional, destacando-se a construção de novos pavilhões em aquartelamentos na área amazônica e a construção de 120 moradias construídas em Brasília e Manaus.

A Força Aérea Brasileira realizou reformas, reparos e construções em 17 organizações militares, além de reparos que beneficiam cerca de 300 imóveis funcionais militares.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NA COMUNICAÇÕES E INTELIGÊNCIA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL

O fortalecimento das capacidades das áreas da cibernética nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação reduzem a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à defesa nacional.

Em 2018, essas atividades foram empregadas em diversas frentes de atuação das Forças Armadas, tais como as eleições, a greve dos caminhoneiros, a operação acolhida e a intervenção federal no Rio de Janeiro.

Com relação às realizações da área nuclear, foram observados avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene). O Labgene proporcionará benefícios à sociedade como o desenvolvimento de tecnologias duais (militar e civil); a nacionalização de processos e equipamentos; a geração de empregos; e a inserção do Brasil na lista de nações que dominam a tecnologia nuclear.

Na área espacial, vale mencionar a revisão do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese). No mês de julho foi aprovada a nova versão do Programa, por meio da Portaria Normativa nº 41/2018 do Ministério da Defesa.

No que se refere à segurança da informação, no início de 2018, entrou em operação o Data Center do Exército, infraestrutura que permitirá hospedagem dos sistemas corporativos em ambiente de alta segurança e disponibilidade.

APARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

O País necessita de Forças Armadas bem aparelhadas que resguarde seu território, espaço aéreo e águas jurisdicionais e seja efetivo instrumento dissuasivo contra eventuais ameaças.

No que tange aos meios operativos destinados à Força Naval, em 2018, foram incorporados à Marinha do Brasil três Navios de Apoio Oceânico (NApOc); o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico; e o helicóptero HU-15A Super Cougar (N7203). Com essas aquisições alcançou-se 90% da meta prevista no PPA.

Relativamente ao Programa Astros 2020, cita-se como fato relevante a entrega parcial das instalações do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO). Em 2018 o Programa atingiu 49% da meta prevista no PPA.

Em relação ao Programa Guarani, as principais realizações no exercício de 2018 foram a aquisição de 41 viaturas da nova família de blindados sobre rodas e de cinco sistemas de armas Remax. Dessa forma atingiu-se 45,67% da meta do PPA.

No que se refere ao aparelhamento da Força Aérea, destaca-se o Projeto HX-BR, com a entrega de mais quatro aeronaves em 2018.

O Projeto FX-2 alcançou 13,74% de execução em 2018. Está previsto no PPA, o desenvolvimento de 35,8% da aeronave caça multimissão até o final do Plano. Atualmente, o protótipo da aeronave brasileira encontra-se na fase final de montagem, com voo previsto para 2019.

PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

As operações e os exercícios militares conjuntos são instrumentos de avaliação das condições de operacionalidade das Forças Armadas. Assim em 2018, o Ministério da Defesa realizou Operações Ágata e Operações de Garantia da Lei e da Ordem: Potiguar III, São Cristovão, Tucuxi e Operação Rio de Janeiro.

As Operações Ágata são operações interagências de combate aos crimes transfronteiriços que envolvem a Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e outros órgãos governamentais e têm como propósito intensificar a presença do Estado na Faixa de Fronteira.

Em 2018 foram realizadas as Operações Ágata de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul; Ágata de Aço II, nas regiões de fronteira com o Paraguai e Bolívia; Ágata-Curaretinga, em Rondônia; e Operação Conjunta Ágata Amazônia I, na região de fronteira localizada nas calhas dos Rios Javari, Solimões, Içá e Jandiatuba.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são executadas nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública e graves situações de perturbação da ordem.

No ano de 2018, foram realizadas Operações GLO no Estado do Rio Grande do Norte, que teve como objeto a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio; no Rio de Janeiro, com o intuito de contribuir para o restabelecimento da normalidade social, em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública; e a Operação São Cristovão, desencadeada em razão das manifestações e dos bloqueios promovidos por caminhoneiros.

O MD deu prosseguimento à participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

MONITORAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE E AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS

O monitoramento, o controle e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras e dos espaços terrestres e aéreos são atribuições finalísticas do Ministério da Defesa, desempenhadas pelos Comandos Militares.

No que se refere ao monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras, foi criado o Centro Integrado de Segurança Marítima (Cismar), o qual possibilitou a integração do Comando da Marinha com os demais entes que atuam nessa área. Além de funcionar como uma “sala de crises interagências”, o Cismar também será o núcleo do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisSGAAz).

Quanto ao monitoramento do espaço terrestre, destaca-se o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), cujo Projeto Piloto no Mato Grosso do Sul, atingiu 56% de implantação em 2018. No decorrer do exercício foram entregues os sensores óticos e optrônicos do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão; os radares de vigilância terrestre; os sensores de sinais eletromagnéticos e os centros de comando e controle fixos e móveis.

No que tange à defesa do espaço aéreo brasileiro, em 2018, os processos do Comando de Operações Aéreas (Comae) foram revisados, de forma a permitir o completo comando e o controle das ações de emprego operacional de meios FAB, incluindo vetores aéreos e espaciais.

DESENVOLVIMENTO DA BASE INDUSTRIAL E DE TECNOLOGIAS DE INTERESSE DE DEFESA

Nos últimos anos, o governo brasileiro vem priorizando o desenvolvimento de produtos de defesa nacionais, objetivando a redução da dependência tecnológica e a superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis.

Visando à elevação no grau de autonomia na produção de armamento inteligente e a expansão do catálogo de produtos de defesa, a Marinha do Brasil está desenvolvendo o Míssil Antinavio Nacional de Superfície (Mansup), que tem como principal objetivo a aquisição de alta tecnologia vinculada à propulsão, direção e produção do artefato bélico, com o propósito de atender a demanda nacional e internacional.

Na área aeroespacial, o Projeto KC-X, que consiste no desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, está em sua última fase: a certificação.

A Agência Nacional de Aviação Civil entregou a revisão da certificação da Aeronave tipo EMB 390, o que permitiu o prosseguimento dos ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

Ainda na área aeroespacial, o Projeto A-Darter prevê o desenvolvimento, em parceria com a África do Sul, de um Míssil ar-ar de curto alcance de 5ª Geração, do suporte logístico e da base de certificação. O ensaio foi realizado com quatro lançamentos que, ao final, tiveram os parâmetros satisfatoriamente atingidos. Esse Projeto atingiu o percentual de 99% de execução.

COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E A SOCIEDADE

Além das atribuições essenciais, o Ministério da Defesa realiza ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional, realizando ações em prol da educação, da assistência social, do desenvolvimento nacional e da defesa civil.

O Programa Calha Norte (PCN), em sua vertente civil, atendeu 379 municípios e contribuiu para a melhoria da infraestrutura da região de abrangência do Programa, em especial, nas áreas de saúde e educação.

Na área da educação e cidadania, destaca-se o Projeto Rondon. Em 2018 foram realizadas três operações, contemplando 815 universitários, que proporcionaram aos jovens a oportunidade de vivenciar diferentes realidades, a partir da interação com as comunidades assistidas.

Em relação à qualificação profissional, merece destaque o Projeto Soldado-Cidadão, que tem por objetivo qualificar os jovens egressos do serviço militar para ingressar no mercado de trabalho. Em 2018 foram qualificadas 12.000 pessoas. Desde 2016, 25.813 pessoas foram atendidas pelo Projeto.

Na área de assistência social, o Programa Forças no Esporte (Profesp), presente em todas as unidades da Federação, atendeu, em 2018, mais de 24.600 crianças e adolescentes com atividades de esporte e reforço escolar.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Das 44 metas traçadas para o quadriênio, de responsabilidade do Ministério da Defesa, 22,72% já foram cumpridas no triênio 2016-2018; 38,64% se encontram com o andamento adequado; e 38,64% necessitam de adoção de medidas para o seu efetivo cumprimento, notadamente, a compatibilização entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta.

Em 2019, último exercício do Plano, o Ministério da Defesa realizará os arranjos de gestão necessários e possíveis, priorizando o cumprimento das metas e objetivos previsto no Plano Plurianual 2016-2019.

PROGRAMA 2038

DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Para auxiliar o País no alcance de um crescimento sustentado, capaz de preservar as conquistas sociais geradas, o Programa Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública tem o desafio de promover o aperfeiçoamento e a inovação na gestão pública em busca de serviços públicos de melhor qualidade. Como estratégia para esse fim, focaliza na eficiência da gestão e simplificação de serviços públicos; no uso integrado de tecnologia de informação; no aperfeiçoamento da força de trabalho; no fortalecimento da participação social e das políticas de comunicação, controle social e transparência; e no conhecimento da realidade brasileira por meio de informações estatísticas oficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa 2038 possui seis indicadores e concentra um rol de sete objetivos, que possuem diversas áreas de atuação. Em 2018, todos os indicadores apresentaram evolução em comparação aos índices de referência do Plano. Contudo, três indicadores obtiveram maior destaque: “% Despesa com Pessoal da União/PIB”, “Índice de Governo Eletrônico” e “Índice de Participação Eletrônica”.

Em relação ao primeiro indicador, ao confrontar o índice de referência (4,11% em 2012) desta relação despesa de pessoal da União/PIB com os índices auferidos ao longo dos anos do PPA, percebe-se nos dois primeiros anos que os esforços adotados pelo Programa não lograram êxito. Contudo, em 2018, segundo a projeção do PIB para o 4º semestre, a expectativa é de redução do índice para algo em torno de 4,04%. Se este índice se confirmar, ao se comparar 2018 com o ano de referência, a economia aos cofres públicos seria em torno de R\$ 4,9 bilhões. Se o comparativo for em relação ao ano anterior (2017), a economia estimada é de R\$ 41 bilhões.

No que concerne aos outros dois indicadores, ambos são medidos pelas Organizações das Nações Unidas e têm o propósito de mensurar o uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para fornecer serviços governamentais de forma mais eficaz e eficiente aos cidadãos e empresas. Buscam medir se os governos conseguem melhorar seus funcionamentos internos ao utilizarem TIC, reduzindo os custos financeiros e os tempos de transação, integrando melhor os fluxos e processos de trabalho, fornecendo, assim, melhores serviços, respondendo às demandas dos cidadãos por transparência e responsabilidade.

Em relação ao Índice de Governo Eletrônico, sua melhora propiciou ao Brasil avançar 13 posições (de 57 para 44) em relação ao ano de referência (2014) entre os 193 países avaliados. Este indicador tem o propósito de, pela incorporação das características de acesso, como a infraestrutura e os níveis educacionais, refletir como um país está usando as tecnologias da informação para promover o acesso e a inclusão de sua população.

Quanto ao Índice de Participação Eletrônica, seu resultado permitiu que o País subisse da 24ª posição em 2014 para 12ª em 2018, entre estes mesmos 193 países, e tem o intuito de medir a melhoria do acesso do cidadão à informação e aos serviços públicos.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Em 2018, foram desenvolvidas ações visando fortalecer o diálogo e a participação social, o intercâmbio e a cooperação entre as instâncias de governos, setor produtivo, academia e organizações da sociedade civil para suplantiar os desafios da Agenda 2030 e construir um Brasil mais justo, inclusivo e próspero. Nesse sentido, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é plataforma que oportuniza a interação entre o Estado e as organizações da sociedade civil.

Na função de promover o diálogo e a participação social, foram desenvolvidas agendas estruturadas, com margem de imprevisibilidade, na medida em que são frequentes as demandas por mediação em ocupações, conflitos e manifestações das mais diversas ordens, articulando essas demandas junto aos órgãos do poder público e aprimorando a capacidade de negociação com estes segmentos (irrigantes do Sistema Itaparica, representantes dos atingidos por barragem, diversas etnias indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores etc.).

CAPACIDADE DO ESTADO DE PROVER ENTREGAS À SOCIEDADE COM QUALIDADE

A administração pública desenvolve atividades para tornar os serviços públicos compreensíveis e acessíveis, simplificando procedimentos e normas, e colocando a tecnologia da informação a serviço do cidadão.

Em relação à gestão de pessoas, destaca-se a realização de dois estudos do Governo Federal em parceria com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): (i) estudo sobre o sistema de inovação do setor público do Brasil e sua capacidade de identificar e aprender com abordagens inovadoras que atendam às necessidades dos cidadãos e do governo brasileiro; e (ii) estudo sobre a abordagem do Governo Federal no desenvolvimento de novas habilidades em servidores públicos relacionadas com a inovação no setor público. Os estudos propuseram recomendações de políticas para aprimorar a abordagem do Governo federal no desenvolvimento de novas habilidades em servidores públicos.

No que concerne à administração do patrimônio da União, foram entregues as primeiras versões do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), que prevê a unificação das quatro bases cadastrais de imóveis atualmente existentes, com utilização de inteligência geográfica. Com a entrega das versões, já foram disponibilizados à sociedade o parcelamento de débitos “on line”, que permitiu a renegociação de cerca de R\$ 60 milhões de reais, gerando arrecadação de R\$ 15 milhões; e o portal de atendimento ao cidadão, onde buscou-se ampliar a capacidade operacional na prestação de serviços, a padronização do atendimento, a desburocratização e a transparência.

Ainda em relação ao patrimônio da União, com o propósito de ser mais eficiente, o Governo Federal continuou a promover alienação de imóveis em 2018, que gerou a arrecadação de R\$ 92,4 milhões, resultado 105% superior a 2017; e racionalização do uso e promoção da redução de despesas com aluguéis, realizando operações de permuta de prédios prontos para abrigar as instituições por bens da União inservíveis ao uso público que, por sua vez, geraram economia de R\$ 15,1 milhões aos cofres públicos no ano.

Em atendimento ao princípio constitucional da garantia da função social da propriedade, entre 2016 e 2018 foram destinados imóveis da União para execução de projetos habitacionais em consonância com a Política Nacional de Habitação, promovendo o acesso à moradia digna e a inclusão social, beneficiando, neste período, 27.967 famílias por meio da destinação para fins

de provisão habitacional; 955 famílias por meio da regularização fundiária direta; 31.985 famílias por meio da regularização fundiária indireta e 4.275 famílias por meio da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais – totalizando 65.182 famílias beneficiadas.

Em 2018, foram realizadas ações relacionadas ao aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), bem como dos atos normativos, visando à automatização, simplificação, desburocratização, redução de custo operacional, segurança jurídica e maiores facilidades para gestores públicos, bem como para aqueles que operacionalizam o Plataforma Siconv para implementação de políticas públicas. Com exemplo, pode-se citar: adequação e aperfeiçoamento do Siconv para atender à Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e o desenvolvimento de sistemas, aplicativos e painéis gerenciais.

Apresentada em maio de 2018 a nova estrutura do projeto “Empresa Pró-Ética”, que consiste em fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas, por meio do reconhecimento público daquelas que se mostram comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude.

Concernente à avaliação da gestão, no triênio 2016-2018, trabalhos de auditorias permitiram adotar melhorias de gestão e obter benefícios de R\$ 14,7 bilhões, bem como evitou-se prejuízo de R\$ 11,28 bilhões com benefícios sociais irregulares, valor esse que resulta de recomendações da CGU em 331 exames decorrentes de denúncias e representações.

EFICIÊNCIA DA AÇÃO DO ESTADO VIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APRIMORAMENTO DA GESTÃO

Como ação do Governo para aumentar a eficiência do Estado na disseminação da prestação de serviços de forma eletrônica pelos órgãos, a digitalização no Governo Federal alcançou 40 serviços públicos, viabilizando transformações em 26 órgãos, e treinamento de mais de 400 multiplicadores. A economia da implantação de automação em apenas 10 serviços situou-se em torno de R\$ 178 milhões em um ano, com cerca de R\$ 116 milhões estimados para o cidadão, em redução de tempo gasto e de custo despendido para busca de informações, coleta, preparação e entrega de documentos.

Somada à transformação de serviços públicos em digitais, outras inovações foram introduzidas na Plataforma de Cidadania Digital objetivando melhorar o acesso digital efetivo, permitindo a solicitação, acompanhamento e avaliação da qualidade do atendimento. O Portal de Serviços evoluiu com “chatbot”, integração a portais de outras esferas, ferramentas de busca e melhorias na navegação e na experiência do usuário.

No que se refere à acessibilidade digital, em 2018, foi garantida infraestrutura tecnológica adequada a ambientes virtuais governo, tais como o modelo de acessibilidade (eMAG), ambiente para capacitação à distância (ENAP); avaliação de ambientes digitais por máquina (asesweb.governoeletronico.gov.br) e conteúdos digitais em LIBRAS (vlibras.gov.br). O plano de continuidade da política de acessibilidade digital foi construído com destaque a evolução da Suíte VLibras e o mapeamento para a atualização do modelo de acessibilidade (eMAG 3.1).

Por sua vez, GovData é uma plataforma que reúne as principais bases de dados do governo com o objetivo de permitir aos órgãos análise e a geração de informações estratégicas para a aperfeiçoar ações, programas e políticas públicas. Em 2018 foi concluída a infraestrutura

tecnológica e incluídas 21 das principais bases de dados na Plataforma, entre as quais o ComprasNet, RENAVAM, SIAPE, SIASG, SICAF e SICONV.

Ao seu turno, a Plataforma de Interoperabilidade do Governo Federal – ConectaGov - reúne soluções que permitem conexão e troca de informações em tempo real entre sistemas de diferentes órgãos. Em 2018, foi lançado o Portal do ConectaGov (<https://conecta.gov.br/>), tendo sido catalogados 33 API oriundos de 14 sistemas interoperáveis. Com o fito de priorizar as integrações de sistemas e dimensionar o barramento de dados, foi realizado o 1º Censo em 21 órgãos, sendo mapeados 126 API e 119 solicitações dos órgãos.

No que refere ao projeto de instituição da política da governança digital, editou-se a Portaria MP 107/2018, aprovando a Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal (EGD). Foi, também, criado o processo de monitoramento para acompanhar as iniciativas e metas, e elaborado o Modelo de Gestão da EGD, para a execução da formulação, do monitoramento, da avaliação e da revisão, priorizando a simplificação e a efetividade.

Para o aperfeiçoamento do Sistema AGU de Inteligência Jurídica, o Sapiens, por meio da adaptação ao padrão oficial de interoperabilidade, da integração ao Processo Eletrônico Nacional e pela utilização em todas unidades e órgãos das áreas de consultoria jurídica e contencioso judicial, foram realizadas as ações, entre outras: implantação dos processos em meio eletrônico e híbrido; desenvolvimento dos módulos Disciplinar, Ouvidoria e Cálculos Judiciais em andamento; desenvolvimento do Barramento do Processo Eletrônico Nacional; e realização de reuniões gerenciais visando otimização do Processo Eletrônico Nacional no âmbito da AGU.

EFICIÊNCIA DA FORÇA DE TRABALHO DO ESTADO

O Governo Federal vem desenvolvendo atividades para formar quadros qualificados servidores, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços públicos, tornando-os eficientes e coerentes com as demandas da sociedade.

Para melhor gestão de pessoas, foram introduzidas as ações de: automação de avaliação de desempenho, de registro de laudos técnicos e de concessão de adicionais ocupacionais; sistematização de modelo de competências e de desenvolvimento de trilhas de liderança para gestores públicos federais; e divulgação sobre educação financeira, para os servidores públicos federais. Com foco na atenção à saúde, segurança do trabalho e previdência dos servidores públicos federais, foram alteradas as atribuições básicas de Administração de Pessoal, por meio do Decreto 9.473/2018, bem como está em revisão e aprimoramento da legislação relacionada a adicionais ocupacionais.

Complementando, buscou-se desenvolver soluções de TI para aperfeiçoar os processos da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional. Nesse sentido, o SIGEPE contribui para redução de custo e eficiência dos processos tendo sido implantados seis módulos de sistema em 2017, bem como melhorias no SIGAC e nas Soluções Mobile do SIGEPE, e, em 2018, atualizações como o Aplicativo Mobile para gestores de pessoas e os módulos de avaliação de desempenho, banco de talentos, composição da força de trabalho, publicação/manuais, seleção, auxílio-moradia e pensão alimentícia.

Também foi criado um Comitê para redesenhar a análise das demandas por fortalecimento da capacidade institucional os órgãos, sendo proposta a modernização da Lei nº 8.745/1993, que

versa sobre contratação temporária de excepcional interesse público, e do Decreto nº 6.944/2009, que dispõe sobre concursos públicos.

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS E REGISTROS ADMINISTRATIVOS

Dando continuidade à busca por ampliar a organização e a integração entre os diferentes órgãos produtores de informações oficiais, em 2018 os seguintes resultados foram destaques: I) lançamento da Plataforma Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Plataforma ODS) – site com o primeiro conjunto de indicadores globais do Brasil para o acompanhamento desses objetivos, com fichas metodológicas, tabelas, gráficos e mapas; II) elaboração, pela primeira vez, e seguindo as recomendações da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, das Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil (CEAA), tendo abrangido o período 2013-2015; III) publicação do documento População em Áreas de Risco no Brasil, cujo conteúdo apresenta as áreas de riscos de movimentos de massa, inundações e enxurradas monitoradas pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) associadas, de forma inédita, às informações do Censo 2010; IV) realização do estudo Projeções da população: Brasil e unidades da federação (revisão 2018) - esta revisão 2018 estendeu a projeção da população para unidades da federação com informações até o ano 2060, sendo de fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos e fornecendo subsídios para a implementação de políticas públicas e a posterior avaliação de seus respectivos programas, bem como para estratégias de planejamento do setor privado.

CONTROLE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

A transparência e o acesso à informação pública são instrumentos que viabilizam a participação social, visto que fortalecem a capacidade dos cidadãos de participar mais efetivamente do processo de tomada de decisões.

A CGU vem trabalhando para promover a participação cidadã por meio do aprimoramento de instrumentos de transparência (passiva e ativa), do monitoramento da implementação da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). Em 2017, o percentual de pedidos que estavam em omissão atingiu o menor índice desde a entrada em vigor da Lei: 0,19% (1.045 pedidos). De dezembro de 2016 até o momento, o índice caiu 0,34%. Essa mudança significa que mais de 1.200 pedidos que estavam omissos foram respondidos. Em 2018, o percentual de pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação que estavam em omissão atingiu o menor índice desde a entrada em vigor da Lei: 0,15% (1.026 pedidos).

Em junho de 2018 foi lançado o novo Portal da Transparência com várias inovações e melhorias que facilitam a navegação, interatividade e disponibilização das informações para monitoramento dos gastos públicos do Governo Federal.

Com a instituição da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal por meio do Decreto nº 8.777/2016, os órgãos públicos passaram a ser obrigados a elaborar um Plano de Dados Abertos (PDA) para disponibilização dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e em suas páginas institucionais, a fim de aumentar ainda mais o acesso do cidadão aos dados públicos de forma primária e íntegra, para que seja possível o uso, reuso e cruzamento dos

dados por parte da sociedade, aumentando consideravelmente a quantidade de informações disponíveis ao público.

FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL COM A SOCIEDADE

Em 2018, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (Secom/PR) fortaleceu a comunicação social do Poder Executivo federal com a sociedade por meio de campanhas publicitárias, da reformulação da linha editorial e do aperfeiçoamento dos canais próprios de comunicação (portais e redes sociais), entre outras iniciativas.

Temas como Reforma da Previdência (www.reformadaprevidencia.gov.br), Avançar Brasil Eficiente compuseram os principais eixos de atuação da Comunicação Digital do Governo Federal. Intensificar o diálogo com a sociedade, falar de forma clara e transparente foram os eixos norteadores. O site <https://avancar.gov.br> é o aplicativo Avançar – disponível nas lojas Google Play e App Store – foram criados como fontes primárias de informação do programa.

É relevante mencionar ainda a agilidade e pertinência na produção e divulgação das campanhas relacionadas à Greve dos Caminhoneiros e ao enfrentamento das Fake News contra Vacinação. Em ambas, a comunicação governamental foi utilizada para conferir legitimidade a informações oficiais e combater a disseminação de notícias falsas acerca dos respectivos temas. Essas campanhas alcançaram o êxito de elaborar materiais e conteúdos com alto grau de viralização e engajamento.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os resultados do Programa refletem o compromisso do Governo Federal de continuar avançando na simplificação da relação com a sociedade, reduzindo procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade dos serviços públicos.

De forma geral, mesmo com restrições impostas pela legislação eleitoral, o Programa apresentou um bom desempenho na execução dos objetivos e metas, o que pode ser verificado principalmente pelas atividades desenvolvidas no campo da tecnologia da informação e comunicação, que contribuíram para a melhoria no desempenho dos processos da Administração Pública, e para a implantação de plataformas digitais que concentram os serviços públicos mais demandados pelo cidadão.

PROGRAMA 2029

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

Este Programa tem como diretrizes estratégicas a redução das desigualdades regionais e intrarregionais, além da promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural. Diretrizes estas que advêm de propostas de políticas nacionais que estão em trâmite no governo federal e no Congresso Nacional e preconizam redução de desigualdades seja do ponto de vista socioeconômico (renda, serviços públicos, bem-estar) seja do ponto de vista de usos e ocupação do território nacional (sustentabilidade, acessibilidade, distribuição de atividades, infraestruturas e população).

O Programa busca estimular o desenvolvimento regional e territorial atuando em várias escalas, articulando ações que promovam uma melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados e o apoio ao desenvolvimento econômico. Contempla, portanto, uma gama significativa de instituições nos diversos níveis de atuação: Ministérios, Agências Nacionais, Conselhos e Comissões Nacionais, Superintendências Regionais, Governos Estaduais, Conselhos e Comissões Territoriais e Municípios.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para o ano de 2018, a Minuta do Decreto Federal revisando a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), encaminhada à Casa Civil em dezembro de 2018, destaca-se como a principal iniciativa institucional. Em complemento, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em conjunto com as Superintendências Regionais, conduziu a elaboração das Agendas de Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, vistas como estratégicas para subsidiar o PPA 2020-2023.

Com relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), instrumento importante da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), ressalta-se o lançamento do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE BHSF), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA).

Importante apontar também que seis Rotas de Integração Nacional receberam investimentos ao longo de 2018, avançando-se na estruturação de quatro delas (Rota do Cordeiro, Rota do Mel, Rota do Leite, Rota do Açaí) e iniciando-se a estruturação de duas novas Rotas (Rota do Cacau e Rota da Biodiversidade), superando-se a meta previamente fixada em 5 Rotas.

Como principais resultados dos programas de financiamento e investimento, os Fundos Constitucionais, que buscaram incentivar o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizaram, em 2018, recursos da ordem de R\$ 44,8 bilhões. Em 2018, foram registrados investimentos de R\$ 4,6 bilhões na Região Norte, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), R\$ 32,6 bilhões na Região Nordeste, vindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 9,4 bilhões no Centro-Oeste, oriundos do Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Com relação ao tema da gestão social, destacam-se as atuações dos Comitês de Juventude, do Comitê de Política para Mulheres e do Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, constituídos no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que marcaram a retomada do diálogo com a sociedade civil de questões relacionadas a essas temáticas.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Para promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro, o Estado precisa atuar de forma qualificada e efetiva junto às instâncias territoriais, de forma a contribuir para a construção de um projeto de desenvolvimento aglutinador e fruto de consensos e de participação social. Para tanto, a União conta com duas importantes políticas: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

No âmbito da Política Nacional de Ordenamento Territorial, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), tem sido implementado no Território Brasileiro, pelo Ministério do Meio Ambiente, que ao longo de 2018 concluiu o MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE BHSF), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA). Além disso, o MMA, em parceria com o BNDES, criou a Linha de recursos (R\$ 90 milhões) destinada a promover o apoio à elaboração, à revisão, ao detalhamento e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos Estados da Amazônia Legal.

Com relação à PNDR, a SDR coordenou, ao longo do ano, as atividades do grupo interministerial responsável pela revisão da PNDR e pela reativação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, órgão central da política regional. A minuta de Decreto Federal revisando a PNDR foi encaminhada à Casa Civil em dezembro de 2018. O ponto fundamental para a ampliação do alcance da política regional em um contexto de restrição fiscal é a reativação desta Câmara, visto que esse Órgão tem, como uma de suas atribuições, a de compatibilizar as ações dos planos de desenvolvimento regional com os Planos Plurianuais Federal e Estaduais, bem como com as diretrizes e leis orçamentárias. No âmbito das atividades desse grupo interministerial, a SDR coordenou também, em conjunto com as entidades vinculadas, a elaboração das Agendas de Desenvolvimento das Macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que subsidiarão o PPA 2020-2023 e a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento.

Os Fundos reúnem o maior volume de recursos destinados, fundamentalmente, a financiar o desenvolvimento produtivo das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em 2018, o orçamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) totalizou recursos na ordem de R\$ 44,8 bilhões para aplicação em projetos das regiões beneficiadas. Em 2018, os Fundos Constitucionais aplicaram R\$ 46,7 bilhões, sendo R\$ 4,6 bilhões na Região Norte (FNO), R\$ 32,6 bilhões na Região Nordeste (FNE) e R\$ 9,4 bilhões no Centro-Oeste. No caso dos Fundos de Desenvolvimento Regional, que visam assegurar recursos para a realização de investimentos nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco), houve, no decorrer de 2018, discussão entre os envolvidos na administração desses Fundos no sentido de revisar o modelo de concessão de crédito, para dar maior mobilidade ao processo, tornando esta fonte de recursos mais atrativa e, com isso, impulsionar novos investimentos em 2019.

Quanto à gestão dos planos de desenvolvimento regional de sub-regiões de interesse da PNDR, salienta-se a participação ativa da SDR, ao longo de 2018, nas atividades do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu), responsável pela implementação do plano de desenvolvimento elaborado para a área de influência da Hidrelétrica de Belo Monte. A SDR apoiou a criação de uma fundação responsável pela execução dos projetos, selecionados pelo Comitê e financiados com recursos da Norte Energia S/A, destinados ao desenvolvimento socioeconômico da região.

No âmbito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 2018, realizaram-se os trabalhos de revisão do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), com vistas a seu efetivo encaminhamento e implementação em 2019. Com relação ao Arquipélago do Marajó, foi dada continuidade às atividades do Grupo de Trabalho a fim de regularizar a situação fundiária da região; a organização das Rotas de Integração para apoio à estruturação e à implantação das rotas do Açaí e do Cacau e a concepção do Arranjo interinstitucional para elaboração do projeto de capacitação para técnicos desenvolverem habilidades junto às atividades propostas pelo Plano.

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) promoveu, no decorrer de 2018, ações de estruturação produtiva com a Embrapa Arroz e feijão, com o IFG, para processamento de polpa de frutos do Cerrado, ações para qualificação técnica e viabilidade econômica do Parque Tecnológico em Ponta Porã, além de cursos profissionalizantes em São Gabriel do Oeste/MS.

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) formalizou o acordo de cooperação com Sudene-PNUD BRA/17/019 voltado para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional visando à elaboração do Plano de Campina Grande, bem como implementação dos Planos de Desenvolvimento do Nordeste; Feira de Santana; Montes Claros e Camaçari. Para 2019, está previsto o atendimento aos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. Além disso, a Sudene, com recursos da ação de Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação, realizou dois estudos relacionados à Rede Palma, uma iniciativa para fortalecimento da cultura da Palma Forrageira como estratégia para a convivência com o Semiárido. Utilizando-se dos recursos da ação Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica, apoiou dois projetos na área de reuso de águas domiciliares para fortalecimento da agricultura familiar no Semiárido, beneficiando 70 famílias, superando a meta estabelecida para 2018. Ainda no âmbito da Sudene, por intermédio da ação Estruturação e Dinamização das Atividades Produtivas, foram disponibilizados recursos para o fortalecimento da agroindústria familiar no Semiárido baiano, contribuindo para aumentar a competitividade e a inserção no mercado de 100 produtores locais.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), elaborou o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina/PI, em 2015. Este produto necessitou atualização e ajustes, prejudicando seu lançamento e ainda se encontra em análise pelos técnicos da Codevasf para aprovação final, tendo previsão de entrega para 2019.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) registrou que suas ações na implantação de Distritos Agropecuários foram suspensas, em virtude de necessidade de revisão dos normativos que regulamentavam a destinação das áreas. Por todo o exercício de 2018 a revisão do normativo continuou em processo de análise e discussão técnica, tendo como base as recomendações da Advocacia Geral da União - AGU (PF-Suframa) quanto à premência de que o marco legal seja revisado e ajustado à legislação conexa.

INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR NA FAIXA DE FRONTEIRA

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), prosseguiu na articulação com os Estados da Faixa de Fronteira e concluiu diagnóstico sobre os três arcos fronteiriços: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul. Em novembro de 2018 foi realizado o Seminário Fronteiras Brasileiras em Debate, com o lançamento de quatro livros referentes ao tema fronteira que contribuem para o debate e a melhoria de políticas públicas voltadas para a Faixa de Fronteira. Os livros são: Fronteiras do

Brasil: uma Avaliação de Política Pública (volume 1); Fronteiras do Brasil: Diagnóstico e Agenda de Pesquisa para Política Pública (volume 2); Fronteiras do Brasil: uma Avaliação do Arco Norte (volume 3); e O Mercosul e as Regiões de Fronteira (volume 4).

ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO

Em 2018, no âmbito da SDR, foi realizado o trabalho de articulação e desenvolvimento de seis rotas de integração nacional: Rota do cordeiro, Rota do mel, Rota do leite, Rota do açaí, Rota do cacau e da Biodiversidade. Cada rota foi iniciada com oficinas para a estruturação e a definição de polos de produção (nível nacional), com posterior planejamento de cada polo com carteira de projetos e comitê gestor. Destaque também para Acordos de Cooperação técnica com a finalidade de fortalecer os arranjos produtivos locais (APLs) para promoção de inclusão produtiva e o desenvolvimento regional nos espaços priorizadas pela PNDR, que obtiveram satisfatória adesão dos parceiros nos territórios (produtores, fornecedores, associações e cooperativas, instituições de ensino e pesquisa, bancos de fomento e o poder público). Para 2019, espera-se a execução de projetos para cada polo bem como a operacionalização de acordos de cooperação com entidades parceiras.

Recursos de emendas parlamentares deram suporte a ação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) neste programa (7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado). Durante o período de 2016 a 2018, esta ação permitiu a aquisição de equipamentos, veículos e instalações que possibilitaram a melhoria da produção agrícola, da infraestrutura hídrica e viárias da zonal rural.

GESTÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS E A ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No tema relacionado à gestão social destacamos a reestruturação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF) e, por consequência, dos Comitês Permanentes de Políticas para Mulheres, Jovens e Povos e Comunidades Tradicionais. Todos esses comitês se reuniram em 2018, e tiveram como pauta os seguintes temas:

- Comitê de Juventude: chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP jovem), Selo de Identificação de Produtos da Agricultura Familiar (SIPAF Juventude Rural), Projeto “Metodologia de Ater e de Formação de Agentes de Ater para a Juventude”, Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e Setor Educacional do Mercosul (SEM).
- Comitê Permanente de Políticas para Mulheres: pautou a necessidade de garantir o acesso à terra com reforma agrária e o Programa nacional de Crédito Fundiário, a ATER específica para as mulheres, influenciando na construção das chamadas públicas, além de estratégias de monitoramento do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), do Projeto de Infraestrutura e Serviços nos territórios (PROINF) e divulgação do SIPAF Mulher.
- Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: pautou inserção dos demais segmentos dos povos e comunidades tradicionais, 30 no total, nas marcações da Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), assim como já estão os quilombolas, indígenas, extrativistas, pescador/a artesanal e ribeirinhos.

Além dessas ações que marcaram a retomada do diálogo com a sociedade civil no sentido de fomentar a gestão social no desenho e execução de políticas públicas, ressalta-se a realização de atividades de fomento à gestão em territórios rurais do estado de São Paulo, a partir da implantação de práticas agrícolas sustentáveis. Foram promovidas também discussões sobre a inserção da produção no mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a realização de cursos voltados para boas práticas em agroindústrias familiares e em cooperativas, apoio na certificação de produtos, e apoio em fóruns específicos com comunidades tradicionais.

Ressalta-se que, por meio de instrumento celebrado com a Universidade de Brasília (UnB), foram realizados levantamentos para mapear o acesso às políticas e programas públicos para os diversos Povos e Comunidades Tradicionais, e com isso identificar àqueles segmentos que possuem menos acesso, permitindo assim aperfeiçoar o processo de gestão social. Foram também realizados levantamentos em territórios e municípios da região nordeste e sudeste, com o intuito de identificar políticas e programas estaduais e municipais que dialogam com as iniciativas federais. Além disso, para identificar a atuação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), foram realizados levantamentos quanto ao efetivo funcionamento e organização desses Conselhos, buscando, desta forma, meios para aprimorar o processo de participação social. Essa ação ocorreu em municípios de 30 territórios rurais.

OFERTA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS

No exercício de 2018, com foco na inclusão produtiva, foram executados, a partir do Manual Operacional de Seleção de Projetos de infraestrutura aos Territórios Rurais com realização de chamada pública, para qual foram apresentadas 224 propostas, com 34 proposta selecionadas. Esta Chamada teve como objetivo viabilizar a aquisição de equipamentos para incrementar a infraestrutura para produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar, gerando aumento na renda do agricultor e na dinâmica econômica dos territórios rurais.

CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS DA POPULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

A valorização e a ampliação do acesso à informação, conhecimento e tecnologia consistem em um elemento de extrema importância para o desenvolvimento territorial. Neste sentido, o Programa Arca das Letras é um importante instrumento para apoiar e promover o acesso à informação e ao conhecimento, sendo realizado por meio da difusão do livro e da criação de bibliotecas no meio rural, em parceria com outras instituições, visando o acesso e ao incentivo à leitura, bem como ao desenvolvimento de atividades artístico-culturais. Além disso, promove a capacitação de Agentes de Leitura, voluntários das comunidades para atuarem como mediadores e incentivadores de atividades culturais. Em 2018, 82 novas bibliotecas foram entregues nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Distrito Federal e Bahia, além de realizar o envio de novos acervos para bibliotecas já em funcionamento. Como resultado, o Programa entregou, até 2018, 628 Bibliotecas Rurais Arca das Letras e capacitou 306 agentes de leitura.

Para apoiar a formação de atores locais nos territórios rurais em desenvolvimento territorial, organizou-se uma equipe multidisciplinar para contribuir nas atividades de formação e de articulação com a rede de colaboradores nos territórios de atuação do projeto. No contexto de concepção dessa rede, os agricultores receberam apoio para certificação da produção. Também foram realizados nos territórios Sudoeste Paulista e Vale do Ribeira cursos cujo conteúdo está

integrado à lógica das práticas agrícolas sustentáveis, tais como: processamento mínimo de vegetais, sistemas agroflorestais, bioconstrução, produção de biofertilizantes, certificação da coivara enquanto patrimônio imaterial. Nessas atividades foram capacitados 164 agentes, sendo 78 estudantes e 86 agricultores, alcançado no período 523 atores locais formados.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao longo de toda a execução do PPA 2016-2019, os órgãos envolvidos na execução do Programa 2029 têm buscado parcerias e ações não-orçamentárias, visando efetivo cumprimento das metas estabelecidas. Dentre elas, destaca-se a continuidade das atividades de aprimoramento da política regional brasileira e seus instrumentos, objeto do grupo de trabalho com ação conjunta da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Economia, em atendimento às deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), consignadas em Acórdãos de 2017, que tratam de temas de financiamento e planejamento do desenvolvimento regional.

Para o ano 2019, com relação à PNDR, com o encaminhamento das ações deste Grupo de Trabalho (GT1), espera-se que os instrumentos de governança sejam implementados com a instituição da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional e o encaminhamento dos Planos Macrorregionais de Desenvolvimento, as medidas de aperfeiçoamento dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento Regional, bem como de outras fontes de financiamento, e ainda medidas de articulação do desenvolvimento regional com o planejamento de médio e longo prazo. Ressalta-se a continuidade das ações de implementação dos polos e das carteiras de projetos para as seis rotas de integração nacional, que se constituem em ações de desenvolvimento produtivo com caráter territorial.

No âmbito da ação de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste, vislumbra-se para 2019 a implementação dos projetos produtivos, elaborados junto às famílias de produtores, a partir da assistência técnica contratada via Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). Visto que até dezembro de 2018 foram identificadas 22.037 ações de ATER, o intuito é trabalhar junto a esses produtores, de modo a promover a inserção produtiva e o acesso aos mercados a partir do aumento da produção e agregação de valor, propiciando o alcance à autonomia produtiva e econômica dos produtores familiares.

PROGRAMA 2039

GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, GARANTIA DA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

O Programa 2039, norteado pela diretriz do PPA “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia” envolve órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda (MF). O programa baseia-se, entre outras ações, na busca de mecanismos para aumentar a taxa de investimento da economia com medidas articuladas para a retomada do crescimento e consequente elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

De forma mais ampla, para o Ciclo 2016-2019, os desafios residem na retomada do crescimento econômico sustentado, na inclusão social, na redução das disparidades sociais e regionais, no cumprimento das metas de inflação e na estabilidade do sistema financeiro nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados mostrados pelos indicadores macroeconômicos do programa mostraram que a economia brasileira segue em processo de recuperação. A inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) situou-se em 3,75% nos doze meses encerrados em dezembro. O índice ficou ligeiramente abaixo da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5% a.a., com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Isso afetou positivamente a redução da taxa de juros que alcançou o patamar mais baixo da série histórica, 6,5%a.a. O ótimo resultado do IPCA alinhado ao crescimento do PIB confirma o processo contínuo de recuperação sustentável da economia brasileira.

Abaixo, destacam-se, por Objetivo, as execuções das principais metas do programa.

GESTÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Objetivo 1092 tem metas que se relacionam diretamente à missão do Banco Central do Brasil (BCB): “Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente”. Sua análise situacional pode ser dividida nesses dois grandes temas, com detalhamentos disponíveis nas análises das Metas e Iniciativas associadas ao Objetivo.

1 - Assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda

O cumprimento da missão de assegurar a estabilidade de preços se dá por meio do regime de metas para a inflação, definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabeleceu, para o ano de 2018, a meta para a inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Ao BCB, por meio do Comitê de Política Monetária (Copom), ficou determinada a implementação das necessárias providências, visando à execução do mandato concedido pelo CMN.

O ano de 2018 foi caracterizado por manutenção da inflação em níveis baixos, redução consistente e substancial da taxa de juros básica da economia, que atingiu o menor nível da

história, 6,5% a.a, e recuperação mais gradual da atividade econômica do que aquele esperado no início do ano. A experiência, tanto doméstica quanto internacional, mostra que a melhor contribuição da política monetária para que haja crescimento econômico sustentável, desemprego baixo e melhora nas condições de vida da população é manter a taxa de inflação baixa, estável e previsível.

A inflação medida pelo IPCA situou-se em 3,75% nos doze meses encerrados em dezembro, abaixo da meta de 4,5% estabelecida pelo CMN para o ano. A ação e a comunicação da política monetária foram fundamentais para ancorar as expectativas de inflação. A ancoragem de expectativas é elemento-chave para o êxito do regime de metas para a inflação. Diferentes medidas de expectativas de inflação, extraídas tanto da pesquisa Focus quanto de ativos financeiros, como os títulos públicos, convergiram para patamares compatíveis com a meta, sugerindo um quadro relativamente benigno para a variação de preços no médio prazo.

A economia brasileira segue em processo de recuperação, em ritmo mais gradual do que o esperado no início de 2018. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu no quarto trimestre, em relação ao trimestre anterior, pelo oitavo período consecutivo.

O Copom tem enfatizado que a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia.

2 - Assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente

O sistema financeiro brasileiro operou sem turbulências ao longo de 2018. O sistema bancário manteve capital robusto, em nível e em qualidade, aderente às regras de Basileia III, e capaz de suportar o crescimento da carteira de crédito. Liquidez e rentabilidade não geraram preocupações para a estabilidade do sistema.

O aumento do crédito verificado no ano ocorreu sem indícios de aumento no risco incorrido pelas instituições financeiras. O risco de crédito às Pessoas Físicas continuou a tendência de queda verificada desde o final de 2016. O índice de ativos problemáticos das Pequenas e Médias Empresas também mantém a tendência de declínio desde meados de 2016. Já o índice das grandes empresas, após forte ascensão de 2015 a 2017, reduziu-se ligeiramente no primeiro semestre de 2018, e voltou a aumentar no terceiro trimestre. Esse aumento deveu-se a casos específicos e não necessariamente representa tendência de novas elevações.

O cenário de redução das taxas de juros no mercado doméstico tem permitido a um conjunto de empresas não financeiras financiar-se no mercado de capitais a custos inferiores aos praticados nos contratos antigos de empréstimos. Vários setores da economia tem utilizado o mercado de capitais como fonte de financiamento, com destaque em 2018 para o setor de energia. Ademais, apesar da recente elevação dos juros em economias avançadas e da valorização das moedas desses países, não se verificou escassez de recursos às empresas não financeiras brasileiras no mercado internacional.

A melhora nos indicadores de risco de crédito propiciou significativa redução nas despesas de provisão, aumentando a rentabilidade e a resiliência do sistema bancário frente a eventuais situações de estresse. O Retorno sobre o Patrimônio do sistema bancário tem apresentado elevação contínua desde o final de 2016. O nível de provisões comparado à carteira de ativos problemáticos manteve-se confortável, em linha com o perfil de risco da carteira de crédito, sem riscos para a estabilidade financeira.

A solidez do sistema também foi observada por meio da serena transição para a plena implementação das regras de Basileia III. Em setembro de 2018, instituições que representavam 99,9% dos ativos do sistema bancário já dispunham de Índice de Capital Principal projetado acima do requerimento mínimo de 7,0%, em vigor a partir de 2019.

A liquidez, tanto de curto quanto de longo prazo, também não foi fonte de vulnerabilidades em 2018. Todos os conglomerados bancários sujeitos ao cumprimento do indicador de Liquidez de Curto Prazo (Liquidity Coverage Ratio – LCR) apresentam índices superiores ao nível regulamentar exigido a partir de janeiro de 2019. No que tange ao Índice de Liquidez Estrutural, bancos que representam aproximadamente 96% dos ativos do sistema têm mantido estruturas de balanço que mitigam o risco de liquidez no longo prazo.

A solidez demonstrada pelo sistema bancário, por meio dos indicadores de liquidez, de nível de provisionamento, de rentabilidade e de solvência, repercutiu positivamente nos resultados dos testes de estresse de capital e nas análises de sensibilidade aos principais fatores de risco. Os resultados dos testes da resiliência do sistema bancário, que se mostra capaz de absorver perdas nos diversos cenários avaliados pelo BCB

O Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou média de 99,85% de enquadramento para a data-base dezembro/2018. Analisando o indicador mensalmente, vemos que ele teve desempenho superior à meta de 98,8% em todo o período, oscilando entre 99,82% e 99,95%.

No período de dezembro de 2017 a novembro de 2018, tivemos uma média mensal de 29 instituições desenquadradas que, somadas, representavam um patrimônio médio de R\$559 milhões de um total médio de R\$415 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível consolidado para todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo que é assegurar a solidez do SFN.

A respeito da busca pela melhoria contínua da eficiência e organização do sistema financeiro, elencam-se diversas ações, que estão detalhadas na análise da Iniciativa 056U:

- Aprimoramento das disposições sobre instituições de pagamento. Circulares nº 3.885 e 3.887, e Resolução nº 4.649.
- Política de segurança cibernética. Resolução nº 4.658 e Circular nº 3.909.
- Fintechs de crédito e criação de novas instituições financeiras. Decreto nº 9.544, Resolução nº 4.656 e Circular nº 3.898.
- Duplicata sob a forma escritural mediante lançamento em sistema eletrônico. Lei nº 13.775.
- Abertura e encerramento de contas por meio eletrônico. Resolução nº 4.697.
- Letra Imobiliária Garantida. Lei nº 13.097, Resoluções nº 4.647, 4.654, 4.598, 4.705, e Circulares nº 3.891, 3.895 e 3.896.
- Crédito imobiliário e direcionamento dos recursos da poupança. Resolução nº 4.676.
- Utilização de recebíveis de cartão como garantia em operações de crédito. Resolução nº 4.707 e Circular nº 3.924.
- Margem bilateral de garantia em operações com derivativos não liquidadas por meio de contraparte central. Resolução nº 4.662 e Circular nº 3.902.

- Nova metodologia de apuração da Taxa de Juros de Longo Prazo. Lei nº 13.483.
- Operações de crédito com partes relacionadas. Resolução nº 4.693.
- Portabilidade salarial. Resoluções nº 4.639 e 4.684, e Circular nº 3.900.
- Aprimoramento do funcionamento das ouvidorias. Resolução nº 4.629 e Circular nº 3.881.
- Encargos cobrados por atraso no pagamento da fatura de cartão de crédito. Resolução nº 4.655 e Circular nº 3.892.
- Transparência na fixação e alteração de limites de cartão de crédito. Resoluções nº 4.655 e 4.692
- Sistema de Registro de Capital Estrangeiro - RDE-ROF. Resolução nº 4.637 e Circular nº 3.883.
- Recebimento de remessas do exterior. Circular nº 3.914.
- Gastos com cartão de crédito internacional. Circular nº 3.918.
- Limites de exposição por cliente. Resolução nº 4.677.
- Cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária. Circular nº 3.876.
- Requerimento de capital prudencial para contemplar o riscos de crédito de contraparte em operações com derivativos. Circular nº 3.904.
- Requerimento de capital prudencial para absorver perdas em resoluções de instituições sistemicamente importante. Resolução nº 4.703.
- Análise de pleitos relativos à organização do SFN. O BCB analisou e emitiu decisão sobre 2.973 processos relacionados à organização do SFN.
- Atos de concentração analisados em 2018. O BCB examinou, no ano de 2018, três atos de concentração.

CRESCIMENTO ECONÔMICO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA

Visando o crescimento da Economia, o Governo deu continuidade, em 2018, a estratégias de incentivo econômico, tais como: melhoria do ambiente de negócios, ampliação dos investimentos públicos e privados - especialmente os direcionados à área de infraestrutura - e promover a concorrência de mercado.

Em relação à melhoria do ambiente de negócios, ao longo do período em questão, o MF avançou no objetivo de constituir - a partir da contratação do Relatório *Doing Business*, produzido e divulgado pelo Banco Mundial - o indicador subnacional de ambiente de negócios que englobe todas as unidades federativas. Em 2018, o MF atuou na identificação de potenciais parceiros dispostos a patrocinar parte dos custos envolvidos na contratação do Relatório, tendo promovido reuniões que envolveram tanto esses possíveis patrocinadores quanto a equipe do Banco Mundial, as quais resultaram na apresentação detalhada da metodologia a ser utilizada na elaboração do estudo, além de propiciarem discussões em torno do escopo do projeto e das restrições contratuais que limitam a participação de alguns parceiros. Para 2019 está prevista a formalização do apoio dos parceiros interessados, a contratação do estudo e o início do processo de coleta de dados.

Já com vistas ao desenvolvimento do financiamento privado em infraestrutura, o MF mais uma vez dedicou-se ao aperfeiçoamento da legislação que trata dos instrumentos financeiros referentes ao setor, a exemplo do Decreto nº 8.874/2016 - que regulamenta as condições para

aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura - e da Lei nº 12.431/2011. Com efeito, merece destaque a proposição de medidas de alteração na Lei nº 12.431/2011 visando o desenvolvimento do mercado privado de financiamento de longo prazo: a) criação de uma nova série de debêntures de infraestrutura para a atração de investidores institucionais; b) alteração do cálculo para o desenquadramento dos fundos de investimento em debêntures incentivadas; e c) proposta de que emissões no exterior para financiar projetos prioritários deixem de ser tributadas internamente pelo Imposto de Renda quando da remessa de juros.

Enquanto responsável legal pela Promoção da Concorrência, o MF tem buscado incentivar o empreendedorismo, a inovação e produtividade. Em 2018, destaca-se a análise do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 325/2012, cuja proposta de aceitação de receitas médicas em qualquer localidade, desde que assinadas por profissional habilitado, pode constituir-se em medida concorrencialmente favorável por propiciar a redução de barreiras comerciais, bem como pode beneficiar o paciente, já que este estaria dispensando de procurar um médico local para obter a prescrição. Já quanto ao PLS nº 284/2015, cuja proposta, em síntese, visa permitir que os medicamentos isentos de prescrição médica (MIPs) possam ser ofertados por estabelecimentos mais simples do que os atualmente autorizados pelo modelo de licenciamento de unidades de comércio e dispensação de medicamentos, o MF entende como pró-competitiva a proposta, dado que o aproveitamento de estruturas de comércio já existentes propiciará o atendimento às aglomerações urbanas mais isoladas, evitando deslocamentos para outras cidades e estocagem doméstica desnecessária. Em relação à saúde suplementar, destacam-se o PLS nº 265/2013 e seu substitutivo, cuja proposta visa aperfeiçoar a questão da governança da liquidação extrajudicial, delineando medidas que devem melhorar o desempenho do setor regulado, bem como o do próprio órgão regulador ao realizar as liquidações extrajudiciais, tendo o MF se manifestado pela aprovação do PL Substitutivo.

Diante do exposto, depreende-se que o MF tem avançado em seu esforço de desenvolver medidas de estímulo ao crescimento da Economia. Estritamente no que diz respeito à consecução das metas inseridas no bojo do Objetivo 1094, da avaliação deste terceiro ano de vigência do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 resulta uma constatação positiva, formada, com efeito, a partir da identificação das inúmeras realizações alcançadas em 2018, mas também pelo caráter de manutenção e continuidade que essas realizações demonstram, o que inequivocamente se mostra condizente com a natureza elementar de um planejamento a médio prazo, como é o caso do PPA.

APRIMORAR A GESTÃO DE RECEITAS E DESPESAS PARA GARANTIR O EQUILÍBRIO FISCAL

Manter o equilíbrio fiscal do país é fundamental para que o Estado possa cumprir suas funções junto à população de maneira sustentável ao longo do tempo. Assim é importante aprimorar a gestão de receitas e despesas, de forma a buscar o equilíbrio fiscal.

Nesse sentido, foram tomadas várias iniciativas ao longo do ano de 2018 de forma a aprimorar a gestão das receitas e despesas. Por exemplo, pelo lado da despesa, pode-se citar a revisão dos cadastros de programas sociais e previdenciários, para garantir que não sejam concedidos benefícios a indivíduos que não estejam adequados às condições de acesso a estes benefícios; pelo lado da receita, pode-se citar a reoneração da folha de pagamento (Lei nº 13.670/2018) que permitiu o aumento da arrecadação.

Ademais, podemos citar as iniciativas de acompanhamento periódico das receitas e das despesas, quais sejam, o Resultado do Tesouro Nacional (mensal), o Painel do Teto do Gasto (mensal), o Relatório de Avaliação de Receitas e a Despesa Primárias (bimestral) e o Relatório Avaliação de Cumprimento das Metas Fiscais (quadrimestral). Destaca-se que o acompanhamento periódico das receitas e despesas é fundamental para subsidiar medidas que sejam necessárias para a busca e manutenção do equilíbrio fiscal.

Pelo lado da receita, no ano de 2018, verificou-se a melhora do ambiente econômico no país, que contribuiu para que, em relação ao ano de 2017 a arrecadação apresentasse crescimento significativo. Até o mês de novembro de 2018, a arrecadação das receitas federais cresceu 5,39%, a preços corrigidos pelo IPCA.. Além do comportamento da economia cabem destacar as ações desenvolvidas pela Administração Tributária no sentido de estimular o cumprimento tempestivo das obrigações tributárias, destacando-se a Cobrança Administrativa Especial.

REGULAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A avaliação das realizações alcançadas pelo Ministério da Fazenda (MF) em 2018 revela a continuidade das atividades relacionadas à manutenção da estabilidade do mercado, que já vêm sendo desenvolvidas e que por isso figuraram no monitoramento temático anterior. No período foram exaradas 589 manifestações sobre regras regulatórias, com destaque para a análise da Consulta Pública nº 455, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, relativa ao gerenciamento de risco sanitário, que o MF considerou uma iniciativa regulatória com vistas a redução de custos e à facilitação do comércio internacional. Ainda, atuando em favor da redução das distorções de competitividade, coube ao MF acompanhar atividades econômicas em áreas como saúde suplementar, no âmbito do que se destaca a participação na discussão e elaboração da Resolução sobre regulação de preços de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica (MIPs) e no Grupo de trabalho que analisa a conveniência de ampliar a flexibilização do monopólio da União na produção de radiofármacos. Para além disso, em 2018, o MF integrou o Grupo de Trabalho de Reestruturação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), cuja atuação resultou na adoção de diversas medidas para o reequilíbrio econômico-financeiro da Empresa, entre outras. Em termos de comércio internacional e de setores econômicos não regulados, sobressai-se a participação do MF em discussões desenvolvidas no âmbito dos fóruns intragovernamentais acerca de alterações tarifárias e aplicações de medidas de defesa comercial de setores como Pneumáticos de motocicletas, Borracha NBR, Lâmpadas de LED, Filmes PET, entre outros. No campo da Advocacia da Concorrência associada à análise setorial sobre políticas microeconômicas de incentivos, destaca-se, em 2018, a participação em deliberações como: manifestações acerca de criação de zonas de processamento de exportação junto ao Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), finalização do “Rota 2030” (política automotiva materializada na Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018), entre outras. Já na seara do aperfeiçoamento dos processos de Análise de Impacto Regulatório (AIR), merece destaque a elaboração de Nota Técnica com posicionamento formal sobre eventual conflito entre o instrumento C(2012)37 - Recomendação do Conselho sobre Política Regulatória e Governança, da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) e a legislação brasileira, com as políticas atuais ou que se pretende seguir. Ademais, ainda em 2018, merecem destaque a análise do PLS 448/2017, quando o MF colocou que as modernas práticas de governança recomendam fortemente que as proposições normativas sejam submetidas sempre a algum tipo de análise de impacto, e a publicação das Diretrizes Gerais e Roteiro Analítico Sugerido para Análise de Impacto Regulatório – Diretrizes AIR e o Guia Orientativo para a Elaboração de Análise de Impacto Regulatório – Guia AIR, ambos aprovados como recomendação de boas práticas para todos os órgãos da Administração Pública Federal.

Com isto, tem-se que o panorama de momento, no tocante à consecução das metas inseridas no bojo do Objetivo 1097, demonstra uma efetiva atuação do MF frente ao desafio de promover a concorrência ao tempo que aperfeiçoa o modelo regulatório das atividades econômicas e financeiras. Em conclusão, tendo alcançado o terceiro ano do atual ciclo do PPA, as realizações de 2018 dão conta do engajamento institucional no sentido de atingir aquilo que fora planejado ainda em 2015, quando da concepção dos fins que, desde então, a cada ano, tem-se buscado alcançar.

PRESENÇA BRASILEIRA NAS INSTITUIÇÕES E FÓRUMS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

Em 2017, a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) trabalhou para ampliar e consolidar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais, em especial na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e G20.

Em 2018, houve esforço para ampliar a colaboração do País com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Os principais resultados obtidos foram:

- a) Início do processo de adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização dos Movimentos de Capitais e ao de Operações Invisíveis Correntes da OCDE, visando à melhoria das condições para investimentos internacionais no país. O processo no âmbito da OCDE poderá ser finalizado em 2019.
- b) Pedido de adesão a dezenas de instrumentos legais da OCDE, consolidando o Brasil na posição de país não membro com maior relacionamento e maior aderência aos requisitos para acesso à OCDE (66 instrumentos aderidos de 245 do arcabouço legal da OCDE).

No que se refere à participação no Grupo Intergovernamental dos 24 Países em Desenvolvimento (G-24), o Brasil se fez representar pela SAIN do Ministério da Fazenda nas reuniões de Ministros e do Grupo Técnico. Ressalta-se o pagamento da contribuição ao G-24 relativa ao ano fiscal de 2017/2018, em valor abaixo do esperado pelo grupo em razão da falta de autorização legislativa para efetuar pagamentos superiores a US\$20.000 (vinte mil dólares norte-americanos).

No que se refere ao NDB, as principais tarefas exercidas pelo Brasil durante o ano de 2018 foram:

- a) assinatura do Acordo de Sede do Escritório Regional das Américas, a ser sediado no Brasil;
- b) conclusão das negociações sobre a instalação do Escritório em São Paulo, com representação em Brasília;
- c) pagamento da quarta parcela da integralização de capital, totalizando US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares); e
- d) quarto ano de exercício da presidência do Conselho de Diretores do NBD, mantendo a projeção do País perante o Banco.

No que se refere ao processo de ratificação do tratado internacional que constituiu o AIIB, em 2018, a matéria foi reencaminhada ao Poder Legislativo e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Resolução do Conselho de Governadores do AIIB prorrogou a data limite para a conclusão do processo para 31 de dezembro de 2019.

Nos BRICS, o Brasil participou das reuniões de Deputies e Ministeriais que ocorreram às margens das reuniões do G-20. O país, com voz expressiva e de forma ativa, envolveu-se em todos os assuntos discutidos pelo grupo em 2018, principalmente na produção dos trabalhos da Task Force do grupo de Infraestrutura e do BRICS Bond Fund, além de atuar para oferecer solução alternativa à constituição de uma agência de rating dos BRICS. Os outros assuntos tratados no Grupo foram: Continent Reserve Arrangement e sua simulação, Illicit Financial Flows, Fintech Stocktaking Exercise, NDB e fortalecimento da governança dos BRICS. Por fim, o Brasil iniciou os trabalhos para presidir o grupo do BRICS em 2019.

Por fim, houve acompanhamento dos assuntos desenvolvidos no Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board – FSB), órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Em 2018, O Ministério da Fazenda participou das duas Plenárias, que ocorreram em fevereiro, na Cidade do Cabo; e em outubro, em Berlim, na Alemanha. Também houve participação na reunião Grupo Consultivo Regional do FSB para as Américas (RCGA) que ocorreu em dezembro, nas Ilhas Cayman.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

De modo geral, foram destaques em 2018 as iniciativas adotadas que promovem o suporte e o estímulo à retomada do crescimento econômico sustentável, o aperfeiçoamento das políticas regulatórias e concorrenciais para incentivar o financiamento privado em infraestrutura, o desenvolvimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios brasileiro, e, ainda, o aumento da participação nos fóruns mundiais e a busca por uma posição de destaque no cenário econômico internacional.

PROGRAMA 2046

OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para a segurança e o desenvolvimento nacional, em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do País, considerando-se os recursos vivos e não vivos presentes nas águas de interesse nacional, as populações residentes nas zonas costeiras e o comércio internacional via rotas de navegação transoceânicas.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o País, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Dessa forma, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária para obtenção do conhecimento, assim como, ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

As mencionadas Políticas foram desdobradas em Planos, a saber: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), de execução quadrienal; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Além disso, podem valer-se de membros ad hoc e de organismos internos como subcomissões, grupos de trabalho e comitês executivos, criados, quando necessários, para implementar as deliberações emanadas pela CIRM. Existe, também, a SECIRM, com sede em Brasília e subordinada diretamente ao Comando da Marinha, que tem as atribuições de assessorar o Coordenador da CIRM e de executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da referida Comissão.

O Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica está associado a diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 de “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”. Os cinco Objetivos do Programa abrangem diversas ações do PSRM, LEPLAC, Gerenciamento Costeiro e Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, Potencial Mineral e Biológico dos Fundos Marinhos, e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com foco na pesquisa, desenvolvimento sustentável, preservação e gestão ambiental, monitoramento oceanográfico e climatológico, formação de Recursos Humanos, presença do Estado, e consolidação de uma Mentalidade Marítima na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2018, o Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica deu continuidade às pesquisas científicas no mar e ilhas oceânicas brasileiras, ao monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, à formação de recursos humanos, à presença física na Amazônia Azul e Antártica e à logística necessária, ao gerenciamento costeiro, ao conhecimento e uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica, e à pesquisa do potencial mineral e biológico e das variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e Plataforma Continental Jurídica

Brasileira, assim como ao desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da PNRM e da POLANTAR.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo programa, ressalta-se a manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, e em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo. O Brasil defendeu a Submissão Parcial Revista da Região Sul, em março e novembro/2018; apresentou a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, em março/2018; prontificou a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), e encaminhou a referida Submissão em dezembro de 2018. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil além das duzentas milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 Km² reivindicados em 2004, ao apresentar sua submissão original.

Outra atividade de destaque em 2018 foi a continuidade da reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com término da obra previsto para março de 2019. Entretanto, o efetivo recebimento da nova EACF somente deverá ocorrer no próximo verão, ou seja, no período de outubro de 2019 a março de 2020, após a realização dos testes de funcionamento. A reconstrução da EACF é imprescindível para a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico.

A taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na antártica teve um aumento significativo, no exercício de 2018, decorrente do aumento da Taxa de atendimento logístico para as pesquisas na Antártica. O atendimento às demandas logísticas para as pesquisas no Oceano foi de 100%, nas Ilhas Oceânicas foi de 100% e para a Antártica foi de 84,97%, que retrata um incremento em relação ao ano de 2017, sendo o maior desde 2016.

PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS

Como desdobramento da PNRM, o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), na sua IX edição com vigência de 2016 a 2019, é o principal instrumento de consecução para promoção da pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o uso sustentável dos oceanos. O PSRM é conduzido no âmbito da CIRM, com atividades de apoio ao desenvolvimento de pesquisas no mar, nas ilhas oceânicas e na Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, bem como no fortalecimento da formação de recursos humanos em Ciências do Mar. A Marinha do Brasil (MB), como Autoridade Marítima Brasileira, é a Coordenadora da CIRM e o Secretário da CIRM (SECIRM) é o responsável pela condução das ações desenvolvidas no referido plano.

Em 2018, as seguintes ações, desenvolvidas pelo PSRM, merecem destaque:

- Comitê Executivo para a Biotecnologia Marinha (BIOMAR)

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) deu continuidade à sua atuação na área de biotecnologia marinha, inserindo o tema nas cooperações internacionais que o Ministério atua ou na busca de fomento interno e externo em CT&I. O Ministério da Saúde, por meio do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS), tem sido um grande parceiro do MCTIC no tema e tem apoiado projetos relacionados à saúde em biotecnologia marinha, com potencial para o desenvolvimento de novos fármacos. Destacam-se 2 projetos aprovados em

2018 pelo SCTIE/MS: “Biotecnologia Marinha aplicada a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de produção de fármacos e proteína animal para consumo humano” e “Implantação de um laboratório de produção e escalonamento de compostos antimetastáticos oriundos da biodiversidade marinha, com foco no análogo de heparina não-anticoagulante do molusco *Nodipecten nodosus*, visando a realização de testes pré-clínicos no Centro de Inovação e Ensaios Pré-Clínicos (CIEnP)”.

- Avaliação do Potencial Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMPLAC)

Foi dado prosseguimento às pesquisas sobre recursos minerais da plataforma continental com os projetos de diamante no litoral da Bahia, de fosforita no talude continental dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e de ouro no projeto Vizeu-Caratupera na plataforma continental do Pará e Maranhão.

- Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-Mar)

Foi dada continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, “Ciências do Mar”, foi prontificado em julho de 2017 e entregue à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O segundo navio foi entregue à Universidade Federal do Maranhão, no segundo semestre de 2018, estando prevista a prontificação dos demais em 2019. Em 2018, foram realizadas várias comissões de embarque de alunos em formação em Ciências do Mar.

- Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil)

Deu-se continuidade ao lançamento de boias de deriva para coleta de dados ambientais no Atlântico Sul, pertencentes ao Programa Nacional de Boias (PNBOIA); ao lançamento de probes de XBT na derrota Rio de Janeiro - Ilha da Trindade, do projeto de Monitoramento da Variabilidade Regional (MOVAR); à manutenção das boias fixas do PNBOIA; à manutenção das oito boias fixas que compõem o Projeto PIRATA e dos marégrafos da Rede Maregráfica pertencente ao GLOOS/Brasil. A manutenção desse sistema é realizada empregando-se navios da Marinha do Brasil e técnicos das instituições responsáveis pela coordenação das redes.

- Programas de Pesquisas Científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes (PROTRINDADE)

Foram realizadas as seguintes atividades, no âmbito dos Programas de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas, coordenados pela SECIRM: Operacionalização de 10 expedições científicas para Ilha da Trindade, as quais transportaram pesquisadores vinculados aos 18 projetos científicos participantes do PROTRINDADE; Manutenções na infraestrutura da Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT); Realização da primeira visita de analistas ambientais do ICMBio, para iniciar o trabalho conjunto com a MB de elaboração do plano de manejo, fruto da criação da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martin Vaz, do Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martin Vaz e do Monte Columbia (Decreto nº 9.312, de 19 de março de 2018); Um treinamento Pré-Arquipélago, por meio do qual são habilitados pesquisadores que pleiteiam integrar expedições científicas realizadas ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP), dentro do PROARQUIPELAGO; Três comissões de manutenção da estação científica existente no ASPSP, com o apoio de navios da MB, que é guarnecida permanentemente por 4 pesquisadores; Operacionalização de 24 expedições científicas, realizadas a partir de embarcações contratadas que transportaram pesquisadores vinculados à 16 projetos científicos apoiados e participantes do Programa de pesquisas desenvolvido no local; e Tratativas com a PUC-Rio para a confecção de projeto

relacionado a implantação, em data ainda a ser estabelecida, de uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha.

- Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR)

Foram desenvolvidas diversas atividades de divulgação, totalizando o alcance a um público da ordem de 1 milhão de pessoas, da seguinte maneira: 560 mil visitantes nas exposições; 40.000 INFOCIRM distribuídos por meio digital; e 400 mil acessos às postagens nas redes sociais e palestras.

LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA ALÉM DAS 200 MILHAS

A definição do limite exterior da plataforma continental será um legado de fundamental importância para o futuro das próximas gerações de brasileiros, que verão aumentadas as possibilidades de descoberta de novos campos petrolíferos, a exploração de recursos da biodiversidade marinha, que a ciência atual reconhece como um dos campos mais promissores do desenvolvimento da biogenética, e de exploração de recursos minerais em grandes profundidades, ainda não viáveis economicamente.

O Brasil defendeu a Submissão Parcial Revista da Região Sul, em março e novembro/2018; apresentou a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, em março/2018; prontificou a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), e encaminhou a referida Submissão em dezembro de 2018. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil além das duzentas milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 Km² reivindicados pelo Brasil em 2004, ao apresentar sua submissão original. A ERG possui grande valor estratégico e econômico para o Brasil, considerando seu potencial mineral e energético. Uma área de mais de 900 mil km², que guarda um verdadeiro tesouro em minerais e elementos químicos, cada vez mais escassos na superfície terrestre.

USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO E GERENCIAMENTO DA ZONA COSTEIRA

Segundo a UNESCO, o “Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais que geralmente foram especificados através de um processo político”. Nesse contexto, a PNRM, cuja coordenação pela implementação cabe a CIRM, reforça a importância do tema ao estabelecer, como uma das ações necessárias à sua consecução, a “promoção da gestão integrada dos ambientes costeiro e oceânico, visando o uso sustentável dos recursos do mar”. Sob esta ótica, foi criado em 2013, no âmbito da CIRM, o Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM), coordenado pela SECIRM, que, mais tarde, foi desdobrado em dois subgrupos: o de Planejamento Espacial Marinho (PEM) e o de Legislação (LEG).

Em 2018 destacam-se: Participação de representantes do GT-UCAM em eventos, no país e no exterior, sobre o tema, com ênfase especial ao curso *Blue Planning In Practice*, realizado na Alemanha, que contou com a participação de três membros do referido GT; Confecção de um Plano de Trabalho para nivelamento do conhecimento e produção de subsídios para a formulação de diretrizes e orientações a serem apresentadas aos membros do GT-UCAM, para

desenvolvimento futuro de um Planejamento Espacial Marinho (PEM); e a aprovação do termo de referência para a contratação de consultoria para a citada tarefa.

No âmbito do Gerenciamento Costeiro, uma das principais ações de 2018 foi a continuação do trabalho relacionado ao Plano de Ação Nacional para Combate ao Lixo no Mar (Ação nº 1 – PAF-ZC 2017-2019). Em junho de 2018, foi editada a Portaria nº 188 do Ministério do Meio Ambiente, instituindo a Comissão Organizadora para elaboração do 1º Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar. Em novembro de 2018, foi aberta a consulta pública para fornecer base de informação a esse Plano. A consulta já contém mais de 2000 respostas para análise.

Relacionado ao macrodiagnóstico da zona costeira (MDZC) e a Ação nº 2 do PAF-ZC 2017-2019, em 2018, ocorreu a entrega de Termo de Referência pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ao MMA, propondo uma terceira versão do Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil (e-MDZC), que tem como objetivo estruturar uma plataforma de sistematização, atualização e disponibilização de dados físicos, ambientais, sociais e econômicos para a zona costeira e marinha.

Quanto a Ação nº 5 do PAF-ZC 2017-2019, foi criado, em 26 de março de 2018, a Portaria nº 76 do MMA que institui o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (PROCOSTA). Ressalta-se a publicação do livro Panorama da Erosão Costeira no Brasil redigido por pesquisadores e colaboradores do Programa de Geologia e Geofísica Marinha (PGGM). O Projeto Alt-Bat, projeto integrante do PROCOSTA, corresponde a Ação nº 3 do PAF-ZC 2017-2019. É coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Comitê de Integração das Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM) no âmbito da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR). Em 2018, foi apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o Projeto piloto para o litoral de Santa Catarina.

Outro evento importante, remetendo a Ação nº 4 do PAF-ZC 2017-2019, foi o XI Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (XI ENCOGERCO), realizado nos dias 15 a 20 de outubro de 2018 em Florianópolis/SC, o qual ocorreu em paralelo ao II Simpósio Brasileiro sobre Praias Arenosas (II SBPA).

PRESENÇA BRASILEIRA NA REGIÃO ANTÁRTICA

Durante o ano de 2018, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) manteve atividades de pesquisa científica de interesse nacional e internacional, executando-as de forma individual ou em parceria com países signatários do Tratado da Antártica, o qual o Brasil aderiu em 1975 e tornou-se Membro Consultivo a partir de 1983. Tais atividades contribuíram para evolução da qualidade das pesquisas no país e vêm proporcionando ao Brasil a formação de gerações de mestres e doutores de reconhecimento mundial. Cabe registrar também a relevância dessas pesquisas desenvolvidas no PROANTAR em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14 e 17. Além disso, serve como laboratório para estudos sobre maximização da atividade de logística executada pela Marinha do Brasil (MB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB), para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura para atuar no continente antártico.

A Operação Antártica (OPERANTAR) XXXVI encerrou-se em Setembro de 2018, com a realização do 10º voo de apoio da FAB e, em Outubro de 2018, iniciou-se a OPERANTAR XXXVII que apoiará 20 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, selecionados

pelo MCTIC em conjunto com CNPq, envolvendo cerca de 30 pessoas, dentre pesquisadores, militares e colaboradores.

Na área ambiental, deu-se continuidade cumprimento das diretrizes relativas à preservação do meio ambiente antártico, com o acompanhamento das ações propostas no Plano Ambiental para Construção (PAC) da nova Estação Antártica Brasileira, pelos monitores ambientais do MMA.

Em novembro de 2018, foi realizada a troca do Grupo-base (16 militares da Marinha) ORION, assumindo, a partir desta data, o Grupo-base SPERARE, o qual ficará responsável pelos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) até final de outubro de 2019.

Com o intuito de manter o Brasil entre os membros de participação ativa sobre temas voltados à manutenção e futuro do continente antártico, o PROANTAR mantém-se presente nas principais reuniões internacionais que tratam do assunto. Em 2018, foram relevantes as seguintes: XLI Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM) e XXI Comitê de Proteção Ambiental (CEP), que ocorreram nos períodos de 13 a 15 e 16 a 18 de maio, respectivamente, no “Palácio San Martín”, na sede do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, em Buenos Aires; XXIX Reunião de Programas Antárticos Latino-americanos (RAPAL), realizada de 3 a 6 de setembro de 2018, em Brasília; e XXX Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos (CONMAP), realizada na cidade de Garmisch-Partenkirchen, Alemanha, de 11 a 13 de junho.

Com relação ao apoio logístico, ressalta-se as seguintes atividades conduzidas em 2018: negociações junto a Empresa de telefonia Oi, com representantes do MCTIC e da ANATEL, para a manutenção do serviço de telecomunicações para dados, voz e imagem, disponibilizados no MAE sem custos para o PROANTAR; reformulação do processo de fornecimento de combustível da PETROBRAS ao programa, que passará a ser financiado com recursos oriundos do Programa de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) gerenciado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e; estudos para definição dos requisitos mínimos (especificidades técnicas e funcionais) para aquisição de novo navio de apoio logístico antártico, visando as necessidades atuais e futuras do Programa.

No contexto da reconstrução da EACF, até 31 de março de 2018, quando terminou o verão antártico, foram concluídas as montagens de 2/3 do bloco oeste, pilares e estrutura inferior do bloco leste, parcial da estrutura do bloco técnico e as unidades isoladas de telecomunicações, meteorologia e *Very Low Frequency* (VLF).

A conclusão da montagem dos blocos técnico, leste, parte do bloco oeste e demais unidades isoladas será no próximo verão, ou seja, no período de outubro de 2018 a março de 2019. Já a realização do treinamento, comissionamento e o recebimento da nova EACF somente deverão ocorrer no próximo verão, ou seja, no período de novembro de 2019 a março de 2020.

PESQUISA DO POTENCIAL MINERAL E BIOLÓGICO E VARIÁVEIS OCEANOGRÁFICAS

Os mares e oceanos são as novas fronteiras minerais, com as maiores áreas do mundo e vastas riquezas a serem exploradas. O domínio destas riquezas, assim como o desenvolvimento das tecnologias de mineração marinha, são questões estratégicas, não só pela posse do bem mineral

e pelo domínio tecnológico, mas também pelo novo desenho geopolítico que se forma com o avanço da exploração das riquezas minerais no mar pelas nações em busca de recursos. As regiões de mares e oceanos dividem-se em Plataformas Continentais Jurídicas (PCJ) e Águas Internacionais (AREA). Estas últimas se distinguem das primeiras por não se encontrarem sob jurisdição de nenhum Estado. Portanto, o direito de exploração mineral na AREA depende de requisição de áreas junto à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), devidamente embasada em estudos e pesquisas realizadas nas áreas solicitadas.

Estudos recentes indicam que diversas riquezas minerais estão notadamente concentradas nas elevações ou “altos topográficos” oceânicos, em águas brasileiras e internacionais, sobre os quais o país pode avançar estrategicamente, estudando e requerendo, extensão da PCJ do Brasil (como submissão já encaminhada a Comissão de Limites da Plataforma Continental na ONU, em sete de dezembro de 2018) ou no caso das Águas Internacionais, direitos de pesquisa junto à ISBA.

Nesse contexto, foram estabelecidos, no âmbito da CIRM, o Programa de Prospeção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA) e o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMLAC).

No mês de março de 2018 foi entregue o Relatório Anual para a ISBA – “*Contract for exploration for cobalto rich ferromanganese crusts between the International Seabed Authority and Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais*”, referente às atividades executadas em 2017. Entre os meses de abril e junho de 2018, foram realizadas duas campanhas de levantamento de dados biológicos, geofísicos, geológicos e oceanográficos (PROERG – AMB I e PROERG – AMB II) na região da elevação do Rio Grande, nos blocos onde o Brasil já tem direito exclusivo de exploração conquistado junto à ISBA.

Ainda em 2018, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) lançou edital de abertura de vagas para treinamento técnico-científico embarcado, aberto a técnicos de países em desenvolvimento, conforme preconiza o contrato com a ISBA. Estes treinamentos devem ocorrer nas campanhas previstas para ocorrer entre os meses de abril e maio de 2019. O CPRM também participou de campanhas de campo na ERG e tornou-se membro do comitê gestor do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHO) Vital de Oliveira, o que garante ingerência na agenda das atividades do Navio, para os próximos dois anos. Pelo PROAREA, foram realizadas duas campanhas de levantamento de dados geofísicos, biológicos e oceanográficos do PROERG entre abril e junho e, pelo REMLAC, foram realizadas duas campanhas de campo do Projeto Fosforitas Marinhas entre junho e julho.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No terceiro ano do PPA 2016-2019, o Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica deu continuidade à consolidação da posição ativa do Brasil em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas que propiciarão o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio logístico para a realização de pesquisas multidisciplinares na Zona Costeira, nos Oceanos, Ilhas Oceânicas Brasileiras e na região Antártica.

As ações decorrentes dos Objetivos, Iniciativas e alcance das Metas foram conduzidas de modo a aumentar a pesquisa científica, tanto no mar como na Antártica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e o gerenciamento costeiro.

Houve avanço nos resultados das Metas, em especial na manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo e na manutenção da presença brasileira no Continente Antártico com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz, atendendo a todos os requisitos científicos, ambientais e operacionais;

Desta forma, fica evidenciado que as Políticas que orientam as atividades da CIRM, bem como os Planos que as implementam, têm caráter transversal e multissetorial, principalmente no que se refere a formalização de parcerias entre órgãos federais, universidades, empresas e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, adequando-se plenamente aos princípios que norteiam o Planejamento Plurianual do Governo Federal, evidenciando os desafios estratégicos a serem suplantados.

No exercício de 2018, foram adotadas as providências requeridas para o avanço dos objetivos e das metas propostas para o período. Para o exercício de 2019, pretende-se dar continuidade as atividades dos Objetivos, Iniciativas e Metas, de modo a aumentar a pesquisa científica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, o gerenciamento costeiro e a presença na Antártica, bem como nas atividades de elaboração do novo PPA para o período de 2020 a 2023.

PROGRAMA 2056

POLÍTICA ESPACIAL

A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, indo desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associados, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Tais aspectos são descritos no “Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)”, que se encontra em sua 4ª versão, referente ao período 2012-2021.

Como forma de garantir o acesso aos serviços providos por essas aplicações, a política também busca a autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de sistemas espaciais, de especialistas, de pesquisa e de serviços, buscando reduzir a dependência com relação às necessidades de acesso a dados e informações providos por esses sistemas ou às decisões tomadas em outros países. No desenvolvimento e construção dessa autonomia, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos constitui outro importante ponto da política espacial, que busca a ampliação e organização da cadeia de valor e de fornecedores de bens e serviços para o setor espacial.

Como resultado do esforço na área do desenvolvimento de satélites e lançadores, os projetos atualmente em execução no Brasil vislumbram consolidar no país o domínio tecnológico completo para a condução de missões espaciais capazes de oferecer uma série de aplicações de interesse nacional e regional nas áreas de observação da terra, meteorologia, navegação, ciência, telecomunicações e serviços de lançamento, dentre outras que, juntas, proporcionarão os benefícios já citados, ampliando nossos horizontes como nação e elevando a qualidade de vida de nossa população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como principais resultados de 2018, cabe destacar os contínuos esforços da Agência Espacial Brasileira (AEB), para o aperfeiçoamento e a ampliação da disponibilidade de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Em 2018, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) criou o Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), proporcionando a discussão entre os atores do setor espacial sobre os rumos e mudanças de direção necessários para potencializar o Programa Espacial Brasileiro.

Dentre os principais resultados alcançados no CDPEB, tem-se a minuta de Projeto de Lei sobre a Governança do Setor Espacial, retomando os trabalhos que a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Ministério da Defesa (MD) já vinham realizando ao longo de 2017. Com a presença de outros Ministérios, tais como Casa Civil, Ministério do Planejamento (MP) e Ministério das Relações Exteriores (MRE), a proposta de Projeto de Lei cria o Conselho Nacional do Espaço

(CNE), definirá as diretrizes da Política Espacial, e o Comitê Executivo do Espaço (CEE), responsável pela execução do programa, entre outras providências. A Agência atuará como Secretaria Executiva do CNE, presidirá o CEE, reforçando o seu papel de órgão central do sistema, com a missão de coordenar o Programa Espacial Brasileiro, não apenas o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), mas sim conciliar investimentos que atendam às demandas de uso civil e também militar.

Diversos outros assuntos foram tratados no âmbito do CDPEB, como por exemplo, a extinção da empresa binacional *Alcantara Cyclone Space* (ACS); a criação de um Plano Integrado de Comunicação para os órgãos que compõem o sistema espacial e de onde resultou a criação e divulgação da nova logo do PEB; a análise junto ao Ministério do Planejamento da necessidade de recomposição da força de trabalho e a realização de novos concursos públicos, tanto para a AEB quanto para os Institutos; e a questão dos projetos, satelitais e de veículos lançadores, bem como a questão do Centro de Lançamento de Alcântara.

Com relação ao segmento de satélites, ao longo do ano, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, sendo o primeiro sistema totalmente nacional, com vistas ao lançamento previsto para o ano de 2019 ou 2020. A data de lançamento do satélite deverá ser definida até março de 2019. Destacam-se também os avanços nos trabalhos de desenvolvimento, integração e testes do satélite CBERS-4A, em parceria com a China, que possuirá uma câmera de alta resolução para melhor atender a comunidade usuária dos produtos da família de satélites CBERS. O lançamento desse satélite está previsto para o segundo semestre de 2019.

No campo dos esforços para prover o país de uma capacidade de acesso ao espaço por meio de veículos lançadores nacionais, cabe destacar os avanços no desenvolvimento do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), que servirá de importante vetor para a exploração futura dos serviços comerciais de lançamento de satélites.

Análises da conjuntura mundial da produção de lançadores apontam para um mercado relevante e em crescimento de lançamento de satélites de pequeno porte, fazendo com que o projeto da série Veículo Lançador de Microssatélites ascenda em prioridade. Assim, permanece prioritário o desenvolvimento do VLM-1 em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), como primeira etapa de projeto que objetiva colocar em órbita baixa, cargas úteis (microssatélites e cubesats) de até 150 kg. Este desenvolvimento também visa alcançar viabilidade comercial pelo menor custo de fabricação, graças a tecnologias mais atuais, podendo no futuro propiciar um possível retorno financeiro para as instituições envolvidas.

Quanto aos esforços para ampliar o domínio das tecnologias críticas, bem como desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se a continuidade da implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que permitiu a capacitação de expressivo contingente de técnicos e engenheiros brasileiros na França, bem como a transferência de vários tópicos tecnológicos para empresas brasileiras do setor espacial. As atividades de Transferência de Tecnologia deram andamento aos 5 (cinco) contratos firmados ao final de 2015, e às de

Absorção de Tecnologia foram concluídas quando do lançamento do SGDC-1 em maio de 2017.

Com o propósito de ampliar, desenvolver e consolidar competências e capital humano, destaca-se também o estabelecimento do Programa E2T – Espaço, Educação e Tecnologia, que visa a criação de um espaço educacional e a formação de futuros talentos para a área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental. Também merece destaque as atividades do Centro Vocacional Tecnológico Espacial do Brasil (CVT-Espacial), em Parnamirim, Rio Grande do Norte, voltado para atividades tecnológicas e educacionais, com foco na difusão, acesso científico e transferência de conhecimentos tecnológicos. Com apenas um ano de funcionamento, o CVT-Espacial atendeu mais de 1.500 estudantes da rede pública de ensino de Parnamirim, São José de Mipibu, Canguaretama e outros municípios.

Ao longo de 2018, foi realizada uma pesquisa no âmbito governamental, que contou com a participação de mais de 250 especialistas, com o objetivo de mapear as demandas desses órgãos por produtos e serviços espaciais. O resultado dessa pesquisa deverá balizar o aperfeiçoamento das políticas públicas para o setor espacial, de modo a potencializar a atuação e os resultados das demais políticas já em execução. Os relatórios parciais foram apresentados no II Fórum da Indústria Espacial Brasileira e estão disponíveis no site da AEB.

Quanto às principais dificuldades encontradas em 2018, tem-se o nível de investimentos, que precisa ser mais elevado, contínuo e estável, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento.

Finalmente, também se faz necessária uma revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam os riscos e as incertezas típicas dos desenvolvimentos tecnológicos.

CAPACIDADE DE ACESSO AO ESPAÇO

Um dos principais desafios do programa espacial brasileiro é o de alcançar a autonomia de acesso ao espaço, utilizando veículos lançadores desenvolvidos em centros de lançamentos no Brasil, capazes de colocar na órbita da Terra satélites também desenvolvidos ou construídos com domínio das tecnologias que lhe são necessárias.

Em relação ao segmento de veículos suborbitais, em dezembro de 2018, foi realizada com sucesso a Operação Mutiti, cujo objetivo principal foi de realizar o lançamento e o rastreamento do veículo de sondagem VS-30/V14 fabricado pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), utilizando o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como Estação Remota. Este veículo levou como carga útil a Plataforma Suborbital de Reentrada (PSR-01), com cinco experimentos de instituições de pesquisas selecionadas com vistas ao desenvolvimento tecnológico, incluindo entre estes experimentos, a qualificação de um sistema ioiô e de um sistema de separação a ser utilizado na Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM). Ainda em 2018, iniciou-se o processo de

planejamento da transferência de tecnologia do VSB-30 para a indústria nacional. A previsão é de que o processo esteja finalizado em 2019.

No segmento de veículos lançadores, em novembro de 2018 ocorreram ensaios de ruptura do envelope motor S50 e em dezembro, ocorreu a Revisão Crítica de Projeto (CDR) do Projeto VS-50/VLM-1 no Centro Aeroespacial Alemão (DLR).

Várias atividades de manutenção dos Centros vêm sendo realizadas anualmente como, por exemplo, a manutenção preventiva e corretiva de vários sistemas como os de controle operacional e disparo, tratamento de dados, sincronização, rastreamento, telemedidas dentre outros e de infraestrutura como, equipamentos e sistemas da Torre Móvel de Integração. Enfatiza-se a importância desses serviços, pois os centros de lançamento possuem sistemas de tecnologia avançada, necessitando assim, de serviços técnicos de manutenção especializados e de difícil reparação caso as manutenções preventivas não sejam realizadas. Os Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) lançaram em 2018, 6 foguetes de treinamento e um veículo de sondagem VS-30/V14, atestando a capacidade e a operacionalidade dos centros.

Ainda em 2018, iniciaram-se os trabalhos de revisão dos Regulamentos Técnicos de Segurança Espacial. Destaca-se também a participação do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), nas Reuniões de Acompanhamento de Interfaces (RAI) e Grupo de Interface de Lançamento (GIL). Com relação às atividades de verificação de conformidade, destaca-se o processo de acompanhamento do desenvolvimento e fornecimento do motor S50 do veículo VS-50, junto a indústria nacional e também a participação de especialistas nas plenárias da *International Organization for Standardization* (ISO), viabilizando a defesa dos aspectos normativos aeroespaciais de interesse do país.

DISPONIBILIZAÇÃO DE IMAGENS, DADOS E SERVIÇOS UTILIZANDO SATÉLITES NACIONAIS

Considera-se altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Em 2018, foram realizadas diversas atividades nos três segmentos da missão Amazônia 1. No segmento de solo, destaca-se a disponibilização do sistema de software a ser utilizado no LEOP (Launch and Early Orbit Phase), operação e controle do satélite; contratação do projeto para a base do novo sistema de rastreamento e consultoria para preparar o Centro de Controle na operação do Amazônia 1. No segmento do satélite, destaca-se a contratação das baterias, recertificação da câmera WFI (Wide Field Imager) e insumos para a integração e testes do satélite e subsistema de controle térmico. Ainda no segmento satélite, foram realizados diversos testes de sistema, todos concluídos com sucesso. Dentre eles, destaca-se a conclusão da fase 1 (verificação elétrica, telemetria e telecomando) e 2 (verificação de funcionalidades e operação de subsistemas) da integração do modelo elétrico (ME). Por volta de 95 % da fase 3 (verificação de funcionalidades em nível sistema, tanto em condições normais de operação quanto em

situação de falha) foram concluídas em 2018. Finalmente, no segmento lançador, o processo de contratação do lançador foi concluído com sucesso e a data de lançamento do satélite deverá ser definida até março de 2019.

Quanto ao satélite CBERS-4A, o desenvolvimento ocorre de maneira satisfatória. Todos os equipamentos de voo, incluindo o SAG (painel solar) foram integrados ao satélite em 2018. Os testes elétricos do satélite foram realizados com sucesso. Além disto, foram finalizadas as atividades de medidas de massa e balanceamento, além de realizados os testes de EMI/EMC (interferência e compatibilidade eletromagnética) e os testes dinâmicos (vibração senoidal e vibração acústica). Foi garantida em 2018 a contratação do serviço de transporte do satélite para lançamento, ponto relevante considerando a data de seu envio para a China. A previsão do envio do satélite para a China é maio de 2019.

Além das Metas abordadas, o objetivo contempla uma ampla gama de ações voltadas a futuras missões e aplicações. São exemplos de projetos e missões que estão em fase de estudo, ou mesmo com andamento inicial, o segundo satélite da série Amazônia, satélites em continuidade da parceria com a China (CBERS-5 e CBERS-6), a missão SCD-Hidro, a missão SABIA-Mar, em parceria com a Argentina, e a missão EQUARS. Como destaque, a missão EQUARS, após concluir a Revisão de Definição da Missão em 2017, seguiu em 2018 a geração dos documentos relacionados à fase A da missão (estudo de viabilidade), com o propósito de realizar a Revisão Preliminar de Requisitos no ano de 2019.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, CAPITAL HUMANO E TECNOLOGIAS CRÍTICAS

A ampliação do domínio das tecnologias críticas e o desenvolvimento e consolidação das competências e de capital humano, vem sendo perseguido desde o PPA 2012-2015. Em essência, observando a própria dinâmica do desenvolvimento tecnológico na área espacial e a necessidade de manutenção de um corpo técnico qualificado para a condução de tais atividades, tem-se que esse assunto apresenta um caráter permanente na Política Espacial, sendo perseguido de forma contínua, visando garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil. Dentre as atividades realizadas em 2018, destacam-se:

- Em 2018, o CVT-Espacial deu início às atividades de consolidação do centro, recebendo duas vezes por semana, durante o período letivo, alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino do município de Parnamirim, RN. Ao longo do ano, o CVT-E recebeu 1.461 alunos do ensino fundamental para terem contato com temas relacionados à ciência e tecnologia tendo como pano de fundo a atividade espacial. Adicionalmente, no contexto da Plataforma E2T, ao longo do ano de 2018, foram apoiados 41 eventos de educação espacial e/ou de divulgação científica no Brasil e 3 eventos no exterior.
- No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de satélites de pequeno porte, embora, em 2017 e 2018, foram retomados os diálogos com a UFSC com a finalidade de retomar a execução desse projeto no exercício de 2019. Adicionalmente, a AEB está apoiando o projeto do nanossatélite NanoSatC-Br2 cujo objeto é contratação

internacional de empresa, com representante no Brasil, especializada na gestão de serviços de lançamentos de nanossatélites do tipo CubeSats. A missão SPORT, que prevê um nanossatélite para estudos de bolhas de plasma na ionosfera, foi selecionada entre projetos apresentados à NASA para financiamento. O nanossatélite ITASAT foi lançado com sucesso em dezembro de 2018, como carga secundária, por meio de um veículo Falcon 9 Block 5 da empresa americana SpaceX, na Califórnia, EUA.

- No âmbito do domínio de tecnologias críticas, foi dada continuidade à execução dos cinco contratos vigentes de transferência de tecnologias relacionadas à contratação do SGDC, pelos quais a fabricante do satélite (Thales Alenia Space – TAS) transfere tecnologias espaciais a empresas brasileiras. Por meio de Edital de Seleção Pública publicado pela Finep, foi selecionada, no segundo semestre de 2018, a empresa beneficiária do sexto tópico de transferência de tecnologia: Tecnologia de Cargas Úteis Ópticas de Observação da Terra.
- No desenvolvimento de tecnologias críticas em apoio ao desenvolvimento do projeto Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), destaca-se a continuidade no desenvolvimento do Sistema de Navegação Inercial (SISNAV); o Sistema de Navegação e Controle para Veículos Orbitais e Suborbitais (SISNAC); o desenvolvimento do envelope motor foguete a propelente sólido (S50), por meio de bobinamento de fibra de carbono; e o desenvolvimento de rede elétrica para veículos de três estágios.
- O desenvolvimento de produtos e processos inovadores, incluindo a qualificação de propelentes para propulsão de satélites, computação científica para física espacial, eletrônica embarcada e tratamento de superfícies para aplicações em componentes de satélites. Especificamente, com respeito à propulsão de satélites, promoveu-se a ampliação e modernização dos bancos de testes de propulsores químicos e se iniciou o projeto executivo para implantação de banco de testes de propulsores elétricos. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de tecnologias inovadoras e a consolidação de plataforma para integração de dados, conhecimentos e tecnologias, as versões anuais dos softwares TerraLib, TerraView e também do software TerraMA2, objetivando a elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O setor espacial mundial tem passado por mudanças drásticas nos últimos anos. A transferência de muitas atividades, antes estatais, para entes privados tem tido como resultado a queda no preço do acesso ao espaço. A cada novo lançamento privado o acesso ao espaço se torna uma *commodity*.

No cenário internacional tem se verificado uma ampliação das atividades espaciais, por conta do *New Space*, com a utilização de plataformas modernas de menor porte e menor custo, configurando uma *janela de oportunidade* que o Brasil pode vir a aproveitar nos próximos anos para se firmar entre os *players* internacionais no setor espacial. Essa miniaturização faz com que exista uma tendência mundial em favor do desenvolvimento de satélites de menor porte para a composição de constelações, que por sua vez elevam a cadência de lançamentos, com os benefícios industriais e econômicos decorrentes da produção em maior escala, pois estes

satélites são de dimensões reduzidas, de menor custo e vida mais curta quando comparados aos satélites tradicionais, demandando assim reposição com maior frequência.

As características territoriais e geopolíticas do Brasil criam demandas de Estado nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância de fronteiras e áreas marítimas, que podem ser efetivamente alcançadas por meio do fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro, garantindo o acesso ao espaço e o desenvolvimento de aplicações derivadas dos produtos espaciais. O setor espacial é essencial ao país.

Com todas as oportunidades criadas em 2018, quais sejam, a de se repensar a Governança do Programa Espacial, a de se discutir os projetos em andamento e seus desdobramentos, a pesquisa de demandas realizada pela Agência Espacial, o próximo ano se coloca como essencial para que o Brasil não perca, novamente, a janela de oportunidade de se colocar como um dos *players* no seleto grupo de países que não apenas detém um Centro de Lançamentos comercial, mas que também possui o domínio completo do acesso ao espaço.

PROGRAMA 2082

POLÍTICA EXTERNA

A política externa brasileira contribui para alcançar objetivos nacionais prioritários, em particular o crescimento da economia, a geração de empregos, a segurança nas fronteiras e a promoção do bem-estar de todos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Abaixo estão listados os principais resultados nas áreas de atuação do Ministério das Relações Exteriores, conforme os objetivos traçados pelo órgão.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Em relação ao MERCOSUL, o Governo continuou engajado para a reativação da dimensão econômico-comercial do bloco. Desde 2017, os Estados Partes assinaram acordos para a liberalização dos setores de contratações públicas e investimentos; deram encaminhamento satisfatório a quase 90% dos entraves identificados ao comércio intrabloco; e adotaram diversas medidas de modernização do arcabouço regulatório do bloco.

Com o apoio brasileiro, temas que vinham sendo relegados ao segundo plano nos últimos anos ganharam novo impulso. Em junho, na Cúpula de Assunção, foi assinado acordo entre o MERCOSUL e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). A aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico ganhou nova envergadura em julho, quando foi realizada a primeira reunião entre os presidentes do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico, em Puerto Vallarta, México. Em dezembro, foram assinados acordos na área de educação, segurança e justiça. No plano extra-regional, o Governo manteve o dinamismo das negociações comerciais com importantes parceiros e lançou novas tratativas.

A política externa do Governo brasileiro para a América Latina elevou a defesa da democracia na região a uma posição central. O Brasil recebeu, em 2018, pela primeira vez, uma missão de observação eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA) para as eleições gerais de outubro.

O Brasil também atuou com firmeza diante das crises na Venezuela e na Nicarágua. Desde a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático, o Governo brasileiro vem atuando com o objetivo de favorecer o retorno da democracia na Venezuela por meios pacíficos, tanto no âmbito da OEA como em coordenação com países como aqueles que formam o “Grupo de Lima”. O Governo também empenhou significativos esforços para acolher o crescente fluxo migratório de cidadãos e cidadãs venezuelanos que chegam ao país em busca de melhores condições de vida. Com relação à crise na Nicarágua, o Brasil participou de diversas iniciativas regionais em favor da superação pacífica da grave crise política naquele país.

CONSOLIDAÇÃO DO BRASIL COMO ATOR GLOBAL

Transformar a integração regional em ferramenta para a inserção competitiva do Brasil na economia mundial foi um dos principais objetivos em 2018. Para alcançá-lo, o Governo atuou em três frentes: a revitalização do MERCOSUL, o aprofundamento dos laços comerciais com demais países latino-americanos e o avanço em negociações com os polos dinâmicos da economia mundial.

Em 2018, o Governo buscou aprofundar o diálogo e a cooperação com países de todos os continentes. Além da América Latina e Caribe, procurou fortalecer o relacionamento tradicional com países da América do Norte e da Europa, e ampliar a aproximação com Ásia - com particular destaque para o Sudeste Asiático –, África e Oriente Médio.

BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

O Governo brasileiro continuou a zelar pelo bem-estar e pela proteção dos brasileiros no exterior por meio do fortalecimento da atividade consular em vários países. Ao longo do ano, foram realizados consulados itinerantes, para prestar serviços a brasileiros residentes em localidades distantes das sedes dos postos consulares, e concedida assistência aos brasileiros detidos em outros países. Foi, ademais, mobilizada força-tarefa para o atendimento consular dos brasileiros que visitaram cidades da Rússia por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2018.

Outra importante atuação da rede consular brasileira consistiu nas medidas de incentivo e de facilitação do voto de milhares de brasileiros no exterior nas eleições presidenciais e estaduais de outubro de 2018. Foi bem sucedida, por fim, a política de facilitação de vistos, por meio do Programa de Visto por Meio Eletrônico ("e-Visa"), que resultou em número recorde de vistos concedidos.

PARTICIPAÇÃO ATIVA E PROMOÇÃO DOS INTERESSES DO BRASIL NOS TEMAS GLOBAIS

No âmbito das organizações multilaterais, o Brasil acompanhou os principais temas da agenda de paz e segurança internacionais. Em março, anunciou sua candidatura para assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio 2022-2023. Também seguiu contribuindo com efetivos desdobrados em oito operações de manutenção da paz e uma missão política especial. O país ocupou o comando da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e teve o general Elias Rodrigues Martins Filho designado como comandante da força militar da Missão de Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Em março de 2018, o Brasil sediou o 8º Fórum Mundial da Água, o qual contou com número significativo de autoridades e representou a maior edição da história do evento. Em setembro, foi realizada, em Santa Catarina, a 67ª reunião da Comissão Internacional da Baleia, na qual se aprovou a proposta da Declaração de Florianópolis, apresentada pelo Brasil, em conjunto com outros países. Em dezembro, por ocasião de evento de alto nível durante a 24ª Conferência das Partes (COP-24) da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima, na Polônia, foi lançado o relatório "Creating the Biofuture Report", elaborado com colaboração da Apex-Brasil. Registrou-se também progresso nas atividades da Plataforma para o Biofuturo (PBf), iniciativa internacional, lançada pelo Brasil em 2016, em parceria com mais 19 países e com apoio de importantes organizações internacionais, que tem buscado promover a aceleração do desenvolvimento da bioeconomia avançada, representando a face externa da política nacional de biocombustíveis.

A segurança das fronteiras continuou como prioridade do Governo em 2018. Foram criadas, em todas as embaixadas do Brasil na América do Sul, setores dedicados ao tratamento dos assuntos de segurança e defesa. Em julho, começaram a ser implementados os planos de ação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). O tema recebeu igualmente destaque na agenda dos encontros com altas autoridades de países vizinhos.

Além disso, intensificou-se o empenho brasileiro no combate aos crimes transnacionais, com destaque para a atuação do Brasil em reuniões internacionais sobre combate a crimes como narcotráfico, tráfico de pessoas, corrupção, contraterrorismo, tráfico de armas, além de temas

como recuperação de ativos e segurança cibernética, dentre outros. O Brasil ainda tornou-se parte do Tratado sobre o Comércio de Armas – único instrumento juridicamente vinculante voltado para a regulação de transferências de armas convencionais.

Nos temas de defesa, constituiu exemplo o engajamento do Governo brasileiro no tratamento coordenado e complementar entre política externa e assuntos de defesa a realização de reuniões bilaterais conjuntas entre o ministro de Relações Exteriores e o ministro da Defesa do Brasil e parceiros importantes, em mecanismos intitulados "2+2".

PROJEÇÃO DA IMAGEM, DA CULTURA E DA LÍNGUA DO BRASIL NO EXTERIOR

Foram realizadas ao longo do ano diversas ações para a promoção da cultura brasileira em todo o mundo. Destacam-se entre essas ações a participação em feiras internacionais do livro, a realização de concertos e espetáculos musicais, a tradução de obras da literatura brasileira para idiomas estrangeiros e o apoio à participação do Brasil em festivais internacionais de cinema. Em outra frente, foi mantido o apoio aos programas de cooperação educacional e a oferta de ensino de língua portuguesa na rede de centros culturais brasileiros no exterior.

Entre as principais iniciativas de projeção da cultura brasileira no exterior em 2018, destacam-se exposição itinerante do Museu da Língua Portuguesa pelos países da CPLP no contexto da presidência pro-tempore brasileira da comunidade, bem como o lançamento do projeto “Brasil em Concerto” para divulgação da música brasileira de concerto no exterior.

DIPLOMACIA ECONÔMICA E COMERCIAL

A maior integração do Brasil aos fluxos de comércio e investimentos mundiais continuou como elemento central para o aumento da produtividade e da competitividade da economia nacional. A política externa manteve seu importante papel nesse esforço de inserção competitiva do país na economia mundial, particularmente em um contexto internacional em que se verificam tendências protecionistas.

Ao longo de 2018, o Brasil realizou avaliação das regras da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e constatou que a grande maioria das declarações, recomendações e decisões já estão em harmonia com a legislação e as diretrizes políticas brasileiras. A aproximação com a OCDE constitui parte da estratégia do Governo brasileiro para recriar as bases do crescimento econômico sustentável e servirá para potencializar os benefícios de reformas econômicas estruturais no país.

REFORMA E REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA GLOBAL

Em 2018, o Brasil continuou a defender a necessidade de atualização das estruturas de governança global, em particular o processo de reforma da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil manteve seu apoio à agenda de reformas nas áreas de administração, desenvolvimento e paz e segurança da Organização, proposta pelo secretário-geral Antônio Guterres. Em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Brasil continuou atuando em coordenação com os países membros do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), além de dialogar com outros grupos relevantes, em prol do avanço real, com base em texto, das negociações intergovernamentais sobre o tema.

O Brasil também continuou a demandar a reforma e atualização das instituições econômicas e financeiras internacionais, com vistas a melhor refletirem as realidades contemporâneas. No âmbito do FMI, no qual ainda estão em curso discussões sobre a 15ª reforma de quotas, o Brasil continuou defendendo que o poder de voto dos países em desenvolvimento seja condizente com

o peso relativo desses países na economia mundial. O país também manteve sua demanda de maior participação e poder decisório dos países em desenvolvimento no âmbito do Banco Mundial, no contexto da reforma de quotas daquela instituição.

Outra vertente do esforço brasileiro no sentido da atualização das estruturas de governança econômica internacional consistiu na atuação do Brasil em agrupamentos como o G20 e o BRICS. O Brasil está, ademais, empenhado em aderir a organizações que possam representar ganhos estratégicos aos interesses nacionais, com destaque para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A cooperação internacional continuou como um dos principais instrumentos da política externa brasileira, gerando ganhos de imagem para o país no cenário internacional, permitindo difundir políticas brasileiras e contribuindo para o fortalecimento de vínculos com outros países.

Em 2018, tiveram início 123 iniciativas de cooperação técnica internacional. Ao total, encontram-se atualmente em execução 501 iniciativas e estão em negociação outras 77. Além de desenvolver diversos projetos de cooperação técnica, cooperação educacional e cooperação cultural, o Brasil continuou a prestar cooperação humanitária a países que enfrentaram situações extremas. Exemplo recente foi a doação do Governo brasileiro, em outubro, às vítimas do terremoto e maremoto que assolaram a Província de Sulawesi Central, na Indonésia.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A política externa brasileira continuará a promover, em 2019 e nos exercícios subsequentes, a inserção internacional do Brasil e a promoção do intercâmbio comercial, cultural e institucional, entre outras áreas, conforme os preceitos constitucionais e as diretrizes do Governo, sem descuidar do necessário alinhamento aos objetivos e às metas fixados no Plano Plurianual.

O Brasil é um ator global, com interesses em todos os continentes. Como consequência, desenvolve política externa que garante a inserção do país no cenário internacional por meio do fortalecimento das relações bilaterais com parceiros em todo o mundo, da integração regional e da participação em organismos multilaterais.

PROGRAMA 2059

POLÍTICA NUCLEAR

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia, além de atender ao mercado nacional de combustível nuclear, assim como fornecer equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

De acordo com a Constituição, a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, no caso, urânio, são monopólio da União, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas, sob regime de permissão. Em termos estratégicos, o país registra a sétima maior reserva geológica de urânio conhecida no mundo, com cerca de 309 mil toneladas de U_3O_8 , com apenas um percentual entre 25% e 30% do território nacional já pesquisados. Assim sendo, o país poderá ocupar uma posição estratégica em relação à oferta de fontes energéticas.

O domínio completo do ciclo do combustível é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica, e nos reatores de pesquisa, para produção de radiofármacos.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial temos toda a etapa de mineração e beneficiamento de urânio realizadas no país, com a conversão e parte do enriquecimento sendo contratados no exterior, e a reconversão e fabricação e montagem dos elementos combustíveis também sendo executadas no País. Cabe ressaltar que já há capacidade industrial para realizar o enriquecimento, mas é necessário dar continuidade ao fluxo de investimento na planta atualmente existente a fim de ampliar essa capacidade aos níveis necessários para o atendimento integral das necessidades de nossas usinas nucleares.

Para atender a operação da Usina de Angra III, ganha ainda mais relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, uma vez que se acentuará a atual dependência de serviços e insumos externos.

A primeira etapa do ciclo do combustível nuclear é representada pela planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio – URA da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, com capacidade nominal instalada de 400 t de U_3O_8 /ano, suficientes para o atendimento das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II, mas insuficiente para atender Angra III.

A etapa de conversão do U_3O_8 em UF_6 necessário para o combustível das Usinas de Angra I, II e III é integralmente realizada no exterior por meio de contratação de serviços.

A Usina de Enriquecimento de Urânio, em implantação pela INB, em Resende – RJ é a responsável pela etapa de enriquecimento realizada no país, tendo atingido, ao final de 2018, uma capacidade nominal instalada correspondente a cerca de 9% da demanda total nacional de serviços de enriquecimento estimada para suprir as Usinas Nucleares de Angra I, II e III, frente à meta de 10% do PPA 2016-2019.

As etapas de reconversão e fabricação de pastilhas e de montagem são totalmente nacionalizadas, com a aquisição de alguns materiais e componentes no exterior nesta última etapa. As fábricas possuem capacidade nominal instalada de 120 t de UO₂/ano, sendo 160 t de pó de UO₂/ano, 120 t de pastilhas de UO₂/ano) e 240 t na FCN Montagem, suficiente para o atendimento das usinas atuais em operação e de Angra III.

A principal vantagem de uma Central Nuclear é a capacidade de geração de energia em grande quantidade com baixo consumo de combustível. Para geração de 1000 MWe por ano, por exemplo, uma central nuclear consome cerca de 21 t de urânio (cerca de 200 t de urânio natural), enquanto que uma central térmica a carvão consome cerca de 3 milhões de t de carvão. O uso da energia nuclear, no mundo, evita a emissão anual de 2,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) que seriam lançados na atmosfera pelas fontes térmicas convencionais.

A NUCLEP (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.), empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, localizada no município de Itaguaí/RJ, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada.

O objetivo da NUCLEP é projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, a construção naval e “offshore” e a outros projetos. A NUCLEP É uma das empresas brasileiras que participa do programa PROUSUB, conduzido pela Marinha do Brasil destinado à produção de submarinos no País.

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Para o setor de medicina nuclear, cujos procedimentos para diagnóstico ou terapia utilizam radiofármacos, o país conta hoje com aproximadamente 470 serviços de medicina nuclear distribuídos por todo o território brasileiro. O Brasil apresenta uma demanda crescente por este tipo de serviço, em torno de 8% ao ano. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no país não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que traz para o país uma forte dependência em relação aos fornecedores estrangeiros. Nesse sentido, o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) possibilitará o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos.

Outro setor que será beneficiado com a implantação do RMB é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país.

É importante ressaltar que ao longo dos últimos anos, o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas operando no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente. Atualmente, o país conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear, entretanto, este grupo não está dimensionado para atender ao crescimento da demanda, sendo necessário incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes, de tal forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente.

Desde 2006, o setor nuclear conta com um programa que oferece bolsas de mestrado e doutorado direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do país. No entanto, esse esforço é insuficiente para atender às demandas do setor, sendo necessário ampliar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos.

Dentre as organizações do MCTIC que executam a política nuclear merecem destaque três instituições. A CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), autarquia vinculada ao MCTIC, sendo a autoridade máxima do governo no setor, tendo como a atribuição legal garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente.

A CNEN é também a entidade responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos gerados nestas atividades. Responde, ainda, pela orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica na área nuclear.

Compete também à CNEN garantir a aplicação da tecnologia e o uso dos materiais nucleares para fins exclusivamente pacíficos e devidamente autorizados em todas as atividades nucleares executadas no país, em cumprimento as normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil, como também assegurar que as instalações, que utilizam materiais nucleares e radioativos, operem de acordo com as normas nacionais de proteção física, incluindo os mecanismos para prevenção de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas.

A INB (Indústrias Nucleares do Brasil) tem por missão garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica. A NUCLEP tem como missão fornecer equipamentos pesados para indústria nuclear, já tendo fornecido diversos componentes pesados para as usinas Angra I e Angra II. No momento, a NUCLEP participa ativamente do Programa PROSUB, da Marinha do Brasil, que tem como objetivo a produção de submarinos nacionais, sendo um deles à propulsão nuclear.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se:

- (i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeleétrica;
- (ii) ter autossuficiência tecnológica e industrial nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes;
- (iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e
- (iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance desses desafios, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio da matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para o fortalecimento da soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para o quadriênio 2016-2019, foram definidos três indicadores do programa: número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas; quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos; e taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear.

O indicador de número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas, que compreende a totalidade de pedidos de proteção de propriedade intelectual e do número de instrumentos jurídicos firmados no âmbito da Lei de Inovação, tinha o índice de referência de 24 no ano de 2014. No final de 2018 foi alcançado o índice de 16 produtos e serviços tecnológicos. Este índice está dentro da variação anual normal de itens tecnológicos desenvolvidos, tendo em vista os diversos componentes que influenciam este indicador (tipo e complexidade do item desenvolvido, recursos financeiros e humanos).

O indicador de quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos tinha como índice de referência, em 2014, o quantitativo de 1.328.745. No final de 2018, o total de exames realizados foi de 1.155.000, conforme dados obtidos junto ao DATASUS e à ANVISA, sendo que, no caso da ANVISA, os valores foram estimados para o ano de 2018, até que seja publicada a edição anual do Mapa de Assistência à Saúde para este exercício.

Cabe ressaltar que o Brasil possui hoje 15 ciclotrons dedicados à produção de radioisótopos de meia vida curta, sendo 4 da CNEN e 11 da iniciativa privada e que garantem o atendimento a aproximadamente 200 clínicas que realizam exames de radiodiagnóstico utilizando equipamentos PET/CT de última geração.

Por fim, o indicador correspondente à INB, do programa Política Nuclear, taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, evoluiu de 69,9%, ao final de 2017, para 72,5% ao final de 2018.

FORNECIMENTO E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS

O objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, é fundamental para a política, pois, apesar da oferta de molibdênio 99 (Mo-99) no país ser da ordem de 4% da demanda mundial, o número per capita de exames de medicina nuclear executados no Brasil é ainda inferior ao observado em outros países de mesmo nível de desenvolvimento econômico. Sob esse aspecto, o segmento apresenta uma demanda potencial ainda a ser atendida, o que requer uma ampliação na capacidade de produção da CNEN.

Para isso foram definidas duas metas para este objetivo: a primeira, ampliar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 Ci por semana até o final de 2019. No ano de 2018 a produção semanal atingiu o valor de 454 Ci semanais. Observa-se uma estagnação no crescimento da produção, refletindo o quadro de recessão do País.

A segunda meta refere-se à implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais, além das correspondentes análises

de pós-irradiação e a realização de pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. O RMB é um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, de importância fundamental para viabilizar políticas ministeriais e objetivos estratégicos do país.

Para o ciclo do PPA 2016-2019 a meta prevista é atingir 20% de execução física do RMB. Até 2018 foi possível atingir 20,4 % da implantação do empreendimento.

CICLO PARA PRODUÇÃO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Na Fabricação do Combustível Nuclear foram produzidos e entregues dentro do prazo todos os Elementos combustíveis para o reabastecimento das Usinas de Angra 1 e 2.

Já se encontram produzidos e prontos para entrega 69 Elementos combustíveis para Angra 3, correspondendo a 1/3 do núcleo inicial da Usina.

No que se refere à Nacionalização do Ciclo do Combustível Nuclear, destaque para a entrada em operação da 7ª cascata de ultracentrifugas na Usina de Enriquecimento de Urânio e a conclusão das obras para as edificações que abrigarão a 8ª, 9ª e 10ª cascatas.

Na produção de urânio, foram concluídas as obras para a exploração da Mina do Engenho – Anomalia 9 e as melhorias nas instalações fabris que levaram à obtenção da licença supervisionada para a retomada da produção da Planta Química na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA. Depois de 5 anos paralisada, a Unidade retomou suas operações em dezembro de 2018.

Foi realizada a exportação da segunda venda de pó de urânio enriquecido para a empresa Argentina CONUAR. Na prospecção de novos negócios, foram avançadas as tratativas para aumentar a venda de componentes e a prestação de serviços em reator a Usinas no exterior.

SISTEMA DE REGULAÇÃO E SEGURANÇA DAS ATIVIDADES DO SETOR NUCLEAR

Objetivando consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país possui metas relacionadas à demanda de licenciamento de empreendimentos nucleares e ao controle de instalações com fontes de radiações ionizantes foram definidas duas metas, sendo a primeira atender à demanda de 30 (trinta) empreendimentos nucleares a serem licenciados, estando em andamento em 2018, 27 (vinte e sete) empreendimentos, das atividades regulatórias na área de instalações nucleares. A segunda meta está relacionada com o controle, por ano, de 2.600 instalações (identificadas historicamente) com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa, que em 2018, a DRS/CNEN, controlou 2.610 instalações radiativas ativas.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NUCLEARES E APLICAÇÕES PARA DIVERSOS USOS

A CNEN atua na pesquisa e desenvolvimento em conformidade com a sua atribuição de promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear. Os produtos ofertados pelas atividades de P&D da CNEN são conhecimento científico (publicações técnicas) e tecnologia (protótipos, processos, métodos, softwares) nas áreas nuclear e correlatas. São oferecidas consultorias técnicas (que envolvam P&D) para empresas do setor produtivo que pretendam utilizar técnicas nucleares em suas atividades rotineiras ou

na solução de problemas tecnológicos específicos a partir de técnicas nucleares. Trata-se de produtos e serviços com alto grau de especialidade, com alto valor técnico-científico agregado. As atividades de P&D são parte fundamental do processo de inovação tecnológica e de execução das consultorias contratadas por empresas do setor produtivo.

O Objetivo 0328 tem duas metas para o ciclo PPA 2016-2019. A primeira de publicar 1.200 artigos em periódicos indexados, e a segunda de formar 700 profissionais em temas de interesse para o setor nuclear.

Em 2018 foram publicados aproximadamente 230 artigos em periódicos indexados. O total de publicações acumulado no período de 2016 a 2018 atingiu 830 artigos, o que representa 70% do total previsto para o ciclo PPA 2016-2019.

Em 2018 foram formados cerca de 200 profissionais em áreas de interesse do setor nuclear. O total acumulado no período de 2016 a 2018 atingiu 600 profissionais formados, o que representa 85% do total previsto no ciclo PPA 2016-2019.

Importante destacar que a Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear da CNEN, Iniciativa 052H do Objetivo 0328, atingiu cerca de 15% de sua execução com a conclusão do projeto detalhado de engenharia do laboratório.

No ciclo PPA 2016-2019, o Objetivo 0328 tem sido desenvolvido de acordo com o esperado, no que se refere ao atingimento das metas previstas (nº de publicações em periódicos indexados e nº de profissionais formados). Muito disso deve-se aos recursos financeiros obtidos junto aos órgãos de fomento, tais como Finep, Fapesp e Fapemig.

PROTEÇÃO DO PÚBLICO, DOS TRABALHADORES E DO MEIO AMBIENTE

Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e respostas a situações de emergência é outro objetivo importante para o programa de Política Nuclear, pois a geração de eletricidade por meio de fonte nuclear, as aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente e o processamento de materiais brutos que contenham radionuclídeos de ocorrência natural produzem rejeitos radioativos que ocorrem de formas variadas e com características físicas e químicas bastante diferentes.

Rejeitos radioativos são fontes de emissão de radiação ionizante e, como tal, constituem agentes de risco devendo, portanto, ser gerenciados de tal forma que a proteção à saúde humana e ao meio ambiente seja garantida no presente e no futuro.

A principal meta para este objetivo está relacionada com a implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação – RBMN. Em 2016 foi realizado workshop para a avaliação do projeto conceitual entre os técnicos do Projeto e da ANDRA (agência nacional francesa de rejeitos radioativos), tendo como produto o Relatório do Projeto Conceitual. Após este relatório, iniciou-se identificação e pré-seleção dos locais para implantação do Repositório. A seleção definitiva está em processo de avaliação junto à Autoridade Regulatória e espera-se concluir essa etapa do processo até o final de 2019. Em função disso, os editais para as licitações para contratar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo relatório (EIA/RIMA), de acordo com o Termo de Referência emitido pelo IBAMA, e o projeto básico, foram adiados, aguardando a aprovação final do local onde será construído o Repositório.

EQUIPAMENTOS PESADOS PARA INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA

O objetivo de produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor é composto por duas metas, para a primeira meta de produzir 8 equipamentos e componentes para indústria nuclear e de alta tecnologia sendo: 1 para usina nuclear de Angra-III, 3 para o submarino nuclear e 4 cascos de submarinos convencionais, a empresa produziu no ano de 2018, 91 toneladas. Dentre esses, merecem destaque algumas obras em andamento no período:

- Continuidade da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil, com avanço na prontificação do 1º - 100%, do 2º - 100%, do 3º - 98,74% e do 4º - 96,20%.
- Fornecimento/fabricação de 3 Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III, com avanço na prontificação de 85,1%.
- Fornecimento/fabricação de 8 Acumuladores para Usina Nuclear de Angra-III, com avanço na prontificação de 98%.
- Fornecimento/fabricação de 1 Vaso de Pressão de reator para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 27,7%.
- Fornecimento/fabricação de 2 Geradores de Vapor para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 22,3%.

Em relação à meta de manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares – certificações NPT, NS e NA, concedida pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*), os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

É importante ainda destacar no âmbito do objetivo, que, a iniciativa de modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, para atender ao Programa Nuclear Brasileiro e ao mercado nacional e internacional, foram modernizados/adquiridos/recuperados, 37 equipamentos, para o parque fabril da NUCLEP. Desta forma, a NUCLEP deu mais um passo na preparação da fábrica para os desafios tecnológicos dos próximos anos.

Desta forma, durante o PPA 2016-2019, a NUCLEP contribuiu para o Objetivo produzindo diversos equipamentos para as áreas Nuclear, Defesa e Óleo & Gás.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando a importância da política nuclear para o país, 3 grandes projetos estão contemplados neste PPA: implementação do empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro; construção do Repositório de Baixo e Médio Níveis de Radiação e, Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no estado da Bahia (INB).

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrica; a autossuficiência nas etapas do

ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria), além da melhoria da capacidade científica e tecnológica do País para responder às demandas do setor produtivo pela agregação de maior valor tecnológico a seus processos e serviços.

Neste sentido, é importante ressaltar que, no ano de 2017, foi reativado o Comitê para o Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro-CDPNB, sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional-GSI, o que motivou a criação de 9 grupos de trabalho cujos relatórios finais, ou parciais, abordaram diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento do setor, entre os quais se destacam: a publicação da Política Nuclear Brasileira; a proposta de criação da Autoridade Regulatória Nacional para a área nuclear; a flexibilização integral da produção de radioisótopos e radiofármacos; o equacionamento orçamentário para o empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro; a definição da Matriz de Responsabilidades para a construção do Repositório de Baixo e Médio Níveis de Radiação; a flexibilização da mineração de Urânio; a ampliação das aplicações da tecnologia nuclear na produção de alimentos e, a discussão para a formulação da Política Nacional de Medicina Nuclear.

Essas discussões terão continuidade no ano de 2019 e espera-se definir, a partir dos relatórios desses grupos, o conjunto de metas prioritárias a serem cumpridas visando o fortalecimento e a promoção das atividades nucleares no País.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL